



INSTITUTO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS



Projeto FAURGS / INCRA-RS 5862-9 / 2006

Coordenação geral: Denise Fagundes Jardim – antropóloga

Comunidades Remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul.
Relatórios antropológicos de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas à luz da instrução normativa 20/2005/INCRA.

Comunidade remanescente Quilombo da Mormaça: História, Cotidiano e Territorialidade.

Equipe técnica:

Cíntia Beatriz Muller – antropóloga
Cristian Jobi Salaini – antropólogo
Sherol dos Santos – historiadora
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Muller – geógrafa

“Morar em Casa de Avenida” - Quilombo do Areal: legatários do Areal da Baronesa.

Equipe técnica:

Olavo Ramalho Marques – antropólogo
Jane Rocha de Mattos – historiadora
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Müller – geógrafa

Chácara das Rosas: O ontem e o hoje de uma luta quilombola. Relatório Antropológico e Histórico de uma Comunidade Negra em Canoas/RS

Equipe técnica:

Vera Rodrigues – antropóloga
Vinicius Pereira de Oliveira – historiador
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Müller – geógrafa

Campus do Vale; Av. Bento Gonçalves, 9500; Prédio 43 322 Sala 104; 91509-900
Porto Alegre RS Brasil; Telefone: (51) 33166867 Fax: (51) 3316 6638
<http://www.ufrgs.br/ppgas/nucleos/naci/index.html>



Prólogo

O presente volume constitui um dos três relatórios técnicos elaborados pelos profissionais ligados ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) através do Projeto FAURGS / INCRA-RS 5862-9 / 2006. Através do convênio celebrado entre INCRA e FAURGS/UFRGS, apresentamos a proposta de trabalho “Comunidades Remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul. Relatórios antropológicos de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas à luz da instrução normativa 20/2005/INCRA” em novembro de 2005.

O NACI organizou três equipes interdisciplinares para a realização destes relatórios. Para isso, contou com profissionais que já detinham experiências anteriores de pesquisa com a temática da etnicidade ou participado de outros relatórios técnicos desenvolvidos junto ao Núcleo.

Inicialmente, as equipes foram constituídas por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinícius Pereira de Oliveira, Vera Regina Rodrigues da Silva, Rodrigo de Azevedo Weimer, Cíntia Beatriz Muller, Cristian Jobi Salaini, Sherol dos Santos. Nosso plano de pesquisa previa a contratação de bolsistas, mas não contemplava profissionais da geografia.

Algumas alterações na constituição da equipe foram introduzidas em função de compromissos profissionais e exigências das rotinas acadêmicas assumidos por alguns pesquisadores. Este é o caso de Rodrigo Weimer e de Ana Paula Comin de Carvalho. Tais afastamentos resultaram na recomposição das equipes técnicas no formato atual, explicitado na folha de rosto e em cada volume deste relatório. Ingressaram na equipe Olavo Ramalho Marques (antropólogo), Jane Rocha de Mattos (historiadora), Márcia Muller e Ciane Fochesatto (geógrafas).

Faz-se necessário salientar que Ana Paula Comin de Carvalho, mesmo que tenha se afastado das atividades de trabalho de campo e coleta de dados, manteve proximidade com as atividades do Núcleo atuando como consultora e acompanhando os desdobramentos do trabalho em diferentes momentos do debate que resultam nesses relatórios.

Da mesma forma, a incorporação de profissionais da área de geografia foi um acréscimo na experiência interdisciplinar. As geógrafas participaram de todas as etapas da pesquisa e, no caso da comunidade da Mormaça, das reuniões com a comunidade.

Este é um trabalho de pesquisa e de reflexão interdisciplinar orientado para responder questões pontuais. Pretende elucidar a trajetória histórica, demonstrar as relações sociais e os nexos entre os pleiteantes e as áreas por eles referidas. Pretende acrescentar

informações que possam orientar as ações do INCRA na medida em que organiza e reúne dados disponíveis através de fontes orais e documentais, de arquivos públicos e particulares.

Cabe salientar que, nas diferentes etapas da pesquisa, seja na interlocução com as comunidades seja na organização da escrita, a equipe atuou conjuntamente. No decorrer do texto dos relatórios, as condições de realização da pesquisa são explicitadas bem como o modo como tivemos acesso às informações. Os capítulos estão organizados claramente por eixos histórico, antropológico e lançam mão da perspectiva e recursos da geografia. Todavia, os dados levantados foram partilhados durante todo o processo de coleta e sistematização do material empírico usufruindo do diálogo entre as áreas que compunham a equipe técnica.

O trabalho interdisciplinar implicou uma intensa discussão e cooperação entre áreas sobre as afirmações parciais e as dúvidas levantadas. As conclusões foram continuamente submetidas à crítica e debatidas nas reuniões da equipe técnica que se debruçava sobre cada contexto em particular. Cada um destes relatórios é o resultado de um trabalho coletivo de escritura, partilhando dados coletados em campo, interpretações e submetendo ao exame crítico da equipe.

A finalização e impressão dos relatórios contou com o importante apoio das verbas do CNPq e da FAPERGS/PRONEX aos projetos de pesquisa do Núcleo de Antropologia e Cidadania.

Porto Alegre, 20 de março de 2007.

Denise Fagundes Jardim
Coordenação geral

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi)

Projeto IFCH / INCRA – RS 5862-9 / 2006

*Relatório Antropológico de Caracterização Histórica,
Econômica e Sócio-cultural de Território Quilombola à luz da
Instrução Normativa 20/2005 - INCRA*

Equipe técnica:

Vera Rodrigues - Antropóloga
Vinicius Pereira de Oliveira - Historiador
Ciane Fochesatto - Geógrafa
Márcia M. Muller - Geógrafa

Autores:

Vera Rodrigues
Vinicius Pereira de Oliveira

Foto capa: roseiral na Chácara das Rosas – 2006.

Foto folha de rosto: Rosa Genericio de Jesus (Acervo FAMGlaci Goulart)

a.

b. Porto Alegre, março de 2007.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	002
Abreviações Utilizadas.....	003
Histórico e Desenvolvimento do Convênio INCRA/FAURGS/IFCH/NACI.....	004
Abordagem Teórico-conceitual sobre Identidade étnica e Quilombos.....	008
Introdução.....	025
CAP. 1 - CHÁCARA DAS ROSAS: TRAJETÓRIA DE UM QUILOMBO EM CANOAS/RS	029
1.1. Rosa e o Quilombo Manoel Barbosa.....	030
1.2. Rosa e João: uma família negra em Canoas.....	041
1.3. Entre benzeduras, plantas e rezas: o surgimento da Chácara das Rosas.....	053
CAP. 2 - O TERRITÓRIO	066
2.1. O ontem e o hoje no território da Chácara das Rosas.....	067
2.2. Os marcos territoriais e relacionais.....	075
2.2.1. A horta do seu Tonho.....	076
2.2.2. As rosas.....	081
2.2.3. A Casa de Nação.....	083
2.3. A Chácara das Rosas e a cidade de Canoas.....	093
2.4. O território reivindicado.....	105
CAP. 3 - OS VÍNCULOS SÓCIO-HISTÓRICOS	018
3.1. A presença negra em Canoas: da escravidão à liberdade.....	019
3.1.1. A resistência escrava: do quilombo à alforria.....	126
3.1.2. Alforria e liberdade.....	132
3.1.3. Negros no Pós-abolição em Canoas: a resistência pela permanência.....	137
3.2. Territórios negros na Região Metropolitana de Porto Alegre.....	142
3.3. Redes de sociabilidade negra em Canoas.....	144
3.3.1. Os clubes negros.....	145
3.3.2. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	157
3.3.3. As Casas de Religião.....	163
CAP. 4 - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL: ENTRE HERDEIROS E PARENTES	165
4.1. O parentesco: laços familiares e comunitários.....	166
4.1.1. A viagem da volta: herdeiros e parentes.....	176
4.2. Perfil sócio-econômico.....	184
4.3. De “Planeta dos Macacos” à “Chácara das Rosas”: lutando por direitos.....	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
Por que a Chácara das Rosas é uma comunidade quilombola?.....	204
Recomendações de políticas públicas.....	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208
ANEXOS	217
<i>Anexos 1 ao 9: Documentos do Registro de imóveis</i>	218
<i>Anexo 10: Mapa Cidade Canoas Canoas</i>	231

AGRADECIMENTOS

Os autores do presente relatório agradecem à acolhida e parceria depositadas nesse trabalho, sem as quais não concluiríamos com êxito a tarefa que nos foi confiada.

A Comunidade Chácara das Rosas e demais interlocutores pela cordialidade e disponibilidade em partilhar conosco suas memórias, vivências e expectativas de uma vida melhor.

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio da equipe de projetos especiais, pelo seu compromisso com o andamento dos trabalhos.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pelo estímulo ao ensino e pesquisa.

Ao Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS por oportunizar um espaço de troca e diálogo constante entre seus pesquisadores.

Às demais equipes de pesquisadores do convênio INCRA/IFCH/NACI pela escuta, troca de idéias e propostas.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

AHCMPOA: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AMC: Arquivo Municipal de Canoas

APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

COPAAB: Comissão Municipal de Políticas Públicas dos Afro-Brasileiros

FAURGS: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FCP: Fundação Cultural Palmares

FNB: Frente Negra Brasileira

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MNUDCR – Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial

NACI: Núcleo de Antropologia e Cidadania

PDUA: Plano Diretor Urbano Ambiental

PPGAS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

SMEC: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

TEN: Teatro Experimental do Negro

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Histórico e contexto do convênio IFCH/NACi/UFRGS e INCRA

Em 1995, ano de sua criação, o NACI – Núcleo de Antropologia e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul têm como proposta a “análise crítica e construtiva da noção de cidadania, tal como se manifesta em projetos de intervenção entre grupos populares urbanos, rurais e de minorias étnicas¹”, sendo o viés de “cidadania” em uma pluralidade e em seus problemas entre o “ideal” e a efetivação de políticas públicas:

Os projetos integram pesquisas, ciências aplicadas e formação de pesquisadores. Visamos realizar uma análise crítica da noção de cidadania tal como se manifesta em projetos de intervenção entre grupos populares urbanos, rurais e de minorias étnicas em sua intersecção com a produção de legislações e novos "direitos". Temas como migrações, identidade social, etnicidade, direitos étnicos, infância, adolescência, cidadania e direitos humanos têm sido os eixos de discussão constante nas reuniões semanais do núcleo.

O NACI tem como principal objetivo a compreensão dos processos de construção da cidadania e da democracia brasileira. Essa proposta insere-se nos objetivos do NACI, dentre os quais, o de contribuir e sensibilizar a comunidade científica para a pesquisa na área da cidadania, bem como planejamento e execução de políticas públicas. No início as atividades de pesquisa e interlocução direcionam-se para as relações de gênero e juventude, tendo como parceiras Organizações Não-Governamentais, Movimento Feminista e Entidades Públicas voltadas para projetos com crianças e adolescentes.

O Núcleo está integrado ao Departamento de Antropologia Social e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, tendo periodicamente a organização de debates com a participação de interlocutores do país e do exterior. Participam dele estudantes da graduação e dos cursos de mestrado e doutorado da universidade, pesquisadores da universidade e vinculados a outras instituições de pesquisa. Salientam-se como eixos temáticos de pesquisa: Cidadania e Direitos Humanos, Infância e Adolescência, Processos Migratórios e Transnacionalismo, Direitos Étnicos e Construção de Legalidades, Antropologia da Ciência, Genética e Gênero.

¹ Trecho do texto de apresentação do NACI, contido em www.ufrgs.br/ifch/ppgas/nucleos/naci/index.html

A partir de 2001, a temática quilombola inclui-se nas demandas de pesquisa, através do convênio firmado entre União e Estado, por meio da Fundação Cultural Palmares e Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Ação Social, acolhendo-se o estudo antropológico por identificação e titulação da Comunidade de Morro Alto/RS².

É nesse contexto que é criada dentre as linhas de pesquisa do NACI, a linha de “Remanescentes de Quilombos no Rio Grande do sul”, na qual se realiza um estudo voltado para a produção do referido laudo antropológico, abrindo caminho para a reflexão antropológica naquilo que Barcellos (2005:87) chama de “reescrita da história do negro neste Estado e a História deste Estado a partir do Negro”.

Este relatório é resultado do convênio firmado entre UFRGS, em especial o NACI, e o INCRA. Em janeiro de 2006, firma-se oficialmente o convênio INCRA/RS 3590/2005, abrangendo os municípios de Porto Alegre, Canoas e Sertão onde se localizam, respectivamente, as comunidades do Areal, Chácara e Mormaça. Por este convênio a Coordenação de Projetos Especiais da 11ª Superintendência Regional do INCRA, com a interveniência da FAURGS, firmam uma parceria com o IFCH/PPGAS/NACI para a elaboração do relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do território quilombola da Chácara. Objetivando, também, apontar os critérios de territorialidade expressos pela comunidade e o território reivindicado pela mesma de acordo com o art. 10, inciso I e alíneas da IN 20/2005, bem como o cadastramento das famílias quilombolas.

Os pesquisadores do NACI acolhem a confecção desse trabalho visto que já tem nessa região elaborado uma monografia de conclusão de graduação e duas dissertações de mestrado³. Os trabalhos focalizam as comunidades negras em uma ampla região de

2 Sobre a comunidade de Morro Alto, tem-se em recente publicação, constante das referências bibliográficas, elementos para se pensar esses grupos sociais, quanto a sua territorialidade, identidade e luta política, sendo assim destaque alguns trechos indicativos desses elementos: “Morro Alto é um território negro etnicamente delimitado, que já luta para afirmar sua identidade negra, pela regularização fundiária e pela atenção das ações de políticas públicas desde a década de 60 (...) A partir de 2001 esta comunidade apresentou sua demanda de regularização das terras ocupadas e a recuperação daquelas perdidas sob diversas formas (...) Morro Alto, localidade situada parte em Maquine e parte em Osório, é percebida pela comunidade que a habita como um espaço de realização de sua vida e de atualização de sua memória”. (Barcellos et al, 2004: 21).

³ CARVALHO, Ana Paula Comin de. O "planeta" dos negros no mundo dos brancos: estudo sobre a manutenção e atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra na cidade de Canoas/RS. Dissertação (Mestrado) – PPGAS/UFRGS, Porto Alegre/RS, 2003; Carvalho, Ana Paula Comin de. "Planeta": família negra, invisibilidade, territorialidade e etnicidade na cidade de Canoas/RS.

Gravataí e Viamão e, no caso da Chácara das Rosas, há uma base de dados previamente coletados que nos orientam na realização da pesquisa e fornecem subsídios para retomar o trabalho de campo concluído para trabalhos acadêmicos.

Tem início, assim uma rotina de trabalho que incluiu reuniões de planejamento, curso de capacitação⁴ para as equipes e os primeiros contatos com as comunidades. No decorrer do desenvolvimento do trabalho de pesquisa conjugam-se os métodos antropológico e histórico e a interface com a geografia.

Entende-se que o método antropológico privilegia o encontro dialógico entre pesquisador e interlocutores, permitindo a interface com a subjetividade desses sujeitos, presente na dinâmica das relações sociais.

Nesse sentido, possibilita capturar a estrutura das relações sociais, além das tensões, conflitos e empatias advindos do campo relacional, que viabilizam uma produção textual, capaz de trazer ao leitor o cenário, vozes e trajetórias das vivências dos indivíduos como possibilidades de entendimento dessa dinâmica.

Para se chegar até esse ponto do fazer antropológico, o objeto de estudo foi construído através do processo de investigação no campo e dos referenciais teóricos pertinentes à identidade étnica e à territorialização.

Como metodologia de pesquisa buscou-se conjugar a coleta de depoimentos com os moradores da Chácara das Rosas, bem como levantamento de bibliografia, documentação histórica, de órgãos da administração municipal, registro de imóveis e acervos familiares.

Como Canoas foi distrito de Gravataí até 1939, já possuíamos de antemão levantamento sobre o passado da presença negra (escrava e livre) na área, uma vez que os pesquisadores da equipe participaram também do Relatório Técnico referente à comunidade Quilombola Manoel Barbosa, localizada na segunda cidade citada. Isso permitiu que nossos esforços de pesquisa fossem voltados para as especificidades da constituição e permanência da Comunidade da Chácara das Rosas em Canoas.

Monografia (Graduação) – UFRGS, 2001; SILVA, Vera Regina Rodrigues da. "De gente da Barragem" a "Quilombo da Anastácia": um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS. Dissertação (Mestrado) – PPGAS/UFRGS, Porto Alegre/RS, 2006.

4 Referimo-nos ao Curso "Legislação e Territorialidade nas Ações Relativas a remanescentes de Quilombos", promovido pelo NACI/PPGAS/UFRGS nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2006 nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Portanto, o aporte da geografia nos dava elementos pra pensar a vida social nesta ampla região e suas conexões históricas podendo visualizar aquilo que vinha em depoimentos, aparentemente fragmentados.

Ao longo do período de pesquisa, que contemplou 9 (nove) meses, foram realizadas 31 (trinta e uma) saídas a campo, entre visitas à comunidade, levantamento de dados em acervos arquivísticos e reuniões de trabalho. Foram realizadas, ainda, entrevistas com 18 (dezoito) pessoas, entre moradores da Chácara das Rosas e dos arredores.

Abordagem Teórico-conceitual sobre Identidade étnica e quilombos

Ontem e hoje o fenômeno étnico desafia os estudiosos, especialmente no campo antropológico, a buscar perceber como os grupos sociais mantêm e atualizam códigos de pertencimento e reconhecimento. Esse questionamento tem acompanhado a análise de outros fenômenos originados no desconforto da “estranheza”, da “diferença”, em relação ao outro, assim desde os primeiros contatos inter-povos promovidos pelo expansionismo europeu, passando pelo colonialismo, escravismo, até chegar aos estudos sobre migrações, xenofobia, racismo, nacionalismo e multiculturalismo o fenômeno étnico tem tomado novas configurações sociais. Em termos conceituais, talvez possa ser pensado como expressão da *unidade de um fenômeno social, universal e onipresente simultaneamente nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no passado e no presente*⁵. Essa abrangência temporal e científica, do que poderíamos chamar de “Estudos Étnicos”, torna pertinente a discussão proposta por Poutignat e Streiff-Fenart (1998) resgatando o termo etnia, a partir da sua introdução nas ciências sociais no século XIX. Nesse período, segundo os autores, o debate girava sobre “Como abranger princípios sobre os quais se fundam a atração e a separação das populações ?” Para tentar responder a essa questão formula-se a idéia de um tipo de solidariedade grupal produzida por laços intelectuais (etnia) em oposição a uma solidariedade produzida por laços biológicos (raça).

A etnia determinaria, então, a aproximação entre os povos muito mais do que apenas as semelhanças físicas seriam capazes de fazer, pois “etnia” compreenderia um âmbito maior das relações humanas como o resultado de uma trajetória social construída e fortalecida ao longo do tempo. Isso é o que permeia o pensamento científico francês da época, expresso por autores como Renan (1887) e Lapouge (1896), mais tarde, já no início do século XX, Weber vai estabelecer uma outra distinção sobre os termos, a partir da noção de que aquilo que realmente “*distingue a pertença racial da pertença étnica é que a primeira é realmente fundada na comunidade de origem, ao passo que o que funda o grupo étnico é a crença subjetiva na comunidade de origem*”⁶.

Esse dado trazido por Weber em relação a uma crença subjetiva, baseada na memória coletiva e no mito de origem como elo intragrupal, reforçam a etnicidade ou a identidade étnica como se sobrepondo aos traços físicos e a hereditariedade, além disso,

5 Ver Poutignat e Streiff-Fenart *apud* Cohen (1998:31)

6 Ver Poutignat e Streiff-Fenart *apud* Weber: (1998:37).

permeia o fundamento sobre atração e repulsa entre diferentes grupos sociais. Exemplificando esse posicionamento Weber (1922), também fazendo uma crítica a antropologia da época, analisa as relações entre brancos e negros na sociedade estadunidense, enfatizando que as diferenças que explicam a repulsa entre esses grupos vão além das questões antropológicas centradas no fenótipo, mas também no legado social da escravidão, que atua como elemento desqualificador na sociedade.

O enfoque analisado por Weber (1922), também é discutido por Banton (1977) que referirá a importância que os estudos dos anos 30 e 40, sobre as relações raciais na sociedade estadunidense, trouxeram para além do contexto específico, ou seja, uma visão processual passível de ser aplicada nas relações intergrupais de outros países; além disso, construíram-se os referenciais teóricos para que os anos 60 trouxessem o direcionamento analítico para a noção de minoria e da oposição conceitual entre etnicidade e raça.

A abordagem que aqui se defende parte do princípio de que há duas fronteiras, uma de inclusão, refletindo o reconhecimento que os membros da minoria têm uns dos outros como pertencentes a uma unidade, e uma de exclusão, que reflete o modo como a seção mais poderosa da população define uma categoria social menos poderosa como um grupo que deve ser posto de lado (e que pode ser uma maioria numérica). (Banton: 1977:316)

Esse direcionamento analítico propõe conceitualmente a “eticidade” como tendências positivas de identificação e inclusão; e “raça” como tendências negativas de dissociação e exclusão. Também, a noção de “minoria” é revista, ainda que tributária da análise de Wirth (1980), em que minorias são entendidas como grupos sociais, mesmo que numericamente expressivos objetos de tratamento diferenciado pela sociedade global e que se reconhecem como alvos de discriminação coletiva, reagindo com atitudes diferencialistas em relação à maioria.

Para Banton⁷, é preciso não só atentar para a sociedade global, mas também explorar o “significado das relações sociais das diferentes espécies de características físicas e culturais que as singularizam”.

Nesse sentido, o autor concebe minoria étnica como “uma minoria que cultiva uma diferença baseada na descendência comum e que quer ver este fato reconhecido no Estado em que vivem seus membros”.

7 Ver Banton (1977: 164-165)

Ora, quando pensamos atualmente em conflitos étnicos, xenofobia e no recorte que nos propomos em relação às comunidades quilombolas, percebe-se o quanto esse reconhecimento que o grupo tem de si pode ser algo incompatível com o *status quo* e, portanto, passível de ser estudado na sua dimensão política, especialmente quando este agrega reivindicações de direitos sociais, culturais e econômicos que esbarram na legitimidade que a identidade étnica possui dentro de um Estado nacional.

Na leitura de Barth (1969), a etnicidade é um processo dinâmico, focado na organização social e não restrita ao fenótipo dos indivíduos. Está presente a noção de que os grupos estão em constante inter-relação num processo contínuo e dinâmico. Isso não significa ausência de fronteiras sociais ou simbólicas, onde o fenômeno étnico não sobressaia, enquanto produção e reconhecimento da diferença entre o “nós” e o “outro”, mas sim que o étnico é um idioma que organiza as relações sociais no sentido pragmático via produção de traços distintivos.

Uma releitura dessa análise realizada por Barth (2003) substitui a noção de traços por sinais diacríticos que evidenciam as descontinuidades e, portanto, favorecem o debate sobre uma identidade étnica relacional, não-essencialista, bem como da observância de uma diversidade descontínua e complexa.

Um outro aspecto proposto nessa releitura de Barth (2003) e que dialoga com Banton (1977) é a correlação entre etnicidade e Estado, a partir da crescente exigência de direitos e acesso a bens públicos, reivindicados por grupos étnicos. Essa correlação passa então a ser observada nos estudos contemporâneos sobre etnicidade, em que o Estado também figura como um ator nesse processo.

Interligando essa proposta com o pleito quilombola, percebemos que o campo inicial de estudo das comunidades quilombolas vem ganhando em complexidade e ampliação com a entrada em cena de atores sociais, antes pensados de forma abstrata e não participativa direta no processo de reconhecimento e pertencimento identitário, como é o caso do Estado via agentes e mecanismos públicos.

Esses novos olhares ou releituras sobre o tema da etnicidade como também o fazem Govers & Vermeulen (2003) trazendo uma perspectiva mais interacionista sobre o tema, propondo a abordagem da dimensão genealógica, por exemplo, evocam perspectivas interessantes no trabalho com as comunidades.

Na comunidade Chácara das Rosas, aspectos como religiosidade e vínculos sócio-históricos com outros territórios negros, interligam-se com a noção de pertencimento e territorialidade. Esse caráter dinâmico do fenômeno étnico tem nas

abordagens sobre a identidade uma gama de possibilidades analíticas a serem enfocadas, sendo que nos deteremos a pontuar algumas aquelas reflitam os dados com que nos deparamos. Por essa via, retomamos Govers & Vermeulen (2003) em que estes descortinam uma primeira vertente interpretativa, ensejada pela teoria primordialista em que a identidade étnica perpassa uma noção de traços culturais de caráter afetivo e emocional intrínsecos ao indivíduo, desvinculando da análise o contexto social em que essas identidades estão inseridas.

A esse respeito, os autores dirão que para Barth ainda há a se considerar sobre essa teoria sua dimensão fundamental e englobante, já em relação a Geertz há a ressalva de que para este a primordialidade é um dado cultural, que concorre na sua análise sobre lealdades cívicas, não necessariamente em relação à etnicidade.

Outra vertente, citada como uma variante das teorias primordialistas clássicas, atribuída, especialmente, a Van den Berghee e suas teses neodarwinistas, considera a identidade étnica como própria de uma solidariedade biológica, determinada geneticamente e que, em última instância, favorece a coesão e os interesses daqueles indivíduos ligados por laços de parentesco.

Esta vertente se encaixa no que os autores denominam de teorias sociobiológicas com forte apelo para o etnocentrismo, o racismo e o caráter utilitarista da etnicidade. Esse último ponto irá embasar a vertente seguinte das teorias instrumentalistas e mobilizacionistas, as quais se caracterizam, segundo Govers & Vermeulen (2003:95), por constituírem “uma série de abordagens que têm em comum situar a etnicidade como um recurso mobilizável na conquista do poder político e econômico”.

Na mesma linha das teorias instrumentalistas e mobilizacionistas estão aquelas tributárias destas como as teorias de grupos de interesse, também com ênfase no exercício do poder político e econômico, ou ainda as teorias da “escolha racional” (Banton, 1983) que creditam à intencionalidade de aquisição de poder e riqueza como estratégias individuais a determinar o pertencimento étnico.

Merece destaque a observação de que abordagem instrumentalista teve larga utilização pelos africanistas, especialmente citados Skinner e Cohen, para explicar o fenômeno do tribalismo na África contemporânea.

Essa observação não pode deixar de suscitar, em relação ao tema de pesquisa, em que medida a busca pelo reconhecimento da posse das “terras perdidas” insere-se em uma conquista de poder no contexto nacional e regional, em que a questão fundiária é

objeto de conflitos e desigualdades. Isso seria suficiente para uma análise instrumentalista dessa emergência étnica?

A resposta parece estar na reflexão proposta por Govers & Vermeulen (2003) em que é preciso não fazer da competição a centralidade do fenômeno étnico, mas sim atentar para as condições sociais em que se desenvolvem esses laços de solidariedade. Nessa perspectiva introduz-se o debate sobre quilombos, o qual percorre uma conjugação entre velhos e novos debates que vêm construindo os alicerces em que repousa a discussão atual, isto porque é essa conjugação, dentro da ótica de processos históricos mais amplos que abarcam o tema racial, que empresta sentido e pluralidade ao olhar contemporâneo.

Senão vejamos: os questionamentos de hoje, envolvendo intelectuais, estado, sociedade civil, podem bem ser pensados em relação aos homens de *sciência do século XIX* e outros que já estavam empenhados em descortinar conceitos e idéias sobre raça, etnia e o negro na sociedade brasileira.

.Nesse sentido, a comunidade da Chácara das Rosas deve ser percebida dentro desse escopo científico e político que traz nas constantes (re) apropriações da noção de quilombo um viés possível de revelar algo acerca dos debates contemporâneos. Portanto, a temática quilombola é mais um episódio na atualização dos debates políticos e acadêmicos sobre as noções de quilombo no Brasil, o que faz com que este relatório sócio-antropológico se apresente dentro desse tempo instigante.

Entendendo que somos tributários desse empenho, trazemos a seguir, um aporte de significados e implicações para as discussões atuais, acerca das ressignificações do conceito de *quilombo*. Inicialmente, na primeira metade do século XX, o termo quilombo é definido pelo viés histórico. Em seguida, já na segunda metade do século XX, passa a interligar-se com a dimensão cultural para, enfim, perpassar contemporaneamente no século XXI, noções de identidade étnica, direitos sócio-culturais e pleitos políticos, tal qual exemplifica o caso da comunidade Chácara das Rosas.

Entre os anos 30 e 60: Quilombo e História

Situando essa problemática no início no século XX, mais precisamente nos anos 30, com o surgimento em São Paulo da FNB – Frente Negra Brasileira⁸ (1931), a qual era ideologicamente nas palavras de Guimarães (2003:21), “uma organização étnica que cultivava valores comunitários específicos, recrutando e identificando com base na “cor” ou “raça” e não na “cultura” ou nas “tradições”, buscando afirmar o negro como “brasileiro” e denunciando o preconceito de cor”, ou ainda, como coloca Nascimento (2000:206), “a maior expressão da consciência política afro-brasileira da época”.

Nos anos 40 surge o TEN – *Teatro Experimental do Negro* (1944), o qual não buscava arregimentar massas como a FNB, mas organizar uma ação com significação cultural, valor artístico e função social. Isto não quer dizer que ambas as experiências não partilhassem da ótica do enfrentamento, daquilo que Nascimento (2000:206) chama de sistemática segregação e exclusão à base de critérios raciais ou gritos de protesto. Há dois momentos que refletem esse enfrentamento na trajetória dessas entidades. O primeiro se dá em 1938, quando a FNB ainda que considerada ilegal pela ditadura do Estado Novo, não paralisou suas atividades e mobilizou-se contra a proibição policial do *footing*, o que consistia no costumeiro passeio dos negros paulistanos aos domingos pelas calçadas do centro da cidade, e que estava “incomodando” os lojistas locais segundo argumentado na época. Outro momento de destaque, quase dez anos depois do evento da proibição do *footing*, foi a discriminação sofrida pela antropóloga negra norte-americana Irene Diggs (1906-1998)⁹ que foi barrada em um hotel carioca, gerando um exemplar caso de segregação denunciado na ocasião.

Porém, enquanto a FNB conserva, nas palavras do velho militante, um caráter de luta integracionista que buscava o lugar do negro na sociedade brasileira, percebe-se que no TEN o discurso contém um apelo à identidade cultural do negro, através do reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Juntamente com o TEN, constitui-se outro instrumento de intervenção social

8 A FNB reuniu mais de 200 mil negros, número considerável para população do Brasil que era menos de 40 milhões de habitantes naquela época. Fonte: “Movimentos Negros, Sociais e Políticos no século XX” Coletânea de Obras de autores diversos, utilizada como material didático do “Projeto Universidade Livre”, realizado pelo CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra, RS, 2001.

9 Sobre Irene Diggs consta que foi assistente de Du Bois e concentrou estudos na área de cultura latino-americana e sociedade, especialmente quanto a influência africana em países como Cuba. Para maiores dados, uma fonte possível citada em sites biográficos é: Bolles, A. Lynn 1999 Ellen Irene Diggs: Coming of Age in Atlanta, Havana, and Baltimore. In *African-American Pioneers in Anthropology*. Ira E. Harrison and Faye V. Harrison, eds. Pp. 154-167. Urbana: University of Illinois Press.

dentro da experiência de uma imprensa negra¹⁰. Assim teremos o jornal *Quilombo*, que além de enfatizar a sociabilidade e o discurso anti-racista, agrega no olhar de Guimarães (2003:37-38), a inserção da *intelligentsia* negra brasileira no cenário nacional, tornando-se responsável pela formação de uma negritude brasileira e nacionalista calcada em uma identidade racial e cultural singular.

“Nós saímos – vigorosa e altivamente ao encontro de todos aqueles que acreditam, - com ingenuidade ou malícia -, que pretendemos criar um problema no país. A discriminação de cor e de raça no Brasil é uma questão de fato (senador Hamilton Nogueira). Porém a luta do QUILOMBO não é especificamente contra os que negam nossos direitos, senão em especial para fazer lembrar ou conhecer ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura. (Quilombo, nº 5, 1950, p.4).

A posição externada nessa apresentação reflete um tom de discurso mais politizado e nacionalista, segundo Guimarães (2002:92), que se enquadra na lógica de perceber o povo brasileiro como negro, além de, na nossa visão, constituir uma referência à tradição de luta quilombola como refletem as palavras de apresentação do jornal. Ainda, conforme o mesmo autor, Guimarães (2003:50), esta é uma posição adotada pelos intelectuais negros dos anos 50, dentre os quais Abdias e Guerreiro Ramos (1915-1981)¹¹, que dialogam com essa perspectiva. Sendo assim, se o povo brasileiro é negro, torna-se fundamental organizar politicamente essa camada da população, em torno de uma idéia positiva desse pertencimento, portanto dissociada de uma idéia de africano ou escravo. Pode-se pensar que isso se constrói dentro da ótica do discurso nacionalista, com a valorização histórica da experiência brasileira do quilombo de Palmares.

Esse sentido histórico prepara o caminho do enfoque do quilombo como resistência cultural e política nos anos 70, pois, ao referendar a luta contra a escravidão trará o conteúdo político e revolucionário que, se nesse momento é associado com a retomada da liberdade, posteriormente será agregado à dimensão da luta contra o Estado opressor. Isso aparece, por exemplo, na tentativa frustrada de publicação do livro sobre o quilombo dos Palmares, que faz o intelectual Baiano, Edson Carneiro, em 1944, sendo impedido pelo governo Vargas, por ter sido considerado, como enfatiza Arruti (2003:13), inoportuno para o momento.

10 Por imprensa negra, estamos entendendo os veículos de comunicação criados e mantidos por grupos negros, em todo o país, na primeira metade do século XX.

11 Ver interessante entrevista concedida por Guerreiro Ramos, em 1981, na qual, dentre outras questões, levanta o rótulo de “mulato metido à sociólogo”, que lhe foi imputado durante a sua cassação política pelo regime militar: Oliveira, Lúcia Lippi. “A sociologia do Guerreiro”, RJ, Editora UFRJ, 1995.

Também fundamental, na construção desse quilombo histórico e sua conversão simbólica nas décadas seguintes, Arruti (2003:08), ou sua ressignificação pelos atores sociais, é o olhar que a obra do historiador Clóvis Moura (1925-2003), já citado anteriormente, compôs ao longo de sua produção historiográfica com a ênfase dada sobre os quilombos como focos de resistência ao sistema escravista, especialmente na sua primeira obra “Rebeliões da Senzala”, publicada em 1959, precursora de outras que, na mesma linha, terão nos termos “rebelião”, “insurreições” e “guerrilhas” percepções construtoras desse olhar histórico.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. (Moura 1981: 87)

O quilombo, visto como fenômeno nacional, também é outro aspecto trazido no bojo dessas análises que permite insinuar a concretude e presença da população negra em todo o território, em contraposição a uma lógica de invisibilização dessa presença. A discussão sobre a visibilidade da obra de Moura, aparece em Mesquita (2003), quando a autora ressalta o papel que este teve, enquanto revisionista da história do negro no Brasil, a partir dos trabalhos sociológico-historiográficos sobre as rebeliões escravas no país, ainda que, academicamente, sua postura de “intelectual orgânico”¹² tenha lhe trazido certa exclusão e esquecimento no seio do debate acadêmico. Entre seguidores e críticos, haverá no decorrer dos anos 80, segundo a autora, novos olhares sobre a produção deste autor que retomam a discussão sobre a interpretação e o pioneirismo contido na sua visão histórica da sociedade escravocrata.

Isso, também ocorre em relação ao Movimento Social Negro, que passa a incorporar alguns pressupostos teóricos de Moura, defendidos na sua *sociologia da práxis*, como é o caso da UNEGRO – União de Negros pela Igualdade, conforme se pode observar na avaliação de uma liderança.

Clóvis Moura fez uma análise que a gente acha interessante do racismo brasileiro [...]. Essa idéia que o Estado brasileiro foi formado com base

12 Essa postura de “intelectual orgânico” traduz-se na sua crítica às ciências sociais e ao papel do intelectual na ordem capitalista; Ver MOURA, Clóvis (1978). *A sociologia posta em questão*. São Paulo, Livraria Editora Ciências.Humanas.

racista. [...]. É também uma homenagem ao Clóvis Moura [...]. A questão racial para Clóvis Moura não é mais um estudo. É o estudo dele. E a gente acha uma injustiça da academia com ele. Eu acho que ele de grandes contribuições, porque ele sistematizou, ele se debruçou sobre o tema. Outros também se debruçaram, mas tem outros temas também, não foi o tema central. (Mesquita 2003: 17 *apud* Calderano, [2002:100]).

Essa visão de quilombo em constante diálogo com a história formata o conjunto da produção desses intelectuais negros entre os anos 30 e 60. Além disso, demonstra a influência e interlocução do movimento negro com a retomada do enfoque teórico e político sobre o tema, tal qual se apresentam nos efervescentes anos 70.

Os anos 70: Quilombo, História e Cultura. Nesse cenário que Cardoso (2002:14) está qualificando como a “primavera de maio do movimento negro”, o que se tem como movimento social são as organizações de caráter operário e popular¹³, amparadas na idéia de luta contra as desigualdades sociais e solidariedade entre os oprimidos, e tendo uma base discursiva elaborada na experiência da igreja católica, dos grupos de esquerda e sindicatos.

Gestado neste contexto e de certa forma tributário dos antecedentes que marcaram os anos 30 aos anos 60, o movimento social negro agregará o racismo ao horizonte das lutas sociais, trazendo assim para a cena política os debates sobre discriminação e identidade racial como marcas distintivas em relação aos demais movimentos:

A questão da identidade racial se coloca como um desafio ético, estético e político para o Movimento Negro (...) isso nos permite afirmar que a peculiaridade que distingue o movimento negro em relação a outros movimentos sociais, está na compreensão do movimento negro como uma ponte de equilíbrio entre a tradição – nossa herança cultural fundada na ancestralidade e a “modernidade”. Por essa razão, a “matriz discursiva” do Movimento Negro está fundada na herança histórico-cultural-negro-africana (ancestralidade) e daí a sua diferença em relação a outros atores sócias da nossa realidade política, o que marca a singularidade do Movimento. (Cardoso, 2000: 19)

Para o jovem historiador Mineiro, a própria idéia de movimento social é construída a partir dos movimentos operários e populares dos anos 70, e a sua referência para pensar a luta anti-racista brasileira inscreve-se neste mesmo período com a

13 Nessa denominação, o autor enquadra os movimentos comunitários como associações de moradores, clubes de mães, comunidades eclesiais de base da igreja católica, grupos de jovens, etc.

fundação do MNUCDR - Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial¹⁴, em 1978, na cidade de São Paulo.

Embora não negue a trajetória construída anteriormente pelas entidades da primeira metade do século XX, bem como os jornais que notabilizaram a chamada “imprensa negra”¹⁵, será no lastro da singularidade da idéia de resistência negra, absorvida na experiência histórica dos quilombos como a metáfora do Estado livre dentro do Estado escravocrata, que parece atender a lógica dos anos 70, em que a liberdade e garantias individuais plenas não fazem parte do cenário sócio-político. Assim como não faz parte a inclusão do negro na sociedade, conforme era a perspectiva das organizações negras pré-anos 70. Torna-se preciso, então, de acordo com Cardoso (2002:35), um discurso e uma prática de auto-afirmação e recuperação da identidade étnica e cultural. Também se configurará em uma reivindicação crescente de uma cultura “negra”, Guimarães (2003:37), não mais mestiça, mas calcada numa apropriação e ressignificação de símbolos identitários étnicos, como a noção de quilombos. Isso pode nos ajudar a perceber a transição que se opera nas entidades do Movimento Negro, as quais tinham nas primeiras décadas um caráter integracionista não questionador do modelo social vigente, mas que agora buscam referenciais próprios de intervenção na arena sócio-política.

Um interessante ponto levantado pelo autor é que tanto a prática quanto o discurso possuem uma influência cruzada entre uma agenda de luta nacional, inspirada na historicidade dos quilombos e uma agenda internacional que dialoga com os processos de independência colonial dos povos africanos¹⁶ e da demanda pelos direitos civis nos Estados Unidos. Esse cruzamento propicia algumas reflexões. A primeira delas é que se atualmente a concepção de quilombo associado a isolamento sócio-cultural, restrito a um espaço geográfico e a uma temporalidade, não se sustenta na realidade social. Também o racismo possa ter sido percebido, naquele período, como fenômeno universal e diverso na sua objetivação.

14 O MNUCDR, posteriormente MNU, surge com a proposta de unificar as diversas organizações negras, em torno da luta política contra a discriminação racial, a qual tem seu foco, naquele momento, no repúdio e denúncia dos atos de discriminação e violência policial, entendido como atos cotidianos contra a população negra brasileira.

15 Exemplos desse período são, além do próprio jornal “Quilombo”, destacando-se pela constância na periodicidade (algo difícil diante dos poucos recursos de veiculação e manutenção) os jornais “O Clarim da Alvorada” (SP 1924-1932) e “A Voz da Raça” (SP 1932-1937).

16 Na década de 70, ocorrem a independência de países de língua portuguesa como Guiné-Bissau (1973), Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe (1975).

A segunda reflexão é, a partir desse olhar, relativizar a noção de que o movimento negro brasileiro importou uma lógica ou modelo externo de relações raciais para o país, mas que tenha vislumbrado a intersecção estratégica de ação e discurso em função de um contexto local (repressivo) e global (emancipatório) que ao dialeticamente se oporem criaram condições favoráveis, não só para ampliar o campo de debate, mas também para exercitar uma ação política identificada com uma idéia de resistência à brasileira (quilombos) e uma resistência negra-africana (EUA e África) capazes de dar sustentação ideológica e identitária.

Partindo dessas reflexões e retomando o contexto sóciopolítico, diversas são as entidades que surgem no bojo desse período, pautadas pela reafirmação identitária e resistência quilombola, mas com o diferencial da escolha pelo viés político ou cultural na ação mobilizadora. Este é o ponto em que se agrega à dimensão da cultura a questão histórica já posta pela intelectualidade negra pré-anos 70. Tomemos alguns exemplos, que pelos contextos díspares em que estão inseridas, quanto a visibilidade da população negra e suas organizações, demonstram o alcance, os propósitos e a interface do momento vivido por essas organizações negras: Em 1971, no RS, surge o “Grupo Palmares”, três anos depois na Bahia a “Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê” e no final da década 1978 em São Paulo, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial.

O grupo gaúcho que se autodenomina “Palmares”, em uma alusão ao famoso quilombo do século XVII, reunirá militantes, intelectuais, poetas e escritores na proposição do deslocamento das comemorações do 13 de maio para o 20 de novembro - data da morte de Zumbi dos Palmares e destruição do quilombo homônimo – esta data passa a ser o “Dia da Consciência Negra”. Passados mais de trinta anos da proposição trazida pelo Grupo Palmares, não só o debate permanece atual como pode nos trazer uma contribuição no tocante a idéia de quilombo. Por essa razão, trazemos um extrato da entrevista feita com um dos principais articuladores daquele momento, o escritor e militante do Movimento Negro, Oliveira Silveira, o qual reflete a visão de quilombos da década de 70, a partir da experiência gaúcha:

Então, o nome Grupo Palmares surgiu de uma opção do próprio grupo em função do quilombo do Estado Negro de Palmares. O grupo surgiu em 1971 e justamente porque nós discutíamos a questão do 13 de maio, vendo que não havia motivos para comemorar e passamos a pensar em datas alternativas, eu fiz este trabalho de estudar um pouco mais a história do Brasil e as datas; E então concluí que havia varias datas e que, talvez a principal fosse o 20 de

novembro em função de que se referia à morte de Zumbi dos Palmares e a Palmares que, no meu entendimento, tinha sido o momento, a passagem mais importante da história do negro no Brasil. Aquele fato de ter durado um século todo como território livre e com aquela importância toda, não deixavam dúvida a esse respeito. Então, no momento em que pude confirmar a data de 20 de novembro é... eu sugeri ao grupo que então fizéssemos um... que aí nesse caso estávamos formando um grupo em função disso. E aí coloquei algumas sugestões de nomes e o pessoal foi unânime em... na escolha do nome Palmares, já que nossa passagem mais importante tinha sido Palmares, por isso ficou assim. Agora a relação com quilombos, eu digo os quilombos de Palmares, que na verdade Palmares era formado por vários quilombos, mais de 10, e com território muito extenso que ocupava parte de Alagoas de hoje e penetrando, ainda, no estado de Pernambuco atual. Então era um território muito vasto e que não se limitava a Serra da Barriga, à capital que era o Macaco, era bem maior, muito maior. Bom, na época nós estávamos muito presos à idéia de quilombo como... Aquela organização de resistência, bastante militar, e depois ela foi se ampliando, mas para nós, na época então, essa idéia da resistência, da reunião, do agrupamento para resistir, lutar junto, era muito significativo. Na verdade, era a grande simbologia para nós! Nós estávamos vivendo um outro momento, claro, outra época, mas uma época em que nós precisávamos fazer coisas similares ao que os quilombolas faziam, ou seja, nos organizarmos para enfrentar as dificuldades oferecidas pelo racismo, pela discriminação racial, as condições sociais todas do nosso povo, então é nesse sentido que o nome grupo Palmares foi adotado.

Na fala de Oliveira Silveira, o olhar repousa sobre o quilombo histórico em concomitância com o presente que incorpora a ótica e a lógica da resistência política, do quilombo como uma fortaleza militar enquadrando-se no momento vivido pelo país e, mais tarde, ecoando no final da década, mais precisamente em 1978 quando em São Paulo, o MNUDCR incorpora a proposta do 20 de novembro no conjunto de sua pauta política. Além disso, no ano seguinte, é lançado um documento pelo MNUDCR que traz a idéia de resistência como foco de reflexão e atuação crítica, sendo que de acordo com Cardoso (2002:61) são ressaltadas como formas de resistência as revoltas e insurreições negras ocorridas no período escravista e a organização em comunidades quilombolas.

A análise histórica do significado político de quilombo da experiência coletiva de organização dos quilombos como sistema alternativo ao regime escravocrata, constitui-se como um símbolo principal na trajetória do Movimento Negro. Para o Movimento, se antes o quilombo serviu como resistência ao processo de escravização do povo negro-africano, nos anos 70, a idéia do quilombo volta como um símbolo de resistência e de maneira mais ampla, como reação ao neocolonialismo cultural, através da reafirmação da herança africana e da busca de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica e cultural. (Cardoso, 2002:62).

Aqui, nos parece que a idéia de quilombo vai compondo o cruzamento destas diferentes experiências do movimento negro, expondo fissuras e continuidades que embasam o sentido atribuído a cada momento, seja ele político ou cultural como se

apresenta ao longo dos anos setenta. Nessa construção de sentidos, o bloco Afro Ilê Aiyê insere no espetáculo do carnaval Baiano de 1974, um discurso identitário de autoafirmação cultural referenciado na cultura negra de matriz africana, Cardoso (2002:36), traduzido na letra da música “Que bloco é esse”, à qual pelo seu conteúdo, será alvo de críticas da imprensa local que a rotulará como apologia ao “racismo” e “comunismo”, bem como setores conservadores da sociedade que conferem ao bloco o título de “bloco do racismo”.

Que bloco é esse
Eu quero saber (bis)
É o mundo negro
Que viemos mostrar pra você
Somos crioulos doidos
Somos bem legal (bis)
Temos cabelo duro
Somos black pau
Branco se você soubesse
O valor que o preto tem
Tu tomava banho de piche
Ficava preto também
Eu não te ensino a minha malandragem
Nem tão pouco minha filosofia
Quem dá luz a cego
É bengala branca e Santa Luzia.¹⁷

As ações dos grupos “Palmares”, “MNUDRC”, e “Ilê Aiyê”, tem como pano de fundo os debates sobre os usos e sentidos da cultura e da política, Gomes da Cunha (2002), que incidirão na postura adotada pelas organizações negras e na visão de seus intelectuais. Pois o que está em tensionamento é a ênfase na sociabilidade ou na politização como estratégia de mobilização e conscientização das massas. Pois, até que ponto o viés político da proposta do 20 de novembro não dialoga com a proposta cultural do Ilê Aiyê? Essa linha tênue, entre uma rígida separação ou polarização dos discursos, moverá o debate protagonizado por intelectuais negros como Beatriz Nascimento¹⁸ (? – 1995), Lélia Gonzalez¹⁹ (1935-1994) e Eduardo de Oliveira e Oliveira²⁰ Encontramos no pensamento de Nascimento (1985) uma reflexão acerca desse debate nos anos 70, interligada com o significado de “quilombo” para o movimento social negro naquele contexto:

17 Música de autoria de Paulinho Camafeu, constante do CD “Ilê Aiyê”, Natasha Records, 1999.

18 Historiadora, militante do movimento negro, autora de “O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural”.

19 Historiadora, Filósofa, antropóloga, militante do movimento negro, autora de “O lugar do Negro”.

20 Sociólogo, autor de “Mulato – Um Obstáculo Epistemológico”, 1974.

Foi a retórica do quilombo, a análise deste como sistema alternativo que serviu de símbolo principal para a trajetória deste movimento. Chamamos isto de correção de nacionalidade. A ausência de cidadania plena, de canais reivindicatórios eficazes, a fragilidade de uma consciência brasileira do povo, implicou numa rejeição do que era considerado nacional e dirigiu este movimento para a identificação da historicidade heróica do passado. Como antes tinha servido de manifestação reativa ao colonialismo de fato, em 70 o quilombo volta-se como código que reage ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica. (Nascimento, 1985:47)

O quilombo aqui surge como resistência cultural e étnica sob um enfoque que Gomes da Cunha (2002:34), nos chama a atenção como sendo culturalizante e não culturalista, pois para Nascimento (1985) o referencial de quilombo deveria se prestar ao reconhecimento de uma cultura negra, percebida como de “resistência” e potencializadora de mobilização política. Este enfoque, também revela uma aproximação conceitual com “cultura hegemônica” e “cultura de resistência”, as quais ganhavam espaço nos circuitos intelectuais-militantes do período em foco, como demonstra Gonzalez (2003) ao identificar a necessidade da construção de instrumental teórico em conjunto com a ação política.

Não estamos mais no tempo de só ficar fazendo manifestações de rua. Temos que nos voltar para dentro do quilombo e nos organizarmos melhor para dar um instrumental aos que vão continuar o nosso trabalho. (Gonzalez, 2003: 7).

Nessa ótica, as perspectivas culturais e políticas são complementares, a fim de garantir a eficácia da construção de um movimento nacional, forte e solidário – Gomes da Cunha (2002:339) – unificado na diversidade como demarcação de atributos históricos, culturais e étnicos, o que encontra na cultura, e na referência aos quilombos, um locus privilegiado de reafirmação da presença negra e da idéia de resistência. Ainda, segundo o autor, essa reafirmação estará presente no pensamento sociológico de Eduardo de O. e Oliveira (1974), que considerará necessária a polarização das relações raciais, expressa na cultura como instrumento político na construção de uma negritude, marcada pela alteridade do ser negro, frente a um sistema que nega ou não assume integralmente essa identidade negra.

Essas posturas intelectuais, bem como a dinâmica do movimento social reelaboram o conceito de quilombo, promovendo uma interface entre história e cultura, porém muito mais atenta para o momento vivido, como que ensaiando os primeiros passos em direção a contemporaneidade conceitual e política do tema.

Entre os anos 80 e 90: Quilombo, Contemporaneidade e Identidade

Por curioso ou paradoxal que seja as últimas décadas do século XX, assim como as primeiras são marcadas pelas iniciativas de um mesmo personagem: Abdias do Nascimento. Se, entre os anos 30 e 60, a Frente Negra Brasileira, o Teatro experimental do Negro e o jornal Quilombo foram parte das matrizes geradoras dos debates e ações da época, agora dentre os relevantes marcos para se pensar quilombos, interligado às demandas da contemporaneidade, entre elas a (re) configuração de uma identidade étnico/racial, está a tese do *Quilombismo*.

Essa proposta de Abdias buscava ser um modelo de articulação ideológica e política para a sociedade brasileira em geral. Essa proposta é apresentada por ocasião do II Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no Panamá em 1980, tomando como ponto de partida a experiência histórica dos povos Africanos nas Américas, em especial o Brasil. Tida como um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras, tal qual se refere Cardoso (2002:78), esta se orienta no discurso que engloba a sociedade brasileira e não apenas a parcela negra da população em torno de temas como identidade, multiculturalismo, ações afirmativas e cidadania, pois entende que a partir do legado da experiência quilombola é possível articular uma proposta afro-brasileira para o Estado Nacional contemporâneo que contemple um Brasil multiétnico e pluricultural.

Nessa linha é que o *quilombo* de agora não perde o referencial da luta histórica, mas quer dialogar com as lutas contemporâneas que emergem na sociedade brasileira, como indicam alguns princípios do *Quilombismo*²¹.

1. O Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País.

11. A revolução quilombista é fundamentalmente anti-racista, anticapitalista, antilatifundiária, antiimperialista e antineocolonialista.

21 Ver www.ipeafro.org.br

Apesar da relevância que o documento traz em termos de instrumentalização teórica e política para o movimento negro, conforme reconhecem seus interlocutores, esta é uma proposta que não avança na sua consolidação. Isto porque, segundo as críticas trazidas por Cardoso (2002:80), a implantação do Estado Quilombista configurou-se como uma “utopia” de ruptura com as estruturas sociais vigentes, além de não tornar explícito se esta vinha como uma alternativa ao movimento já instaurado ou se integrava o mesmo.

A não adoção efetiva da tese *Quilombista* não significou o fim dos marcos emblemáticos dos anos 80, pelo contrário, outros vieram. Em 1988, pensando na interface entre identidade étnica, quilombos e cultura, Lélia Gonzalez propõe a categoria *Amefricanidade* para definir a experiência comum dos negros nas Américas. Nessa proposta, discutida por Bairros (2000:50-51), a centralidade teórica reside na compreensão da amefricanidade como um processo histórico, cultural, moldado na experiência africana nas Américas e que nos remete à construção de uma identidade étnica, já os quilombos no Brasil e organizações similares nas Américas, incorporam os pilares de formas alternativas de organização social trazidos como referenciais mítico-históricos para a sociedade contemporânea.

A elaboração dessas premissas teóricas e políticas, desenvolvidas no âmbito do trabalho de intelectuais como Lélia²² e Abdias são reflexos da tentativa de retomar fazeres e saberes que conjuguem olhares sobre o Brasil ou os Brasis que desafiam as Ciências Sociais ao longo da sua constituição como campo de conhecimento. Por isso, esse desafio abraçado por esses intelectuais é pertinente para a compreensão desse trânsito de idéias que circunda a problemática da identidade étnica e quilombola, pois podemos perceber que em diferentes momentos esses temas aproximam-se, afastam-se, são ressignificados, mas não deixam de fazer parte dos encontros e desencontros travados no período.

Outro destaque é dado aos embates entre governo e militância, por ocasião do “Centenário da Abolição”, (1888-1988), já que entre as comemorações oficiais havia a expectativa de ganhos para a luta social, em função da conjuntura nacional que, conforme nos alerta Cardoso (2002:81) fez daquele ano um dos momentos políticos

22 A temática dos quilombos, também se fez presente no trabalho de Lélia, quando esta exerceu um diálogo freqüente e vigoroso com a arte e as manifestações culturais; Exemplo disso são a sua participação no roteiro do filme “Quilombo” de Cacá Diegues (1983); no enredo da escola de samba “Quilombo” no RJ (1984) e na autoria do ensaio “Mulher Negra, essa Quilombola”, publicado no jornal folha de São Paulo (1981).

mais importantes na história recente do movimento negro. Uma mostra disso se dá anos antes, em 1984, quando Lélia Gonzalez, ao discursar em solenidade de homenagem a Abdias Nascimento, na Assembléia Legislativa do RJ, enfatiza a proximidade do centenário da abolição e o quadro da discriminação racial no país, bem como ressalta o papel político do movimento negro brasileiro. Essa é uma prévia dos desdobramentos futuros, pois ali começam a surgir novos atores nesse cenário, tais como a FCP-Fundação Cultural Palmares, à qual suscita a polêmica de ser um canal de mediação entre sociedade e Estado, ou de servir como “amortecedor” das demandas do movimento junto ao governo, já que se trata de um órgão estatal. Não esquecendo, que à FCP cumpre a atribuição, em um primeiro momento, de identificar e reconhecer as comunidades quilombolas no país, tal qual consagra o artigo 68 incorporado à Constituição Federal naquele mesmo ano.

Este quadro assinala a crescente importância que assume o referencial de quilombos nas diversas esferas sociais envolvidas. Na visão contemporânea de quilombos, este assume a perspectiva, também, de se pensar na identidade quilombola. Nos sujeitos que emergem do “passado histórico”, ou “das reminiscências” de um quilombo para fazerem a sua história, opondo-se a visões estáticas e estereotipadas que conferem estritos limites à abordagem do tema. Essa ressemantização conceitual e política de quilombo se inserem na lógica dos anos 90, em que intelectualidade e movimento social ampliam e diversificam sua atuação, encadeando a práxis com discussão e reflexão teórica, sendo o termo “quilombo” instigante para todos e dialogando cada vez mais o presente e a noção de identidade.

Em 1995²³, ocorre o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais, momento em que comunidades e movimento negro assinam um documento conjunto de reivindicações e diagnóstico social da população negra para o Estado. Na atualidade, há de se perceber que ainda está em curso a visibilidade desses territórios negros, quanto a sua localização ou formas de organização, o que vem a se tornar mais factível em função da realidade social que traz as “terras de preto”, “terras de santo” e “quilombos urbanos” como a comunidade Chácara das Rosas, expressões dessa pluralidade do fenômeno quilombola.

23 Ano comemorativo do “Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares” e “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, a qual trata-se de manifestação reunindo entidades do movimento negro de todo o país que realizam uma marcha na capital federal, pleiteando medidas governamentais de combate a desigualdade sócio-racial

Introdução

O presente estudo sócio-antropológico da Comunidade *Chácara das Rosas* localizada no município de Canoas/RS, realiza-se com base no convênio entre o IFCH/NACI (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Antropologia e Cidadania) da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), com interveniência da FAURGS (Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o qual prevê a caracterização espacial, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas para fins de identificação e delimitação, conforme estabelecem o Decreto 4.887/2003²⁴ e Instrução Normativa 20/2005²⁵. Nesse sentido, o relatório sócio-antropológico configura-se como etapa constitutiva dos procedimentos de regularização de territórios quilombolas realizados pelo INCRA/RS.

A fim de dar conta da caracterização histórica, econômica e sociocultural do território, apreendem-se aspectos da historicidade e organização social da comunidade *Chácara das Rosas* que são constitutivos do seu pertencimento étnico e identitário. A configuração do local apresenta um terreno de herança familiar, localizado no bairro Marechal Rondon, com acesso pelas ruas Dona Rafaela e Duque de Caxias, sendo ladeado pelas ruas São José e São Filisbino. Neste local convivem os herdeiros de Rosa Correa dos Santos e João Maria Generício de Jesus, cerca de 15 (quinze) famílias distribuídas em 22 (vinte e duas) casas de madeira e 01 (uma) de alvenaria.

Os dados pesquisados apontam características sócio-culturais fundadas na religiosidade (matriz-africana e cristã-evangélica), práticas cotidianas (partejar, benzer, etc), além de intensa sociabilidade com outros territórios negros (clubes festivos e esportivos, etc). Quanto aos vínculos históricos estes se remetem ao Quilombo Manoel Barbosa/Gravataí, através do parentesco e formação de redes de apoio mútuo e alianças conjugais, ao longo das gerações, com outros grupos familiares negros.

24 O Decreto 4887/03 torna-se um relevante referencial legal por estabelecer uma correlação com o Direito internacional, através de acordos de direitos humanos dos qual o Brasil é signatário, especialmente a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais. Inspirado na Convenção 169, o Decreto 4887/03 reconhece o princípio da autodefinição identitária e o conceito de território como norteadores de uma política em relação as comunidades quilombolas.

25 A instrução normativa do INCRA 20/2005, aprovada pela Resolução 20/2006, estabelece novos procedimentos para a identificação, conhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação registro de territórios quilombolas, dentre eles as diretrizes que orientam o relatório antropológico como uma das etapas do RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

De acordo com os dados da pesquisa histórica, as origens da comunidade pesquisada remetem ao Quilombo de Manoel Barbosa, na localidade do Barro Vermelho, e às redes sociais aí conformadas.

Destaca-se que o município de Canoas foi distrito de Gravataí até 1939, além disso ressalta-se um passado histórico com presença negra (escrava e livre) na área, uma vez que os pesquisadores da equipe participaram também do Relatório técnico referente à comunidade citada. Isso permitiu que nossos esforços de pesquisa fossem voltados para as especificidades da constituição e permanência da Comunidade da Chácara em Canoas.

Por essa via busca-se caracterizar os processos de transformações sofridos pela cidade e suas relações com a trajetória da comunidade: o impacto da rápida urbanização da área nas últimas décadas do século XX no modo de vida da comunidade; a valorização fundiária recente, tornando o que era anteriormente uma área rural de ocupação popular em um bairro urbano de características socialmente elitizadas. Destacam-se, ao longo do relatório, os vínculos sócio-históricos com a cidade de Canoas, as redes de sociabilidade com outros territórios negros e o processo de vivência territorial.

O presente relatório divide-se em 04 (quatro) partes, a saber: 1) A Comunidade Chácara das Rosas; 2) O território; 3) Os vínculos sócio-históricos e 4) Organização Social, sendo que as considerações finais subdividem-se em análise conclusiva do território quilombola da Chácara das Rosas e recomendações de parâmetros para políticas públicas aplicáveis na comunidade, de acordo com suas demandas e dados sócio-econômicos.

A primeira parte, intitulada “A Comunidade Chácara das Rosas”, apresenta a origem, trajetória sócio-cultural, bem como a realidade contemporânea desse grupo social, a partir do casal fundador *João Maria Generício de Jesus e Rosa Correa de Jesu*²⁶, ambos oriundos da região do Barro Vermelho, atualmente reconhecida como território do quilombo Manoel Barbosa, também localizado na região metropolitana de Porto Alegre, mais precisamente no município de Gravataí. Ainda, nessa parte inicial abordaremos os aspectos do cotidiano familiar, englobando territorialidade,

26 Na documentação e depoimentos pesquisados, verificou-se uma variação tanto no nome quanto no sobrenome. O nome aparece, por vezes, como Rosa ou Rosalina, grafado com S e Z. Já no sobrenome temos Correa dos Santos, Correa de Jesus e Barbosa dos Santos. Apesar desta variação optamos em função do uso corrente familiar pela nomeação como Rosa.

religiosidade, usos e práticas sócio-culturais, tais como benzeduras e manejo dos recursos naturais.

Na segunda parte, relativa ao território demonstra-se a relação intrínseca entre os indivíduos e o seu meio, demarcado pelas relações sociais, usos e costumes que orientam o cotidiano vivido. Assim, têm-se o legado de Dona Rosa concretizado na função social daquela área, especialmente nas pessoas do seu filho mais velho, o qual recria condições de plantio de verduras, ervas e flores, tal como faziam no passado. Por outro lado, esse mesmo território é palco de expressões diferenciadas de religiosidade, as quais estabelecem fronteiras territoriais, através das categorias êmicas de *batuqueiros* e *evangélicos*. Enfatiza-se que esse território não é imutável ou estático, pelo contrário interligam-se com mudanças várias, tais como uma visão antes de “rural” e agora de “urbano”, somado as implicações sociais e conflitos que isso traz nas vidas de todos que ali estabeleceram seus vínculos. Analisaremos ainda as transformações sofridas no perfil ocupacional da cidade e seu impacto sobre o modo de vida da Chácara das Rosas, através do cruzamento de dados advindos da memória social do grupo e outras fontes documentais e bibliográficas. Por fim, será explicitado em tópico específico o território reivindicado para regularização pela Comunidade Quilombola Chácara das Rosas.

No capítulo seguinte, dedicado aos vínculos sócio-históricos, será abordada a historicidade da presença negra na região de Canoas, desde o período escravista até os dias de hoje, explicitando desde dados quantitativos sobre esta população até as diversificadas formas de resistência postas em prática por este grupo. Também nos deteremos na análise da conformação de diversos territórios negros na região metropolitana de Porto Alegre, bem como nas redes de sociabilidade e ajuda mútua constituídas entre indivíduos e grupos negros que caracterizam o pertencimento etno-racial dessa coletividade.

Na quarta e última parte, nos deteremos na organização social do grupo, explicitando as relações de parentesco, critérios de pertencimento e marcas referenciais da identidade etno-racial. Dentro dessa perspectiva observa-se um movimento de saída e retorno ao território, protagonizado por seus moradores, entre parentes e herdeiros.

Também, será objeto de análise o perfil sócio-econômico, obtido através de indicadores de renda, escolaridade, moradia e trabalho, dentre outros dados pertinentes; Explicitaremos a trajetória de luta de uma comunidade frente a estigmatização oriunda

do pertencimento etno-racial do grupo, como evidencia a atribuição exógena de “Planeta dos Macacos” com a qual são identificados pelo entorno local.

Na contramão desse processo está a trajetória da luta pelo reconhecimento como comunidade quilombola e o acesso aos direitos garantidos em lei, a qual será enfatizada como parte da dinâmica societária e territorial protagonizada pelos membros da Chácara das Rosas. Esse quadro ao qual encontro correspondência teórica com os debates sobre o processo de etnogênese²⁷, em que se enfatizam sujeitos construindo a sua história, bem como emergências de identidades étnicas é o que delinea o momento vivido pela comunidade *Chácara das Rosas*.

Na seqüência, destaca-se o pleito de reconhecimento como comunidade quilombola e os direitos sociais, especialmente territorial, advindos desse pertencimento. A análise desse quadro orienta-se por uma perspectiva relacional em que é relevante pensar como as pessoas estão organizando sua vida, atribuindo sentido as idéias de quilombo e quilombola, bem como estão se relacionando com os demais atores envolvidos nesse processo, no caso movimento social negro e instituições públicas encarregadas da oficialização da demanda quilombola.

Na finalização do relatório sócio-antropológico, descortinando esse processo, as considerações finais trazem uma síntese dos aspectos até aqui tratados e que vão ao encontro da configuração desse grupo familiar como uma comunidade quilombola. Por fim, apoiados nos dados relativos ao perfil sócio-econômico do grupo, suas demandas e potencialidades, apresentamos recomendações de parâmetros de políticas públicas.

27 Ver Banton (1977) e Arruti (2003).

CAP. 1 – Chácara das Rosas: trajetória de um Quilombo em Canoas/RS

Neste primeiro capítulo trazemos os principais fatos que constituem a trajetória da comunidade Chácara das Rosas no município de Canoas. Iniciamos pela formação do núcleo familiar que dará origem ao grupo atual. Trata-se do casal Rosa e João Generício, os quais no começo do século XX protagonizam o início desse grupo familiar negro.

Os registros advindos da memória social dos descendentes do casal, bem como do estudo técnico referente ao Quilombo Manoel Barbosa²⁸, localizado no município de Gravataí/RS, permitem trazer à luz dados relevantes quanto a origem do casal, os laços de parentesco com o referido quilombo, bem como percorrer o cotidiano familiar e comunitário em Canoas.

Nessa perspectiva, apresentamos o território da Chácara das Rosas e seus principais personagens, enfatizando as relações e práticas sócio-culturais que os constituem enquanto grupo social singular e portador de traços distintivos, em relação ao seu entorno, que lhes conferem uma identidade própria.

O primeiro tópico abrange o histórico familiar de Rosa Barbosa de Jesus, percorrendo desde o seu nascimento no território do Barro Vermelho em Gravataí até o casamento com João Generício e a ida do casal para Canoas. Estão presentes informações pertinentes a sua ascendência, especialmente a figura paterna do Manoel Barbosa, filho de escravos e fundador do quilombo homônimo. Também se faz referências a eventos históricos, como a guerra do Paraguai na qual Manoel Barbosa teria lutado, segundo relatos de seus descendentes.

O tópico seguinte ilustra o cotidiano familiar em Canoas, a partir de fatos marcantes como a morte do seu João Generício, as estratégias de sobrevivência familiar aliada às marcas relacionais impressas naquele território. São essas marcas que serão enfocadas no tópico final deste capítulo, demonstrando a vivência e o pertencimento à Chácara das rosas, através dos vínculos que se estabelecem pelas práticas sócio-

28 Ver “*A resistência através da permanência: relatório antropológico, histórico e geográfico sobre a comunidade negra de Manoel Barbosa*”. IFCH/INCRA 2006. Equipe técnica: Ana Paula Comin de Carvalho, Arlete Ieda Pasqualetto, Moises Ortemar Rehbein, Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto, Sherol dos Santos Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira. Autores: Ana Paula Comin de Carrvalho, Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto, Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

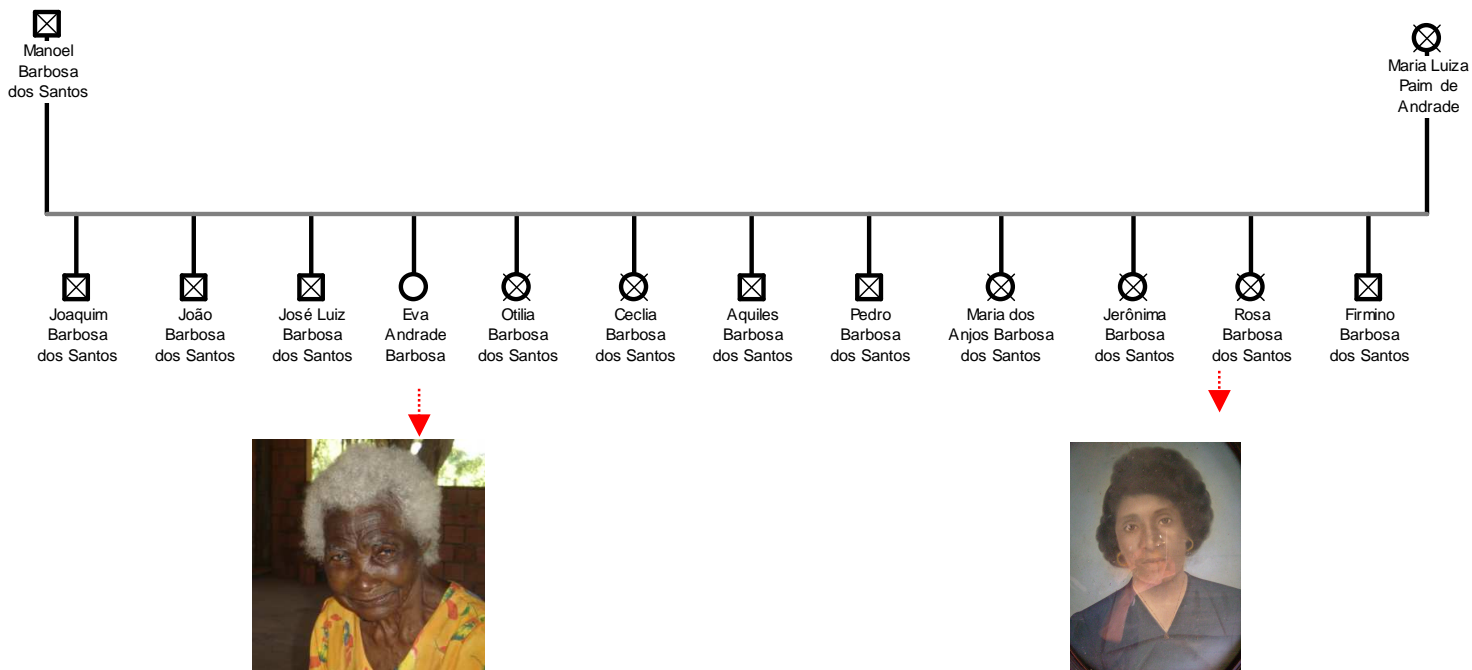
culturais de partear e benzer crianças da família e vizinhança, além do plantio de verduras, ervas e as famosas rosas que darão nome ao lugar.



Localização de Canoas em relação ao Brasil e ao Rio Grande do Sul
(Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Canoas>)

1.1- Rosa e o Quilombo Manoel Barbosa

Em 1908 na localidade de Barro Vermelho, área rural do município de Gravataí/RS, nascia Rosa Barbosa de Jesus, filha do casal de negros Manoel Barbosa dos Santos e Maria Luiza Paim de Andrade. Esses tiveram doze filhos: Joaquim, João, José Luiz, Eva, Otilia, Cecília, Aquiles, Pedro, Maria dos Anjos, Jerônima, Rosa e Firmino. Abaixo a genealogia familiar, destacando: Eva Andrade Barbosa (1922 - filha mais nova do casal e atualmente com 84 anos de idade) e sua irmã Rosa Barbosa de Jesus (1908-1971), falecida aos 63 anos de idade.



Nas lembranças de Dona Eva, única filha do casal ainda viva, reconstitui-se o cotidiano familiar em que as figuras dos pais e irmãos traçam o fio condutor da trajetória da comunidade como veremos no decorrer deste relatório:

Vera – Onde a senhora nasceu?

Eva – No Barro Vermelho, eu nasci. Morei lá 50 anos. Tinha só duas casas no pasto. (...) Sim, nasci. Todos os irmão. Só tinha moreno lá... índio não tinha. Era só a família e vizinhos não tinha... só a família.

[...]

Vera – O que a senhora lembra daquela época?

Quando eu tinha os meus quatorze anos me alevantava de manhã cedo... meu pai plantava mandioca, saía às cinco da manhã. Ele enchia carretas e carretas de mandioca pra às seis horas ta lá na roça.

Vera – E seus pais? A senhora tem lembrança deles?

Eva – Meus pais desde que entraram pra lá vivia trabaiaando. Ali fora, que eu me alembre era isso. A mãe fazia muitos acolchoados pra dia de casamento, ela assava muitos leitão, capinava na roça (...) o falecido meu pai, quando o coitado morreu eu já era grande. Eu era sorteira. Ele contava que foi escravo e o pai dele também era escravo. Não lembro o nome do sinhô... ele brigou na guerra um mês. Eles levaram ele à força e disse que estavam tudo armados!

Vera – Quantos irmãos a senhora teve, Dona Eva?

Eva – Eh! Eu tinha um monte! Os falecido João, Firmino... as falecida Jerônima, **Rosa**, Maria, Cecília....”²⁹

O rememorar sobre Dona Rosa, também referida por seus descendentes como Rosa, interliga-se com a trajetória do Quilombo Manoel Barbosa. Ela cresceu na propriedade que havia sido parte adquirida por seu pai Manoel no ano de 1896³⁰ e o restante possivelmente recebido por sua mãe através de doação feita por Isaura Barbosa (também referida como Senhorinha Barbosa). Essa Isaura ou Senhorinha, como é referida, teria sido senhora e madrinha de Maria Luiza, sendo lembrada como alguém que teria lhe criado³¹.

É bem possível que a venda de terras feita a Manoel Barbosa tenha sido efetuada buscando regularizar uma ocupação já existente. Alguns indícios corroboram esta hipótese. Vejamos o inventário de um de seus vizinhos, Antônio Dias Fialho Filho lavrado em 1894, portanto cerca de dois anos antes de ter sido lavrada a citada escritura em nome de Manoel Barbosa. Neste documento oficial foram arroladas uma série de propriedades que este indivíduo possuía no Barro Vermelho, com as respectivas descrições dos seus limites. Uma destas propriedades era “uma parte de terras de matos e capoeiras”, a qual se dividia:

“com terras dos pretos forros pela frente e fundos com as terras dos Limas e herdeiros do finado Porfírio Antônio de Jesus, por um lado com terras dos herdeiros do finado José Vargas de Andrade, e por outro com terras dos herdeiros do finado Felisbino Antônio Alves” (grifos nossos)³².

O documento não especifica quem eram estes “pretos forros” que ocupavam terras nessa região, porém o cruzamento com alguns relatos orais é sugestivo. Seu Antonio Francisco Ramos Barbosa, 76 anos, neto de Manoel Barbosa e Maria Luiza, confirma que as terras da comunidade eram percebidas como um território negro³³:

29 Entrevista realizada com Eva Barbosa de Andrade, 84 anos, no dia 23/07/04 por Vera Rodrigues e Luciano Costa.

30 Conforme “Escriptura de venda de um quinhão de terras compreendendo duas partes em uma atafona, que fazem Joaquim José Barbosa e sua mulher a Manoel Barbosa dos Santos“, arquivada no APERS, Tabelionato Gravataí, Transmissão e Notas, Livro 7, Fundo 30, Folhas 29v. a 31v.

31 Ver o *Relatório Antropológico, Histórico e Geográfico sobre a Comunidade Negra de Manoel Barbosa* (Carvalho, 2006).

32 Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, Maço 01, Auto 18, fl. 22v

33 Entendemos por territórios negros os locais onde se reconhece a presença contínua desses grupos em virtude de sua ocupação residencial ou interacional. Estejam eles no meio rural ou urbano, são definidos como espaços delimitados e reconhecidos pelo grupo que dele se utiliza e são assim pensados pelos demais. Os territórios negros, construídos na resistência ao racismo, consubstanciaram um modo de solidariedade, de experiência existencial e identitária dos africanos escravizados e seus descendentes no Brasil (Leite, 1990; Leite e Mombelli, 2005).

Francisco: - Maria Luiza ganhou suas terras dessa Isaura Barbosa e o Manoel Barbosa não comprou nada. Era tudo herança da minha avó. É um fazendão. Chamavam de Fazenda dos Pretos. (grifos nossos)³⁴.

Dona Idalina Barbosa da Silva, 81 anos, outra neta do casal, refere-se também a localidade como uma área de ocupação predominantemente negra:

Idalina: -Todo o pessoal que morava desse lado aqui era de cor.

Ana Paula – E quais eram as outras famílias de cor que tinham aqui?

Idalina: - Pois é, Ramos e nós aqui que morava. Ah, e tinha o falecido João Batista também lá em cima. [...] Era tudo, tudo gente de cor que morava³⁵.

Durante o período final do regime escravista no Brasil, não era incomum, apesar de não ser a regra, que escravos e seus descendentes recebessem permissão para ocupar parcelas das terras de seus senhores, ou mesmo as herdassem juntamente com outros bens no momento da morte dos proprietários³⁶. Mesmo que essas terras geralmente fossem áreas menos valorizadas economicamente como, por exemplo, terrenos acidentados, esgotados e menos produtivos.

Sua concessão para uso ou mesmo de forma definitiva foi uma maneira eficaz encontrada pelos grandes proprietários de buscar ascender moralmente sobre seus cativos como alguém paternalista, colaborando no intento de criar um corpo de dependentes, principalmente nos anos finais da escravidão no Brasil quando os grandes proprietários temiam a falta de trabalhadores ocasionada pela crise do sistema escravista (grande número de alforrias, fim do abastecimento internacional de escravos, difusão de idéias abolicionista).

Neste contexto, as referências documentais e memoriais nos levam a afirmar que esta comunidade negra já ocupava terras na localidade do Barro Vermelho de forma autônoma e com permissão dos proprietários, e que a transação de compra e venda provavelmente tenha sido somente a formalização/regularização dessa posse.

É difícil penetrar no emaranhado das relações estabelecida ao longo dos anos entre os membros do grupo e as famílias de grandes fazendeiros da região. Seja como for, sabemos que diversos lindeiros das terras da comunidade haviam sido, em algum

34 Entrevista realizada com Antonio Francisco Ramos Barbosa, 76 anos, no dia 11/05/2005 por Ana Paula Comin de Carvalho e Vinícius Pereira de Oliveira.

35 Entrevista realizada com Idalina Barbosa da Silva, 81 anos, no dia 10/05/2005 por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinicius Pereira de Oliveira e Vera Rodrigues.

36 A esse respeito ver Barcellos (2004).

momento, senhores escravistas de membros desta coletividade, o que reforça a hipótese da doação.

A família de José Joaquim Barbosa, o indivíduo que vendeu as terras para Manoel Barbosa em 1896, era proprietária de terras e possuidora de escravos na região do Barro Vermelho em Gravataí. O escravo Estácio, irmão de Manoel Barbosa³⁷, pertenceu a Antonio de Paula Barbosa e posteriormente a Manoel José Barbosa, respectivamente tio e primo de José Joaquim. Estácio também foi vendido como escravo em 1879 para um dos lindeiros da área adquirida por Manoel Barbosa, Manoel Antônio de Vargas. Este último fora senhor de Fabrício, pai de Maria Luiza (esposa de Manoel Barbosa)³⁸.

Além das famílias de grandes proprietários rurais e escravistas Vargas e Barbosa, a Comunidade Quilombola de Manoel Barbosa e ainda tem vínculos com outras famílias que de forma recorrente apareceram na documentação histórica como possuidores de escravos em Gravataí. São elas: os Paim de Andrade³⁹, Ramos⁴⁰, Fonseca⁴¹, Fialho⁴² e Corrêa de Medeiros⁴³, todos com terras no Barro Vermelho.

Os integrantes da Comunidade de Manoel Barbosa tinham como vizinhos e posteriormente como parentes, diversos indivíduos negros com esse sobrenome. Entendemos que a presença de famílias negras com o mesmo sobrenome de grandes proprietários de terras e escravos na mesma localidade não é mera coincidência, havendo com certeza algum tipo de relação social entre eles. Era prática recorrente entre

37 Esta informação está baseada no registro de batismo de um filho de Estácio, no qual aparece o nome de sua mãe, Maria Barbosa, e um dos padrinhos é o próprio Manoel Barbosa (AHCMPPOA, Gravataí, Registros de Batismo, Livro 15, fl. 92r, 08/01/1892). O parentesco entre Manoel Barbosa e Estácio também se confirma pela certidão de óbito do primeiro, onde consta ser ele filho de Maria Barbosa (Registro Cível das Pessoas Naturais do Município de Gravataí, Livro C-05, fl. 100, nº 30, 11/08/1922).

38 APERS, Tabelaionato, Porto Alegre – Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, Transmissão/Notas, Livro 6, 1 volume, Estante 23, fl. 46v.

39 Maria Luiza e seu pai utilizavam esse sobrenome num indicativo de possíveis vínculos de trabalho com pessoas dessa família.

40 Os integrantes da Comunidade de Manoel Barbosa tinham como vizinhos e posteriormente como parentes, diversos indivíduos negros com esse sobrenome. Entendemos que a presença de famílias negras com o mesmo sobrenome de grandes proprietários de terras e escravos na mesma localidade não é mera coincidência, havendo com certeza algum tipo de relação social entre eles. Era prática recorrente entre escravos adotarem sobrenomes de seus antigos senhores, já que durante a vida em cativeiro não possuíam tal designação. Isso visava a construção de uma nova identidade para a vida em liberdade, uma identificação que os afastasse estigma do cativeiro e remetesse à nova condição jurídica de homem livre.

41 Pelo menos três gerações do grupo trabalharam para essa família de grandes proprietários de terras da região.

42 Os integrantes da Comunidade de Manoel Barbosa tinham como vizinhos e posteriormente como parentes alguns indivíduos negros com esse sobrenome.

43 Alguns integrantes do grupo utilizavam eventualmente esse sobrenome, assim como se relacionavam com indivíduos negros com esse sobrenome que habitavam uma área onde hoje está a fábrica de automóveis General Motors aos quais se referiam como tios. Não foi possível, entretanto, determinar se existia parentesco consanguíneo entre eles.

ex-escravos adotarem sobrenomes de seus antigos senhores, já que durante a vida em cativeiro não possuíam tal designação⁴⁴.

Apesar dos fortes indícios não foi possível averiguar se este casal chegou a ser escravo, porém sabe-se que seus antepassados diretos foram cativos de famílias de grandes proprietários rurais da região. Os avós de Rosa por parte materna, **Eva** e **Fabrício** Paim de Andrade, por exemplo, viveram como escravos da família Vargas, grandes proprietários rurais da região. Fabrício Paim de Andrade foi escravo de Manuel Antônio Vargas, cuja esposa se chamava Maria da Glória Senhorinha⁴⁵. Eva Paim de Andrade, conhecida também por Eva Vargas, foi escrava de Maria Antônia de Vargas.

Fabrício e Eva, mesmo sendo escravos foram legitimamente casados e tiveram diversos filhos, conseguindo constituir e perpetuar vínculos familiares estáveis⁴⁶.

Segundo a bisneta Idalina Barbosa, sua mãe Maria Luiza:

Idalina: - [...] era babá das crianças dos Vargas. Ela até amamentou para a madrinha dela. E a madrinha dela que deu cinco hectares de terra para ela. Era a madrinha dela.

Ana Paula: - E o nome de madrinha dela, qual era? O nome da madrinha da Maria Luiza?

Francisco: - O nome da madrinha eu não sei dizer. Eu só sei dizer que a que criou ela, que ela foi escrava, se chamava Isaura Barbosa.

Idalina: - Senhorinha, ouvia fala muito da Maria Senhorinha.

Francisco: - Senhorinha era dos Vargas?

Idalina: - Botaram o nome da neta também Maria Senhorinha.

Francisco: - Senhorinha, mãe do Antonio Vargas? Diziam que tudo era escravo. Agora a falecida avó foi criada com a Isaura Barbosa, aqui a Senhorinha⁴⁷.

Já o pai de Rosa, Manoel Barbosa dos Santos, era filho da escrava Maria Barbosa. Como já referido, não foi possível saber se foi escravo, mas tivemos conhecimento de que seu irmão Estácio o foi⁴⁸, e pertenceu a Antonio de Paula Barbosa e posteriormente a Manoel José Barbosa. Estes últimos eram respectivamente tio e

⁴⁴ Isso visava a construção de uma nova identidade para a vida em liberdade, uma identificação que os afastasse estigma do cativeiro e remetesse à nova condição jurídica de homem livre

⁴⁵ Manoel Antônio de Vargas casou-se com Maria da Glória Senhorinha, em 1872. Fonte: Gravataí, Livro 4, fl. 34.

⁴⁶ Fabrício e Eva sacramentaram casamento em 24/05/1870, porém já viviam amasiados na data. Fonte: AHCMPOA, Casamentos Gravataí, Livro nº 4, fl. 16.

⁴⁷ Declarações de Idalina Barbosa da Silva, 81 anos e Antonio Francisco Ramos Barbosa, 76 anos, no dia 07/01/2006 em entrevista coletiva da Comunidade de Manoel Barbosa realizada por Ana Paula Comin de Carvalh., Vinícius Pereira de Oliveira e Vera Rodrigues.

⁴⁸ Esta informação está baseada no registro de batismo de um filho de Estácio, no qual aparece o nome de sua mãe, Maria Barbosa, e um dos padrinhos é o próprio Manoel Barbosa (AHCMPOA, Gravataí, Registros de Batismo, Livro 15, fl. 92r, 08/01/1892). O parentesco entre Manoel Barbosa e Estácio também se confirma pela certidão de óbito do primeiro, onde consta ser ele filho de Maria Barbosa (Registro Cível das Pessoas Naturais do Município de Gravataí, Livro C-05, fl. 100, nº 30, 11/08/1922).

primo do indivíduo que vendeu as terras para o casal Manoel Barbosa e Maria Luiza. Em 1879 Estácio foi vendido para Manoel Antônio de Vargas, senhor do escravo Fabrício, esse pai de Maria Luiza⁴⁹.

Os relatos dos seus descendentes revelam que Manoel Barbosa dos Santos lutou na Guerra do Paraguai antes de se estabelecer como pequeno camponês proprietário:

“Ela contava [referindo-se a sua mãe] que ele [Manoel Barbosa] dizia que eles faziam muita malvadeza para as pessoas e ele era obrigado a fazer junto. Porque se ele não fizesse eles matavam ele, né? Que era obrigado a pegar e atirar as criancinhas para cima e aparar nas pontas de lança. Aí ela dizia: - Por que fazia? E ele: - Não, mas se eu não fizesse, tinha que fazer. Chegava nas casas que tinham moças, pegava e cortava os seios das moças. Coisa triste a guerra, né? Então que contava para ela é isso aí. A mãe sempre nos contava. Faziam muita judiação com as pessoas”.⁵⁰ (Idalina Barbosa da Silva, 81 anos, neta de Manoel Barbosa)

“O falecido meu pai, quando o coitado morreu eu já era grande. Eu era solteira. Ele contava que foi escravo e o pai dele também, era escravo. Não lembro o nome do senhor deles... Ele brigou na guerra um mês. Eles levaram ele à força e disse que estavam tudo armado!”⁵¹ (Eva de Andrade Barbosa, 84 anos, filha de Manoel Barbosa)

Manoel Barbosa sobreviveu a Guerra do Paraguai falecendo no ano de 1922, em virtude de uma picada de cobra cruzeira, animal muito comum na região, quando estava próximo a um taquaral. Sua esposa Maria Luiza faleceu em 1937. Marieta Barbosa dos Santos, recentemente falecida aos 75 anos, sua neta, lhe descreve assim:

“Só me lembro dela que era bem baixinha, bem pretinha. Era um carvão de pretinha e tinha o cabelo muito bom que ela penteava. Mandava pentear assim [Marieta faz um movimento com a mão sobre o cabelo]. Ela era bem baixinha.”⁵²

Outros negros que habitavam a localidade do Barro Vermelho também teriam lutado nesse conflito. Segundo seu Antonio Francisco Ramos Barbosa, 76 anos, (neto de Manoel Barbosa), além do seu avô, também teriam lutado na guerra os vizinhos Alberto Ramos e José Fialho.

49 APERS, Tabelaionato, Porto Alegre – Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, Transmissão/Notas, Livro 6, 1 volume, Estante 23, fl. 46v.

50 Entrevista realizada com Idalina Barbosa da Silva, 81 anos, no dia 10/05/2005 por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinicius Pereira de Oliveira e Vera Rodrigues.

51 Entrevista realizada com Eva Andrade Barbosa, 84 anos, no dia 23/05/2005 por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinicius Pereira de Oliveira e Vera Rodrigues.

52 Entrevista realizada com Marieta Barbosa dos Santos, 73 anos, no dia 10/05/2005 por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinicius Pereira de Oliveira e Vera Rodrigues.



Antonio Francisco Ramos Barbosa.
Foto: Vera Rodrigues, agosto de 2004.

Francisco: - O Manoel Barbosa tinha lutado na Guerra do Paraguai.

E o pai dele, não sei bem quem é o pai dele. Só sei que os dois vieram de lá. Manoel Barbosa e Alberto Ramos, lutou também na Guerra do Paraguai. Depois ficaram por aqui e casaram.

Ana Paula: - Sobre o Manoel Barbosa o que o senhor sabe mais? Francisco:- Ele foi escravo, mas não sei onde morava.

Ana Paula: - Eles se conheceram na guerra ou já se conheciam?

Francisco: - Já se conheciam lá do Uruguai, antes da guerra. Quando terminou a guerra eles ficaram aqui e não foram mais embora.

Ana Paula:- O que motivou eles virem para Gravataí?

Francisco:- Na guerra do Paraguai eles lutaram por todas essas terras aí e vieram parar aqui. Ainda tinha outro que faleceu há muitos anos que era da mesma equipe deles, do mesmo lote. José Fialho morava lá em cima no canto. Também era da guerra do Paraguai.

Ana Paula:- Ele era branco ou negro?

Francisco:- Era tudo negro⁵³.

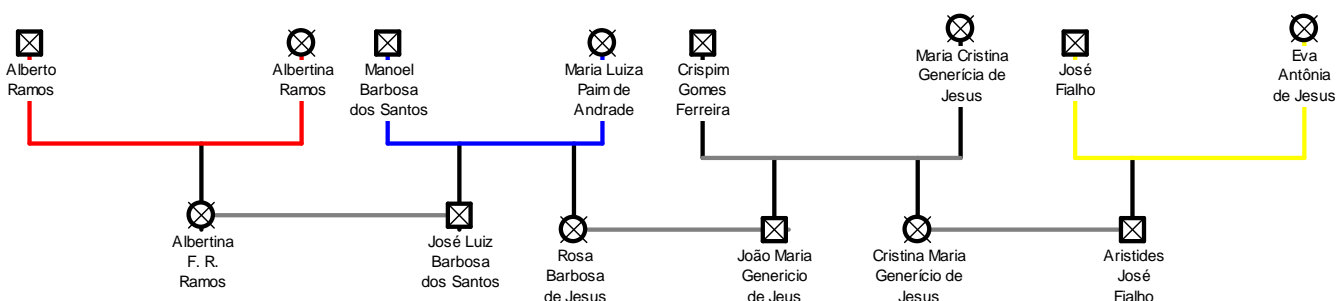
Interessante salientar que os laços entre Barbosa, Ramos e Fialho vieram a configurar-se em relações de parentesco, através de uniões conjugais ocorridas entre os filhos destes, conforme nos aponta este trecho do relatório antropológico sobre a Comunidade Manoel Barbosa e a genealogia parcial dessas uniões:

Alguns dos filhos de Manoel e Maria Luiza casaram-se com integrantes e parentes de outro grupo negro vizinho de sobrenome Ramos. Isso ocorreu com José Luiz, Eva, Aquiles e Pedro. Albertina, esposa de José Luiz, era tia materna de Ercília (Maria Doroci)⁵⁴ e Maria Diles, que eram irmãs. José Francisco, marido

53 Entrevista realizada com Antonio Francisco Ramos Barbosa, 76 anos, no dia 11/05/2005 por Ana Paula Comin de Carvalho e Vinícius Pereira de Oliveira.

54 Nos documentos do Inquérito Civil Público a esposa de Aquiles é denominada como Ercilia, mas integrantes da Comunidade de Manoel Barbosa dizem que ela se chamava Maria Doroci. Um dos

de Eva, era sobrinho de Albertina. Situação análoga, mas envolvendo outros negros aparentados entre si que residiam nas proximidades, ocorreu com Maria dos Anjos e Rosa. **Firmino, casado com Maria dos Anjos, era primo de João Generício, cônjuge de Rosa.** (Carvalho, 2006: 81)



Essas uniões conjugais podem ser analisadas, a partir das regras de endogamia, as quais regulam a escolha de cônjuges e a relação entre os parentes de ambos. Por essa via tem-se que determinadas características sociais como o pertencimento etnoracial, sejam norteadores da aproximação entre os indivíduos e da formação de laços sociais. Em relação aos grupos quilombolas este é um traço de inclusão que demarca as fronteiras entre o “nós” e o “eles”, tanto no tempo como no espaço.

Quando, na fala de Dona Eva Andrade Barbosa, ela ressalta que naquele território todos eram “da família” e “só morenos” ela está nos apontando para os laços constitutivos das alianças entre esses grupos sociais. Esses laços podem ser mais bem percebidos em relação ao parentesco entre os Fialho, Barbosa e Ramos, envolvendo o casal Rosa e João Generício (também chamado João Crispim). Esse aspecto transparece na fala do senhor Francisco (neto do Manoel Barbosa) em conversa com um parente, Antonio (Bisneto de José Fialho):

Antônio – Então, tem alguma coisa a vê, porque então... a minha mãe é meia parente do senhor, então também nesse caso, se o João Crispim era tio dela...

Francisco – Era tio dela.

Antônio – Tio da mãe e casado com a sua tia?

obstáculos no processo de pesquisa para a elaboração dos mapas genealógicos foi à variação de sobrenomes que uma mesma pessoa apresentava em documentos, ou ainda, a utilização de apelidos no lugar do nome ou sobrenome. De forma inversa, verificamos que alguns nomes foram transmitidos ao longo das gerações, como Eva (nome da mãe de Maria Luiza), Maria dos Anjos (nome de uma irmã de Maria Luiza), o próprio nome de Maria Luiza que foi dado a uma neta dela. Nesse sentido, se o sobrenome evidencia vínculos de trabalho, o nome reporta a ascendência.

Francisco – E casado com a minha tia. A tia Rosa, ela mora... os fio dela moram tudo lá em casa, lá em Canoas. Tem o João, o Antoninho, tem... como é o nome da outra? São duas... tem uma até que ta na minha idade... então eles são tudo filho do falecido João Crispim. Eles têm uma chácara lá. E tinham essa terra aqui que...

Antônio – Ah! Tem esse pessoal que... que mora em Canoas?

Francisco – Tem, eles tão em Canoas. São tudo primo, teus primos.

É tio.

Antonio – Com a tia Rosa, que era parente sua.

Francisco – É... tia minha!⁵⁵

O parentesco entendido *como a mais universal e fundamental de todas as relações humanas*, tal como enfatiza Johnson (1997) baseia-se em laços de descendência via parentesco consanguíneo ou em laços de afinidade, norteado por vínculos sociais como o casamento, adoção ou outras ligações. No presente caso, encontramos entre os Ramos, Fialho e Barbosa, laços de afinidade que nos possibilitam perceber os arranjos e a lógica de organização interna do grupo. Esses aspectos são elucidativos dos fenômenos que permeiam e os constituem como, por exemplo, a identidade étnica e a territorialidade. Nesse sentido a dimensão da família e parentesco, pode trazer mais que a morfologia social, mas a subjetividade expressa na dinâmica relacional.

Essa lógica, expressa nas falas dos depoentes, permite traçar como ponto demarcador das relações familiares um entrelaçamento das parentelas como fonte de solidariedade e pertencimento. Por essa via, percebe-se que o casamento entre parentes não se impõe como uma regra restritiva das uniões conjugais, mas uma forma singular de reforçar laços e assegurar a continuidade do grupo. Além disso, esse formato das relações lhes confere uma identidade própria reconhecida no âmbito familiar e na correlação com a sociedade envolvente.

Os laços que uniram essas famílias perpassam diferentes dimensões e momentos da vida social, revelando uma contínua e estável ligação endógena. Assim, foi quando eles atravessaram a dimensão do conflito (expressa na Guerra do Paraguai), constituíram uma territorialidade presente no reconhecimento daquele território como

55 Entrevista realizada com Antônio Francisco Ramos Barbosa, 76 anos, em julho de 2004, por Antônio Costa.

“terras de pretos forros”, “lugar de morenos” e contemporaneamente como ‘Quilombo Manoel Barbosa’ e “Chácara das Rosas”. Estes mesmos laços são indicadores de uma identidade étnica que existe e persiste ao longo do tempo orientada por um sentimento de origem comum e ações coletivas partilhadas.

Isso é o que nos traz as memórias dos moradores do Quilombo Manoel Barbosa em relação aos primos de Canoas, expressando a constituição de uma identidade e territorialidade que se remetem temporalmente às primeiras gerações familiares em contínua ligação com o presente. Por outro lado, esses parentes de Canoas também expressam essa relação, tal como nos demonstra a fala do senhor Antônio de Jesus (Seu Tonho), 60 anos (filho do casal Rosa e João Generício) morador da Chácara das Rosas e que ainda identifica o local em que se localizava a casa da sua mãe no Quilombo Manoel Barbosa:

Antônio – Onde é a casa da Denise (bisneta de Manoel Barbosa), pra baixo daquelas taquaireiras, não tem umas taquaireiras ali?

Vera – Sim.

Antônio – Têm uns pés de amoreira ali de pitangueira, diz que ela andava correndo naquelas pitangueiras, andava à cavalo e tal. Pois ela é filha do Barbosa, não é?

Vinicius – Sim.

Antônio – Velho Barbosa, eu não conheci, Manuel Correia Barbosa e Maria Luiza Bier, Maria Luiza Barbosa, vocês já ouviram falar da Maria Luiza.

Vera – Sim, claro.⁵⁶

Essas lembranças ou como diria Halbwachs (1968), *reconstruções do passado com a ajuda de dados emprestados do presente*, emergem do campo em diferentes momentos e perspectivas traduzindo a diversidade de possibilidades dessa memória vivida e compartilhada pelos membros do grupo. Foi seguindo a trilha dessas lembranças que a história da comunidade e seus membros foram sendo evocados⁵⁷. Trilha essa que aponta os marcadores do tempo social da comunidade. Tempo esse, segundo o autor, que nos permite conservar e lembrar dos acontecimentos que constituem o quadro de lembranças.

É assim que as lembranças em relação aos primos de Canoas constituem-se em referencial demarcatório de vivências e memória social. As falas sobre os parentes de

56 Entrevista realizada com Antônio de Jesus, 60 anos, em 09/05/2006 por Vinicius Oliveira e Vera Rodrigues.

57 Quando pensamos na memória temos na concepção de Halbwachs (1968) que esta se reveste da concepção de uma memória vivida, compartilhada e perpetuada inter-geracionalmente. Neste sentido a memória constitui um fio condutor dos depoimentos, bem como possibilita interpretar o papel que a memória desempenha na trajetória entre o ontem e o hoje da comunidade Chácara das Rosas.

Canoas estão repletas de uma dimensão que tanto abarca o passado quanto o presente, num contexto que agrega tanto o sentido da existência daqueles indivíduos na terra quanto a sua saída ou permanência. Esse sentido compõe-se dos vínculos de parentesco, marcadamente endógenos, com casamentos, nascimentos e mortes perpassando a história da vida de cada um, como demonstram os laços familiares entre os Ramos, os Fialho e os Barbosa, constituídos através da noção de pertencimento, ou seja, do compartilhar de uma origem comum e um viés relacional com o outro.

É nessa perspectiva sociocultural que o casal Manoel Barbosa e Maria Luiza Barbosa vivem seus últimos dias nas terras que moraram e criaram seus filhos. O núcleo familiar desta comunidade permanece no local até o presente, e atualmente reivindica a condição de remanescente de escravos buscando o reconhecimento e titulação como área quilombola. Rosa, porém, viveu no território familiar quilombola até os 18 anos quando se casou com João Maria Generício de Jesus, iniciando assim uma trajetória familiar que culminaria na constituição da Comunidade Quilombola Chácara das Rosas, em Canoas.

1.2 - Rosa e João: uma família negra em Canoas

Segundo relatam seus descendentes e informam os documentos históricos, João Maria Generício de Jesus era um homem negro, mais velho que Rosa, agricultor, descendente de escravos e filho de Crispim Matheus e Maria Generícia de Jesus, também nascidos na região do Barro Vermelho. A história da união do casal faz parte desses relatos, como nos informa o senhor Antônio de Jesus, 60 anos, filho do casal:

Vinicius – O Sr. sabe que idade ela tinha quando casou, qual foi mais ou menos em qual a época que ela casou?

Antônio – Mas oh, garoto, eu vou lhe dizer, eu até, ela sentava nós tudo aqui assim, ela não morava aqui, ela morava lá na frente, lá na, tem uma casa de material onde era a casa da Rosa, na frente era tudo de material. Então ela sempre dizia: “(?) ia lá em casa lá, velha.” – (?) e era uma garota nova ainda, os pais dela falavam pra ela assim: “Pois é, chegou o teu namorado.” – “Ah, ele é mais velho do que eu (?)” . Ela tinha uns cabelão, dizia ela: “Eu não quero ver ele hoje, não sei o que.”. Ela casou com 17, 18 anos mais ou menos e ele já tinha seus 30 e lá vai, quase 40. Uns 17, 18 anos por aí, ela era uma garota, diz que era uma garota que eu vou dizer uma coisa. Eu tive lá onde ela se criou lá, era lá do Barro Vermelho, né?

Observa-se ainda que permanecem vivas as lembranças da ligação destes com o território do Quilombo Manoel Barbosa no Barro Vermelho tanto nas falas do seu Antônio de Jesus, pertencente a primeira geração, quanto na geração posterior como expressa a fala de Dona Noemi A. Pinto, 55 anos (neta do casa Rosa e João Generício) e Dona Glaci Goulart, 63 anos (nora do casal):

Vinicius – E no caso, os seus pais lhe contavam histórias daqui, das origens daqui, lá do Barro Vermelho, como eles se conheceram?

Antônio – Os 2 se criaram lá, ele era do Barro Vermelho, parece ou de Gravataí, eu não sei. Mas eu só sei que ele era trabalhador, ele era agricultor, ele veio como agricultor, depois ele se empregou na Federal, daí começou a trabalhar em maquinário, eu me lembro, né? Maquinário aqui na, na, numa empresa, numa empresa aqui que era da Federal, da Petrobrás, ele chegou a chefe, era chefe aí, às vezes ele trazia máquinas pra casa, às vezes ele tava numa máquina, acho que eu tinha 5 ano, 6 ano, 4 ano, o (?) me tirou de lá: “O quê é que tu ta fazendo aí, rapaz?” Eu era homem dos mais pequeno que tinha! (Antônio de Jesus, 60 anos)⁵⁸

Noemi – E a falecida vó sempre comentou do Barro Vermelho, sempre comentou.

Vera – Também?

Noemi – Sempre comentou da terra em Barro Vermelho, sempre comentou.

Vera – O que ela dizia?

Noemi – Que os irmão dela tão em Barro Vermelho, ela dizia: “Tenho meus irmãos em Barro Vermelho!”. Por isso que eu acho que esse José, o seu José é irmão da falecida vó. (...) Se chama revirado, ela fazia o reviradinho dela e as pessoas adoravam, vinham aí na casinha dela pra comer o revirado da vó. O seu José chegava aí já em seguida a vó fazia um revirado – “Fazer um revirado pro mano.”- **Era irmão porque ela dizia mano e era parecido com ela, a altura, magro que nem ela, bem preto que nem ela era e ela dizia mano, o mano José [...]. Onde é a casa antiga a minha era a casa da Dona Rosa, aí meu Deus se eu me recordo até quando veio o falecido José, que faleceu agora, o José do Barro Vermelho, que ele era irmão da falecida vovó! [...]** É lá do Barro Vermelho.

Vera – Esse sr. José era quem? Esse que vinha visitar ela aqui?

Noemi – Esse que vinha visitar a vó aqui, veio duas vezes quando eu tava aqui era José, não me lembro o sobrenome dele. Só sei que a vó disse: “Ah, o mano ta chegando!”. Ele chegou, amarrou aquele cavalo, coisa mais linda, daí ela disse para mim: “Esse aqui é o José, meu mano”.

Vera – Ele vinha seguido aqui?

Noemi – Não, veio duas vezes diferentes, que eu vi ele aqui foi duas vezes. Me lembro que ele amarrava aquele cavalo, coisa mais linda, bem vermelho na parreira da casa, tinha uma baita parreira de rosas, tudo era rosa⁵⁹. (Noemi A. Pinto, 55 anos)

58 Entrevista realizada com Antônio de Jesus, 60 anos, em 09/05/2006 por Vinicius Oliveira e Vera Rodrigues.

59 Entrevista realizada em 08/05/2006 por Vinicius Oliveira e Vera Rodrigues

Glaci – E aí eu vim pra cá. **E tem um grau de parentesco, a minha cunhada que casou com o meu irmão, tem um grau de parentesco com a minha sogra**, sabe? Eu conheci o meu marido através da minha cunhada.

Vera – Qual o nome da sua cunhada?

Glaci – Maria Luiza, a minha cunhada é.

Vera – Maria Luiza? Sobrenome?

Glaci – E agora o sobrenome! Ela era dos Barbosa.

Vinicius – Lá do Barro Vermelho?

Glaci – É. Ela era filha da Jerônima, filha da Rosa, ela é, olha! É um grau de parentesco.

É um grau de parentesco assim ó, não é fácil contar. A minha sogra era irmã da mãe da minha cunhada, que era a Jerônima, a falecida Jerônima, e o Crispim é do meu sogro e os Barbosa é a minha sogra. É, era esse grau de parentesco que eles tinham. Daí através da minha cunhada que eu conheci o meu marido.

Vinicius – A sua cunhada era filha da Jerônima?

Glaci – Da Jerônima.

Vera – A qual e ra irmã da?

Glaci – D. Rosa.

Glaci – Parece que é do lado do meu sogro. A minha sogra é que é lá dos...

Vera – Barbosa?

Glaci – Isso, dessa família lá. A minha sogra, que era filha da Jerônima, a tia Idalina, não sei o que a tia Idalina é lá do. A minha sogra eu já não posso dizer o que ela é, eles chamam: “Tia!”

Vinicius – A d. Idalina, do Barro Vermelho ela é neta do Manuel Barbosa também, assim como a Jerônima? Não, a Jerônima era filha? A Jerônima era tia da d. Idalina?

Glaci – Isso daí é que eu não sei. Não posso dar informação sobre esse pessoal.

Vinicius – A Jerônima não foi uma que até ficou doente e foi morar em Porto Alegre?

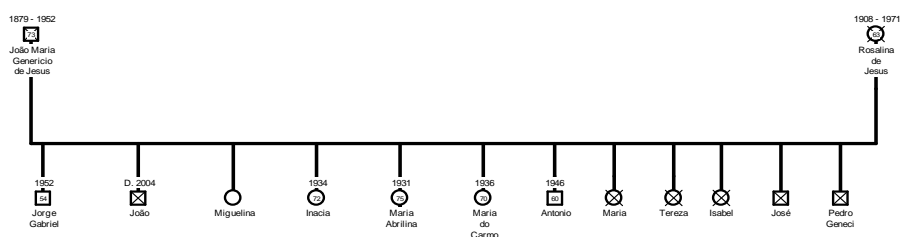
Glaci – É, isso mesmo, foi pro hospital, irmã da minha sogra, elas eram irmãs. **Elas eram irmãs, a minha sogra, a Rosa.** (Glaci Goulart genericio, 63 anos)⁶⁰



Casal João Generício dos Santos e Glaci Goulart. Acervo da família.

60 Entrevista realizada em 13/07/2006 por Vinicius Oliveira e Vera Rodrigues

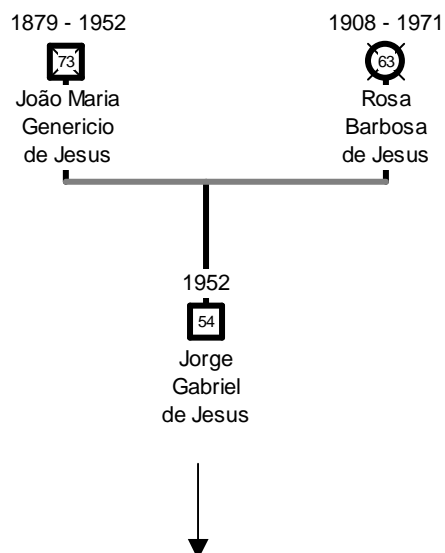
Essas falas revelam não só o sentimento de ligação com o Barro Vermelho, mas também que a rede de parentesco não se diluiu com a saída do casal Rosa e João Generício, mas manteve certa convivência via essas visitas e o reconhecimento dos laços entre os parentes. Outro dado interessante co-relacionado à estrutura familiar de seus antecessores, é que a exemplo de seus pais o casal Rosa e João tiveram uma família numerosa. Foram 12 (doze) filhos, dos quais 7 (sete) ainda estão vivos e a maior parte residindo na Chácara das Rosas, conforme demonstra a genealogia familiar referente a essa primeira geração:



As razões da mudança do casal Rosa e João Generício do Barro Vermelho para Canoas são desconhecidas⁶¹. Possivelmente o fato de Rosa já possuir filhos tenha influenciado a busca de autonomia do casal em relação aos pais dela, já que viviam nas terras destes.

Sabe-se que casal teria adquirido terras próprias, as quais são atualmente ocupadas por seus descendentes, a Chácara das Rosas. João Generício trabalhava com venda de lenha em sua carroça, atividade que o fazia circular por diversos locais, entre eles Canoas. A forma de aquisição parece possuir paralelos com a do Quilombo Manoel Barbosa, numa mescla de compra com doação. Segundo Jorge Gabriel de Jesus, filho mais novo do casal, os pais:

61 Até 1939 Canoas pertencia ao município de Gravataí, sendo seu 4º distrito. As localidades mantinham estreitos vínculos sociais e econômicos. A emancipação ocorreu somente em 27 de junho de 1939, através do Decreto Estadual nº 7.839.



Jorge Gabriel de Jesus.

Foto: Vera Rodrigues

Jorge Gabriel – Minha mãe me contava que eles casaram lá. [...] Eu sou o mais novo, eles vieram, ela me contou que eles vieram de lá de carroça, veio ele, vieram os dois. [...] Mas ela me contou, que às vezes que eles foram lá ela veio de a pé. E ela veio, já tava grávida, só não me lembro agora qual are o filho. Vieram de lá pra cá e chegou aqui, ela me falou que ele tinha comprado, comprou essa parte aqui e tinha comprado mais uma.⁶²

Isabel, neta do casal, informa ter tomado conhecimento de que as terras teriam sido ganhas:

Isabel – [...] quando o vô veio pra cá ele veio de carroça, ele veio já de lá, sabe? E ele ganhou esse terreno, ele ganhou o terreno aqui dum fazendeiro lá, ele ganhou de casamento

Vera – O seu avô?

Isabel – A minha vó, porque a minha vó era filha, a minha vó era filha do vô, do Manuel Barbosa.

Vera – Então ela teria ganho esse terreno aqui.

Isabel – Do fazendeiro de lá.

Vera – Foi um presente de casamento?

Isabel - Presente de casamento.

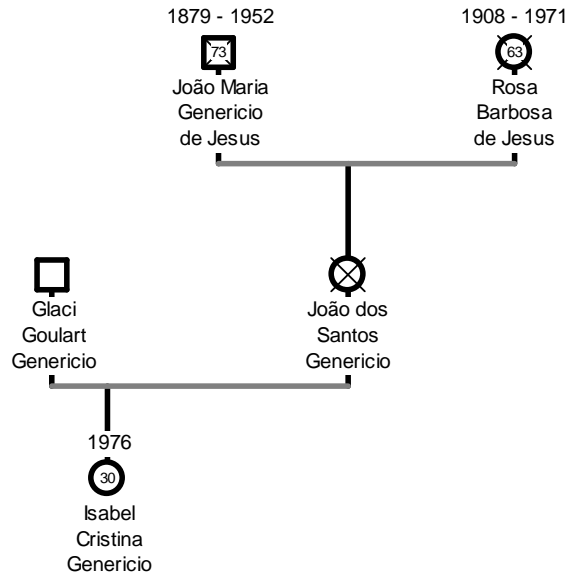
⁶² Entrevista realizada com Jorge Gabriel de Jesus, no dia 02/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Vinicius – Lá do Barro Vermelho?

Isabel – Lá do Barro Vermelho.

Vinicius – Mas foi, no caso ela ganhou, ele ganhou?

Isabel – Ela ganhou, ela ganhou, ela era filha do Manuel Barbosa que é o meu vô, o meu falecido vô.⁶³



Isabel C. Genérico.
Foto: Vera Rodrigues.

Através da fala dos descendentes de Rosa e João, é possível saber que o nome pelo qual a Comunidade de auto-identifica – Chácara das Rosas – possivelmente seja decorrência da grande quantidade de flores por ela plantadas na área, pois além de gostar da beleza das plantas sua comercialização era uma fonte de renda para os familiares:

Vera – Como é que vocês chamaram aqui?

Isabel – Aqui, aqui pra nós sempre foi Chácara, né? Porque a vó sempre foi conhecido Chácara das Rosas, antigamente, porque a vó, porque a vó sempre, aqui era rosas, lá em cima, a entrada sempre foi rosas, no meio um monte de rosas, que eu lembro. Então, a vó sempre foi muito de plantar rosinhas e

63 Entrevista realizada com Isabel Cristina Genérico no dia 26/06/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

como minha vó é Rosa, e daí pegou a Chácara da Rosa, da Rosa, da Rosa e daí ficou Chácara da Rosa.

Vera - Por causa do nome dela e por causa das flores?

Isabel – Das flores, sempre tinha rosas, tanto que agora recentemente eu plantei.

Glaci – Rosas, margaridas, no meio das couves.

Isabel – Plantei umas quantas mudas e tinha couve, tinha feijão, eu me lembro do feijão.⁶⁴

Esta fala de Isabel é confirmada por sua tia Dona Abrilina:

Abrilina – [...] era a falecida minha mãe que plantava as flores. Esse negócio de copo de leite, rosas, manjerição, folhagem.

Vera – O que fazia com tudo isso?

Abrilina – Ela vendia, vendia assim quando chegava na época de finados daí as pessoas iam comprar e ela vendia.

Os relatos também informam que hortaliças e frutas diversas eram cultivadas em grande quantidade para serem vendidas para os moradores da cidade, além de consumidas pela família.

Os descendentes deste casal vivem até a atualidade nessa propriedade, denominada Chácara das Rosas, situada entre as ruas Duque de Caxias e Dona Rafaela, no quarteirão conformado pelas ruas São Felisbino e São José. Desde a ocupação inicial, a região ao redor desta propriedade sofreu grandes transformações, deixando de ter feições eminentemente rurais para dar espaço para o avanço do urbano, como caracterizaremos no capítulo 2.

Recentemente, os membros desta coletividade estão se organizando para reivindicar direitos estabelecidos pelo Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, o qual estabeleceu que aos “remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

Os relatos de seus moradores mais antigos desvelam aspectos diversos da organização social da comunidade ao longo da sua trajetória.

64 Entrevista realizada com Isabel Cristina Genelício no dia 26/06/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.



1931

75

Maria
Abrilina



Dona Maria Abrilina.

Foto: Vinicius Oliveira em 09/05/06

Abrilina – Assim da gente sair, brincava de boneca, coisas assim, de jogar bola. E agarrar e fazer uma casinha de, que tinha de rama de aipim onde nós fazia umas casinha, tampava de barro. Fazia primeiro a casinha e depois tampava tudo de barro, tempo antigo, né? Nosso tempo era isso.

Vera – Com quem a sra. brincava?

Abrilina – Com as minhas irmãs.

Vera – Suas irmãs?

Abrilina – Só com as minhas irmãs, tudo entre irmãs.

Vera – Sempre aqui dentro?

Abrilina – Só no pátio, pra fora nós nunca saímos pra brincar, só no pátio.

Vera – Por que os rapazes só brincavam lá fora?

Abrilina – Ah, o falecido pai não deixava.

Vera – Não?

Abrilina – Deus o livre! Era só no pátio, e ninguém estranho também, era só nós.

Vera – Por que? O que ele dizia?

Abrilina – Ah, ele se criou assim, então os filhos tinham que ser assim que nem ele.

Vera – E a d. Rosa não dizia nada?

Abrilina – Não, concordava com ele, né? E quando chegava as pessoas em casa que ia conversar com a falecida da minha mãe e o falecido do meu pai, ele já avisava nós: “Olha, quando chegar as pessoas pra conversar com nós, vocês já sabem: não ficam na sala! Quando chega vocês já vão saindo pra rua, vão brincar, mas na sala junto, não!”. E assim nós fazia, e às vezes nós se esquecia e sabe? Quando ele olhava assim nós, nós ó. Depois ele dizia: “Escuta! Eu não avisei vocês? Que não era, quando nós tivesse gente conversando com nós não era pra vocês entrar na sala?”. Nós se criemo tudo assim.

Vera – Se criaram tudo assim.

Abrilina – E agora hoje em dia, bah! Se vê a diferença, bah!

Vera – A sra. lembra quem eram as visitas mais comuns de vir? Que vinham visitar os pais de vocês.

Abrilina – Era vizinho ali de perto mesmo, da rua mesmo da onde nós morava, era tudo dali de perto. O falecido pai e a falecida mãe gostavam muito de chimarrão, então eles vinham tomar chimarrão com eles. Era tudo de perto, não de longe, era tudo de perto⁶⁵

Dona Abrilina, falando sobre a vida na Chácara das Rosas na época em que os pais eram vivos, relembra aspectos da vida doméstica:

Abrilina – Eles eram muito de criar galinha, porco e verdura também eles gostavam muito de plantar, era alface, couve e repolho, aipim e batata.

Vera – Batata, batata doce?

Abrilina – Batata doce. Eles gostavam muito de plantar. E tinha uma outra coisa, melão eles plantavam muito.

Vera – Eram eles que plantavam?

Abrilina – Era eles que plantavam, eles que plantavam.⁶⁶

Noemi A. Pinto (neta de Dona Rosa), 55 anos, referindo-se à utilização da área para a agricultura:



Noemi Antunes Pinto

Foto: Vera Rodrigues em 08/05/06.

Noemi – Ah não, aqui a vida era uma maravilha! Aqui era plantado, quando entrava lá na frente, saía lá nos fundos, só tinha um corredorzinho só. Mas era desse lado e desse lado aqui, tudo plantadinho, tudo verduras e rosas.

Vera – Quais eram as verduras que tinham?

Noemi – Tudo época de verdura assim. Quando era época de repolho era repolho, quando era época de alface, era alface. Tudo quanto é tipo de verdura, tempero verde, tudo quanto era verdura. Caqui, o pezinho que a sra. ta vendo lá, aquilo ali então era coberto de caqui, caqui de chocolate.

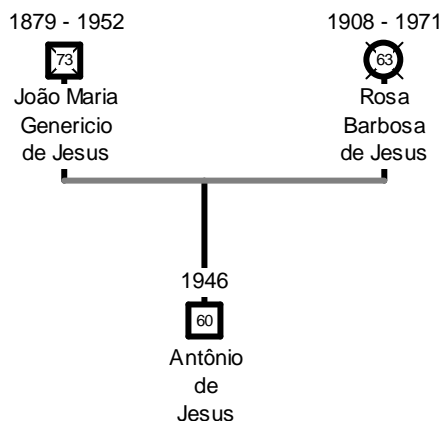
A divisão social do trabalho denota que além da agricultura, outras ocupações caracterizaram as atividades de produção do grupo. Os homens geralmente trabalham como pedreiros, vigilantes, em fábricas e outros serviços braçais urbanos e rurais. Já as

65 Entrevista realizada com Maria Abrilina Generício Pinto na presença de seus filhos Sauro Antunes Pinto e Elisabeth Antunes Pinto, no dia 09/05/06, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

66 Entrevista realizada com Maria Abrilina Generício Pinto na presença de seus filhos Sauro Antunes Pinto e Elisabeth Antunes Pinto, no dia 09/05/06, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

mulheres cuidam das lides do lar, da criação dos filhos e trabalhavam em serviços de limpeza, faxinas e como domésticas.

Um exemplo pode ser encontrado na experiência de Antônio de Jesus (Seu Tonho), filho de Rosa e João:



Antônio de Jesus (Seu Tonho).

Foto: Vinicius Oliveira.

Antônio – Eu trabalhava com plantação aqui, trabalhava com plantação, depois fui pra Prefeitura, fui segurança da Prefeitura, do prefeito Lagranha, já passei por várias coisas, com essa idadezinha que eu tenho, porque isso é uma idadezinha [...] ⁶⁷

O território da Chácara das Rosas fornecia não só abrigo para seus moradores, mas também era fonte de renda e sustento alimentar. Jorge Gabriel de Jesus, filho mais novo de Rosa, relembra os tipos de culturas que plantava juntamente com sua mãe para suprir as necessidades alimentares da família, e a forma que as colocavam no mercado:

⁶⁷ Entrevista realizada com Antônio de Jesus (Seu Tonho) e sua esposa Diolina Macedo de Jesus, no dia 09/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Vera – O que vocês plantavam?
Jorge Gabriel – Plantava aipim, ervilha, couve, alface, (?), aí eu saía a vender. Botava no balaio e saía a vender, era poucas casas que tinham, daí o pessoal tudo mais antigo me conhece, eu vendia na casa deles. Além de vender eu plantava às vezes, ajudava era muita gente, era 10 pessoas eu ajudava (?) era pequenino ajudava ela. [...]
Vera – Que idade tu tinha?
Jorge Gabriel – Uns 12 anos.⁶⁸

A esse respeito, é possível ainda visualizar outros depoimentos:

Abrilina – [...] tinha um tabuleiro ali na frente: “Vende-se verduras”. Isso aqui era muito lindo. (Noemi, 55 anos, neta do casal Rosa e João Generício)
Vinicius – Como faziam pra vender? Vendiam aqui mesmo?
Abrilina – Não.
Vinicius - Levavam em algum lugar?
Abrilina – Eles vinham, gente pra comprar, vinha gente em casa pra comprar e às vezes a falecida da mãe e meu irmão, a falecida da mãe agarrava e mandava ele vender, colocava dentro de um balinho e mandava vender, vendia tudo. (Dona Abrilina, 75 anos, filha de Rosa e João Generício).⁶⁹

João Generício de Jesus, além de trabalhar com agricultura, desenvolvia outras atividades externas ao território da comunidade, como forma de complementação da renda familiar. Seu filho comenta que

Antônio – [...] ele era trabalhador, ele era agricultor, ele veio como agricultor, depois ele se empregou na Federal, daí começou a trabalhar em maquinário, eu me lembro, né? Maquinário aqui na, na, numa empresa, numa empresa aqui que era da Federal, da Petrobrás, ele chegou a chefe, era chefe ai, às vezes ele trazia máquinas pra casa, às vezes ele tava numa máquina, acho que eu tinha 5 anos, 6 anos, 4 anos [...].⁷⁰

Em 25/04/1952 morre, com cerca de 63 anos, João Maria Generício de Jesus, recaindo sobre sua esposa Rosa a responsabilidade de criar os filhos. Jorge Gabriel, recordando dificuldades enfrentadas nos anos iniciais da ocupação da área, aponta formas de trabalho na quais se empregaram:

Jorge Gabriel – Eu e a mãe, ela limpava o terreno, assim canteiro, né? Terreno aqui que são assim, que agora são bem fino, ela baixava acocada e nós tirava o capim, que nós passamos um pouco de dificuldade, um mês morando aqui já faleceu o meu pai.
Vinicius – Sim, sim.

68 Entrevista realizada em por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

69 Entrevista realizada com Maria Abrilina Generício Pinto na presença de seus filhos Sauro Antunes Pinto e Elisabeth Antunes Pinto, no dia 09/05/06, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

70 Entrevista realizada com Antônio de Jesus (Seu Tonho) e sua esposa Diolina Macedo de Jesus, no dia 09/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Jorge Gabriel – Ai tinha que trabalhar com ela com ela pra gente, pra gente dar uma ajuda pra minha mãe, infelizmente. (?) trabalhava, e ela limpava o canteiro que eram comprido, com umas ferramentas meio velha, mas nós ia trabalha ali. Nós ganhava pouco, mas ajudava, né?⁷¹

Em outro depoimento, Dona Glaci G. Generício, nora de Dona Rosa relembra os momentos vividos após a morte do seu João Generício, enfatizando as dificuldades encontradas e as alternativas construídas, a partir da comercialização das flores e verduras cultivadas na Chácara por Dona Rosa e seus filhos:

Vera – O que a sra. lembra da sua sogra?

Glaci – O que eu lembro? Como?

Vera – Como é que ela era fisicamente? O que ela gostava de fazer? Qual era o temperamento dela?

Glaci – A minha sogra era uma pessoa muito boa, muito assim, como posso dizer? Muito atrasada, muito atrasada, ela não evoluiu muito, minha sogra.

Vera – Como assim?

Glaci – Assim, ela não conhecia muitas coisas. Eu que carregava ela pra lá e pra cá. Ela dizia que quando eu apareci na vida dela, que eu fui um anjo. Eu levava ela pra médico, ela era muito doente quando eu conheci ela.

Vera – Doente do quê?

Glaci – Material pra baixo da barriga(?), tinha feito cirurgia já. Era muito doente minha sogra, e ela só tinha os gurus e essa minha cunhada que é doente. Só os gurus, filho homem porque as gurias já tinham casado tudo, a (?) não morava aqui ela morava lá na Estância Velha. Então, ela era praticamente aqui sozinha, só ela e os filhos, e o de maior era o meu marido os outros eram pequeno.

Vinicius – O seu sogro não era mais vivo?

Glaci – Não, eu não conheci o meu sogro, não.

Vinicius – E ela trabalhava?

Glaci – Ela trabalhava na horta. Ela plantava, eles plantavam, ela com os filhos. Depois quando ela enviuvou, ela recebia uma pensão, quando eu conheci ela, ela recebia uma pensão. O marido dela, quando ele começou a trabalhar, que ele largou a, foi saindo desse negócio, que ele carregava carvão, aquelas carretas, quando ele largou as carretas ele pegou na estrada de ferro, no trem, aí ela ganhou pensão. Daí então, ela ficou muito doente e largou a plantação, já não dava pra plantar mais porque ela já andava muito doente. Eu conheci eles numa situação, eles eram bem pobres mesmo, ela tinha sofrido muitas quedas de doença. E aí a gente contou, meu marido trabalhava como diarista, fortinho ao menos tinha, novo ainda, não tinha nem servido ainda, quando ele foi pro quartel que a gente se conheceu.

Vera – Ela nunca trabalhou fora, a d. Rosa?

Glaci – Não, não.

Vera – Ela sempre trabalhou aqui dentro?

Glaci – Só na horta.

Vera – Então o dinheiro?

Glaci – Veio de lá, o dinheiro que ela ficou ganhando era do marido dela. Ela veio de lá e ficou na horta, ela cuidava das vaquinhas que eles tinham. Eu não cheguei a conhecer! Ela que contava, quando eu conheci a minha sogra eles já estavam bem na miséria, não posso lhe informar nada da vida dela, porque eu sei só o que ela contava. Quando ela perdeu o marido ela teve umas quedas

71 Entrevista realizada com Jorge Gabriel de Jesus, no dia 02/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

bem grande, só não perdeu isso aqui nem sei porquê. ⁷²(Glaci G. Genelicio, 63 anos)

Esse é o cenário e os pontos evidenciados que nos informam das relações tecidas no cotidiano, tendo o trabalho de cultivo e venda de flores e verduras aliado como ponto central na constituição desse território como a “Chácara das Rosas”, pois além de representar a reprodução e manutenção das unidades produtivas dos sujeitos em foco, permite vislumbrar um conjunto de técnicas e valores tradicionais transmitidos geracionalmente e que cimentam a unidade social⁷³.

Para perceber esse quadro torna-se interessante atentar para os relatos do cotidiano vivido, das práticas que entrelaçam saberes na interpretação do social, pois são esses aspectos que nos dizem sobre como as pessoas expressam o seu modo de viver. Por conta disso, vamos mapear esse cotidiano da Chácara das Rosas, através das falas sobre a arte de cuidar e curar que o manejo de chás e ervas, além do ofício de *partejar* os quais traduzem como um conjunto de significados emblemáticos para o grupo social em foco. Esse mapeamento justifica-se pela centralidade que a figura de Dona Rosa e suas práticas sociais ocupam na memória e trajetória social que os faz hoje reivindicar o reconhecimento deste território como comunidade quilombola.

1.3- Entre benzeduras, plantas e rezas: o surgimento da Chácara das Rosas

A transmissão de saberes através de gerações desempenha um importante papel na relação de continuidade do grupo, pois esse legado é valorizado e ressignificado na atualidade como parte importante daquilo que os constitui enquanto sujeitos sociais. A figura da “vó” que ensina os cuidados na hora do parto, bem como faz circular a arte de cuidar com benzeduras e ervas traz o encadeamento entre o processo de constituição de uma identidade e o pleito de reconhecimento de direitos como ingredientes temáticos dessas práticas sócio-culturais.

Essa reapropriação, hoje vivenciada na alteridade que dimensiona a fronteira étnica, se faz plena nas relações sociais evidenciadas pela lógica da organização familiar que estabelece seu lugar no processo de interação social. Essa ressemantização é

72 Entrevista realizada em 13/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

73 Ver Baptista da Silva e Bittencourt Jr. (2004: 185).

fundamento nas marcas territoriais. Elas fornecem os nexos entre o ontem e o hoje. A referência à origem do grupo, enquanto memória viva, é perpetuada seja no neto que “herdou a força espiritual” da avó ou na manutenção do símbolo das rosas cultivadas no terreno como veremos no capítulo 2 (dois) referente ao território.

Essa identidade que se reafirma, conduz-se pela territorialidade e dá novo sentido ao território. Segundo Arruda (2001), esse processo toma como palco das relações sociais, históricas e míticas, enfim é um fio condutor de todo um processo demarcatório de novas fronteiras sociais e simbólicas. Nesse contexto da Chácara das Rosas percebemos que o processo de autoconstituição como comunidade quilombola, reconfigura suas fronteiras simbólicas, exercida no manejo da figura de Dona Rosa, especialmente no tocante as práticas sócio-culturais de partejar, benzer e curar.

Partejar: Embora Dona Rosa não tenha sido parteira, há contundentes referências ao ofício de partejar no histórico familiar, bem como nas relações entre vizinhas e parentas da Chácara das Rosas como um ato constitutivo de relações de reciprocidade e laços sociais:

Vera – **E a d. Rosa trabalhou como parteira?** Era parteira também?

Abrilina – Não.

Vera – Nem rezava terço?

Abrilina – Não.

Vera – Nem benzia?

Abrilina – **Benzer ela benzia muito**⁷⁴(M^a Abrilina G. Pinto, 75 anos, filha)

Antônio – Não sei esse negócio de parteira, às vezes ela ganhava em casa, tinha outra parteira aqui que era a dona, falecida, como é o nome dela? A falecida Capturina.

Vinicius – Castorina. Já ouvimos falar dela.

Vinicius – O sr. conheceu ela ou não?

Antônio – Conheci, eu trabalhava lá na chácara dela, (?) eu era guri: “Não capinou direito!”. (?), bah, tem que caprichar, às vezes: “Eu não vou pagar assim, e tal!”. Era assim, mas era pia, daí a gente deixava por isso. Conheci essa sra., muito gente fina e **essa aqui se tornou parteira da minha mãe.**

Vinicius – Sim.

Antônio – **Foi parteira, foi ela que me aparou** (Antônio de Jesus, 60 anos, filho)⁷⁵

Vera – A sra. era parteira também?

Eva – Não, parto não fazia.

Vera – Sua mãe era parteira?

Eva – Não, tinha uma **outra mulher véia que fazia, da minha cor, era entendida a Dona Maria Canoa.** Dona Cipriana... a Dona Maria era famosa, não precisava levar pra hospitar, ela resolvia tudo. Os meus filhos nasceram tudo nas mãos dela. Ela era gringa, a Canoas. (Eva Barbosa, 84 anos, irmã)⁷⁶

74 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 09/05/06

75 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 09/05/06

76 Entrevista realizada em 23/05/09 por Ana Paula C. Carvalho, Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

Os relatos orais remontam à figura da parteira em diferentes épocas, bem como estabelecem elos de identificação pessoais, tais como “da minha cor”, “foi ela que me aparou”, ensejando vínculos e papéis sociais transmitidos geracionalmente por esse saber, tal como nos aponta Pinto (2002: 441) ao indicar que as mulheres que o praticam são:

(...) mães, esposas, avós, comadres, madrinhas e tias, que aprenderam com suas antepassadas a desempenhar afazeres tanto no mundo natural, executando as mais diversificadas formas de trabalho, como no plano sobrenatural, benzendo, recitando rezas e invocando encantarias, para obter ajuda na hora do parto e curar os males do seu povo. Ainda hoje, a presença dessas mulheres nos povoados rurais é indispensável. Entre os seus, são vistas como médicas, enfermeiras, farmacêuticas, capazes de fazer aliviar, com unguentos, banhos, chás de ervas e rezas, as dores e os males da população.

Essas mulheres “parteiras” que também benziam e curavam como dimensões de um trabalho que ligava o “mundo natural” ao “plano sobrenatural”, nos permitem pensar na ligação entre o ofício de partejar e o legado moral e religioso dessa atividade. Esse legado é perceptível nas falas que caracterizam as parteiras da rede de relações familiar, tais como Dona Cipriana, Castorina e Maria Canoa como “muito católica”, “benzedeira”, sendo que algumas delas também são lembradas pela sua devoção religiosa em eventos da comunidade local, como por exemplo as festas para Nossa Senhora do Rosário, como veremos no capítulo dedicado aos vínculos sócio-históricos da comunidade Chácara das Rosas.

A participação dessas mulheres na sociedade local e o reconhecimento local nos trazem os elementos necessários para elaborar o contexto em que considerando que em relação aos grupos quilombolas, o ofício de partejar conjuga-se, também, com a cosmologia afrobrasileira, torna-se necessário perceber como essa herança étnica permeia relações e interliga as noções de trabalho com outras dimensões da vida como a religiosidade, a organização familiar e o território. Por esse motivo, nos deteremos a seguir na arte de benzer também presente na trajetória da comunidade da chácara das Rosas.

Benzer: As práticas populares de curar, dentre estas as benzeduras, sempre foram tratadas como expressões de “ignorância”, “superstição” e “ineficácia” como nos alerta Witter (2005), provocadas por fatores como “irracionalidade” e “mistura racial”, porém novos estudos de cunho historiográfico e antropológico têm procurado resgatar

um viés de análise não comprometido com pré-noções forjadas na dicotomia entre ciência e saber empírico.

Esses estudos passaram a buscar a “lógica de determinados grupos, bem como sua concepção de doença e cura”:

(...)a diferença de entendimento advinha de uma racionalidade específica e de necessidades práticas e simbólicas diferentes, mas não destituídas de valor, nem atrasadas ou fruto simplesmente da ignorância e da superstição. Pelo contrário, as práticas de cura populares seriam uma criação original e não simplesmente reativa a outros saberes ou à falta deles. (Witter 2005:16).

Nos restringiremos aos aspectos que explicitam justamente a lógica simbólica e social que as benzeduras evocam na comunidade Chácara das Rosas, especialmente no referencial identitário e territorial conferido pela benzedeira Rosa Barbosa de Jesus, que procuraremos tratar através dos depoimentos de seus descendentes. O primeiro depoimento vem do seu neto Edson Genelicio, 40 anos, tido como um religioso de matriz afrobrasileira.

Edson – (...) **a minha vó era benzedeira e eu gostava.** Tu vê, como é que pode? Eu já gostava desse tipo de coisa. Ficava ali na vó, as pessoas iam chegando, ela começava a benzer, ela sentava, ficava conversando. Ela fazia a vida dela normal, fazia comida, cuidava da tia Miguela, desse meu tio que tá aí o tio Briel, que era mais novo. (...) **Então a vida da minha vó era assim, cheia de muito movimento, nós ia nas casas, ela benzia as casas, ela tinha muita amizade aqui dentro de Canoas, esse pessoal aí, ela ia nas casas e benzias as crianças e eles vinham aqui. Todo mundo, não tinha, não era negro, não era branco, era toda Canoas, toda!** Era toda, ela se dava com todo mundo, todo mundo gostava muito dela, era o jeito dela, ela cativava, era aquele jeito de pessoas do interior. Mas ela era uma boa pessoa, me recordo coisas boas dela, nunca vi assim nada de ruim.

Vera – Tu acompanhava ele nessas idas as casas?

Edson – Ia, ia, ia junto. (...) E tu vê, **ela era tão assim, essa força espiritual,** essa coisa das pessoas chegarem, eu via que ela sempre conversava, sempre tinha uma coisa pra cada um, sempre saíam contente, chegavam e iam contente com ela. E ela tinha essas coisa que eu achava estranho ela ter tanta, a cabeça assim pra, olha **não era nem um nem dois, era bastante gente que chegava durante o dia na casa dela, eu me recordo.**⁷⁷

Nota-se nesse depoimento que a arte de benzer praticada por Dona Rosa ultrapassava os limites fronteiriços da Chácara das Rosas para atingir toda a cidade de Canoas como enfatiza o depoente. O fluxo daqueles que procuravam atendimento por Dona Rosa, também se dava na própria chácara, tornando-se um local de reconhecida

⁷⁷ Entrevista realizada com Edson Genelicio em 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

procura pela sociedade local, como salientam os netos Noemi, 50 anos e Edson Genelicio (40 anos):

Noemi – Iiiii, muita gente conheceu ela (Dona Rosa), era muito procurada, o pessoal vinha lá da rua Fernandes, que agora não é rua Fernandes mais, agora botaram Boqueirão (?) era a rua Fernandes, botaram Boqueirão, então vem dali para benzer muito grave.

Vera - Ela benzia para que?

Noemi - Benzia para cacimba mal-olhado, naquela época tinha isso.

Vera - E aí ela benzia.

Noemi - Ela benzia e tratava de todo tipo de peste, quando não chegava um, vinha outro sempre, sempre.⁷⁸

Edson - Então por isso que tava sempre movimentada a casa dela.

Vera – Tu te lembra de algumas pessoas que conheciam a tua vó naquela época? Pessoas aqui de Canoas, sei lá, alguém, o prefeito, pessoas que tu saberia que conheceram a tua vó.

Edson – Não me recordo assim, não me recordo dela conhecer esse pessoal não me recordo. Mas eu me lembro que a gente ia nas casas, dos amigos dela.

Vera – Eram casas só aqui do bairro ou eram casas em geral? Por onde tu acha que a tua vó passou? Tem idéia?

Edson – Não, não me recordo. Mas **eles vinham aqui, vinha bastante gente.**⁷⁹

Outra benzedeira de renome na vizinhança era Dona Castorina, vizinha e amiga de Dona Rosa. Temos no depoimento de um descendente desta última, alguns detalhes significativos para percebermos as relações que eram tecidas nesse cotidiano de benzer.

Vera – Conheceste a d. Rosa?

Bertoldo – Sim. Nós morávamos do lado, né?

Vera – Como é que era? O que tu lembra dela?

Bertoldo – Também, **ela era igual a minha vó.**

Vera – E elas eram ambas parteiras? Como era isso?

Bertoldo – Todas as duas, a d. Rosa também, mas minha avó era. Parteira, rezadeira de terço, novena, benzedeira.

Vinicius – Benzia a tua vó?

Bertoldo – É, minha vó benzia. Minha vó foi mãe de criação acho que de uns 5, 6, mais daqui pra frente. Tinha aqui perto do colégio Rondon, vocês conhecem?

Vera – Hãhã.

Bertoldo – Têm umas 2 ou 3 famílias que as mães ganhavam as crianças e na época não tinham leite, aquela coisa toda, né? E aí: “Não, vamos levar lá na d. Castorina que ela amamenta.” Daí minha vó só botava, meu pai conta até hoje, a vó só encostava o nenê ele dava uma chupadinha e já vinha o leite. E eu tenho um sr. que em seguida ele passa aqui e ele diz: “Cadê o meu irmão preto?” Que é o meu pai, quando o meu pai nasceu, ele tem a mesma idade do meu pai, daí eles foram buscar, ele se amamentou com a minha vó.⁸⁰ (Bertoldo J. Silveira, 50 anos, neto de Dona Castorina)

78 Entrevista realizada em 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

79 Entrevista realizada em 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

80 Entrevista realizada em 22/08/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

Aqui os laços são reforçados pela partilha comum da arte de curar e partear exercidas conjuntamente, pois como ressalta Witter (2005: 22) em sua pesquisa sobre as percepções populares de cura, tanto em Minas quanto no extremo sul do Brasil é corriqueiro a associação entre parteiras “feitiço” e “magia”. Outros laços também podem ser explorados nesse enfoque, tais como aqueles mantidos com os atendidos pelas benzeduras:

V – As pessoas vinham, e esses serviços, como as pessoas retribuíaam isso?

L – A minha vó é assim, eu já pratico a religião africana, do lado da Cabinda, me preparei pra isso. Nós temos um lado da Cabinda o qual eu vou pro chão, faço festa, faço mesa pras crianças. Então a minha vó não, ela era benzedeira, aí é diferente, às vezes retribuíaam, ela ganhava coisas nas casas ou então vinham trazer. Pelo que eu me recordo é assim, não me recordo de dinheiro essas coisas eu não, pelo menos eu não enxergo isso, só se era quando eu não via, mas eu acredito que não.

V – **O que eram essas coisas que as pessoas retribuíaam? Lembra?**

L – Eram coisas que ela gostava. Ela gostava muito dessas coisas de lingüiça, de salame, esses coisas de queijo, essas coisas ela gostava muito, refrigerante essas coisas, eu me recordo que eles davam. Era assim a vida dela. (Edson Genelicio, 40 anos, neto)⁸¹

A retribuição não-monetária, mas baseada na troca de produtos de consumo do “gosto” da benzedeira denotam que o valor do que é recebido não pode ser mensurado em uma lógica de mercado ou como relatou certa vez um senhor de uma comunidade quilombola da região metropolitana de Porto Alegre: “Benzedura não se cobra”.

Tal noção alinha-se na perspectiva conceitual com os processos de reciprocidade e dívidas simbólicas que caracterizam determinadas relações sociais, tratados por Mauss (1950: 86), em que o autor analisa as regras de generosidade que permeiam relações de trocas de dádivas entre indivíduos ou coletividades.

Nesse sentido há um objetivo moral, de produção de um sentimento amigável que mistura pessoas e vidas, sendo esse precisamente o contrato e a troca estabelecidos. Pensando no conteúdo simbólico que as benzeduras contem ao aproximar o mundo “material” e “espiritual” na concretização da cura, não podemos ignorar ou ainda deixar de ressaltar, que estas são portadoras e possíveis evocadoras, daquilo que Mauss (1950: 185), entende como um valor do sentimento, para além de um possível valor venal.

81 Entrevista realizada em 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

Esse valor de sentimento transparece no depoimento de Dona Maria Abrilina (filha), que justifica a procura pelas benzeduras, bem como os presentes ofertados com o fato de que a mãe e as benzeduras fizeram o “bem” ou pela abrangência da cura como informa Edson Genelicio (neto) ao dizer que a avó “benzia de tudo”:

Abrilina – Bah! Hãhã, vinham as pessoas em casa ai pra ela benzer, volta e meia já via **gente chegando com uns presentinhos pra ela porque a benzedura que ela fez, fez bem pra eles, daí eles davam uns presentinhos pra ela. Ela benzia muito bem.**

Vera – Benzia de quê?

Abrilina – Era negócio de sapinho, negócio de dor de cabeça, dor de dente, negócio de mau-olhado. Tudo assim, tudo ela benzia.

Vera – O que as pessoas davam de presente?

Abrilina – Traziam de tudo. Traziam açúcar, traziam arroz, traziam feijão, traziam azeite.

Vera – Benzia o pessoal aqui da volta?

Abrilina – Da volta tudo era da volta.⁸²

Vinicius – **O que ela benzia?**

Edson – **Pra tudo, tudo, tudo, tudo. Pra tudo que tu imagina ela benzia.**

Vera – Tipo o quê, por exemplo?

Edson – Aparecia era cobreiro, era a criança que tava com febre, antes de ir pro hospital passavam ali pra falar com ela e ela já fazia aquelas coisa antiga que tinha, bota cebola aqui, bota alho ali, outra coisa lá e assim ia.

Vinicius – Sapinho?

Edson – Tudo, sapinho.

Vera – Íngua?

Edson – Íngua, pra cobreiro, ai tinha que vir mais vezes, era cobreiro daí vinha uma vez depois vinha outra vez, era 3 vezes⁸³.

Ao cabo desse tópico que abrangeu os aspectos simbólicos e sociais da arte de benzer na comunidade chácara das Rosas, percebe-se que estes aspectos tornaram-se uma realidade inscrita na memória social do grupo, a partir das marcas relacionais deixadas na autoconstituição enquanto coletividade, as quais referem a um reconhecimento social daqueles que recorrem a benzedura disponibilizada e aprendida/transmitida por mulheres da Chácara.

. Nesse processo temos na territorialização, conforme já nos aponta Costa (2003:40) *apud* Sodré (1996), uma “força de apropriação exclusiva do espaço, resultante de um ordenamento simbólico, capaz de engendrar regimes de relacionamento, relações de proximidade e de distância” como abordaremos em capítulo próprio. Antes disso trataremos o cultivo de plantas e ervas como parte dessa apropriação.

82 82 Entrevista realizada em 09/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

83 83 Entrevista realizada em 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

Plantar: O cultivo de verduras, plantas e ervas medicinais na chácara das Rosas levou-nos a trazer para o âmbito deste relatório o tema da biodiversidade⁸⁴ em relação aos saberes e práticas das comunidades tradicionais⁸⁵. Essa perspectiva enquadra-se na análise da relação entre o manejo de espécies vegetais e a intervenção humana na abordagem proposta por Diegues (2000), em que este trata o tema da biodiversidade sob o ângulo de uma construção cultural e social, fruto da relação homem-natureza e não apenas restrita a última.

(...) Sob o ponto de vista cultural, esses estudos mostram que o manejo e a gestão das áreas naturais podem estar profundamente ligados à visão de mundo e práticas culturais e simbólicas das chamadas comunidades tradicionais e não, exclusivamente, a conceitos e práticas científicas, em sua acepção moderna. (Diegues et all 2000: 7)

Para nossos propósitos de análise, não dialogaremos com questões como conservação ou preservação ambiental, pois interessa-nos reter o enfoque no direcionamento à visão de mundo e práticas culturais e simbólicas desses grupos sociais. Isto se coaduna com um olhar sobre como a comunidade chácara das Rosas vem construindo sua relação com os recursos naturais, enquanto fontes de reprodução física (plantio e venda de verduras) e sócio-cultural (as flores, no caso as rosas que são referências identitárias). Portanto, as formas tradicionais de apropriação e manejo do território que são preocupações e ocupações (mesmo que lúdicas e rituais) da comunidade.

Pensar a chácara das Rosas nesse direcionamento, apóia-se em 2 (dois) pontos discutidos por Diegues (2000) para discutir a noção de sociedades tradicionais:

- Ligação intensa com os territórios ancestrais;
- Auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais Distintos.

84 De acordo com a abordagem dos autores a biodiversidade compreende “a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte”, conforme determina a Convenção sobre a Diversidade biológica, Artigo 2.

85 A literatura acadêmica especializada entende por comunidades tradicionais: indígenas, pescadores artesanais, camponesas ,extrativistas e mais recentemente quilombolas.

Entendendo que esses pontos inserem-se na trajetória da comunidade, em função do que até aqui foi exposto, trataremos de elencar os elementos constitutivos da arte de plantar, em relação com os saberes expressos e a reprodução física, cultural e social.

Reprodução física: Os depoimentos iniciais dão conta do universo de trabalho que a chácara se constituía para a família, a partir do plantio e venda de verduras como expõem os descendentes de Dona Rosa:

Vera - **E todo mundo só vivia da verdura e do copo de leite na época da d. Rosa?**

Noemi - **Era, era a partir dali ela só vivia assim, daí ela só vendia.**

Vera - Ela vendia.

Noemi - Ela vendia para fora as pessoas vinham [...] Hoje a gente vai no super certo? Mas lá sempre tinha as coisinhas dela, nunca faltava nada para ela, que quando ela se apertava ela colocava uma verdurinha no balaio e ela ia vender.⁸⁶

(Noemi, 50 anos, neta)⁸⁷

Vinicius – E ela (Dona Rosa) trabalhava?

Glaci – **Ela trabalhava na horta. Ela plantava, eles plantavam, ela com os filhos.** Depois quando ela enviuvou, ela recebia uma pensão, quando eu conheci ela, ela recebia uma pensão. O marido dela, quando ele começou a trabalhar, que ele largou a, foi saindo desse negócio, que ele **carregava carvão**, aquelas carretas, quando ele largou as carretas ele pegou na estrada de ferro, no trem, aí ela ganhou pensão. Daí então, ela ficou muito doente e largou a plantação, já não dava pra plantar mais porque ela já andava muito doente. Eu conheci eles numa situação, eles eram bem pobres mesmo, ela tinha sofrido muitas quedas de doença. E aí a gente contou, meu marido trabalhava como diarista, fortinho ao menos tinha, novo ainda, não tinha nem servido ainda, quando ele foi pro quartel que a gente se conheceu.

Vera – Ela nunca trabalhou fora, a d. Rosa?

Glaci – Não, não.

Vera – Ela sempre trabalhou aqui dentro?

Glaci – Só na horta.

Vera – Então o dinheiro?

Glaci – Veio de lá, o dinheiro que ela ficou ganhando era do marido dela. Ela veio de lá e ficou na horta, ela cuidava das vaquinhas que eles tinham. Eu não cheguei a conhecer! Ela que contava, quando eu conheci a minha sogra eles já estavam bem na miséria, não posso lhe informar nada da vida dela, porque eu sei só o que ela contava. **Quando ela perdeu o marido ela teve umas quedas bem grande, só não perdeu isso aqui nem sei porquê.**

(Glaci, 63 anos, nora)⁸⁸

Maria do Carmo – **É, nós vendia flores, verdura, frutas... vendia galinha, carne de porco, ovos, que tinha bastante, tinha que colher de balaio...** E o mais ele (João Generício) trabalhava era aqui com nós. Que de manhã, nós se alevantava, tomava o nosso banhinho, escovava os nossos dentes, sentava na mesa pra fazer o lanche e já pegava o ancinho, o carrinho e saía atrás dele

86 Entrevista realizada com Noemi Antunes Pinto e Antônio Barbosa 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

87 Entrevista realizada com Noemi Antunes Pinto e Antônio Barbosa 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

88 Entrevista realizada em 13/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

aqui pra chácara pra trabalhar. Voltava só meio-dia pra almoçar. (Maria Do Carmo, 70).⁸⁹

Na relação com o território fica explícito as relações sociais que também perpassam uma lógica produtiva, pois é uma produção voltada para sustentar a todo o grupo familiar na idéia de que “todo mundo vivia dali”, além de contar com participação direta dos parentes próximos, no caso os filhos que, após a morte do pai, trabalham ao lado da mãe.

A continuidade da prática coletiva de trabalho na horta com o viés de sustentar a todos, também aparece no relato de Isabel (neta de Dona rosa) ao falar do pai João Genericio (mesmo nome do avô) que torna-se o “apoio dos irmãos” na plantação a exemplo do que fizera a avó Rosa. Isso sugere uma ligação simbólica entre o passado e o presente, a chácara de ontem e hoje, expressa na placa de “vende-se verdura” na época da avó para a feira que o pai levava a produção para ser comercializada..

Isabel – (...) Aqui e o terreno era bem maior, tinha eucalipto, tinha árvores frutífera, tinha muita árvore, árvore, árvore, tinha bergamota, tinha laranja, limão, de tudo que tu possa imaginar, mamão, melão, tinha rosa, tinha muita rosa, muita flor, muita flor, tinha canteiros de alface, tanto que o pai vendia assim, aipim, era plantação de aipim, **o pai trabalhava a noite, durante o dia e a folga dele ele vendia, ele plantava pra vender.**

Vera – Por que ele trabalhava a noite?

Isabel – Ele era guarda, guarda da prefeitura trabalhava na prefeitura.

Vinicius– Onde é que ele vendia?

Isabel – **Ele costumava vender numa feirinha que tinha aqui** na, aqui atrás, eu ia junto com ele, eu tava sempre com ele, tinha uma carroça, eu lembro da carroça, ele tinha uma carroça, cavalo, tudo direitinho, aí eu tava sempre junto, eu tava sempre junto com o meu pai, sempre. A feirinha ficava aqui nessa rua, aqui atrás tem a rua São José, ela ficava aqui atrás, do lado do café colonial, que também era uma plantação agrícola, mas essa plantação agrícola ela passava, como é que é? Industrialmente, ia pra outras cidades, outros estados.

Vera – E a de vocês?

Isabel – **A nossa era mais pra região, passava pra região, pros vizinhos, sobrevivia, né? Era muita gente.**

Vera – E essa coisa de vender, ele plantava.

Isabel – O pai, o pai era o alicerce do seu Simão(?)

Vera – É?

Isabel – **Daí começaram a, foram se dando, foi dando certo aqui, daí foram se apoiando aqui. E aquele cultivo, aquela maneira, aquela sobrevivência do pai foi apoiando os outros irmãos.**

Vera – Isso será que não veio da tua vó?

Isabel – **Da vó. A vó plantava**

(Isabel, 30 anos, neta)⁹⁰

89 Entrevista realizada com M^a do Carmo de Jesus em 21/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

90 Entrevista realizada com Isabel C. Genelício em 26/06/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

Sobre a arte de plantar em dona Rosa, seu filho Tonho, herdeiro da mesma prática, relembra da mãe, arando terras e gerando filhos A terra e o ventre materno são lembrados numa junção simbólica entre vida e trabalho:

Vera – A d. Rosa também gostava muito de cuidar assim de?

Antônio – Planta, planta.

Vera – Como ela fazia? Não sei se o sr. lembra.

Antônio – Pra fora ela trabalhava em arado.

Vera – Onde pra fora que o sr. diz?

Antônio – Em Gravataí, quando ela era moça, né? Trabalhava em arado, aqui ela também trabalhou em arado, arando, arando terra, você sabe o que é?

Vera – Hãhã.

Antônio – Arado e (?) terra. Então meu falecido pai saía e ela (?) ia lá, quando ele chegava de viagem assim, ela tava esperando um filho era assim, ela disse que era assim, ela dizia pra nós. Não sei esse negócio de parteira, às vezes ela ganhava em casa, tinha outra. (Antônio de Jesus, 60 anos, filho)⁹¹

Reprodução sócio-cultural: A reprodução sócio-cultural está sintetizada nos depoimentos das netas Isabel e Noemi, as quais trazem o viés identitário da relação com o território:

Noemi – **Era a coisa mais linda. Tudo plantadinho, tudo aqui. Não tinha espaço pra nada, só verdura, coisa mais linda!** E aqueles pés de rosa, a coisa mais linda! Na frente ali também tinha um baita pé de rosa rosas. Esse canto aqui, esse cantinho, era só copo de leite. Sabe quando tem época de, que vem o finado, daí o danado do copo de leite (?). É tudo o que o Tonho cuidar nessa vida se cria, dava gosto de ver. **Por isso que tem a tradição de querer plantar**, de querer o cantinho dele. Porque são quantos anos, desde que ele se conheceu por gente, sempre plantando. (Noemi, 55 anos, neta)⁹²

Vera – Como é que vocês chamaram aqui?

Isabel – **Aqui, aqui pra nós sempre foi Chácara, né? Porque a vó sempre foi conhecido Chácara das Rosas, antigamente, porque a vó, porque a vó sempre, aqui era rosas, lá em cima, a entrada sempre foi rosas, no meio um monte de rosas, que eu lembro. Então, a vó sempre foi muito de plantar rosinhas e como minha vó é Rosa, e daí pegou a Chácara da Rosa, da Rosa, da Rosa e daí ficou Chácara da Rosa.**

Vera - **Por causa do nome dela e por causa das flores?**

Isabel – **Das flores, sempre tinha rosas, tanto que agora recentemente eu plantei.**

Ge – Rosas, margaridas, no meio das couves.

Isabel – Plantei umas quantas mudas e tinha couve, tinha feijão, eu me lembro do feijão.

Glaci – O problema é que ninguém podia brincar.

Isabel – Eu plantei rosa vermelha ali na frente, branca e rosa cor-de-rosa eu plantei, eu gosto.

Vinicius – Você gosta?

91 Entrevista realizada em 09/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

92 Entrevista realizada em 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira

Isabel – Hãhã. Tanto que agora as crianças tiveram ali jogando bola, que eu não tava ali, me estragaram a rosa vermelha, mas a rosa branca no canto que foi o meu irmão que plantou ela pegou, não sei se tu viu, tem uma rosinha branca ali.

Vinicius – Quando é que pararam de plantar?

Isabel – Qual?

Vinicius – Tu disse que antes era plantado e agora não é mais, como é que acontece isso?

Vera – Quando é que parou, como é que parou?

Vinicius – Por que param, as coisas param, o que acontece?

Isabel – Olha.

Vinicius – **Por que ninguém planta mais?**

Isabel - **eu acho que acabou plantando, parando, eu acho mesmo, eu acho que é defeito, acho que de repente interno que foi acontecendo, entendeu? Porque, conflito interno eu acho que de repente a família foi crescendo e certos (?), e certos defeitos, eu acho que de repente a história não foi passada pro outros que estão, acho que até meio básico, às vezes tu vê as pessoas de 30, 32 minha irmã 35, 36, pega essa parte, mas já jovens e adultos de 23, 18, 17 que eles já não pegaram a história, não pegaram fundo, sabe assim fundo com aquela origem de tu ter no sangue aquela coisa, sabe? E então, eles meio que desrespeitam, porquê? Não sei se de repente eles não acreditam ou devem de não acreditar, não respeitar, não conhecer, que eles não conhecem a história deles mesmos, deve ser por isso, eu acho que deve ser por isso. Que já não respeitando, aí limita, meu irmão tinha uma horta, agora até pouco tempo, que ele plantou. (Isabel, 30 anos, neta)⁹³**

As falas denotam que as ligações entre a figura de Dona Rosa e o surgimento da Chácara estão presentes na lógica organizacional do grupo e na suas práticas simbólicas. Ao fim, demonstramos que a unidade dessa comunidade tem dois eixos para serem vislumbrados. Um deles diz respeito a suas relações de parentesco, seus casamentos efetivados em uma vasta parentela que privilegia e reitera relações consanguíneas e não exatamente a busca de cônjuges exclusivamente na vizinhança em que reside.

Outra que a relação com os vizinhos em Canoas acaba salientando uma forma de apropriação e reprodução do território como unidade produtiva da família que foi se esvanecendo pelas mudanças dos hábitos e costumes nas novas gerações, a re-ocupação espacial com a construção de novas casas para abrigar os parentes que foram chegando, bem como o processo de urbanização e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros em ampla escala.

Essas relações diversificadas com vizinhos, também se apresenta no fornecimento dos saberes tradicionais (parteiras, remédios tradicionais) e uma oferta em pequena escala de hortaliças não muito disponível até a entrada de grandes

93 Entrevista realizada em 26/06/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira

supermercados nas proximidades, mas fundamental para a vida familiar. Isso faz com que eles não somente se reconheçam como uma unidade social, mas tenham sido vistos como uma comunidade com certa “autonomia” das relações de vizinhança.

Na seqüência, apresentamos o território da Chácara das Rosas na sua travessia entre o ontem e hoje, rupturas e continuidades que configuram o quadro atual.

CAP. 2 - O Território

Os estudos acadêmicos e técnicos sobre territórios quilombolas no Brasil, especialmente na região sul do país⁹⁴, ilustram a diversidade de configurações sociais assumidas na dinâmica existencial de seus moradores. Essa diversidade se apresenta em aspectos como área de localização (urbana e rural), origem da ocupação territorial (doação, compra, testamentos), categorias ênicas de auto-atribuição (“terras de pretos”, “terras de nego fugido”, “lugar de morenos”) e critérios de inclusão/exclusão territorial (herança, parentesco, trabalho comunal, etc.).

Essas possibilidades diversas, longe de identificarem princípios aleatórios e desconexos de constituição de uma identidade étnica e territorial, revelam o dinamismo e pluralidade com que se revestem as situações sociais, tanto no ponto de vista histórico quanto antropológico. Esta perspectiva está de acordo com O’dwyer (2002) quando a autora ressalta que o termo quilombo designa a situação atual dos diferentes segmentos negros em distintas regiões e contextos do Brasil:

“Um mesmo grupo étnico exibirá traços culturais diferentes, **conforme a situação ecológica e social em** que se encontra, adaptando-se às condições naturais e às oportunidades sociais que provêm da interação com outros grupos, **sem, no entanto, perder com isso sua identidade própria**” [grifos nossos]. (Carneiro da Cunha, 1986: 115)

Por essa via, compreende-se que negar essa realidade social do ponto de vista analítico ou conferir-lhe a conotação de “ilegitima” ou “falsificada” é estar atrelado ao que Almeida (2002) identifica como definições arqueológicas e históricas *strictu sensu*, além de outras que estão “frigorificadas” por um uso que funciona como uma “camisa-de-força” que, na perspectiva analítica adotada, não dialoga com as transformações sociais e a contemporaneidade que o olhar, advindo de qualquer campo de conhecimento, exige.

Essa linha argumentativa, com base científica e empírica, compreende alguns pressupostos norteadores do contexto quilombola que nos permitem inscrever o território da Chácara das Rosas nesse quadro analítico:

94 Ver: Anjos & Silva (2004) Barcellos (et all, 2004) Carvalho & Weimer (2004) Carvalho (et all, 2006), Silva (2006) e Marques (2006).

- Os grupos (quilombolas) consistem, sobretudo, em coletividades que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na **consolidação de um território próprio**⁹⁵. (O'dwyer 2002:18);
- Ela (a terra) constitui-se em espaço vivido e vivenciado por grupos que nela constroem suas experiências de mundo, **articulando a memória de seus antepassados com a recriação e reelaboração de suas tradições no cotidiano da atualidade**⁹⁶. (Baptista da Silva 2004: 203)

A consolidação de um território próprio na Chácara das Rosas aparece nos dados etnográficos e históricos, em que são evidenciados acontecimentos constitutivos da vida social que constroem uma trajetória nos moldes que Bourdieu (2006) define como *uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações*.

O território da Chácara das Rosas é um *devir*, demarcado pelas transformações do ontem e do hoje, expostas nas narrativas das gerações de filhos e netos do casal fundador. Para compreendermos o contexto atual e suas nuances, nos reportamos a essas narrativas, as quais geracionalmente vão construindo o ontem e o hoje da Chácara das Rosas.

2.1- O ontem e o hoje no território da Chácara das Rosas

Nessa construção que mescla vivências e percepções ao longo de uma trajetória de vida comum, faz-se necessário atentar para esse território com um olhar que percorra essa trajetória. Assim foi que, em uma tarde de abril, chegamos à Rua Duque de Caxias, no bairro Mal. Rondon e vislumbramos casas de alvenaria e prédios residências, alguns ainda em construção.

95 Grifos nossos.

96 Grifos nossos.

Um evidente contraste com as casas de madeira dispostas quase lado a lado, em um terreno, aparentemente estreito na sua largura. Ali é a Chácara das Rosas, ou como pejorativamente são reconhecidos, “O Planeta dos Macacos”.

Fomos recebidos pela Sra. Glaci e sua filha Isabel, sendo que ambas demonstraram acolhimento e simpatia. Já estávamos sendo aguardados, conforme acordado previamente. Fomos encaminhados à casa de Dona Glaci, onde os demais familiares nos aguardavam, sendo eles: Dona Maria Abrilina, acompanhada de seus filhos (as), Elisabeth, Noemi, além da neta Carla e do irmão Antônio (seu Tonho). Também nos aguardava outra filha de Dona Glaci, Neusa, além de algumas crianças filhas dos presentes.

Nas falas sobre o território, ficamos sabendo por Isabel, que eles conduzirão de forma autônoma o seu pleito em relação à comunidade de Manoel Barbosa, na qual se vinculam por parentesco. Isso se deu através do processo, então em andamento, de constituição de uma associação quilombola. Em seguida a essa conversa, mediada pelo café e suco servidos por Dona Glaci, agendou-se a próxima ida a campo, por intermédio especialmente dos mais velhos, Dona Abrelina e seu Antônio.

Na continuidade do encontro, fomos conhecer o território da Chácara das Rosas, tendo Dona Glaci, Isabel e seu Antônio como guias. O terreno revelou-se ocupado por cerca de duas dezenas de casas, algumas em estado precário de construção, sendo relatado inclusive o desabamento recente da casa de um primo da Isabel. Poucas casas são delimitadas por alguma cerca ou muro.

Nota-se cães e algum arvoredo à volta, especialmente uma goiabeira com várias frutas pelo chão. Isabel relata que costumam fazer doces para aproveitar as frutas. O final do terreno dá para a Rua Dona Rafaela, um tanto movimentada, sendo que eles já solicitaram à prefeitura a colocação de lombadas, por causa do risco de atropelamento das crianças, mas até o momento não foram atendidos. Embora, sem termos adentrado, nos foi mostrada a casa de culto de matriz afro-religiosa pertencente a um dos familiares.

Desse primeiro contato aos posteriores abriram-se histórias de vida, vínculos territoriais e laços sociais que hoje resultam no presente relatório. Para dar conta dessa problemática nos remeteremos às narrativas de seus moradores, a fim de perceber os elementos que constituem o território da Chácara das Rosas, sendo que privilegiaremos

um recorte temporal trazido por cada geração de filhos(as) e netos(as) de Dona Rosa, como forma de explicitar as mudanças ocorridas e o contexto atual.

Iniciando pela primeira geração, temos na narrativa de Dona Glaci, 63 anos, nora de Dona Rosa, um retrato do “ontem”. Em 1959 ela casa-se com João Genelício dos Santos e o casal estabelece residência na Chácara das Rosas. Hoje, viúva, ela permanece na Chácara, vivendo há 47 (quarenta e sete) anos na área.

Vinicius – Como é que era a região quando a Sra. veio?

Glaci – Bem interior.

Vera – O que tinha aqui?

Glaci – Aqui? Mato da amaricá, hortaliça, tinha um curral ali, (?) tinha um curral ali. Ali tinha um valão que não era tapado, que era aberto, corria água.

Vinicius – Era um riacho?

Glaci – Era um riacho.

Vinicius – Era limpo ou era poluído, naquela época?

Glaci – Era limpo.

Vinicius – Era limpo?

Vera – Vocês usavam água daquele riacho pra alguma coisa?

Glaci – Não, nós tinha o poço, nós tinha o poço que foi fechado. Aqui era, tinha não, eu morava na parte lá, depois que eu vim pra cá.

Vera – A sra. morava lá do outro lado?

Glaci – Perto da minha sogra. Aqui não, aqui era só plantação e mato de eucalipto. Depois que nós abrimos aqui e construímos.

Vera – Por que a sra. se mudou de lá pra cá?

Glaci – Por quê? Por que é pra ficar ocupado aqui também, pra gente poder cuidar mais, por isso que a gente veio pra cá. Daí deixamos a sogra lá.⁹⁷

Outras narrativas dessa primeira geração, no caso filhos de Dona Rosa, Jorge Gabriel (54), e Maria Abrilina (75), respectivamente o mais jovem e a mais idosa da primeira geração, assim descrevem a Chácara:

Jorge Gabriel – [...] Tinha bastante, tudo aqui era mato de eucalipto, a metade aqui tudo era mato de eucalipto, pra lá, a metade pra lá era bergamota.

Vinicius – Aqui dentro mesmo o sr. diz?

Jorge Gabriel – **É aqui dentro. Metade aqui tudo era eucalipto, e ai na frente era só mato, tinha um curral.** (Jorge Gabriel)⁹⁸

Vera – Como é que era a vida aqui? O que tinha aqui? O que eles plantavam, o que eles criavam?

Abrilina – **Não, eles eram muito de criar galinha, porco e verdura também eles gostavam muito de plantar, era alface, couve e repolho, aipim e batata.**

Vera – Batata, batata doce?

Abrilina – Batata doce. Eles gostavam muito de plantar. E tinha uma outra coisa, melão eles plantavam muito.

97 Entrevista realizada em 13/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

98 Entrevista realizada em 02/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

Vera – Eram eles que plantavam?
 Abrilina – Era eles que plantavam, eles que plantavam.
 Vera – As flores também eram eles?
 Abrilina – As flores não, era a falecida minha mãe que plantava as flores. Esse negócio de copo de leite, rosas, manjerição, folhagem.
 Vera – Aqui da volta. O que tinha aqui na volta naquela época, a sra. lembra? Tinha, por exemplo, tinha tambo de leite?
 A – Ah, tinha, tinha tambo de leite.
 Vera – Tambo de leite.
 Abrilina – Tinha, tinha.
 Vera – Mais alguma coisa que a sra. lembre? Alguma igreja, alguma capelinha? Um clube, um salão?
 Abrilina – Igreja tinha, é. Inclusive ainda tem, como é o nome daquela igreja lá? Lá no Centro ali? Igreja antiga, Como é o nome daquela igreja ali?
 Vinicius – São Luís?
 Abrilina – Eu acho que é São Luís, é lá no Centro. Aquela igreja é muito antiga, quando eu me lembro assim, que eu conheci (?) tinha aquele igreja lá. Antiga, muito antiga. Ali que eu me casei, naquela igreja. (Maria Abrilina)⁹⁹

Nessa primeira narrativa percebe-se que quando Dona Glaci vai residir no território da Chácara, este é uma área rural de “mato”, “riacho” e “curral” em que o grupo familiar está unido pela figura de Dona Rosa, a qual, já viúva, convive com os filhos na faixa etária entre 05 (cinco) e 18 (dezoito) anos: Antônio (Tonho), Jorge Gabriel, Miguelina e João Genelício (recém casado com Glaci). As demais filhas Maria do Carmo, Maria Abrilina e Maria Inácia casaram-se e deixaram a área para morar em outras regiões de Canoas, como o bairro Niterói ou ainda em Porto Alegre e Santana do Livramento.

A centralidade da figura de dona Rosa é demonstrada quando dona Glaci relata que foi morar perto da sogra estabelecendo com ela vínculos de solidariedade:

Glaci – A minha sogra era uma pessoa muito boa, muito assim, como posso dizer? Muito atrasada, muito atrasada, ela não evoluiu muito, minha sogra.
 Vera – Como assim?
 Glaci – Assim, ela não conhecia muitas coisas. Eu que carregava ela pra lá e pra cá. Ela dizia que quando eu apareci na vida dela, que eu fui um anjo. Eu levava ela pra médico, ela era muito doente quando eu conheci ela.
 Vera – Doente do quê?
 Glaci – Material pra baixo da barriga (?), tinha feito cirurgia já. Era muito doente minha sogra, e ela só tinha os gurus e essa minha cunhada que é doente. Só os gurus, filho homem porque as gurias já tinham casado tudo, a (?) não morava aqui ela morava lá na Estância Velha. Então, ela era praticamente aqui sozinha, só ela e os filhos, e o de maior era o meu marido os outros eram pequeno.
 Vinicius – O seu sogro não era mais vivo?
 Glaci – Não, eu não conheci o meu sogro, não. (...) E aí a gente contou, meu marido trabalhava como diarista, fortinho ao menos tinha, novo ainda, não

99 Entrevista realizada em 09/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

tinha nem servido ainda, quando ele foi pro quartel que a gente se conheceu.¹⁰⁰

Por mais de uma década a família permanece na Chácara das Rosas, onde alguns dos primeiros netos de Dona Rosa começam a nascer:

Vera – Seus filhos nasceram aqui também?

Glaci – Aqui, naquela época que eu vim pra cá não tinha eles ainda.

Vera – E a sra. chegou a sair daqui? Foi morar em outro lugar? Ou a sra. sempre morou aqui?

Glaci – Sempre morei aqui.

Vera – Sempre morou?

Vinicius – Até hoje a sra...?

Glaci – Estou firme aqui.¹⁰¹

Um dos filhos de Dona Glaci, Edson Genelicio (40), conta que nasceu ali mesmo, dando a entender que tal fato ocorreu em casa com ajuda de parteira:

Vera – Tu nasceste e foste criado aqui?

Edson – Aqui mesmo.¹⁰²

Os netos seguintes de Dona Rosa já não iram conhecê-la, pois ela falece nos anos 70. O seu falecimento, juntamente com a volta das filhas casadas e suas famílias, bem como as mudanças no entorno iniciam um processo de reconfiguração territorial, sentida ainda na primeira geração:

Abrilina – Negócio de fruta, essas coisas assim. Tudo com fartura [...]. Tinha vaca de leite, era uns balde de leite assim, que a gente tinha. Então, a falecida da mãe tinha uma gamela assim, de pau, então ela fazia aquela polenta, e botava dentro da gamela e abria a polenta no meio e enchia de leite e ali botava nós em roda daquela gamela pra comer aquela polenta com leite. E café não precisava, era só aquilo [...].

Vera – **E quando a sra. acha que foi mudando, deixando de ter essa fartura toda? Enquanto a D. Rosa tava viva era bom?**

Abrilina – **Depois que ela, daí foi mudando tudo, daí já não era mais a mesma coisa, ficou tudo mudado.**¹⁰³ (Maria Abrilina, 75)

100 Entrevista realizada em 13/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

101 Entrevista realizada em 13/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

102 Entrevista realizada em 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

103 Entrevista realizada em 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

– INSERIR MAPA 1 - TERRITÓRIO ANTIGO –
(arquivo PDF de nome “mapa 1 - chacara das rosas - terreno antigo”)

O “hoje”, com suas mudanças, surge emblemático nas narrativas, também, da segunda geração:

Noemi – **Começou a mudar depois, daí veio a tia Carminha, daí veio nós pra cá, o tio João casou, daí o tio Tonho casou também. Daí o tio Tonho fez a casa dele mais ali, eu já vim morar aqui, daí mudou tudo depois que a falecida faleceu, daí começou o brejão aparecer.**

Vera – Depois que a d. Rosa faleceu?

Noemi – Daí começou o brejão a tomar conta, daí era cada um por si, cada um botava uma casinha, capinava, botava (?) pra dentro de casa (?).

Vera – Antes não era assim?

Noemi – **Antes era a coisa mais linda, depois começou o mato a tomar conta, as pessoas não se dá mais.**¹⁰⁴(Noemi A. Pinto, 55)¹⁰⁵

Vera – Aqui mesmo? O que tu lembra da tua época de infância, por exemplo, daqui? Como é que era tua vida aqui com os teus pais?

Edson – Sempre muito bom, graças a Deus! Nós éramos, acredito que uma das famílias que os irmãos, não sei se porque era menos filhos, então a gente vivia melhor, eu acho. Que eu me lembro, ao meu ver era assim. Os outros eram muitos filhos, ai se tornava um pouco mais difícil do que pra nós. Mas, **nós que nunca saímos daqui, porque os outros vieram depois, o único que não saiu daqui de perto da minha vó foi meu pai, e o tio Briel, que é o filho mais novo e a tia Miguela que tem problema de cabeça. Os outros não, a minha infância era só nós e essa Chácara toda, depois que os filhos foram retornando.**

Vinicius – E eles saíam quando casavam?

Edson – Casavam, quando casavam. Casaram daí foram, aí ficou só o meu pai. O que eu me recordo assim, era nós, dentro dessa Chácara era só nós.

Vinicius – O que fazia com que eles voltassem depois? De algum tempo.

Edson – Olha eu acredito, a minha tia se separou e retornou, e essa minha tia Abrilina resolveu que levou o marido, acho que ele trabalhava, daí pediram ali onde eles moravam, daí eles vieram pra cá. Ele trabalhava no hospital, o marido dela, trabalhou muito tempo no hospital. **Eu acredito que deve ter sido assim, foram retornando. Meu pai plantava, uma vida normal, bem normal. Eu achava bom, sempre foi bom, claro depois que começaram a vim essas pessoas, aqui não tinha nada, era mato e mato e mato, campo e mato, só.**

Vera – **Que época essas pessoas começaram a chegar? Tem idéia? Na tua adolescência, por exemplo?**

Edson – **É, eu já tinha uns 15, 16 anos quando começaram a vir em bloco pra cá, a uns vinte e poucos anos atrás, daí o primeiro foi a (?), uma empresa que daí construiu as casas dessa rua aqui, foi uma das primeiras, depois que começou os prédios tudo, bem agora pouco.** (Edson Genelicio, 40)¹⁰⁶

Isabel – **Eu nasci aqui.**

Vera – Te criou todo tempo, toda a tua vida aqui?

Isabel – Eu nasci no hospital Nossa Senhora das Graças, dia 22 do 09 de 1975, querem horário?

Vinicius – Tu chegou a morar fora, morou toda infância aqui?

104Idem.

105 Idem.

106 Entrevista realizada em 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

Isabel – **Toda infância, tudo. A minha infância o que eu lembro mais assim, eu tinha uns 13 anos quando construíram a casa, a nova casa de madeira, antes tinha uma outra, né? Que era da minha vó, a outra bem mais verde da minha vó.**

Vera – Entrando pela Duque?

Isabel – Entrando pela Duque, no lado direito do terreno, só ela ficava bem na frente, um pouco antes do coqueiro. Agora o coqueiro ta ali na frente aquela casa dos velhinhos, né? Ela ficava bem na frente, bem na frente. **E antes na infância não tinha muita casa, tinha era a da mãe, a da minha vó, no caso minha mãe ficou morando na casa da minha após o falecimento, depois tinha uma casa no meio que era da irmã da minha mãe que era da Tereza que era minha tia, depois tinha a casa do tio Tonho, né?**

Vinicius - Que é onde ta a atual?

Isabel – Isso mesmo. Nesse período minha tia Brilina tinha se mudado eles tinha conseguido um terreno daí o povo se mudou nesse período pra lá. Lá na frente, a minha tia Carminha ela não estava morando lá, ela se mudou também com o atual marido dela, então daí ela deixou a filha mais velha dela lá na frente, morando.

Vinicius - Quem é a filha mais velha?

Isabel – Filha mais velha que é a Nilsa, ficou morando lá na frente.

Vera – **Então quando tu era criança, era um basicamente essas pessoas que moravam aqui?**

Isabel – Eram essas pessoas, eram essas pessoas. A Nilsa é minha madrinha, a filha da tia Carminha, ela que ficou na casa da mãe o período que ela não tava morando aqui. Ai depois, conforme as dificuldades que foram passando na vida eles retornaram.

Vera – Isso?

Isabel – Uns cinco anos depois. Eu tinha o que? Eu lembro três anos (?) a casa verde, que é do lado da casa da minha vó, depois eles voltaram com cinco, tinham cinco terreno quando eles retornaram pra cá e não deu certo fora e a família retornou, mas as casa ainda residiam aqui e o terreno era bem maior. (Isabel C. Genelício)¹⁰⁷

Neusa – **Depois que construíram as casinhas tudo ficou pra traz. Aquele respeito, a liberdade não tem mais, a liberdade de planta uma horta... Um tempo bom que não volta mais. Fica só na lembrança!** (Neusa, 36)¹⁰⁸

Observa-se uma mudança abrupta com a morte de Dona Rosa, associada com o território que passa a ser um “brejão” e das relações entre os familiares que já “não se dão mais”, como exemplifica a fala de uma neta, Dona Noemi. A mudança gradual se dá com os parentes que retornam e as novas casas que vão sendo construídas em uma metáfora de um novo modo de vida, de relações que vão se alterando. Tudo isso tendo como marco central a figura de Dona Rosa, expressa na falas que remetem a “casa da vó” e “as rosas”, sendo que esse e outros marcos territoriais e relacionais constituem o objeto da nossa próxima análise.

107 Entrevista realizada em 26/06/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

108 Entrevista realizada em 19/11/06 por Vera Rodrigues

2.2 - Os marcos territoriais e relacionais

Essa centralidade em alguns pontos-chave desse território abre caminhos para que os identifiquemos como marcos territoriais e relacionais, pois, ao mesmo tempo em que atuam na concretude física do território, expressam valores e lógicas de resistência aos impactos que as mudanças internas e externas ao grupo trouxeram para todos.

Através desses marcos é possível conjugar o “ontem” e o “hoje” na perspectiva de compreender o que os faz reivindicar direitos sobre este e território e porque esse delimita espacialmente as fronteiras de seu pertencimento. Por essa via, destacam-se 03 (três) marcos:

- A área de plantio de verduras, árvores frutíferas e ervas do senhor Antônio de Jesus (o seu Tonho), a qual reproduz, especialmente, a forma de produzir e o cotidiano familiar da época vivenciada pelo casal Rosa e João Genericio;
- A “Casa de Nação” mantida por Edson Genelicio (neto do casal) e que expressa uma das vertentes religiosas do grupo, além de ser o local de agrupamento político em torno do pleito quilombola;
- O local onde se localizava a casa de Dona Rosa, bem como determinados locais do terreno em que estão plantadas árvores e flores, especialmente, rosas em uma alusão a sua memória.

Essa territorialidade é vivenciada, construída e interpretada por seus moradores, a partir do uso e ocupação do espaço, não apenas como espaço no sentido físico, mas também relacional:

Na realidade, o espaço não se define unicamente pela materialidade territorial, mas também por sua construção, sua organização, sua disposição e suas inscrições. Portanto, o espaço não é somente um lugar geográfico. É também, e sobretudo, uma rede relacional com representações coletivas que permitem aos membros de uma coletividade dar às características de seu espaço significados reconhecidos de maneira geral. (D’Adeski 2001: 54 apud Richmond)

Estes marcos definem-se a partir da memória social do grupo e do manejo que estes fazem do que lhes é significativo como fronteiras de pertencimento e constitutivos

de sua identidade e territorialidade própria, conforme veremos a seguir em relação a horta do seu Tonho, a Casa de Nação e a casa de Rosa de Jesus.

2.2.1- A horta do seu Tonho

Essa proposta de apreensão de um espaço físico e relacional guia nosso olhar para a extensão de terra ocupada pela casa e plantação do seu Tonho. Nesse local está explícito o legado da mãe ao filho. Se antes seu Tonho vendia verduras no balaio ao lado da mãe Rosa, hoje ele as cultiva no seu “pedaço de chão”. São verduras, árvores frutíferas e ervas que, isoladas por uma cerca de madeira simples, permanecem como lembrança viva da Chácara de outrora. Para seu Tonho (60) e sua esposa Diolina (61) o casamento completa 32 (trinta e dois) anos e a vivência na chácara 56 (cinquenta e seis), só interrompida nos anos 70, quando falece Dona Rosa e seu Tonho deixa a Chácara por 04 (quatro anos) retornando para nunca mais sair, ou como ele mesmo diz:

Antônio – (..) Essas coisa que traz os antigo assim, que nem eu aqui. Eu posso dizer aqui pra vocês como é que eu me criei aqui plantando, capinando, plantando couve, plantando milho, aqui, aqui nós tinha muita plantação!¹⁰⁹



Horta do Seu Tonho – agosto de 2006

Foto: Vinicius Oliveira

109 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 09/05/06.



Horta do Seu Tonho – agosto de 2006

Foto: Vinicius Oliveira



Horta e pomar do Seu Tonho – agosto de 2006

Foto: Vinicius Oliveira

Essa vivência territorial, conjugada com uma memória nas “coisas que traz os antigo” é o que confere o sentimento de pertencimento aquele lugar, bem como inscreve na organização e disposição dessa espacialidade uma representação coletiva apreendida nas narrativas, como nesta de Noemi sobre o território no tempo da avó Rosa:

Noemi – Porque os canteiros era tão bem nivelado, tão bem cuidado, os canteiros eram tão bem feitinho, com aquelas varetinhas, se caísse uma agulha ali no meio, já juntava, de tão bem cuidado que era. **E quem cuidava daqui era a falecida vó Rosa e o tio Tonho, esse que tem a continuação da plantação aqui assim.** (...) Era a coisa mais linda. Tudo plantadinho, tudo aqui. Não tinha espaço pra nada, só verdura, coisa mais linda! E aqueles pés de rosa, a coisa mais linda! Na frente ali também tinha um baita pé de rosa rosas. Esse canto aqui, esse cantinho, era só copo de leite. Sabe quando tem época de, que vem o finado, daí o danado do copo de leite (?). **E tudo o que o Tonho cuidar nessa vida se cria, dava gosto de ver. Por isso que tem a tradição de querer plantar, de querer o cantinho dele. Porque são quantos anos, desde que ele se conheceu por gente, sempre plantando, cuidando de planta, tirar agora, é até uma injustiça. É uma injustiça tirar dele, por isso que ele quer esse cantinho dele ali e ele merece esse cantinho.**¹¹⁰ (Noemi A. Pinto, 55)

O legado deixado por Dona Rosa, representado no seu Tonho (seu filho) e na horta é continuamente evocado, tal como na fala do próprio seu Tonho:

Vera – Por que o senhor planta?

Antônio (Tonho) – Por quê? Porque eu planto?... **Isso aí já vem de berço.** Eu ajudava a plantar aqui de tudo. Eu, o pai, a mãe, nós pequenininho arava tudo.¹¹¹

A tradição de plantar aparece também na prática daqueles que mesmo não nascendo na Chácara, mas tendo a referência dos pais ou avós ainda o fazem. Esse é o caso de Olavo, 38 anos, filho de D^a Maria Abrilina e Alfeu A. Pinto. Ele não chegou a conhecer os avós, veio morar aos 20 (vinte anos) na Chácara, mas é conhecido pela horta e jardim que cultivava:

110 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 08/05/06

111 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 19/11/06

Olavo – **Ele (o pai) se foi e eu continuei**, assim tenho umas verduras em casa. Plantação é comigo! Mas se tu me perguntar, se tem uma coisa que eu tenho gosto, paixão é jardinagem. **Adoro rosas.** (Olavo, 38)¹¹²

Sobre a horta do seu Alfeu (pai de Olavo) a sobrinha Neusa M^a, 35, recorda:

Neusa - Lembro da horta do falecido pai (João Genelício) e do tio Alfeu. Tinha bastante fruta: coqueiro, amora, bergamota, goiaba... Embaixo do coqueiro eu e as guria sentava, comia e conversava.¹¹³

Em uma seqüência de lembranças interligadas sobre as hortas da família, Isabel, (30), relembra a plantação do pai João Genelício:

Isabel – (...) Tinha eucalipto, tinha árvores frutífera, tinha muita árvore, árvore, árvore, tinha bergamota, tinha laranja, limão, de tudo que tu possa imaginar, mamão, melão, tinha rosa, tinha muita rosa, muita flor, muita flor, tinha canteiros de alface, tanto que o pai vendia assim, aipim, era plantação de aipim, o pai trabalhava a noite, durante o dia e a folga dele ele vendia, ele plantava pra vender. (Isabel Genelício)¹¹⁴

O marco das hortas, especialmente do seu Tonho, se reveste de uma memória coletiva partilhada tanto por quem ficou ou retornou para a Chácara das Rosas, por isso impõe-se uma lógica que organiza a vida familiar, por exemplo em relação ao trabalho de plantar e vender, bem como atualiza os vínculos sociais. Na seqüência desses marcos, veremos como as rosas plantadas no terreno são outra fonte de expressão dessa territorialidade.





Para melhor situar esses marcos, abaixo seguem um croqui do território:

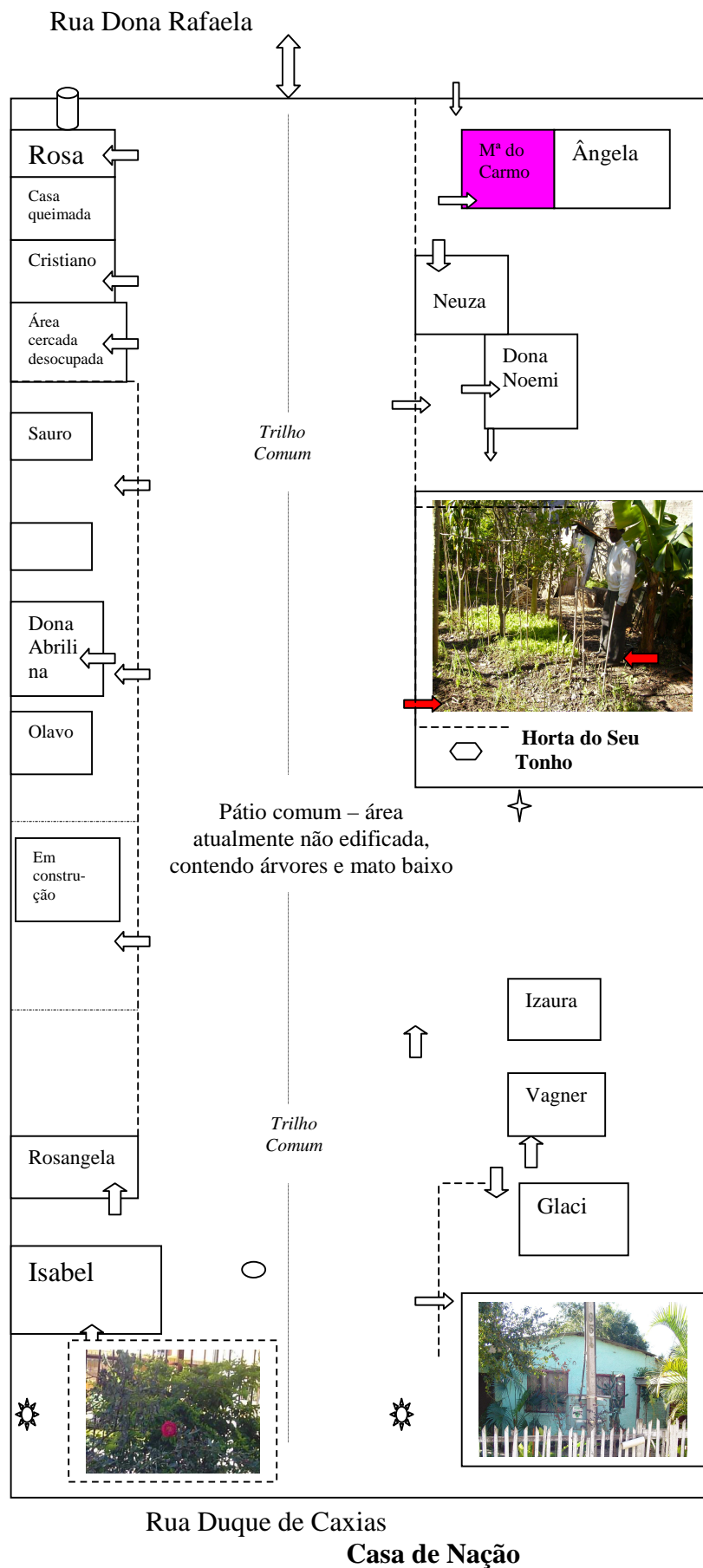
112 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 19/11/06.

113 Idem

114 Entrevista realizada em 26/06/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

LEGENDA:

- **Coqueiro**
-  Poço desativado
- Rosas plantadas por Isabel
- Portas e Portões
- Acessos ao Quilombo
- Cercas
-  Tanque de roupas
-  Goiabeira, caqui e rosas
-  casa de Rosa de Jesus (atualmente reside a filha M^a do Carmo)



2.2.2- As rosas

As rosas plantadas junto ao portão de entrada na Rua Dona Rafaela chamam atenção pelo inusitado de estarem, aparentemente, deslocadas naquele terreno que mescla o *ontem* e o *hoje*. O *ontem* demarcado pelas rosas e árvores frutíferas encadeado com o *hoje* de um terreno parcialmente coberto por uma vegetação rasteira, animais domésticos (cães e galinhas) e esgoto a céu aberto. Ao longo do terreno, observamos uma ou outra rosa nas cores vermelha ou branca plantadas no local. Na casa de Isabel, neta de Dona Rosa, encontramos rosas vermelhas junto à porta de entrada. Também encontramos rosas plantadas, por vezes junto às hortas e casas de outros moradores, como seu Tonho, Olavo e Dona Noemi. Na parte do terreno em que se localiza a Casa de Nação, uma outra rosa parece indicar que estamos na Chácara das Rosas como afirmam seus moradores:

Vera – Como é que vocês chamam aqui?

Isabel – Aqui, aqui pra nós sempre foi Chácara, né? Porque a vó sempre foi conhecido Chácara das Rosas, antigamente, porque a vó, porque a vó sempre, aqui era rosas, lá em cima, a entrada sempre foi rosas, no meio um monte de rosas, que eu lembro. Então, a vó sempre foi muito de plantar rosinhas e como minha vó é Rosa, e daí pegou a Chácara da Rosa, da Rosa, da Rosa e daí ficou Chácara da Rosa. (Isabel Genelício, 30 anos)¹¹⁵

A Chácara das Rosas tem nas flores um símbolo que identifica o território e seus moradores, conforme podemos analisar pelos ângulos do ato de nomear e da memória social. O primeiro que diz respeito à identificação do território, aponta para a nomeação, centralizada nas rosas, como forma de resistência à nomeação exógena como “Planeta dos Macacos” (ver capítulo 4). Esse é o momento protagonizado pelos moradores da Chácara das Rosas, os quais reivindicam para si o “poder de nomear”.

Essa reivindicação se dá no contexto social, conforme nos aponta Poutignat e Streiff-Fenart (1998: 142), em que a nomeação é produtora de etnicidade e de laços de solidariedade, acompanhada por uma releitura e reapropriação da historicidade e ancestralidade do grupo através da articulação da memória social.

Essa releitura e reapropriação da própria trajetória social é que os faz referirem-se a memória de Dona Rosa, como o elo comum de sua historicidade. Ela é a ancestral-

115 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 26/06/06

fundadora do grupo, não como um mito congelado em um passado frio e distante, mas viva e presente nas rosas que demarcam o território. Eles são seus descendentes e herdeiros que fazem do plantio de rosas um elo com a descendência e ao pertencimento àquele território:

Isabel – (...) Sempre tinha rosas, tanto que agora recentemente eu plantei.

Glaci - Rosas, margaridas, no meio das couves....

Isabel – Plantei umas quantas mudas e tinha couve, tinha feijão, eu me lembro do feijão.

Glaci – O problema é que ninguém podia brincar.

Isabel – Eu plantei rosa vermelha ali na frente, branca e rosa cor-de-rosa eu plantei, eu gosto.

Vinicius – Você gosta?

Isabel – Hã, hã. Tanto que agora as crianças tiveram ali jogando bola, que eu não tava ali, me estragaram a rosa vermelha, mas a rosa branca no canto que foi o meu irmão que plantou ela pegou, não sei se tu viu, tem uma rosinha branca ali?!¹¹⁶ (Isabel 30 anos; e Glaci, 63).



Roseira plantada por Isabel próximo à entrada da Rua Duque de Caxias.

Foto: Vinicius Oliveira – 2006.

Na linha da descendência e pertencimento, Isabel hoje planta as rosas que sua avó também plantava. Dona Glaci (mãe de Isabel) relembra das rosas plantadas no meio das couves. Essa relação intrínseca entre território e memória é importante para entendermos o porquê das rosas como marcos territoriais e relacionais, pois tomando emprestado o que nos indica Anjos (2006: 45) a *memória tem significativa força*

116 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 26/06/06

territorializante e só é possível falar de território se houver memória enraizada no corpo social.

Além disso, a auto-atribuição, já referida anteriormente, configura uma linguagem que comunica¹¹⁷ os elementos distintivos do grupo, aquilo que lhes confere pertencimento perante os *outsiders* é constantemente trabalhada na interação social, sendo por meio desse processo que se comunicam distinções e significados, bem como se evidencia o sentido existencial que o pertencimento comum lhes confere.

No território da Chácara das Rosas os marcos são territoriais e relacionais, justamente por estarem enraizados tanto na terra, meio físico e geográfico, quanto no território que como afirma Arruda (2001), é o palco das relações sociais, históricas e míticas que conduz o processo demarcatório de fronteiras sociais e simbólicas como veremos a seguir, em relação à Casa de Nação.

2.2.3 - A Casa de Nação

No território da Chácara das Rosas, destaca-se como local de culto religioso afro-brasileiro e reuniões comunitárias a Casa de Nação “Reino do Pai Ogum”, coordenada por Edson Genelício de Jesus, 40 anos, o qual é reconhecido por seus parentes e filhos(as)-de-santo como “Liege de Ogum”. Edson Genelício é visto como o detentor natural do legado religioso deixado pela avó benzedeira, conforme explicitado no depoimento de sua irmã Isabel e nas próprias palavras dele:

Isabel – Da vó, a vó plantava, a vó era, mas ela era benzedeira, era com chás e ervas e ela fazia de tudo, **acho que por isso que já vem a, no sangue a gente essa força tribal que a Nica [Liege de Ogum] tem, um de nós ia ter que puxar pela vó.**¹¹⁸ (Isabel Genelício, 30)

Edson – Olha, **eu me recordo muita coisa da minha vó**, embora eu tinha 5 anos quando minha vó faleceu, mas o que eu fico apavorada, quando eu falo as coisas pra mãe, a mãe: “Mas como?” **Eu me recordo de tudo, eu me recordo de tudo! Com 5 anos, 4, 5 anos eu me recordo de tudo, tudo, tudo, tudo! Do jeito dela, dos lugares que nós íamos, tudo, tudo, tudo! Eu tava sempre junto**, eu acordava de manhã, por mim eu nem dormiria aqui, dormiria lá com ela, mas a mãe não deixava, eu ficava aqui, pelo menos até de manhã, quando era de manhã ficava um bocadinho, dava uma voltinha, uma voltinha e pá! Saía voando, subia lá pra cima com ela.

Vera – O que tu fazia com ela?

Edson – **Eu ficava lá, ela tinha aquela jeito dela, a minha vó era benzedeira e eu gostava. Tu vê, como é que pode? Eu já gostava desse**

117 Ver Carneiro da Cunha (1986)

118 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 26/06/06 – Grifos nossos.

tipo de coisa. Ficava ali na vó, as pessoas iam chegando, ela começava a benzer, ela sentava, ficava conversando. (...) Então a vida da minha vó era assim, cheia de muito movimento, nós ia nas casas, ela benzia as casas, ela tinha muita amizade aqui dentro de Canoas, esse pessoal ai, ela ia nas casas e benzia as crianças e eles vinham aqui. Todo mundo, não tinha, não era negro, não era branco, era toda Canoas, toda! Era toda, ela se dava com todo mundo, todo mundo gostava muito dela, era o jeito dela, ela cativava, era aquele jeito de pessoas do interior. Mas ela era uma boa pessoa, me recordo coisas boas dela, nunca vi assim nada de ruim.

Vera – Tu acompanhava ele nessas idas as casas?

Edson – Ia, ia, ia junto. Ia, voltava, a vó era, ela ia num lugar depois ela não sabia ir mais, mas eu não na época, eu era criança também não sabia, mas agora eu vejo assim que ela não, tu levava ela num lugar, perguntavam se ela sabia ir depois: “Claro, mas bem capaz que não!” Não! Tinha que levar de novo, tinha que levar, alguém tinha que levar, porque não adiantava, sempre alguém tinha que levar ela. **E tu vê, ela era tão assim, essa força espiritual, essa coisa das pessoas chegarem, eu via que ela sempre conversava, sempre tinha uma coisa pra cada um, sempre saiam contente, chegavam e iam contente com ela. E ela tinha essas coisa que eu achava estranho ela ter tanta, a cabeça assim pra, olha não era nem um nem dois, era bastante gente que chegava durante o dia na casa dela, eu me recordo.** (Edson Genelício, 40)¹¹⁹

A força “tribal”, “espiritual” atribuída a Edson, como uma religiosidade herdada também aparece como algo inato ao próprio indivíduo, porém não dissociado da figura da avó benzedeira:

Vera – E tu assim, acompanhando ela, tu diria que foi com ela que tu teve a tua iniciação, foi por ela que tu começou a se interessar pela questão religiosa?

Edson – Não, sempre gostei, mas eu era muito criança pra ter já despertado isso, acredito que não. (...) Mas eu acredito que não isso que despertou, não. Foi bem depois agora, e eu já sei que não porque depois eu fui fazer minha primeira comunhão, entrei pro grupo de jovens da Igreja, eu vivia entocado na Igreja, então não, acredito que não.

Vera – Igreja aqui do Rosário?

Edson – Nossa Senhora do Rosário. Era todos os dias, não tinha catequese, mas eu tava lá tonteando na frente Igreja! Meu Deus do céu! Bah!¹²⁰

Inata e/ou herdada, essa religiosidade centraliza-se na figura da avó e em um percurso religioso comum aos integrantes de territórios negros, conforme já apontado em estudos recentes, especialmente quanto ao culto à Nossa Senhora do Rosário¹²¹, bem como as relações de reciprocidade com outras casas religiosas de matriz afro-brasileira como refere-se Edson ao falar das casas que visitava com a avó e posteriormente com outros parentes:

119 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 04/07/06 – Grifos nossos.

120 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 04/07/06 – Grifos nossos.

121 Ver Fernandes (2005), Santos (2001) e Souza (2002).

Vinicius – Teu contato com a religião afro, foi se dar depois quando tu era adolescente, quando tu já era adulto?

Edson – **Foi agora, quase 20 anos eu já tinha quando entrei pra religião.** Mas eu ia, mas pra entrar mesmo e fazer todos os cursos, as coisas que tem que fazer, não! Mas eu já ia.

Vinicius – Já participava mesmo sem ter compromisso?

Edson – Participar não, só ia.

Vinicius – Ia aqui em Canoas mesmo?

Edson – **É. Eu ia com os meus parente** que agora não são mais de religião, pra ti ver como é que pode!

Vera – Quando tu começaste, tu ia com parentes, né? Nas outras casas, tu te lembra quais eram essas casas aqui em Canoas que tu começou a ir?

Edson – **Tinha bastante, nós ia naquela rua lá da base aérea, lá na Santos Dumont. Tinha uma amiga dela (Dona Rosa), até foi a última vez que ela visitou foi essa amiga, daí ela faleceu, depois que ela foi visitar essa amiga. (...) se tu vai aqui, todo mundo vai lembrar dela. É que muita gente agora é falecida, até que a gente foi a Sapucaia, na D. Vilma nós ia, não era a Vilma, era a mãe da Vilma ainda, ih!**¹²²

O depoimento de Edson indica um circuito religioso freqüentado por Dona Rosa e parentela, no qual nos deteremos no capítulo referente aos vínculos sócio-históricos. Por ora, esses antecedentes são interessantes para perceber o lastro de historicidade e que antecede a emergência da Casa de Nação como parte da Chácara das Rosas.

Edson comenta que em 1987, aos 21 (vinte e um anos) de idade, “entrou para a religião”, através das visitas que ele e os parentes faziam às casas de “batuque” locais, em que teve sua iniciação com o Pai-de-Santo Júlio de Oxum, cuja casa religiosa era na cidade de Lagoa Vermelha:

Edson – (...) Tu tem que ver, parecia que era lá do outro lado do mundo, nós saía daqui pra ir lá, às 7 horas de viagem pra ir da rodoviária.

Vinicius – Como é que é?

Edson – **Lagoa Vermelha.**

Vera – Foi lá que foi feito?

Edson – Não, ele veio fazer aqui, depois nós ia, quando ele tocava a festa dele, nós ia lá. **Daí depois que eu sai da mão dele, daí fui pra casa da Mãe Dora agora. Já conhecia a Mãe Dora antigamente, mas não era da casa dela.**

Vera – Tu era da casa desse?

Edson – Desse Pai de Santo lá de Lagoa Vermelha.

Vera – Qual o nome? Tu pode dizer?

Edson – Júlio de Oxum.

Vera – Existe ainda?

Edson – Existe. Faz muito tempo que eu não tenho mais contato.

Vera – E como tu descobriu ele lá em Lagoa Vermelha?

Edson – Não é que eles trabalham aqui e a gente vê. **Tu vem a conhecer porque a gente visita as casas, quando tem esses batuques a gente conhece as pessoas e geralmente nesses batuques que têm muitos filhos que mudam de casa e mudam de Pai de Santo e assim vai indo.**¹²³

122 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 04/07/06 – Grifos nossos

123 Idem.

Pouco tempo depois Edson conclui sua iniciação na casa de Mãe Dora de Ogum, localizada no bairro Niterói na cidade Canoas:

Vera – Quais eram os pais e mãe de Santos daquelas casas, lembra alguns nomes?

Edson – Lembro, era a Pires da Iansã, que chamavam a, era o Pavão Sete Penas também. **A gente ia pra essa da Pires, e lá onde é minha mãe de santo mesmo, a minha mãe Dora, que a (?) quer ir um dia na mãe Dora, não consegui ainda marcar com as gurias, que a mãe Dora ta com 88 anos, enfim ela faz serviço pra mim, em troca lá eu vou pro chão.** Claro vir aqui matar pra mim ela não vem, mas daí as gurias vêm as filhas de santo dela, sobrinhas e filhas carnal, ficam me assessorando e eu faço. Eu governo a minha casa, mas não deixo nunca de ir lá na casa dela **pra fazer um determinado trabalho, daí ela trabalha. Também era em Niterói a Mãe Dora.**

Vera – Mãe Dora?

Edson – **Dora de Ogum, essa que já é falecida a falecida Pires, tinha o Luisinho da Oxum que era aqui da Niterói, na entrada da Niterói, que eu freqüentava também na época.**¹²⁴

Da casa de Mãe Dora de Oxum, Edson passa então como ele diz a “governar sua casa”. No final dos anos 80, surge a Casa de Nação “Reino do Pai Ogum”, assim caracterizada por ele:

Edson – (...) Eu prefiro fazer aqui do meu jeito, na minha casa que é a que eu sei. Que eu sei que vai sair mais ou menos do jeito que eu gosto e tem muita gente agora de Irô (?) também. Eu cultuo todos os lados, todos! De Cosme e Damião até os Orixás, e não tem muito esse tipo de coisa, tem gente que fala muito dos Exus, fala muito. Eu não, pra nós aqui, respeita eles também, mas não é essas coisaradas que eles fazem na rua,então não é, não é.

Vera – Qual é a linha que tu segue?

Edson – Nós seguimos Cabinda ainda.

Vera – Hã, hã.

Edson – E vamos indo.

Vinicius – Era a linha do teu Pai de Santo de Lagoa Vermelha?

Edson – Era Cabinda (?), a Mãe Dora é Cabinda (?) porque o Pai Hélio é Cabinda (?) que é o Pai de Santo dela. E o falecido Adão do Bara é Cabinda (?), lá de Viamão. Nunca ouviu falar no Adão?¹²⁵

124 Idem.

125 Idem.



Casa de Nação “Reino do Pai Ogum”.

Foto: Vera Rodrigues – julho 2006

A “Casa de Nação” é assim chamada por fazer parte da tradição religiosa afro-brasileira no Rio Grande do Sul, nomeada como “Batuque”, ainda em seus primórdios no século XIX. O termo “Cabinda” refere-se a uma de suas linhas de origem no continente africano e que veio a influenciar a vertente regional:

A estruturação do Batuque no estado do Rio Grande do Sul deu-se no início do século XIX, entre os anos de 1833 e 1859 (Correa, 1988 a:69). Tudo indica que os primeiros terreiros foram fundados na região de Rio Grande e Pelotas. Tem-se notícias, em jornais desta região, matérias sobre cultos de origem africana datadas de abril de 1878, (jornal do comércio, Pelotas). Já em Porto Alegre, as notícias relativas ao Batuque, datam da segunda metade do século XIX, quando ocorreu a migração de escravos e ex-escravos da região de pelotas e Rio Grande para Capital. **Os rituais do Batuque seguem fundamentos, principalmente das raízes da nação Ijexá, proveniente** da Nigéria, e dá lastro as outras nações como o Jêje do Daomé, hoje Benim, **Cabinda (enclave Angolano)** e Oyó, também, da região da Nigéria. O Batuque surgiu como diversas religiões afro-brasileiras praticadas no Brasil, tem as suas raízes na África, tendo sido criado e adaptado pelos negros no tempo da escravidão. **Um dos principais fundadores do Batuque foi o Príncipe Custódio de Xapanã. O nome batuque era dado pelos brancos, sendo que os negros o chamavam de Pará. É da junção de todas estas nações que se originou esta cultura conhecida como Batuque,** e os nomes mais expressivos da antiguidade, que de uma maneira ou de outra contribuíram para a continuidade dos rituais foram: *Cabinda* — Waldemar Antônio dos Santos de Xangô Kamuká; Maria Madalena Aurélio da Silva de Oxum, Palmira Torres de Oxum, Pai Henrique de Oxum, Pai Romário de Oxalá e Pai Cleon de Oxalá, entre outros. As

entidades cultuadas são as mesmas em quase todos terreiros, os assentamentos tem rituais e rezas muito parecidos, as diferenças entre as nações é basicamente em respeito as tradições próprias de cada raiz ancestral, como no preparo de alimentos e oferendas sagradas.¹²⁶

Sobre a frequência da Casa e a memória do batuque gaúcho, Edson comenta:

Edson – (...) **eu recordo, eu li que até o Borges de Medeiros ia nos batuques na Cidade Baixa, pelo amor de Deus! No batuque do Custódio, não fazia nada sem ir lá Custódio.** Ah, eu acho que assim, eu sei lá eu! Respeitar um pouquinho mais, enquanto cultura e não eles tão falando mal, estão chamando de diabo os ancestrais deles, sabe? Não se aprofundar que nem a gente, a gente entende, faz, é tão bonito os nossos rituais aqui. **Minha obrigação agora, como eu atrasei de novo vai ter que ser só em setembro, aí eu vou pro chão 7, daí tu vai ver o povo, daí eles vêm, tu vai ver as pessoas que fazem parte mesmo. É que agora eu tenho filha! Cada um tem a sua vida, eu tenho a minha filha na Alvorada. Tenho os meu amigos, tenho uns amigos que são como se fossem filhos da casa, de tantos anos que eu trabalho, que fazem segurança, que vem fazer limpeza, que vem se benzer.**¹²⁷

A Casa de Nação e a liderança espiritual de Liege de Ogum (Edson), inserem-se como parte dos marcos territoriais que reafirmam seu *ethos*¹²⁸ em prol de um território comum que agrega, por exemplo, nas festividades religiosas uma construção social de pertencimento:

Edson – (...) **Nós temos um lado da Cabinda o qual eu vou pro chão, faço festa, faço mesa pras crianças. (...). É bonito, é bonito, quando tu vem, não tem nada de diferente, tu corta uns bichos que o sacrificio pros Orixás, uma coisa que veio da África, que a gente segue daí, faz uma mesa linda pras crianças, recebe os convidados, os outros irmãos que também vem da religião.** O que tem de mal nisso? Não tem nada! **Toca um batuque, começou, acabou, no final aquela comilança, aquela alegria.** Que Diabo tem aí que todo mundo ta comendo, meu Deus do Céu?! Bebendo! Ninguém ta matando ninguém! Não tem nada, nada! **Eu adoro, quando tem é pra ver o fervo, criança e faz mesa lá dentro, as gurias correndo aqui, se empenham naquilo.** Eu não vejo nada de mal! (Edson [Liege de Ogum], 40)¹²⁹

126 Fonte: WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Batuque&oldid=3841678>>. Acesso em: 26 Nov 2006, (Grifos nossos).

127 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 04/07/06, (Grifos nossos).

128 Esta é uma categoria utilizada por alguns autores, tais como Muniz Sodré, Narcim aria Luz e Marco Aurélio Luz. Tal categoria abrange um dos princípios estruturais da rede de rela es interpessoais que caracterizam a forma social presente em comunidades negras. O ethos expressa as dinâmicas territoriais, a cosmovisão, modos e formas de comunica o representativa de universos simbólicos e formas comunitárias.

129 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 04/07/06

Esses são momentos festivos, em que crianças, jovens e adultos interagem em uma constante revitalização da religiosidade como expressão da identidade étnica. Além disso, garantem ao grupo um elo de sustentabilidade simbólico e político, através da troca intergeracional do acúmulo cultural do grupo.

Por isso, as festas dedicadas, por exemplo, aos *Ibeji* (orixás gêmeos/crianças saudados com doces e balas) em que se “faz a mesa”, “a festa para a criançada” da Chácara, torna-se o núcleo catalisador do processo de criação e recriação da identidade étnica, pois agrega o pertencimento e a sua constante redefinição social e comunitária. A visão de mundo construída nesses momentos lúdicos simboliza e afirma o passado na perspectiva do hoje, do agora. Isso se reforça na territorialidade, enquanto marcas materiais e simbólicas de pertença, a qual vem a consolidar o apossamento cultural, mesmo diante do desapossamento material como traço marcante nas relações sociais.

Essa perspectiva torna-se ainda relevante quando se verifica que, embora parte dos familiares não sejam “batuqueiros”, mas “evangélicos”, os atritos decorrentes das posturas religiosas diferenciadas são atenuados em momentos em que está em jogo o território comum. Temos em um fato ocorrido algum tempo atrás um exemplo disso: o pastor de uma das igrejas freqüentadas pelo lado evangélico da família expressou aos seus fiéis o desejo de construir uma igreja no local, mas o pedido foi negado sob alegação de que ali era “terra de todos” e não apenas daqueles parentes evangélicos.

A singularidade da situação aponta, não para o encobrimento de conflitos, mas para um vínculo indissociável entre território e parentesco, bem como para os mecanismos que têm nos marcos territoriais e relacionais a seleção dos sinais diacríticos que os identifica enquanto grupo distinto de outro qualquer.

Esses sinais diacríticos também postulam o reconhecimento público da Casa de Nação, como podemos perceber via documentos comprobatórios da atuação religiosa, zelosamente guardados por Liege de Ogum:



Em reunião coletiva realizada na casa de Nação, sentada ao centro, Liege de Ogum:
Fotografia de Vinicius P. de Oliveira



Reprodução realizada por Vera Rodrigues em jul./2006.
Acervo Pessoal de Edson Genelício.



Reprodução realizada por Vera Rodrigues em jul./2006.

Acervo Pessoal de Edson Genelício.



Reprodução realizada por Vera Rodrigues em jul./2006.

Acervo Pessoal de Edson Genelício.

Além de abrigar as festividades religiosas e familiares, a Casa de Nação também contribui para a afirmação da territorialidade, ao abrigar uma pluralidade de manifestações por vezes conflitivas no campo do pleito político como quilombolas. É lá

que ocorrem as reuniões comunitárias que discutem assuntos como: a) formação da associação comunitária quilombola; b) encaminhamento de demandas à órgãos públicos ligados à temática quilombola; c) articulações com atores sociais externos (Ongs, Movimento Social Negro, imprensa, etc.); e d) conflitos familiares.



Reunião coletiva em jul./2006.

Foto: Vinicius Oliveira

Assim é que coexistem manifestações de cunho religioso, político e comunitário em torno de um mesmo espaço social, a Casa de Nação. Isso não invalida as dificuldades de diálogo entre “batuqueiros” e “evangélicos”, percebida em detalhes como o fato de que estes últimos evitam proximidade com a “casa de santo” ou então pisar no local destinado às oferendas ou mesmo relutância em se deslocar até o local. Já os “batuqueiros” não freqüentam regularmente o lado do terreno em que moram os parentes evangélicos:

Edson – E eu vou dizer pra ti que fazem anos que eu não sei o quê é atravessar daqui pra lá, mas me dou com todo mundo. Se alguém for perguntar lá em cima, desde as crianças, eu não sou assim: “Ah as crianças!” Mas Deus me livre, se eles me vêm, já vem, um abraço e outro vem. Não tem, não é nada de não me dar, é que o jeito que eu achei pra continuar se dando é me retirar. Eu sei que eu tenho que, mas eu não quero não. Eu prefiro abrir um espaço aqui, daí venham aqui.

Vera – Então tu não passa pra lá mas eles vêm aqui?

Edson – Vêm, eu me dou com todos, mas eu não sinto vontade de ir lá. (Edson [Liege de Ogum], 40)¹³⁰

130 Entrevista realizada por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira em 04/07/06.

No tocante aos conflitos, não há uma ruptura ou repúdio explícito na convivência social, mas uma travessia constante entre esses diferentes contextos que não implica na perda identitária ou na desmobilização política, pois os moradores da Chácara permanecem ligados pelos laços de parentesco e afetividades que compõe a teia social da territorialidade e da etnicidade.

Por essa via, pode-se ter a Casa de Nação como o marco territorial e relacional que traz nas manifestações de cunho afrocêntrico o resgate de valores associados à tradição e a elevação da auto-estima do grupo, pois estes se tornam sujeitos de sua história e contextualizam seus direitos a partir desse recorte¹³¹.

A Chácara das Rosas configura-se com o território fértil de uma existência plena de significados e práticas que atualizam sua história e cultura. Na diversidade dessa realidade e atentando para a perspectiva relacional e macro da análise, enfatizamos a seguir o território da Chácara imerso na cidade de Canoas, ressaltando aspectos como o impacto do processo de urbanização, as mudanças decorrentes e a percepção do grupo no processo de interação social.

2.3- A Chácara das Rosas e a cidade de Canoas

Não tinha esses prédios, era tudo campinho e aí depois começou a evoluir. Começou a melhorar algumas coisas, outras não. (...) Algumas coisas a gente deixou de fazer do tempo de criança. A gente brincava de casinha, jogava taco, vôlei, aí não deu mais por causa dos prédios, nós perdemos a liberdade. (Neusa Maria¹³²)

Atualmente, o território da Comunidade Quilombola Chácara das Rosas está situado em uma das áreas imobiliariamente mais valorizadas da cidade de Canoas. Uma grande quantidade de casas e condomínios vem a algum tempo sendo construídos e comercializados, visando primordialmente um público de alto poder aquisitivo.

Porém, por muito tempo esta região possuía contornos nitidamente populares, ligados a atividades rurais e agrícolas. Neste tópico, buscaremos analisar a dinâmica deste processo ocorrido em Canoas ao longo do século XX e que transformou uma área

131 É interessante destacar, neste sentido, o estudo desenvolvido pela Professora Dra. Elsa Avancini, da Unilasalle (Canoas), sobre os espaços de religiosidade de matriz africana na cidade de Canoas. Entre as casas estudadas está a comandada por Liege de Ogum, na Chácara das Rosas. Ver: <http://www.pesquisa.unilasalle.edu.br/index.php?page=projetos/humanas> -

<http://www.pesquisa.unilasalle.edu.br/grupos/memoria/pesquisas.html>

¹³² Entrevista realizada por Vera Rodrigues no dia 19/11/06.

rural popular em um núcleo de ocupação urbana de classe média alta, como forma de compreender seu impacto sobre o modo de vida de uma comunidade negra.

No período em que o casal Rosa e João Generício se fixou em Canoas (década de 1940) a localidade a pouco deixara de ser distrito do município de Gravataí. Relatos diversos rememoram Canoas como área de matas, campos, banhados, rios e açudes. Fora do pequeno e incipiente núcleo urbano, a ocupação era esparsa, com casas relativamente distantes uma das outras (Gayeski, 2005:35).



Centro de Canoas em 1940.

Fonte: *Enciclopédia Rio-Grandense: o Rio Grande Antigo* (Canoas, Ed. Regional, 1956).

Economicamente, Canoas caracterizava-se, desde os século XIX, por uma produção que mesclava atividades agrícolas (cultivo de milho, batata, mandioca, etc.) com criação de gado para corte e leite. O estabelecimento de indústrias de diferentes matrizes somente ocorreria muitos anos mais tarde, já no último quartel do século seguinte.

Em princípios do século XX desenvolveu-se na região de Gravataí (da qual Canoas fazia parte) uma agricultura empresarial baseada em um único gênero: o arroz irrigado (Mertz, 2002:34). Essa monocultura comercial necessitava de grandes áreas planas, com fonte permanente e abundante de água para irrigação, mas que fosse

facilmente drenável. Por estas exigências, esta cultura podia conviver facilmente com a permanência de pequenas propriedades rurais.

É interessante salientar também que a agricultura comercial monocultora, por alterar períodos de maior e menor necessidade de mão-de-obra (plantio, entre-safra, colheita), necessitava sazonalmente de trabalhadores, e que neste sentido a existência de pequenas propriedades rurais familiares na região podia servir como fonte desta força de trabalho. Um exemplo pode ser visualizado no relato de Dona Idalina Barbosa da Silva, sobrinha de Rosa e moradora na região do Barro Vermelho, quando recorda que seus antepassados trabalharam na atividade do arroz:

Ana Paula – E... falavam alguma coisa... de alguma família pra quem os seus avós tivessem trabalhado ou mesmo a sua mãe tivesse trabalhado?

Idalina – Ah, eles trabalhavam pra esse pessoal daqui mesmo aqui ao redor mesmo. Os Fonseca que eles trabalhavam nos Vargas lá embaixo. Esse que eles trabalhavam. Trabalhavam nas granjas aí...

Ana Paula – Tinha granja pra cá?

Idalina – Tinha.

Vera – Granja de arroz?

Idalina – É. Granja de arroz.¹³³

A ocupação urbana de Canoas em princípios do século XX foi fruto do retalhamento de propriedades rurais. Sobras de terras que não se adequavam para a atividade do arroz ou mesmo para a criação de gado começaram a ser parceladas e vendidas, tanto a pessoas que buscavam a região como área de lazer e veraneio, como por famílias de trabalhadores oriundos do campo. Neste contexto econômico e fundiário que o casal originário da Chácara das Rosas se estabelece em Canoas.

Dessa forma, apesar do estabelecimento de grandes unidades agrícolas monocultoras em Canoas, era grande a presença de pequenas unidades agrícolas chamadas de chácaras ou sítios, onde gêneros como o milho, batata, mandioca e hortaliças eram cultivados visando o sustento familiar, bem como o pequeno comércio local ou mesmo com cidades vizinhas. O relato de Isabel Genelício, neta de Rosa, revela que a comercialização da produção agrícola da Chácara das Rosas efetuada por seu pai e posteriormente por sua mãe e tios (frutas, aipim, alface, flores, etc.) estava inserida nesta dinâmica:

133 Entrevista realizada com Idalina Barbosa da Silva, 81 anos, no dia 10/05/2005 por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinicius Pereira de Oliveira e Vera Rodrigues.

Isabel – Ele costumava vender numa feirinha que tinha aqui na, aqui atrás, eu ia junto com ele, eu tava sempre com ele, tinha uma carroça, eu lembro da carroça, ele tinha uma carroça, cavalo, tudo direitinho, aí eu tava sempre junto, eu tava sempre junto com o meu pai, sempre. A feirinha ficava aqui nessa rua, aqui atrás tem a rua São José, ela ficava aqui atrás, do lado do café colonial, que também era uma plantação agrícola, mas essa plantação agrícola ela passava, como é que é? Industrialmente, ia pra outras cidades, outros estados.

Vera – E a de vocês?

Isabel – A nossa era mais pra região, passava pra região, pros vizinhos, sobrevivia, né? Era muita gente.¹³⁴

A produção historiográfica sobre Canoas ratifica essa memória da comunidade. Segundo João Palma da Silva, autor de diversos livros sobre a história da cidade, o papel da produção de gêneros hortifrutigranjeiros na economia local do período era significativo:

“Canoas, em 1949, ainda produz muito arroz (sendo a principal cultura agrícola), além de produzir casca de acácia, milho, feijão e batatas. **E na horticultura Canoas se impõe como grande produtor e abastecedor da Capital.** Mais de cem carroças demandam Porto Alegre, cada manhã, abarrotadas de hortaliças, frutas, aves, ovos e outros produtos” (Silva, 1978, p. 114).¹³⁵

O cruzamento de relatos dos moradores mais antigos da cidade com as informações advindas da documentação histórica revelam aspectos importantes deste passado, os quais conferiam outra dinâmica para a vivência na região. Especificamente quanto aos arredores da Chácara das Rosas, os relatos sobre um passado rural são ricos e informativos:

Vinicius – Como é que era a região quando a sra. veio?

Glaci – Bem interior.

Vera – O que tinha aqui?

Glaci – Aqui?

Vera – Hãhã.

Glaci – Mato da Amariçá, hortaliça, tinha um curral ali, (?) tinha um curral ali. Ali tinha um valão que não era tapado, que era aberto, corria água.

Vinicius – Era um riacho?

Glaci – Era um riacho.

Vinicius – Era limpo ou era poluído, naquela época?

Glaci – Era limpo. (*Dona Glaci Ganelício, nora de Rosa*)¹³⁶

134 Entrevista realizada com Isabel Cristina Genelício no dia 26/06/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

135 Grifos nossos.

136 Entrevista realizada com Glaci Goulart Genelício, no dia ____, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Vera – O que tinha aqui na volta naquela época, a sra. lembra? Tinha, por exemplo, tinha tambo de leite?

Abrilina – Ah, tinha, tinha tambo de leite.

Vera – Tambo de leite.

Abrilina – Tinha, tinha. (*Dona Maria Abrilina, filha de Rosa*)

Jorge Gabriel – Tinha o valão ali na frente do Cristo, que era aqui do lado. No riacho ali na frente do Cristo nós tomava banho, a gente tomava banho ali. E aqui assim na estrada era um curral, criava cavalo solto, e logo ali onde tem assim, uns negócio bacana que tem ali no prédio, ali era um campo de leite do Café Nacional. A gente até inclusive, eu ia lá, eu simplesmente pegava e ia lá, trabalhamos lá. [...] passava a tropa [de gado] lá na frente e nós tinha que entrar pra dentro, eu tinha que entrar pra dentro do portão porque elas passavam. (*Jorge Gabriel, filho de Rosa*)¹³⁷

Os relatos, porém, apontam também para um intenso e rápido processo de transformações ocorridas na cidade a partir de meados do século XX e que impactou de forma significativa o modo de vida da região da Chácara das Rosas: a urbanização. Para entender a conformação desta transformação no perfil ocupacional do espaço de Canoas é fundamental captar o processo que levou um grande contingente de migrantes de outras cidades a se estabelecer na região metropolitana de Porto Alegre a partir das décadas de 1940 e 1950.

Um fluxo cada vez maior de famílias oriundas do interior buscava na Capital do estado e arredores novas oportunidades de trabalho. Eram basicamente trabalhadores rurais pauperizados, expulsos do campo pelo processo de transformação das relações produtivas ocorridas neste período (mecanização, avanço do latifúndio sobre o minifúndio empobrecido, etc.). O êxodo rural no Rio Grande de Sul já foi alvo de diversos estudos, como o de Medeiros (2005: 02), onde é apontado que a

“redução de seu efetivo populacional rural vem acontecendo desde a década de 1950, quando se acentuou o processo de urbanização e conseqüentemente o crescimento da população urbana que a partir desta década foi, inclusive, superior ao crescimento da população total do Estado. A população rural, ao contrário da urbana, foi sofrendo uma redução, chegando a um decréscimo de 47,51% considerando o período de 1950 a 2000”.

¹³⁷ Entrevista realizada com Jorge Gabriel de Jesus, no dia 02/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

A tabela abaixo reproduzida apresenta dados sobre o acelerado crescimento da população urbana no Rio Grande do Sul entre 1950 e 2000, ao mesmo tempo em que se verifica o decréscimo substancial dos residentes em área rural:

População – Rio Grande do Sul							
Total	<u>2000</u>	<u>1996</u>	<u>1991</u>	<u>1980</u>	<u>1970</u>	<u>1960</u>	<u>1950</u>
Urbana	8.317.984	7.579.977	6.996.542	5.250.024	3.554.239	2.445.774	1.421.980
Rural	1.869.814	2.054.711	2.142.128	2.523.825	3.110.602	3.003.049	2.742.841
Percentual							
Urbana	81,65	78,67	76,56	67,53	53,33	44,89	34,14
Rural	18,35	21,33	23,44	32,47	46,67	55,11	65,86
Notas: 1 - Para 1950: População presente 2 - Para 1960 até 1980: População recenseada 3 – Para 1991 até 2000: População residente							
Fonte: Censo Demográfico							

Fonte: Medeiros (2005)

A oferta de terrenos baratos nas cidades ao redor de Porto Alegre funcionou como forte atrativo para o estabelecimento de grandes contingentes de trabalhadores que se direcionavam à Capital, sendo Canoas uma das áreas onde ocorreu maior fixação de migrantes interioranos, com conseqüente aumento populacional acentuado. Segundo Silva (1978:134) o crescimento demográfico relativo de Canoas nas décadas de 1950 e 1960 foi de 390%.

Como decorrência deste processo, a ocupação de Canoas neste período teve caráter eminentemente popular: por um lado, por decorrência dos já citados trabalhadores rurais que migravam em busca de oportunidades de trabalho na região metropolitana. Por outro lado, também em função de trabalhadores urbanos já estabelecidos em Porto Alegre e arredores que, por terem poucos recursos, vislumbravam em Canoas uma possibilidade de moradia mais acessível. Foi essa situação que rendeu o título de “cidade dormitório” para Canoas, já que diariamente os trabalhadores faziam o trajeto até Porto Alegre, onde desenvolviam suas atividades, e retornavam ao final do dia.

Abaixo, observam-se alguns dados específicos sobre o crescimento demográfico de Canoas entre as décadas de 1960 e o ano 2000:

População de Canoas¹³⁸

Ano	População
1960	78.682
1970	149.871
1980	215.084
1991	269.258
1996	284.059
2000	306.093

Em 1959 foi aprovado projeto de lei com normas específicas visando facilitar o estabelecimento industrial na cidade, ao regradar o retalhamento das áreas destinado ao estabelecimento de unidades deste setor. Pouco tempo depois, no ano de 1962, uma área foi desapropriada para o estabelecimento da Refinaria Alberto Pasqualini, inaugurada no dia 16 de setembro de 1968, em uma área de 580 hectares no município¹³⁹. As décadas de 1960, 1970 e 1980 conheceram o estabelecimento de grande quantidade de indústrias em Canoas, bem como de oferta de serviços urbanos característicos de uma cidade em vertiginoso crescimento. Esta realidade acrescenta mais um atrativo para as populações vítimas do êxodo rural e da migração do interior para as metrópoles.

A partir deste momento o mercado imobiliário direcionou-se também para investimentos voltados às classes média e alta, que cresciam juntamente com o desenvolvimento econômico da cidade. Áreas até então rurais foram progressivamente sendo loteadas, como foi o caso da região onde a Chácara das Rosas se localiza:

Edson – Meu pai plantava, uma vida normal, bem normal. Eu achava bom, sempre foi bom, claro depois que começaram a vim essas pessoas, aqui não tinha nada, era mato e mato e mato, campo e mato, só.

Vinicius – Que época essas pessoas começaram a chegar? Tem idéia? Na tua adolescência, por exemplo?

Abrilina – É, eu já tinha uns 15, 16 anos quando começaram a vir em bloco pra cá, a uns vinte e poucos anos atrás, daí o primeiro foi a (?), uma empresa que daí construiu as casas dessa rua aqui, foi uma das primeiras, depois que começou os prédios tudo, bem agora pouco.

(Edson Genelicio, 40 anos)¹⁴⁰

É importante ressaltar, como observou Mertz (2002: 35), que a:

“urbanização da RMPA [Região Metropolitana de Porto Alegre] rompeu com a predominância agrícola na maioria dos municípios que a compõe, alterando os processos econômicos e sociais vigentes desde sua formação”.

138 Fontes: Tambara (1985, p. 77); Scussel (2002, p. 54); <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

139 Fonte: http://www.refapsa.com.br/refap_historico.asp

140 Entrevista realizada em 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

Os relatos dos moradores da Chácara dão conta do impacto desta acelerada transformação sobre o modo de vida das populações que habitavam as chácaras e sítios rurais de Canoas. Neste sentido, Isabel Cristina Genelício, neta de Rosa e João Generício, revela a sua percepção sobre este processo:

Vinicius – Tu fez um comentário que aqui quando tu era criança era bem diferente, era mais rural.

Isabel – Era mais rural.

Vinicius – Com mato, e hoje em dia é bem diferente já tá bem urbanizado. Tu te lembra mais ou menos em que momento isso começa a mudar, um rural passa pra um urbano, como é que foi? [..] Foi aos poucos, ou foi uma coisa rápida. [...]

Isabel – Era adolescente. Mudou foi de, eu tava com 9 anos, 9, 10 anos, no período que deu toda aquela confusão com meu pai (?), aí eu notei que tinha se avançado assim e o nosso espaço parece que tava meio que diminuindo, eu tinha uns 9, 10 anos. Aí que **eu senti a diferença parece um impacto assim que deu, uma avalanche, né? Foi bem ligeirinho, foi bem ligeiro**, com certeza que é ali no período da minha infância e aquilo foi indo, tu sabe que dava pra ti tocar, mais ou menos, tinha um valão aberto aqui, um valão aberto, ali não era valão, era uma cachoeira, a gente tomava banho, água limpinha, aí logo depois teve a invasão da Guajuviras, tinha, quantos anos eu tinha quando deu a invasão da Guajuviras? Acho que uns 15 anos eu acho, daí começou a poluir tudo, o valão começou a poluir, não tinha mais cachoeira, a gente pegava Macela na sexta-feira Santa, não sei se tu lembra do ritual da Macela? A gente acordava cedo antes das 7, 7 horas a gente já tinha que tá no mato, a gente tava no mato, a gente pegava, a gente ia com o pai e a mãe ficava em casa, e a gente ia pegava colhia macela, aí depois de tardezinha a gente ia lá tomava banho na cachoeira, eu não, ficava sentada vendo os mais velhos, porque eu não ia me atirar, não, não sabia nem nadar, ficava vendo os meus irmãos, aqui o meu vizinho porque a única casa que tinha, na verdade, era da d. Terezinha e da tia Naia. Daqui, desse canto aqui era só das duas e nós ali da Maria Eva e da Dona Castorina. [...] **É, a evolução foi muito rápida**, muito rápida, muito rápida, foi nessa época aí, foi nessa época aí, eu tava com uns 13, 14 anos. **Sabe assim, quando o mundo vem com uma rapidez em cima assim, numa cidade** que simplesmente, uma caretice, porque interior, sabe? Tanto que eu até perdi um pouco o sotaque de Canoas.

Vinicius – Como é que era o sotaque de Canoas?

Isabel – Eu não sei, eu falava meio diferente, sabe? Meio cantado, entendeu? Daí foi mudando, mas eu lembro bem que não era assim que eu falava, a gente tinha uma outra, um outro sotaque bem diferente, bem cantado mesmo, não era uma coisa assim, mais cidade, era bem cantado que a gente falava, daí eu senti que mudou, segura quem pode, né? Que foi bem esquisito mesmo, bem estranho logo quando, é difícil tu conversar com uma pessoa nesse período foi em 80 e quantos que eu disse?

Vinicius – 84, 85.

Isabel – Conversa com pessoas mais os menos dessa época, o que aconteceu no período de 85 em Canoas? **Eu tenho certeza que vão dizer pra vocês: “Aconteceu a evolução!”**. **Porque foi engraçado, foi engraçado, foi muito rápido, foi muito rápido, foi muito rápido e tudo agitou, estourou tudo junto** [...]. Olha, só sei dizer que foi muito, pra mim pelo menos, foi muito, o impacto foi muito forte, uma coisa que tu não viu passar, não viu porque foi muito rápido a evolução, a gente não viu passar e a mudança.

Vinicius – Influenciou o modo de vida?

Isabel – Influenciou muito.

Vinicius – Tua acha que a infância da tua filha foi diferente da tua?

Isabel – Bem diferente.

Vinicius – Em que sentido influenciou essa mudança?
Vera – Influenciou na vida de vocês?
Isabel – Hãhã, influenciou na nossa vida, na nossa vida, modernismo.
Vinicius – O que foi bom e o que foi ruim nessa mudança? Na tua opinião.
Isabel – Na minha opinião assim, a mudança que foi ruim, eu acho que foi o, acho que **a cidade em si ela veio com muito peso pra dentro de onde, no campo rural**, Canoas era terreno rural, era cidadezinha, então a cidade veio com tudo pra dentro de uma cidade rural então, não tem como, de ruim, ruim mesmo foi acho que pros jovens foi pior, pros jovens foi pior.
(Isabel Genelício, 30 anos)¹⁴¹

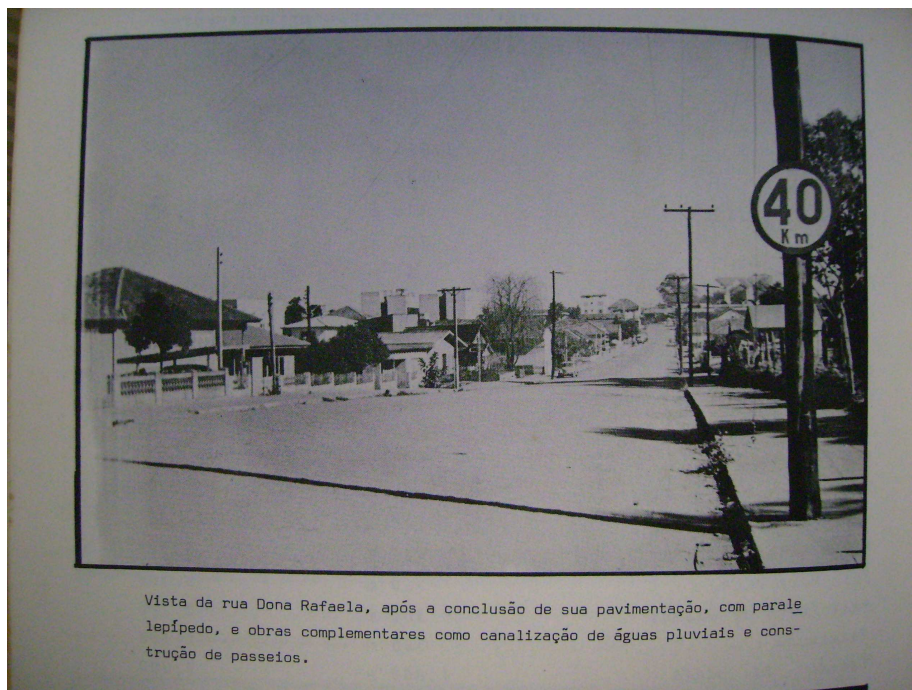
A vivência de outra família negra que habitou a região até o início da década de 1980 também é esclarecedora. Bertoldo, neto de Dona Castorina, descreve as percepções que tem sobre as características do bairro na sua infância:

Bertoldo – Era bem diferente do que é hoje, mais desabitado. A rua da frente, a Duque de Caxias era estreitinha, tipo assim uma picada. Que era o lado de cá, o lado do colégio era tudo mato, não existia. Casas não tinha, mais só pra, na faixa, a gente chamava de faixa federal, que é a Getúlio Vargas. Neste lado tinha um lago aqui na frente que corria aqui, era aberto, a céu aberto.
Vera – Tinha nome esse lago, alguma coisa assim?
Bertoldo – Arroio Araçá.
Vinicius – Arroio Araçá?
Bertoldo – É. Era o nome que antigamente, agora aqui ta fechado, né? Acho que tem essa calçamento aí no meio e ele passa embaixo. [...]
Vera – Na época o Arroio era fonte de alguma coisa pros moradores?
Bertoldo – Ihhh, o pessoal tomava banho, pescava.
Vera – E isso durou quanto tempo, mais ou menos? Tem idéia?
Bertoldo – Olha, acredito que até ao anos 68, 67 por aí ele ainda existia aberto, depois foram modificando, calçando dos lados. Essa rua ganhou calçamento, era de chão batido, os dois lados da rua. [...]
Vera – uma coisa só pra te perguntar, Bertoldo: O que tu acha que mudou no bairro ali, pra melhor e pré não tão bom assim? Dos tempos que tu era, de lá pra cá.
Bertoldo – É mudou assim, que eu acho, sumiu os locais de lazer, na época existia muito campinho de futebol, terrenos baldios que a gente transformava em campinhos de futebol. Existia ali o curral municipal, essa parte toda ali que tem uma lombinha li, pro lado de frente, aqui tudo era o curral, o curral quando nós tava aqui, ia até próximo ao hospital ali. Tudo era área aqui, tinha gado do interior e tinha o Frigosul lá na Rio Branco, onde é a Languiru, lá era o Frigosul, aí o gado vinha até a Matias, os tropeiros largavam o gado ali, largavam eles no campo. Aquilo ali era a diversão da gurizada, ir lá admirar os homens, então esse tipo de coisa que sumiu, né? Agora tem o Parque, eles fizeram o Parque ali, mas eu acho que o calçamento, calçaram as ruas todas, fica bonito, mas perde um pouco a identidade do bairro, tu perde coma evolução das coisas.

Na década de 1970, várias modificações foram feitas na malha urbana canoense visando adequar a cidade às transformações mais amplas em curso. No período de 1973 a 1977, por exemplo, nada menos do que 37 ruas receberam pavimentação ou

141 Entrevista realizada em 26/06/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Oliveira.

revestimento asfáltico. Entre elas estava a Rua Dona Rafaela (um dos acessos à Chácara), como visualizado na imagem abaixo:



Rua Dona Rafaela (uma das frentes da Chácara das Rosas), logo após ser pavimentada no início da década de 1970. Fonte: *Por uma Canoas melhor: governo Major Geraldo G. Ludwig 1973-77* (editado pela Prefeitura Municipal de Canoas)



Pátio interno da Chácara das Rosas. Nota-se os prédios altos nas cercanias. Foto: Vinicius Oliveira - Agosto de 2006.



**Casa de dona Abrilina, na Chácara das Rosas.
Nota-se prédio alto em construção muito próximo da residência.
Foto: Vinicius Oliveira - Agosto de 2006.**



**Entrada da Chácara das Rosas a partir da Rua Dona Rafaela, com prédio em construção ao lado.
Foto: Vinicius Oliveira - Agosto de 2006.**



Foto aérea da região da Chácara das Rosas na década de 1990. Acervo da Secretaria de Planejamento Urbano de Canoas.



Foto aérea da região da Chácara das Rosas em 2006. Fonte: *site* Google Earth.

Entre as imagens que enquadram as casas dos moradores da Chácara das Rosas e os prédios construídos ou em construção no seu entorno, estabelece-se, por um lado, a resistência em resguardar o espaço familiar em oposição à lógica urbanística. Tal lógica é apresentada em Anjos (2005:103) sob o prisma da relação entre espaço urbano e segregação étnica, quando na análise de processos de remoção e periferação de redutos negros. O processo vivenciado pelos moradores da Chácara das Rosas é ilustrativo dessa relação, porém a reconfiguração territorial imposta pelo “hoje” não se deixa confinar nos limites dos traçados oficiais, conforme veremos no capítulo sobre os vínculos sócio-históricos construídos no “ontem”. Um ontem em que a presença da população negra em Canoas e região metropolitana, bem como as redes de sociabilidade, transcendem no tempo e espaço o território reivindicado.

2.4- O território reivindicado

Neste tópico, indicaremos o território que está sendo reivindicado para regularização pela Comunidade Remanescente de Quilombo Chácara das Rosas, conforme o Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988¹⁴², o Decreto 4.887/2003 e a Instrução Normativa do INCRA nº 20/2005.

A partir dos dados fornecidos pela comunidade, partimos para um levantamento documental sobre a questão da posse da terra da Chácara das Rosas. Procuramos o Registro de Imóveis da cidade de Canoas¹⁴³, onde solicitamos o levantamento da cadeia dominial da propriedade, a partir dos dois endereços da Chácara (visto que a mesma possui entrada pela Rua Dona Rafaela e pela Rua Duque de Caxias), bem como pelo nome de João Maria Generício de Jesus e Rosa Correia dos Santos¹⁴⁴. Também procuramos repartições da administração pública municipal que pudessem fornecer

¹⁴² Este artigo estabeleceu que, aos “remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

¹⁴³ Também foi procurado o Registro de Imóveis da cidade de Gravataí, pois Canoas desmembrou-se desta em 1939, e registros de imóveis da nova cidade ainda foram feitos por cerca de mais dois anos na primeira cidade.

¹⁴⁴ Utilizamos também as variações possíveis para os nomes e sobrenomes do casal: Rosa/Rosa, Corrêa dos Santos/Correia de Jesus/Barbosa dos Santos/Barbosa de Jesus/Genelício de Jesus.

documentos a respeito: Secretaria de Planejamento Urbano, Secretaria de Obras Públicas, e Arquivo Municipal de Canoas.

Como já referido no capítulo 1, o estabelecimento do casal Rosa e João Generício em Canoas teria ocorrido na década de 1940. Porém, possivelmente a compra da área tenha ocorrido muito antes. Os documentos levantados junto ao Registro de Imóveis de Canoas revelam ter sido feito escritura de compra e venda em 30/12/1925 referente a um terreno na Rua Dona Rafaela, com 11m. de frente e 70 metros aproximadamente de extensão, dividindo-se por um lado com terras de Ozório F. da Silva e Senhorinha Ferreira. Como vendedor tem-se João Maria Genelicio de Jesus, e como comprador Octávio Correa dos Santos.

A partir desta informação, conclui-se que João Generício de Jesus adquiriu terras em Canoas na década de 1920, antes de se estabelecer definitivamente com sua família. Porém, a análise desta documentação revela que este terreno se trata não da área atualmente ocupada pela Comunidade Chácara das Rosas, mas de um outro terreno não contíguo localizado a dois quarteirões, na própria Rua Dona Rafaela¹⁴⁵.

Quanto ao *território atualmente ocupado* pela Comunidade Quilombola, sabemos, a partir de relatos de seus membros, que era originalmente maior, e que perdas teriam ocorrido ao longo dos tempos:

Isabel – [...] esse terreno era largo pra lá, não tinha nada aqui.

Vera – Pois é, teve momentos que tu disse que esse terreno era maior.

Isabel – Era maior.

Vera – Dá uma idéia pra gente, até onde ia?

Vinicius – O comprimento era mais ou menos o mesmo, por causa da rua.

Isabel – Essa casa aqui do lado não tinha.

Vera – Essa grandona aí?

Isabel – Não, o sr. Orlando ali, que sr. Orlando, o sr. ali da, meu Deus o nome do sr. ali da pizzaria do *Rapachi*, o rapaz, tudo mora aqui nos fundos, a casa dele era mais pra lá e não tinha uma cerca aqui, esse terreno aqui, ele ia até lá a ponta da D. Amália que é a sra. que mora aqui na esquina, que era mais antiga, nós morava aqui, a D. Amália na esquina o seu *Rapachi* mais pra lá, depois vem a sra. o seu Luís, depois a irmã do meu pai que é irmã por parte de pai, não se contaram essa história.

Vera – Casamento (?) por fora, assim.

Isabel – Por fora que o vô, daí o vô pegou e deu esse pedaço, por isso que eu digo, o vô era dono de toda essa esquina, na época, mas só que daí, o povo começou amigo, como a Amália, o falecido marido dela que é amigo muito do vô, o vô deu um pedaço de terreno, o seu Luís, o vô deu um pedaço de terreno, deu um pedaço de terreno aqui pro alemão, que é o seu *Rapachi*, sabe? E tudo isso foi, isso aí é uma coisa que eu não consegui me adaptar, eu tento muito, sabe? Como, da onde que começou isso aí? Creio eu que foi uma

¹⁴⁵ Ver anexos 1 ao 9 (documentação do Registro de Imóveis de Canoas referente a este imóvel), os quais indicam as ruas que conformam quarteirão onde o imóvel está localizado (Rua Dona Rafaela, Rua Irmão Guilherme, Rua Duque de Caxias, e Rua São Pedro). Ver ainda o Mapa da cidade de Canoas, em anexo, onde esta área está indicada.

briga do vô e da vô, por causa dessa sra. que ficou ali, que o vô botou , ficou uma filha que o vô engravidou também e teve que dar terreno, só que a mulher não quis vir.

Vera – Essa mulher não era daqui?

Isabel – Não era daqui, daí ele trouxe ela com essa filha, que é a filha do vô, então o primeiro terreno que ele deu foi pra ela.

Vera – E depois houve, como é que vocês ficam sabendo dessas histórias de que o terreno foi dado?

Isabel – Pra ela?

Vera – Pra ela e pros outros.

Isabel – Porque é assim: a d. Amália aqui na esquina me falou. Da amizade deles que eles se juntavam muito em bar, aí quando eles vinham (?) pobres pra cá, eles não são daqui, eles não são de Canoas, eles não são de Canoas. Eles vieram pra cá e na vinda eles não tinham onde morar, eles botaram as barraca, o vô decidia o espaço pra botar barraca.

Vera – Isso foi acontecendo.

Isabel – Isso foi acontecendo com os demais, seu Luís, que era amigo do pai tanto do vô também de bares. De bares, eles sentavam em bares daí as pessoas vinham, chegavam de longe daí o vô cedia espaço, isso com a vô viva. Depois no decorrer foi o meu pai, também a mesma história, não sei como é que pode, o pai parecidíssimo com o vô, parecidíssimo com o vô, ia pro bar pra conversar e a bondade, da pessoa, da pessoa ser boa.¹⁴⁶

Além de parcelas de terras doadas ou ocupadas com permissão, outras perdas ocorreram a partir do avanço de proprietários vizinhos sobre o território da Chácara das Rosas. Um caso recente é o acima referido por Isabel, em que o uma pessoa identificada por ela como “Rapachi” (citado como proprietário de uma conhecida pizzaria em Canoas) avançou sobre a Chácara das Rosas no momento da construção de uma nova edificação – um prédio – ainda inacabada.

Buscamos encontrar a escritura desta área atualmente ocupada pela comunidade Chácara das Rosas, porém não foi possível, pois a mesma teria sido extraviada a mais de 20 anos:

Isabel – [...] e essa escritura já existiu, ela andava nas mãos do meu pai, mas isso é uma coisa meio confusa, isso foi um, quem sabe essa história mesmo é minha mãe, que foi uma mãe, bah! Meu pai tava com esses documentos, com tudo, foi uma bebida, meu pai tinha problemas com bebida, fraqueza assim, de repente esse documento ele sumiu. Creio eu foi, quantos anos eu tinha? Eu tava com 9 pra 10 anos, quando isso aconteceu.¹⁴⁷

Entretanto, diversos documentos fornecidos pela Prefeitura de Canoas apresentam como proprietário do imóvel “João Maria Genelício de Jesus”, o ancestral fundador da comunidade. Um destes documentos refere-se a cobrança de IPTU, como demonstram os carnês emitidos ainda hoje em seu nome:

¹⁴⁶ Entrevista realizada com Isabel Cristina Genelício no dia 26/06/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

¹⁴⁷ Entrevista realizada com Isabel Cristina Genelício no dia 26/06/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS 1995										CANOAS		NUM CARNET
LOGR	PRED/LT	AP/SL	QUADRA	ZN	CADASTRO	CI	TIPO IMPOSTO	EXERCÍCIO	COD. MUNIC	NUM PARCELAS	17399	
142					14597	1	I P T U	1995	97	4		
RE TRIBUTADA			ALÍQUOTA	TESTADA	CADASTRO		14597					
404,76 UF			0,50	0,00								
NOME DO CONTRIBUINTE/ENDEREÇO							IMPOSTO PREDIAL		UF			
JESUS JOAO M GENERICIO DE							TAXA DE ILUMINACAO		2,04			
DUQUE DE CAXIAS 954							TAXA DE LIMPEZA		0,00			
							TAXA DE BOMBEIRO		1,52			
							ATE 31/01		2,85 UF			
							ATE 28/02		3,03 UF			
*** PROTOCOLO ***												
PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA: ATÉ 31/01/95 - 20% DE DESCONTO ATE 28/02/95 - 15% DE DESCONTO												
*** PAGUE NOS SEGUINTE LOCAIS: PREFEITURA, BANCO DO BRASIL, MERIDIONAL, CX. FEDERAL, BANRISUL, CX. ESTADUAL ***												

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS 1997										CANOAS		NUM CARNET
LOGR	PRED/LT	AP/SL	QUADRA	ZN	CADASTRO	CI	TIPO IMPOSTO	EXERCÍCIO	COD. MUN	NP	12414/00001603	
142					14597	1	I P T U	1997	97	4		
VALOR DE REFERÊNCIA			ALÍQUOTA	TESTADA	CADASTRO		14597					
1.941,22 R\$			0,50	0,00								
NOME DO CONTRIBUINTE/ENDEREÇO							IMPOSTO PREDIAL		9,72 R\$			
JESUS JOAO M GENERICIO DE							TAXA DE LIMPEZA		7,28 R\$			
DUQUE DE CAXIAS 954							TAXA DE BOMBEIRO		0,00 R\$			
							ATE 31/01		13,60 R\$			
							ATE 28/02		14,45 R\$			
A partir de janeiro/97, pague nos seguintes locais: PREFEITURA, BANCO DO BRASIL, MERIDIONAL, CX. FEDERAL, BANRISUL, CX. ESTADUAL										PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA: ATE 31/01/97 - 20% DE DESCONTO ATE 28/02/97 - 15% DE DESCONTO		
VALORES EXPRESSOS EM REAIS SERÃO ATUALIZADOS PELA VARIAÇÃO DA UFIR												

Fonte: Acervo Familiar Dona Glaci Goulart.

Através da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Canoas tivemos acesso a uma modalidade de documentação referente às propriedades imobiliárias da cidade, denominada B.C.I (Boletim de Cadastro Imobiliário), a qual agrega toda informação existente sobre cada propriedade. Existem dois registros de B.C.I. no nome de João Maria Genericio de Jesus relativos ao território da Chácara das Rosas: um endereçado pela Rua Duque de Caxias nº 954, e outro pela Rua Sezefredo Azambuja Vieira nº 947 (também referida como Dona Rafaela)¹⁴⁸, ou seja, as duas frentes do território em questão. A seguir, sistematizamos algumas das informações que constam nos B.C.I. referentes a cada um desses imóveis, bem como apresentamos cópia dos mesmos:

- **Rua Duque de Caxias nº 954:** Cadastro nº 014597; Cód. Bairro 82; Setor 02; Quarteirão 0401, Cód. Logradouro 142;
- **Rua Sezefredo A. Vieira (Rua Dona Rafaela), nº 974:** Cadastro nº 013488; Cód. Bairro 82; Setor 02; Quarteirão 0401; Frente 22 metros; Lados 76 metros; Cód. Logradouro 1529.

¹⁴⁸ A Rua Sezefredo Azambuja Vieira foi criada pela Lei 4288, de 25/08/1998. A partir desta data, um trecho da Rua Dona Rafaela passou a ser denominada de Sezefredo A. Vieira. Apesar disso, a população da cidade e do bairro continua a se referir a toda extensão da Rua Dona Rafaela pela nomenclatura original.




PMC Sistema Integrado de Administração Tributária
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
B.C.I. - BOLETIM DE CADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO CADASTRO

Emitido em 02/08/2006

Página 1

00000000013488

CONTRIBUINTE JESUS JOAO M GENERICIO DE		C.N.P.J./C.P.F.		COMPLEMENTO			
LOGRADOURO AV SEZEFREDO AZAMBUJA VIEIRA 00000947		BAIRRO CENTRO		CEP IMÓVEL 92020030			
CONDOMÍNIO / LOTEAMENTO / EDIFÍCIO							
Endereço de Correspondência	LOGRADOURO		BAIRRO		CEP IMÓVEL		
	MUNICÍPIO CANOAS RS		TELEFONE RES.	COMPLEMENTO			
	E-MAIL	FAX	TELEFONE COM.	TELEFONE CEL.			
PROMITENTE 0 -				C.N.P.J./C.P.F.			
USUFRUATUÁRIO 0 -				C.N.P.J./C.P.F.			
CONTRIBUINTE 0 -				C.N.P.J./C.P.F.			
Dados do Terreno	CARACTERÍSTICA DO TERRENO 1 UTILIZACAO			TIPO DE CARACTERÍSTICA DO TERRENO PESO 2 RESIDENCIAL			
	VALOR VENAL: 31.759,11	ALÍQ. IPTU: 0,5000 %		VALOR M ² TERRENO: 20,8300	VALOR M ² IMÓVEL: 20,8300		
	TIPO DE IMÓVEL PREDIAL	QUADRA	LOTE	COD. BAIRRO 82	SETOR 02	QUARTEIRÃO 00401	SITUAÇÃO Ativo
	FRENTE - Mts 22,00	FUNDOS - Mts 22,00		LD. DIREITO Mts 76,00	LD. ESQ. - Mts 76,00	TEST. TRIB. - Mts 22,00	FRAÇÃO IDEAL M ² 715,50
	COD. LOGRAD. 1529	COD. LOGRAD. 02 0	COD. LOGRAD. 03 0	COD. LOGRAD. 04 0	ÁREA TERRENO - M ² 715,50	ÁREA CONSTRUÍDA 14,35	
	FACE DE QUADRA	FACE DE QUADRA 02	FACE DE QUADRA 03	FACE DE QUADRA 04			
Dados da Construção	UNIDADE A	ANO CONSTRUÇÃO 0	ÁREA CONSTRUÍDA 14,35		PROCESSO	DATA PROCESSO	
	Nº CERTIDÃO		DATA CERTIDÃO		ÁREA CLANDESTINA 0,00	ANO CLANDESTINO 0	
	CARACTERÍSTICA DA CONSTRUÇÃO 1 TIPO EDIFICAÇÃO 5 ESTRUTURA 21 TIPO DE CONSTRUÇÃO			TIPO DE CARACTERÍSTICA DA CONSTRUÇÃO 1 RESIDÊNCIA 4 MADEIRA 3 MADEIRA		FATOR/PESO 1,00 F	
				VALOR M ² : 0,0000	TOTAL FATOR/PESO: 0,00		
Serviços Urbanos	6 LIMPEZA PÚBLICA 15 BOMBEIRO		13 ZONA 2				
Habitantes	CRIANÇAS		ADULTOS		IDOSOS		
	Homem: 0	Mulher: 0	Homem: 0	Mulher: 0	Homem: 0	Mulher: 0	
Informações Sociais	Renda Familiar 0	Renda do Chefe 0		Profissão do Chefe 0			
	Melo de Transporte 0	Destino do Transporte 0					
Observações							
<p>Registro do Imóvel: TR.2881-LV.3B Notificacao: NNNNNN Const. A Lanc.: LANCADO 1953 "19.01.2000-PREDIO:14,35M2 (MADEIRA-LANCADO EM 1953)-PROPRIETARIOS:MATRICULA:TR .2881-LV.3B:(DO TERRENO):JOAO M. GENERICIO DE JESUS:(DO PREDIO):JOAO DOS SANTO S GENERICIO.-VIDE CADASTRO 14597." "22.11.02-ALTERADO O LOGRADOURO DE 138 (DONA RAFAELA) PARA 1529 AV.DR. SEZEFREDO AZAMBUJA VIEIRA CFE.LEI 4.288/25.08.98".</p>							

 PMC Sistema Integrado de Administração Tributária PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS B.C.I. - BOLETIM DE CADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO CADASTRO		Emitido em	02/08/2006				
		Página	1				
		00000000014597					
CONTRIBUINTE		C.N.P.J./C.P.F.	COMPLEMENTO				
JESUS JOAO M GENERICIO DE							
LOGRADOURO	BAIRRO	CEP IMÓVEL					
RUA DUQUE DE CAXIAS 00000954	CENTRO	92020040					
CONDOMÍNIO / LOTEAMENTO / EDIFÍCIO							
Endereço de Correspondência	LOGRADOURO	BAIRRO	CEP IMÓVEL				
	MUNICÍPIO	TELEFONE RES.	COMPLEMENTO				
	CANOAS RS						
	E-MAIL	FAX	TELEFONE COM. TELEFONE CEL.				
PROMITENTE			C.N.P.J./C.P.F.				
0 -							
USUFRUATUÁRIO			C.N.P.J./C.P.F.				
0 -							
CONTRIBUINTE			C.N.P.J./C.P.F.				
0 -							
Dados do Terreno	CARACTERÍSTICA DO TERRENO		TIPO DE CARACTERÍSTICA DO TERRENO PESO				
	1 UTILIZACAO		2 RESIDENCIAL				
	VALOR VENAL: 36.477,02	ALÍQ. IPTU: 0,5000 %	VALOR M ² TERRENO: 8,9500 VALOR M ² IMÓVEL: 8,9500				
	TIPO DE IMÓVEL	QUADRA	LOTE	COD. BAIRRO	SETOR	QUARTEIRÃO	SITUAÇÃO
	PREDIAL			82	02	00401	Ativo
	FRENTE - Mts	FUNDOS - Mts	LD. DIREITO Mts		LD. ESQ. - Mts	TEST. TRIB. - Mts	FRAÇÃO IDEAL M ²
	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	821,74
	COD. LOGRAD.	COD. LOGRAD. 02	COD. LOGRAD. 03	COD. LOGRAD. 04	ÁREA TERRENO - M ²	ÁREA CONSTRUÍDA	
142	0	0	0	0,00	16,50		
FACE DE QUADRA	FACE DE QUADRA 02	FACE DE QUADRA 03	FACE DE QUADRA 04				
Dados da Construção	UNIDADE	ANO CONSTRUÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA	PROCESSO	DATA PROCESSO		
	A	0	16,50				
	Nº CERTIDÃO	DATA CERTIDÃO	ÁREA CLANDESTINA	ANO CLANDESTINO			
			0,00	0			
	CARACTERÍSTICA DA CONSTRUÇÃO			TIPO DE CARACTERÍSTICA DA CONSTRUÇÃO		FATOR/PESO	
	1 TIPO EDIFICAÇÃO			1 RESIDÊNCIA		1,00 F	
	5 ESTRUTURA			4 MADEIRA			
21 TIPO DE CONSTRUÇÃO			3 MADEIRA				
			VALOR M ² :	1329,7700	TOTAL FATOR/PESO: 0,00		
Serviços Urbanos	6 LIMPEZA PÚBLICA		13 ZONA 2				
Habituantes	CRIANÇAS		ADULTOS		IDOSOS		
	Homem: 0	Mulher: 0	Homem: 0	Mulher: 0	Homem: 0	Mulher: 0	
Informações Sociais	Renda Familiar	Renda do Chefe	Profissão do Chefe				
	0	0	0				
	Meio de Transporte	Destino do Transporte					
	0	0					
Observações							
Notificacao: NNNNNN							

Abaixo, analisamos e reproduzimos outros documentos pesquisados relativos ao território da Chácara das Rosas.

Numa “Certidão de Propriedade” emitida pela Prefeitura de Canoas consta que o imposto predial do imóvel cadastrado com o nº 14597 (endereço da Chácara das Rosas pela Rua Duque de Caxias) havia sido lançado para pagamento em 24/10/1968, tendo como proprietário João Maria Genericio de Jesus, conforme se verifica abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS

Certidão N°
000874
(USO DA REPARTIÇÃO)

CERTIDÃO DE PROPRIEDADE

1ª VIA

NOME COMPLETO DO REQUERENTE

JOÃO M. GENERICIO DE JESUS

ENDEREÇO COMPLETO DO REQUERENTE

CANOAS - RS

O imóvel abaixo identificado, foi lançado para pagamento do imposto predial em 24/10/1968 e consta inscrito no cadastro imobiliário desta Prefeitura, como sendo proprietário

Proprietário: JESUS JOAO M GENERICIO DE
Promitente: *****

Endereço	Rua	Número	Logradouro	Quadra	Lote	Quarteirão
	DUQUE DE CAXIAS	00000954	142			00401
Setor	Bairro					
02	CENTRO					
					Cadastro	
						000000000014557

Terreno	Frente	Fundos	Área
	0,00m	0,00m	
Lado D		Lado E	
0,00m		0,00m	0,00m

Prédio
Misto: ***** m² = Madeira: ***** m² + Alvenaria: ***** m²
Alvenaria: ***** m²

Observações:
QUARTEIRÃO/Ruas: DONA RAFAELA, DUQUE DE CAXIAS, SÃO FELISBINO E SÃO JOSÉ CONFORME PLANILHA DE QUARTEIRÃO N° 401.



CANOAS, 20 de MAIO de 2002.

Hiram B.
HIRAM BASSAN
ESTAGIÁRIO

Maria da Graça Turelly
MARIA DA GRAÇA TURELLY
Diretora do Depto. de Cad. Imob.
Mat.: 8782 - 3

Certidão de Propriedade. Acervo Familiar Dona Glaci Goulart.

Verificou-se ainda que o Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Canoas possui um *Formulário de Identificação de Imóvel* datado de 1984, referente à Chácara das Rosas, onde novamente consta como proprietário da área João Maria Genericio de Jesus, conforme cópias abaixo (frente e verso):

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE CADASTRO E PATRIMÔNIO *REGINA*
SERVIÇO DE LANÇAMENTOS

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

O imóvel abaixo descrito, está assim lançado no Cadastro Imobiliário desta Prefeitura:

Proprietário do terreno: JOÃO M. GENERICIO DE JESUS
Proprietário do(s) prédio(s): JOÃO DOS SANTOS GENERINO

Prédio Principal: NR 947-Frente à rua Dona Rafaela-Insc. 10.352- Lanç. em 1953

Prédios Secundários:
1 - NR 954-Frente à rua Duque de Caxias Insc. 10.352A- Lot. N.º 12.204/68
2 -
3 -

Quadrante: 11 E Lote: 401 Setor: 401 Inscrição Cad.: 10.352/10.352

Terreno: Frente: 22,00 m Fundos: 22,00 m
Lado D: 152,00 m Lado E: 152,00 m
Área: 3.344,00 m² Ter. de Esq.: Sim: Não:

Área	Alv.	Mad.	Mis.
14,35		x	
16,50		x	
--			
--			

Acessórios:

Depósito	--			
Banheiro	--			
Dispensa	--			
Lavanderia	--			
Dep. de Empreg.	--			
Estufa	--			
Garagem	--			
Galinheiro	--			
Churrasqueira	--			
Galpão	--			

Observações: PARA FINS DE CADASTRO

Proprietário: João dos Santos Genericio

Acervo Familiar Dona Glaci Goulart - [frente].



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL

NESTA

João dos Santos Genelício

nado em Canoas a Rua Duque de Caxias abaixo assinado, residente em Canoas nº vem, com o devido acatamento e respeito, requerer-lhe seja concedido

- 1 — Certidão sobre data de Lançamento
- 2 — Certidão de "habite-se"
- 3 — Alinhamento p/ construção
- 4 — Licença para construção
- 5 — Licença para demolição
- 6 — Baixa de prédio demolido
- 7 — Baixa de estabelecimento comercial
- 8 — Desmembramento de área
- 9 — Lotação e numeração
- 10 — Revisão de lançamentos
- 11 — Devolução de impostos
- 12 — Parcelamento de dívida
- 13 — Isenção de impostos
- 14 — Averbação de: escritura () Contrato () Formal de partilha ()

OUTROS ASSUNTOS: Trata-se da construção de um prédio de alvenaria com 33.00 m²

Jorge Gabriel de Jesus
Maria Abrelina de Jesus
Maria do Carmo de Jesus

Antonio de Jesus
Miguelina de Jesus
Inácia de Jesus

DOCUMENTOS ANEXOS

Canoas, 18 de Outubro

João dos Santos Genelício

Cabe observar que todos os documentos relativos ao terreno da Chácara das Rosas a que tivemos acesso apresentam João Maria Genericio de Jesus como proprietário. Ou seja, mesmo que não tenhamos encontrado a escritura da área, não foi verificada nenhuma documentação que indicasse outro possível proprietário. Os endereços citados nos documentos em questão conferem com os atualmente utilizados na Chácara das Rosas.

Entretanto, estes documentos apresentam discrepâncias em relação as dimensões do terreno. Conforme o *Formulário de Identificação de Imóvel* acima apresentado, o território teria as seguintes dimensões:

- **Dimensão da área no *Formulário de Identificação de Imóvel*:** 22 metros de frente; 22 metros de fundos; 152 metros em ambos lados.

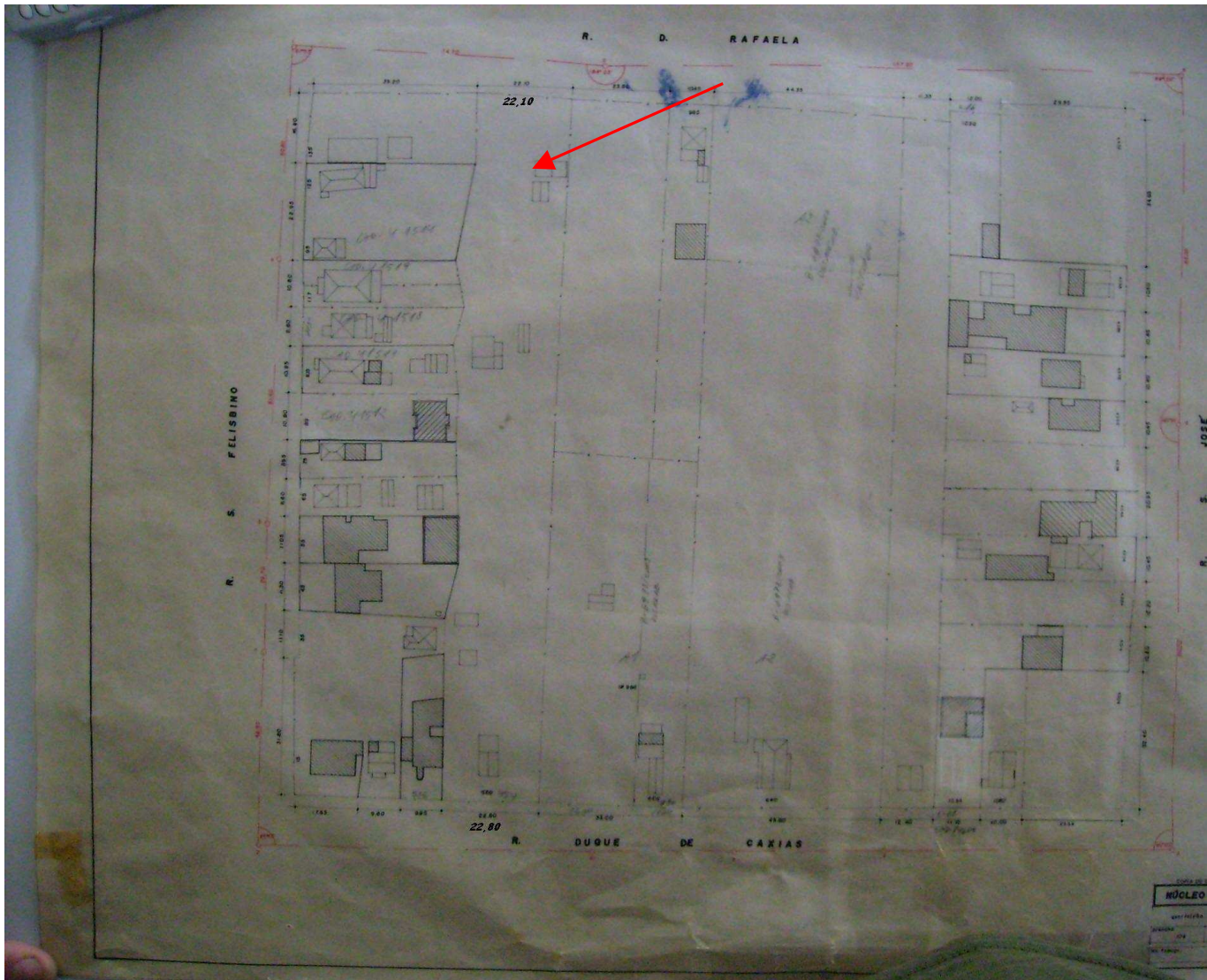
Já o *Boletim de Cadastro Imobiliário* referente a entrada pela Rua Dona Rafaela (atual Av. Sezefredo Azambuja Vieira) apresenta a mesma medida referente a frente e fundos, porém com diferença em relação as medidas laterais (76 metros). Os outros dois documentos consultados (*Certidão de Propriedade* de 1968 e *Boletim de Cadastro Imobiliário* referente a entrada pela Rua Duque de Caxias) nada informam a respeito.

Essa disparidade de informações evidencia a dificuldade na obtenção precisa de dados sobre a dimensão da área tomando a documentação oficial como único parâmetro.

A comparação entre uma planta do quarteirão onde está localizada a Chácara das Rosas, datada de 1983¹⁴⁹, e o Formulário de Identificação do Imóvel de 1984 é um bom exemplo desta realidade. Segundo a planta de 1983 elaborada pela Prefeitura de Canoas, a Chácara das Rosas teria a seguinte configuração:

- **Dimensão planta Prefeitura de Canoas/1983:** frente pela Rua Duque de Caxias 22,80m; frente Rua Dona Rafaela 22,10m (ver imagem abaixo).

¹⁴⁹ Planta elaborada em 1969 e atualizada em 1983, com indicação precisa das dimensões de cada unidade imobiliária naquele momento. Referência: Quarteirão 401, Quadra 6, Setor 051SE, Zona ZR-2 - Secretaria Municipal do Planejamento Urbano de Canoas.



**Quadra onde está localizada a Chácara das Rosas no ano de 1983, conforme planta fornecida pela Secretaria Municipal do Planejamento Urbano de Canoas (Referência: Quarteirão 401, Quadra 6, Setor 051SE, Zona ZR-2, atualizada em 22/12/1983).
A seta indica a Chácara das Rosas.**

Já o Formulário de Identificação do Imóvel de 1984 informa que o mesmo imóvel possui 22 metros de frente/fundos e 152 metros de comprimento. Ambos os documentos foram elaborados pela Prefeitura de Canoas em um prazo de um ano, e mesmo assim apresentam disparidades consideráveis quanto à metragem.

Em medição da área efetuada em janeiro de 2007 pela equipe de geógrafos deste relatório, foi constatada a seguinte situação:

- **Dimensão da área através de medição de janeiro/2007:** frente pela Rua Duque de Caxias 22,40m; frente pela Rua Dona Rafaela 22,60m; comprimento (lados) 165m.

– INSERIR MAPA TERRITÓRIO ATUAL –
(arquivo PDF de nome “mapa 2 - chacara das rosas - território atual”)

Foram realizadas ainda medições na largura, em diferentes pontos da extensão do terreno, revelando dados díspares para uma área que deveria ser regular como um retângulo, como se verifica na seguinte planta (21,85m, 24,53m e 22,40m).

Comparando a planta de 1983 com o mapa produzido em 2007, é possível verificar a ocorrência de avanços de proprietários lindeiros sobre a área da comunidade quilombola. Isso fica evidenciado de duas formas: Primeiro pelos dados métricos referidos no parágrafo acima e representados no mapa de 2007; segundo, pela simples comparação entre os mapas, pois é possível perceber diferenças no traçado que representa uma das linhas lateral do imóvel.

Se os documentos oficiais apresentam disparidades, o mesmo não se dá na memória coletiva dos moradores da Chácara das Rosas em relação ao seu território. Os depoimentos, que compõem esse relatório, expressam marcas de uma territorialidade vivenciada no cotidiano de (03) três gerações.

Essa memória coletiva desenvolve-se, através da experiência histórica compartilhada e constituinte dos marcos referenciais e redes relacionais que legitimam o território reivindicado. No mapa acima, esses marcos estão representados nas moradias atuais dos membros mais velhos da família. Próximo à entrada da rua Dona Rafaela, localiza-se a casa de Dona Maria do Carmo, onde antes era a casa de sua mãe Dona Rosa. No antigo pomar (ver mapa na página 72) da década de 40, permanecem os irmãos Maria Abrilina e Antônio. A ampla horta de Dona Rosa e o mato de eucaliptos, hoje abrigam parte da terceira geração, a casa de Nação, bem como as rosas plantadas junto à entrada da Rua Duque de Caxias.

Frente a este quadro, o *território reivindicado* pela comunidade corresponde ao território atualmente ocupado. Apesar de a comunidade referir-se a um território histórico mais amplo – como evidenciado acima –, a mesma optou, após assembléia comunitária realizada em janeiro de 2007, reivindicar para regularização como território quilombola apenas a área atualmente ocupada, de acordo com o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, Decreto 4887/2003 e Instrução Normativa 20/2005 do INCRA.

CAP. 3 - Os vínculos sócio-históricos

Os vínculos sócio-históricos são partes essenciais dos processos que engendram a identidade, o pertencimento étnico, bem como o processo político de reivindicação de direitos das comunidades quilombolas. Isto porque explicitam as formas pelas quais esses grupos sociais se organizam socialmente e delineiam uma identidade e trajetória singular no contexto em que estão inseridos.

Por essa razão, nos ateremos neste capítulo aos vínculos sócio-históricos da comunidade Chácara das Rosas em relação à cidade de Canoas e região metropolitana de Porto Alegre, enfatizando a historicidade da presença negra nos períodos relativos à escravidão, pós-abolição até a contemporaneidade dos territórios negros locais.

Outro ponto destacado, nos vínculos sócio-históricos, são as redes de sociabilidade negra, responsáveis pelas interações sociais que sustentam e potencializam laços de parentesco e outras alianças (apadrinhamento, ajuda mútua, trabalho, religiosidade, etc.) que atribuem significados e reconhecimento ao *ethos* do grupo, sendo que o exercício dessa sociabilidade se dá em diferentes espaços sociais, tais como na participação em associações de caráter sócio-cultural (bailes e clubes negros) e religioso (irmandades, igrejas, etc.).

A análise conjunta da historicidade e da rede relacional da Chácara das Rosas imprime um canal possível de entendimento não só das reconfigurações – ou seja, de como a trajetória social do grupo não se descola do que eles são hoje – como também do encadeamento entre o processo de constituição de uma identidade e o pleito de reconhecimento como comunidade quilombola, na perspectiva apontada por Arruti (1997) de “autoconstituição das comunidades quilombolas como grupos sociais e culturais diferenciados” interligados com a noção de etnicidade.

Assim é que encontramos a Chácara das Rosas na dimensão de vínculos sócio-históricos que vão desde os laços familiares e afetivos até um quadro de maior abrangência na produção e atualização de territórios negros como expressão de processos sócio-históricos ricos e complexos.

3.1- A presença negra em Canoas: da escravidão à liberdade

A historiografia tradicional sobre a cidade de Canoas, ao tratar dos fatos históricos originários da localidade, refere-se recorrentemente ao início da construção da estrada de ferro Porto Alegre/São Leopoldo em 1871 como fato fundador da sua ocupação urbana.

O Major Vicente Ferrer da Silva Freire, vereador em Porto Alegre e proprietários de terras na região, teria idealizado a venda de loteamentos próximos a uma das estações da planejada ferrovia, visando um público específico da Capital que buscava a área para veraneio (Penna, 2004: 22). Segundo Silva:

“Desde que fora demarcado o traçado da ferrovia, Vicente Ferreira arranchou uma guarda onde seria construída a estação, a fim de evitar que os trabalhadores da estrada cometessem depredações ou roubassem gado.” (1978: 33)

Em outros estudos, este mesmo autor afirma que essa guarda teria sido formada por quatro irmãos, escravos de Vicente Freire, os quais teriam ficado:

“muito populares no nascente povoado, e eram assim chamados: Antônio, Elias, José e Sebastião Corrêa. Eram carpinteiros de ribeira, hábeis para muitos serviços, além de tocadores de gaitas. Os antigos canoenses diziam que o ‘tio’ José até fabricava gaitas de foles” (Silva, 1978:33-4).

De acordo com antigos moradores, estes quatro irmãos escravos, juntamente com o pardo Antônio Ferreira,

“**foram os primeiros verdadeiros canoenses**, pois tendo constituído a guarda do Capão das Canoas, ali continuaram arranchados muitos anos, como zeladores do local.” (Silva, s/d, p. 106). [grifos nossos]

O nome da localidade – Capão das Canoas, e posteriormente somente Canoas – seria decorrência da ordem que os escravos da guarda receberam do loteador Major Vicente para aproveitarem uma grande árvore na construção de uma canoa a ser utilizada no serviço do Rio dos Sinos, o que de fato se efetivou (Silva, 1978: 33).

Sobre este aspecto, Jonas Soares de Souza, que se estabeleceu na localidade quando seu pai foi trabalhar como capataz da fazenda de Saturnino Matias Velho em 1901, afirmou que esses ex-escravos do Major Vicente:

“costumavam ajudar nas lidas de campo. Conheci os irmãos índios e o ‘Ferreira Velho’, mulato de cabelo bom (liso) que se dizia filho da escrava Gervásia Maria da Conceição com um dos herdeiros da antiga Fazenda do Gravataí. Mais de uma vez ouvi eles mesmo contarem que haviam montado guarda no Capão das Canoas, quando da construção da estrada de ferro, e que o nome do capão e da estação ‘pegou’ porque eles ali fizeram umas canoas, uma muito grande”. (Silva, s/d, p. 116)

Quando da inauguração da estrada de ferro, já existiam pessoas estabelecidas na atual área de Canoas, então um pequeno arraial que tinha como moradores fixos os posteiros, zeladores e escravos de confiança arranchados pelo Major Vicente Ferrer:

“Antônio Corrêa, o Antonicão e família; Elias Corrêa, fabricante de móveis rústicos; Sebastião Corrêa, bom carpinteiro; e o mais moço dos irmãos Corrêa, o José, o Zé da Gaita, marceneiro e fabricante de gaitas de foles; o mulato Antônio Ferreira, o Antônio Gameleiro, fabricante e vendedor de gamelas, e sua mãe, a escrava Gervásia Maria da Conceição”. (Silva, 1978, p. 35).

As narrativas sobre o a abolição da escravidão em Canoas fornecem mais informações a respeito deste núcleo inicial de moradores. Segundo Silva (s/d, p. 45), no ano de 1884:

“O movimento pró-abolição da escravatura, inicialmente em Porto Alegre, emancipa vários municípios, inclusive Gravataí. Em sua sede, Rio dos Sinos, o Maj. Vicente oferece um churrasco aos seus escravos e os põe à vontade para deixá-lo ou permanecer na Fazenda. Todos ficam, arranchando-se pelos capões ou à beira das primeiras estradas, **tornado-se pioneiros no povoamento urbano de Canoas**”. [grifos nossos].¹⁵⁰

Apesar dessas recorrentes referências a um grupo de negros como “primeiros verdadeiros canoenses” e “os pioneiros no povoamento urbano” da localidade, o papel desta etnia na formação histórica de cidade, seja como escravo ou como trabalhador livre, raramente é citada pela bibliografia em situações históricas anteriores ou

150 A bibliografia histórica sobre Gravataí se refere com alguma recorrência à “abolição antecipada” que teria sido proclamada em 07/11/1884 pelo Presidente da Câmara Cel. Fonseca (Fagundes, 1990: 190; Rosa, 1987: 45). Porém, pudemos averiguar, através da consulta da documentação histórica, que estas libertações (ocorridas especialmente no ano de 1884) foram na realidade uma série de alforrias condicionadas, ou seja, dependentes do cumprimento por parte dos escravos de condições para se efetivarem, como a prestação de serviço por mais alguns anos (contratos de prestação de serviço), a morte do senhor, ou ainda alforrias compradas mediante adiantamento de recursos financeiros por terceiros, para as quais os escravos ficavam presos até pagarem o empréstimo. Até o cumprimento das cláusulas da alforria, os escravos permaneciam presos à esfera de dependência dos antigos senhores, os quais tentavam fazer com que o ato da alforria fosse internalizado pelos ex-escravos como uma concessão senhorial, resultado de um favor ou doação para com isso reforçar sua ascensão moral e criar um corpo de dependentes. Esta realidade pode ser averiguada tanto através de cartas de alforria, com por meio de alguns inventários *post-mortem* onde aparecem avaliados, ao invés dos escravos, os serviços destes. Sobre este processo em Gravataí, ver Oliveira (2006).

posteriores. Isso pode ser percebido em relatos como o do militar Nemésio Miranda que se estabeleceu em Canoas no ano de 1935, para quem a composição cidade “em sua grande maioria, eram de três etnias: a germânica, a italiana e a nacional” (Penna, 2004: 28).

De forma muito semelhante, a Prefeitura Municipal de Canoas, ao referir o perfil sócio-econômico da cidade através de matéria na *internet*, postulou que a localidade teria “origem étnica marcante de alemães, italianos, palestinos e ucranianos”. Nenhuma referência é feita à presença negra na região, até hoje fortemente verificável¹⁵¹.

Na realidade, esta é uma situação que se estende ao restante do Rio Grande do Sul. A historiografia tradicional por muito tempo invisibilizou e diminuiu a importância da presença negra na formação histórica deste estado, a qual teria sido fruto basicamente de dois tipos sociais: de um lado, os grandes criadores de gado e peões luso-brasileiros, produto das estâncias; e do outro o imigrante europeu (principalmente alemão e italiano), colonizador de pequenas propriedades rurais, propulsor do progresso e da civilização. Nestas elaborações idealizadas, pouco ou nenhum espaço é dado aos indígenas, negros e lavradores nacionais pobres (Zarth, 2001:145)¹⁵².

Entretanto, a análise da documentação histórica depositada nos arquivos da região revela o fundamental papel desempenhado pelos escravos na formação histórica do Rio Grande do Sul. Estudos diversos, com sólida base empírica, demonstram que o escravo esteve presente em todos os setores produtivos da sociedade Rio-grandense, desempenhando as mais diversas atividades urbanas e rurais, inclusive aquelas que exigiam elevado grau de especialização profissional¹⁵³.

Gravataí, município do qual Canoas foi distrito até emancipar-se em 1939, não estava à parte desta realidade. Logo, pensar as origens e trajetória da população negra nesta área nos remete necessariamente a uma apreciação da presença escrava em Gravataí.

151 Publicado em 1995 pelo site do Banrisul, em parceria com a prefeitura de Canoas. Ver <http://ww3.banrisul.com.br/prefeitu.nsf/93f0c347c5e3d4420325640c00603062/70d53185daee0385032567140053ba32?OpenDocument#PERFIL>

152 A respeito da invisibilidade do negro na história do Rio Grande do Sul e do mito da democracia racial dos pampas, ver Oliven (1996) e Gutfreind (1990).

153 O primeiro estudo a destacar o papel estrutural da escravidão no Rio Grande do Sul foi a obra de Cardoso (1962), originalmente defendida como tese de doutorado na USP. Posteriormente, em especial a partir da década de 1980, diversos estudos acadêmicos tem demonstrado a difusão e a diversidade do trabalho escravo no estado. Ver, como exemplo, Maestri (1979; 1984), Bakos (1982), Assumpção (1995), Moreira (2003), Zarth (2002) e Petiz (2006).

Sobre esta cidade, denominada originalmente de Aldeia dos Anjos, é possível afirmar que os primeiros sesmeiros da região já possuíam escravos trabalhando em suas propriedades desde o século XVIII (Fagundes, 1990:189). O emprego da mão-de-obra cativa esteve presente nesta localidade até 1888, quando foi abolido, o que não significou, porém, que o negro não continuasse a estar presente nesta sociedade.

Como praticamente inexistem registros históricos produzidos pelos próprios escravos a respeito de suas experiências, a pesquisa histórica tem de recorrer àqueles produzidos pelas instâncias governamentais para reconstituir o passado dessas populações. Estas fontes, geralmente de caráter repressivo já que produzidos pelas camadas dominantes da sociedade, chegam até os pesquisadores filtradas pelo olhar dos agentes que as elaboraram (juízes, escrivãos, delegados) e, dessa forma, carregadas de preconceitos e julgamentos morais. Isto, porém, não impossibilita a sua utilização como forma de adentrar a sociedade de uma época. O cruzamento destas informações com os valiosos relatos orais de descendentes de escravos permite reconstituir aspectos importantíssimos deste passado que, de outra forma, nunca teríamos acesso.

Nesse sentido, os inventários *post-mortem* são uma das formas utilizadas para adentrar na realidade escravista de uma localidade. Esta documentação, elaborada após o falecimento de indivíduos que possuíam bens a serem partilhados entre os herdeiros, apresentava um “raio-x” de suas posses em um momento de sua vida. Como o escravo era uma mercadoria, um bem que podia ser vendido, hipotecado e alugado, ele aparecia listado juntamente com outras posses de seu senhor como bois, cavalos, terras, ferramentas e objetos em geral.

Buscamos, então, uma primeira aproximação com a questão através da análise de inventários de indivíduos residentes em Gravataí, o que permitiu visualizar algumas características da propriedade escrava nesta localidade. Tivemos acesso a 48 inventários, compreendendo o período de 1867 a 1888¹⁵⁴, ou seja, os últimos anos do sistema escravista no Brasil. Uma primeira análise deste material revelou a seguinte realidade:

154 Gravataí desmembrou-se administrativamente de Porto Alegre em 1880. Logo, este recorte temporal abrange tanto os últimos anos da ‘Freguesia’ de Aldeia dos Anjos, como os primeiros anos após sua elevação à categoria de ‘Vila’.

Levantamento dos inventários pesquisados: posse de escravos

Período	Nº total de inventários	Inventários com escravos		Inventários sem escravos	
		Nº	%	Nº	%
1867-1888	48	32	66,66	16	33,34

Fonte: APERS¹⁵⁵, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

Estes dados revelam que um percentual significativo da população local que legou bens em inventários era adepta da prática escravista (66,66%), possuindo no momento de sua morte pelo menos um cativo, atestando a disseminação desta prática sócio-cultural na região. Outro dado importante revelado pelos inventários refere-se ao tamanho dos plantéis escravos, como se observa nas duas tabelas apresentadas a seguir:

O tamanho dos plantéis de escravos

Plantéis	Período 1867-1888	
	nº de inventários	%
Entre 1 e 5 escravos	19	59,37%
Entre 6 e 10 escravos	10	31,25%
Entre 11 e 15 escravos	03	9,37%
Com mais de 16 escravos	00	00
Total	32 inventários	100%

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

A maior parte dos escravos de Gravataí vivia em plantéis pequenos, de no máximo 10 escravos. O restante estava distribuído em plantéis médios. Não verificamos, nos documentos analisados, nenhum plantel com número de escravos superior a 15. Estes dados atestam a predominância da pequena posse de escravos em Gravataí, situação que na realidade que vem sendo verificada em diversas outras áreas do Brasil ligadas ao abastecimento interno¹⁵⁶. Essa constatação, antes de diminuir a importância da presença escrava nestas áreas, chama a atenção para a existência de

155 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, doravante APERS.

156 Fora setores produtivos específicos que exigiam maior número de trabalhadores como as charqueadas, engenhos de açúcar e fazendas de café, o padrão da posse cativa não só no Rio Grande do Sul, mas também em outras áreas do Brasil escravista seguia esta tendência de pequenos e médios plantéis. Castro (1995: 36) observa que os pequenos plantéis formavam a maior parte dos proprietários de escravos no Brasil. Em regiões com o Recôncavo Baiano, por exemplo, tradicionalmente referido como área de grandes plantéis escravos em função da produção açucareira, 80% dos senhores possuíam menos de 10 escravos (Mattos, 2000: 18).

distintas e complexas realidades escravistas no Brasil, variáveis em função de diferenciações regionais e econômicas¹⁵⁷.

Para além destas características mais amplas sobre a composição dos plantéis escravos, os inventários nos trazem também valiosas informações sobre quem eram estes indivíduos. Uma análise da composição sexual destes plantéis revela a seguinte realidade:

Escravos nos inventários por gênero e média de idades

Sexo	Percentual	Média de idade
Homens	52,2%	30,6 anos
Mulheres	47,8%	24,8 anos
Total	100%	27,7 anos

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

Já quanto à origem, os dados são os que se seguem:

Inventários – origem dos escravos

Identificação	Quantidade
Mina	1
Moçambique	1
Africanos	2
Cabras	4
Crioulos	28
Pardos	38
Pretos	31
Não consta	54
TOTAL	159

Fonte: APERS, Inventários, Gravataí, 1867 a 1888.

Do total de 159 ocorrências, 54 não apresentavam qualquer referência quanto à origem ou naturalidade dos escravos, o que representa 33,96% da amostra. Seja como for, esta situação, bastante recorrente neste tipo de documentação, não impossibilita seu uso. O restante dos dados nos permite perceber a população cativa de Gravataí, no

157 Nesse sentido, Schwartz (2001: 129), em estudo sobre a realidade escravista no Brasil, aponta a existência de uma população de trabalhadores e famílias rurais que passou a existir à margem da economia agro-exportadora escravista desde o período colonial, criando uma classe camponesa. Nesta sociedade, a agricultura de subsistência e de exportação estavam intimamente ligadas numa relação complexa. Regiões como Maranhão, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, que anteriormente não teriam se caracterizado pela economia de exportação nem pelo uso predominante do trabalho escravo foram, a partir do final do período colonial, induzidas pela expansão das exportações “a uma dependência cada vez maior da escravidão”.

período analisado, era composta em sua maioria por indivíduos nascidos no Brasil (à época referidos como *crioulos, cabras e pardos*).

Quantificar os dados referentes a africanos muitas vezes se mostra difícil, já que o termo “preto” (31 ocorrências) tendia a estar associado a indivíduos nascidos na África, mas eventualmente era utilizada para se referir a negros nascidos no Brasil, como os filhos de africanos, por exemplo. De qualquer forma, mesmo que consideremos os pretos como sendo africanos, o total de indivíduos nascidos na África em nossa amostragem soma 35 ocorrências, frente à quantia de 70 nascidos no Brasil. Percebe-se claramente o predomínio de escravos nascidos no Brasil que à época eram denominados de crioulos. Esta realidade, juntamente com o maior equilíbrio entre o número de homens e mulheres, deve ser entendida no contexto do pós-abolição do tráfico atlântico de escravos ocorrida de forma definitiva em 1850, quando cessou o fornecimento de escravos vindos da África e a necessidade de braços escravos passou a ser suprida unicamente pela reprodução natural¹⁵⁸.

Pelo que foi auferido nas informações apresentadas nos diversos fundos documentais analisados, os escravos da região eram empregados em atividades típicas do setor agropecuário como a roça, a abertura de valos para proteger e delimitar propriedades, o transporte da produção, a doma de gado, etc. Muitos possuíam alguma especialização profissional e foram identificados como sapateiros, carpinteiros, curtidores, oficiais de pedreiro, oficiais de ferreiro, alfaiates, campeiro, marítimos e marinheiros. As mulheres escravas estavam predominantemente ligadas a atividades domésticas: fiadeiras, cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras e serviços domésticos em geral.

Citamos, a fim de exemplificação, um desses documentos pesquisados referentes à atual região do município de Canoas. Em 1880, o inventário de José Jacinto Ferreira revelava que ele possuía, além de um pequeno armazém no Passo das Canoas, sete escravos que variavam suas idades entre 07 e 50 anos. Sua esposa e seus seis filhos

¹⁵⁸ A primeira lei anti-tráfico posta em vigor no Brasil data de 1831, resultado do tratado assinado em 23/11/1826 com a Grã-Bretanha. Antes dessa data, outras medidas foram tomadas no sentido de restringir a prática deste comércio, como o Tratado de Aliança e Amizade, firmado com a Inglaterra em 1810; o Tratado de 1815; e a Convenção adicional de 28/07/1817. Se nos anos imediatos à vigência da lei de 1831 parecia haver um clima propício à proibição do tráfico, a confluência dos interesses de senhores e traficantes brasileiros e das elites africanas na continuidade do lucrativo comércio de escravos encontrou, na alteração da conjuntura política em 1837-38 (regresso conservador ao ministério), um ambiente favorável para a retomada da prática, conduzindo à necessidade de aprovação da Lei n.º 581, de 04/09/1850, que pôs o tráfico atlântico definitivamente na ilegalidade (Rodrigues, 2000).

herdaram estas “propriedades”, juntamente com alguns bois, vacas, novilhos, terneiros, cavalos e bestas, além de uma chácara com casa de atafona¹⁵⁹.

3.1.1- A resistência escrava: do quilombo à alforria

Os escravos, por muito tempo vistos pela historiografia como meras vítimas *passivas* do sistema, dados de séries estatísticas ou unicamente como força de trabalho, emergiram nos estudos especializados mais recentes como um grupo que buscava, mesmo sob o jugo desigual do cativo, o protagonismo de sua própria história¹⁶⁰. Neste sentido, uma maior atenção tem sido dada à análise de aspectos cotidianos da vivência desses agentes, como, por exemplo, a possibilidade de aproveitamento das brechas do sistema para a ressignificação de suas vidas.

Frente à situação opressora do cativo os negros elaboraram uma gama ampla de formas de resistência na busca de influenciar no destino de suas vidas. Muitas delas buscavam romper com as amarras do sistema e construir uma outra realidade, o que foi freqüentemente tentada através da formação de quilombos¹⁶¹, da fuga e da organização de insurreições. Neste momento, abordaremos algumas destas ocorrências em Gravataí/Canoas.

Segundo relatos, a região atualmente chamada de Mato Grande, no município de Canoas, era “também chamada Quilombo, antigamente, por servir de refúgio a escravos fugidos” (Silva, s/d:30)¹⁶². Por ser até hoje área de brejo, banhados e de abundante vegetação, configurava-se com espaço privilegiado para refúgio.

159 APERS, Vara de Família (ex-Órfãos e Ausentes), Inventários, Gravataí, Maço 02, Auto 17, 1880.

¹⁶⁰ Nesta perspectiva, ver por exemplo Chalhoub (1990).

¹⁶¹ Cabe chamar a atenção para as discussões atuais sobre o entendimento do termo quilombo na história do Brasil, e para a ressignificação que vem sofrendo, passando a englobar uma gama mais ampla de situações. Segundo Arruti (2005, p. 1), na medida em que os estudos dos historiadores avançavam sobre novos temas da escravidão, foi ficando claro que o exemplo do quilombo dos Palmares não servia de modelo para pensar *todas* às situações historicamente classificadas como "quilombos" pelas próprias autoridades governamentais e por seus aparelhos repressivos. Chamava-se de quilombo desde uma organização social constituída de milhares de habitantes, de organização política, militar e comercial, como ocorreu em Palmares, até minúsculos grupos nômades de escravos fugidos que viviam sem pouso fixo, sustentando-se de pequenos assaltos e da solidariedade das próprias senzalas. Existem exemplos ainda de documentos policiais classificando como quilombos as famosas "casas de angu" que existiam no centro do Rio de Janeiro, coração da Corte Imperial, e que reuniam os escravos e pretos livres nos momentos de alimentação e lazer. Dessa forma, torna-se difícil esboçar uma definição positiva e concreta para a categoria histórica do quilombo que vá além da simples referência ao perigo e à resistência imposta pela população negra à ordem branca.

¹⁶² Ver indicação desta área no mapa da cidade de Canoas, em anexo.

Para além deste relato, a documentação histórica pesquisada faz menção mais detalhada à ocorrência de um caso de aquilombamentos em Gravataí/Canoas. Em 23 de julho de 1854 o Presidente da Província do Rio Grande do Sul comunicou ao Ministro da Justiça ter sido reprimido um quilombo na região. Segundo esta autoridade,

“foi ordenado ao Capitão do Corpo Policial Rafael Godinho Valdez que seguisse com uma escolta de 12 praças do referido Corpo a Estância de **Gravataí** para prenderem os **escravos aquilombados ali existentes**: resultando desta diligência a captura de 3 e a morte de 2 cativos, pela forte resistência que fizeram no ato de serem presos a ponto de ferirem gravemente a um dos soldados da referida escolta”¹⁶³. (grifos nossos).

Infelizmente, nenhum detalhe sobre a organização interna deste quilombo foi revelada por esta documentação. Sabemos unicamente terem sido presos juntamente com os escravos fujões “2 desertores da Cia. d’Inválidos e 7 paisanos que se comunicavam com os referidos quilombolas”.

Seja como for, estes relatos nos permitem apreender alguns aspectos quanto ao quilombo citado, os quais na verdade eram bastante recorrentes no Rio Grande do Sul. A primeira refere-se à pequena dimensão do quilombo: era um agrupamento de pequeno porte. Os quilombos no Rio Grande do Sul se caracterizavam por terem pequenas dimensões, congregando um número pequeno de indivíduos¹⁶⁴.

Uma outra questão diz respeito à presença não só de escravos fugidos, mas também de outros segmentos sociais que por motivos diversos buscavam nos matos um esconderijo frente uma situação considerada indesejada. A documentação citada dá a entender que alguns “desertores da Cia. de Inválidos” viveriam aquilombados e que sete *paisanos* (civis) teriam sido detidos sob a acusação de se comunicarem com os quilombolas. Através destas relações, os quilombolas possivelmente buscassem comercializar algum excedente de sua pequena produção e ter acesso a bens materiais e informações estratégicas para sua sobrevivência. Não podemos desconsiderar, porém, a existência de vínculos sócio-afetivos entre estes grupos. Apesar de não sabemos a cor destes paisanos e desertores (estes últimos quase sempre eram populares recrutados a força), é bem plausível que a condição étnica de alguns deles tenha contribuído para o

163 AN, Série IJ1 579, Correspondência do Presidente da Província com o Ministro da Justiça. AHRS, Códice A.5.46, Correspondência do Presidente da Província como Chefe de Polícia. Citado por Piccolo (1992).

164 Piccolo (1992) apresenta uma ampla relação de ocorrências de quilombos no Rio Grande do Sul, os quais caracterizavam-se por terem pequenas dimensões. Ainda sobre o Rio Grande do Sul, ver o artigo de Maestri (1996). Sobre a recorrência deste aspecto em outras localidades do Brasil, ver Gomes (1995) e Reis & Gomes (1996).

estabelecimento de alianças e laços de solidariedade com estes escravos que buscavam uma nova vida.

Em 18 de novembro do mesmo ano, alguns meses depois de ter sido o quilombo dissolvido, a polícia apreendeu mais “um preto e 2 pretas que se tinham escapado do quilombo” quando da diligência já referida, o que dá a entender que o mesmo havia sido apenas parcialmente “batido”, e que alguns quilombolas teriam escapado e se refugiado pelos matos vizinhos.

Pelo que percebemos, a região de Gravataí e arredores se configurava como um ponto propício a fugas e esconderijo não somente de escravos, mas também para uma gama mais ampla de populares como desertores das forças policiais e negros livres. Sendo uma área rural, mas ao mesmo tempo próxima de centros populacionais como Porto Alegre e São Leopoldo, bem como de rotas de circulação que articulavam estas importantes localidades com outros pontos do estado (Cima da Serra, Santo Antônio da Patrulha), a área oferecia valiosas possibilidades de sobrevivência aos fugitivos nela acoitados.

Em 06/11/1835, por exemplo, o Juiz de Paz do 2º Distrito de Gravataí dava conta da existência de possíveis refugiados armados no Pinhal (região situada nos limites de Gravataí e Taquara) e Feitoria (São Leopoldo)¹⁶⁵. Cinco anos depois o Juiz de Paz e 1º Suplente de Subdelegado de Gravataí Antônio Tavares Freire solicitava o envio de um Capitão-do-Mato “para mandar fazer uma diligência” na região¹⁶⁶. E em 1848 Bernardino José de Sena (Juiz de Paz e Subdelegado de Polícia suplente do 1º Distrito) requisitou ao Chefe de Polícia armamento para que dez homens pudessem acompanhar o Capitão-do-Mato em suas diligências, já que “o Distrito se achava infestado de desertores”¹⁶⁷.

Já em princípios de 1855 o pardo Luiz da Costa Moreira, morador dos arrabaldes de Porto Alegre e “que costuma andar embarcado em Lanchões” foge após cometer um delito. Segundo as autoridades policiais ele teria sido avistado “no lugar denominado Pinhal”¹⁶⁸. Candido, escravo da localidade de Vacaria, fugiu em princípios de 1860 e

165 AHRs, Justiça, Gravataí, Correspondências, Juízo de Paz, Maço 12, 06/11/1835.

166 AHRs Polícia, Gravataí, Subdelegacia, Maço 44, Freguesia dos Anjos, Correspondência Expedida, 04/05/1840.

167 AHRs Polícia, Gravataí, Subdelegacia, Maço 44, Freguesia dos Anjos, Correspondência Expedida, 22/04/1855.

168 AHRs, Polícia, Porto Alegre, Subdelegacia de Polícia, Correspondências Expedidas, Maço 50.

em novembro ainda não havia sido capturado. Segundo as autoridades, vivia “acoutado pelo rio dos Sinos, Carioca, Morretes, *Aldeia* e Passo d’Areia” (grifo nosso)¹⁶⁹.

João, escravo de Germano Traub, fugira de seu senhor em Porto Alegre, o qual desconfiava que o mesmo tivesse tomado o destino de Santo Antônio da Patrulha, onde tinha um irmão. Também o escravo Justino fugira de Porto Alegre em 1866, tendo se dirigido para Santo Antônio para encontrar seus pais, que ainda viviam como escravos (Moreira, 2003: 82). Como já referimos, Gravataí era passagem para aqueles que se dirigiam da Capital para a região de Santo Antônio. Não só o conhecimento dessas rotas terrestres, mas também a possibilidade de contar com o apoio de uma comunidade negra nas localidades por onde passariam possivelmente influenciava os cálculos destes e de outros escravos que protagonizaram estas fugas.

Na noite de 13 para 14 de janeiro de 1865, quando Manoel Antônio de Oliveira, vulgo Manoel Chibarro¹⁷⁰, preparava-se para ir de São Leopoldo até a Freguesia de Santa Cristina do Pinhal em um cavalo recém furtado, foi procurado pela escrava Esperança, que teria “*pedido a ele [...] que a levasse para Porto Alegre porque se queria apresentar ao Chefe de Polícia a fim de fazer com que seu senhor a vendesse*”¹⁷¹. Os dois partem, então, rumo a Santa Cristina, de onde pretendiam depois seguir para a capital da Província. Cerca de uma semana depois, foram detidos na região do Paredão, em Santa Cristina do Pinhal, e encaminhados para a Cadeia Municipal de São Leopoldo¹⁷². Cabe chamar a atenção para o fato de existir até os dias de hoje uma comunidade remanescente de escravos nesta região do Paredão, a qual está se articulando para a luta de reconhecimento como quilombola.

Além dos quilombos e fugas, as revoltas, levantes e insurreições escravas foram outros atos que aterrorizaram a sociedade branca e senhorial da época¹⁷³. Em Gravataí de 1863 os escravos planejaram uma insurreição que deveria se estender pelas redondezas, a qual, porém, não chegou a se concretizar, pois foi delatada. Pelas palavras do Chefe de Polícia ficamos sabendo detalhes sobre a repressão a esta tentativa insurrecional:

169 Jornal Correio do Sul – 06/11/1860, citado por Moreira (2003: 77)

170 Segundo Ferreira (s.d., p:317), *chibarro* significaria mestiço. Já Silva (1813:388) tem uma definição mais pejorativa: “Bode Castrado, pequeno”.

171 Seu senhor era o sueco Gabriel Carlsson (filho de Carlos Erlsson), lavrador, criador e arrematante do Passo dos Sinos juntamente com sua esposa Catharina Bach, até aproximadamente fevereiro de 1867 (APERS, Processo Crime, São Leopoldo, Júri, Maço 04, n.º 85).

172 APERS, Processo Crime, São Leopoldo, 1º Cível e Crime, Maço 59, n.º 2997.

173 Sobre os temores das elites brancas com o grande percentual de negros e mestiços na sociedade brasileira do século XIX, ver Azevedo (1987).

“Tendo me comunicado o subdelegado de polícia do 2º Distrito d’Aldeia [...] que tinha fundada suspeita de tentarem os escravos de diversas fazendas insurreicionar-se, de acordo com V. Exa. parti para aquele distrito [...] com uma escolta do corpo policial; chegando ao distrito já achei em diligência praças da Guarda Nacional fornecidas pelo respectivo Comandante do Corpo; expedi novas escoltas e na manhã seguinte começarão a aparecer escravos presos; durante o dia reunirão dezessete, vindo no dia imediato mais cinco. Procedendo a minuciosos interrogatórios vim no conhecimento de que os escravos da fazenda de Francisco Maciel desde Maio começaram a aliciar outros para levantarem-se contra os senhores, tomando-lhes as armas e o dinheiro, e reclamarem depois sua liberdade, exigindo-a pela força se lha não dessem; encontrando cúmplices nas fazendas vizinhas, mandarão emissários para o Pinhal, Passo Grande e Sapucaia, designando o dia quarta feira 26 do corrente, para se reunirem no Passo do Butiá, alistarem-se, acamparem no campo do Chará para no domingo 30, atacarem a povoação da Aldeia, seguindo depois para o Passo Grande onde reunidos todos, devião marchar para a Capital”.¹⁷⁴

Chama a atenção a grande capacidade de mobilização e articulação da comunidade escrava. O recrutamento de companheiros para a revolta acontecia nos domingos, quando as lideranças iam às fazendas vizinhas procurando convencer outros parceiros. O escravo Feliciano, um dos líderes, ao convidar o preto Justo para participar do levante argumentou que “*os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo*”. A idéia dos insurretos era aproveitar a Festa do Espírito Santo para se rebelarem e após “*iriam para os castelhanos*”, ou seja, buscariam a liberdade no Uruguai onde a escravidão havia sido abolida em 1842 (Moreira, 2002).

Como consequência da repressão, muitos escravos envolvidos fugiram para os matos, alguns foram mortos e outros tantos presos. Entre estes últimos, alguns “*menos comprometidos foram [...] castigados corporalmente com anuência de seus senhores*”, e aqueles mais envolvidos permaneceram presos para serem julgados.

Quilombos, fugas e insurreições não eram, porém, as únicas experiências de resistência possíveis. A nova história social da escravidão tem ampliado o entendimento desta questão ao questionar a interpretação por muito tempo difundida de que, fora estes atos extremos, não haveria resistência negra ao escravismo. Esta abordagem relativiza a dicotomia adotada em muitos estudos, os quais colocam em inconciliável oposição o escravo rebelde e insurgente de um lado, e do outro o cativo acomodado e submisso, o que, muitas vezes, acaba por reproduzir a idéia de que os cativos não agiam historicamente, mas somente reagiam aos maus tratos.

174 AN, Série IJ1 585, Correspondência do Presidente da Província ao Ministro da Justiça, Ofício nº 208 de 29/08/1863, referido por Piccolo (1992).

A visão renovada adotada em muitos estudos brasileiros parte do pressuposto de que o escravo “acomodado” e “submisso” de um dia poderia perfeitamente ser o insurgente do dia seguinte, aquele que driblava as amarras do sistema em busca de melhores condições de vida. Ambas posturas podiam aparecer como faces de uma mesma realidade, como

[...] estratégias de resistência/sobrevivência colocadas em ação conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos, em um misto de adaptação e revolta. (Moreira, 2002, p. 03)

Outras formas de oposição e resistência no interior do próprio sistema escravista passaram a merecer atenção dos estudiosos, como os esforços cativos para constituição e manutenção de família, de redes de sociabilidade e solidariedade, formas de religiosidade e cultura próprias. Se anteriormente predominavam visões que consideravam como integrantes do rol dos atos de resistência somente àqueles atos extremos como fuga, suicídio e o justicamento de senhores e feitores, análises mais pormenorizadas têm demonstrado que os escravos e os negros em geral puseram em prática uma gama mais ampla de práticas que visavam amenizar as agruras que lhes eram impostas. Ainda que não se propusessem a romper com os grilhões do sistema, estes atos eram importantíssimos para estes agentes sociais, interferindo na conformação de suas vidas futuras.

Essas ações muitas vezes faziam parte projetos e estratégias mais amplas como, por exemplo, a busca de construção de uma cidadania negada pelo sistema escravista, bem como de afastamento do estigma do passado cativo. Ser cidadão obviamente passava pela obtenção da liberdade, e isto era tentado através da alforria. Mas a construção desta cidadania poderia passar também pelo acesso à terra própria, uma vez que isto os desvincularia da situação de ser “trabalhador de outro”¹⁷⁵. Vejamos primeiramente as formas como a liberdade era atingida mediante a alforria em Gravataí.

175 A esse respeito, a partir da ótica dos significados da liberdade nos anos finais do escravismo no Brasil, ver Castro (1995).

3.1.2- Alforria e liberdade

“[...] e para que de hoje para todo o sempre, como cidadão que fica sendo, exerça os direitos cívicos e políticos de que gozam os demais Cidadãos e lhe forem próprios”. (Trecho da Carta de Alforria passada em 1870 ao pardo Venceslau, de Gravataí)¹⁷⁶.

Fuga, suicídio, aquilombamento, rebeliões e insurreição foram atos postos em prática pelos escravos na busca de escapar da vida em cativeiro. Os riscos de fracasso de tentativas de ruptura para “fora” do sistema (fugas, quilombos) eram consideravelmente maiores e expunham os cativos a castigos e represálias extremamente duras, as quais certamente eram consideradas antes de se colocar o plano em ação.

A alforria figurava, porém, como o único canal institucional de acesso à liberdade no mundo escravista, e certamente fazia parte dos sonhos de liberdade de muitos cativos. Como observou Schwartz (2001: 211):

Quaisquer que fossem as desvantagens sofridas na sociedade brasileira pelas pessoas de cor libertadas, sua situação era percebida pelos escravos como muito melhor do que o peso da escravidão e, para conseguir a liberdade, homens e mulheres estavam dispostos a fazer grandes sacrifícios para si mesmos e pelos entes queridos.

A política de controle escravista alicerçava-se, entre outros aspectos, no fato da alforria se constituir como uma prerrogativa exclusivamente senhorial:

[...] cada cativo sabia perfeitamente que, excluídas as fugas e outras formas radicais de resistência, sua esperança de liberdade estava contida no tipo de relacionamento que mantivesse com o seu senhor particular. A idéia aqui era convencer os escravos de que o caminho para a alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos senhores. (Chalhoub, 1990: 99-100)

Dessa forma, a concessão de alforrias se configurava como uma estratégia senhorial que visava criar um corpo de dependentes em torno de suas propriedades. Foi um mecanismo de cooptação, controle e coerção elaborada pela elite. Adquiriu especial destaque no período final do escravismo, quando se concederam alforrias em massa em diversas regiões do Brasil.

176 APERS, Tabelionato de Porto Alegre, Freguesia de N. S. dos Anjos, Registros Diversos, Número 1, Fl. 183v., Estante 23.

Muitas destas cartas de liberdade eram “dadas” pelos senhores mediante alguma condição. Por serem uma prerrogativa senhorial, poderiam ser revogadas a qualquer momento sem que o senhor precisasse alegar motivo (situação somente alterada com “Lei do Ventre Livre” em 1871). Frente a esta situação, os escravos que vivessem à sombra de uma alforria condicionada certamente calculavam os riscos de perda do acesso à liberdade que corriam caso se portassem de forma indesejada a seus senhores (*indisciplina, indolência, ingratidão, etc.*).

Porém, a concessão da alforria por parte dos senhores não deve ser entendida apenas como um mecanismo de cooptação ou controle, mas também como o resultado da pressão individual dos negros visando concretizar suas esperanças de liberdade (Castro, 1995: 61; Chalhoub, 1990: 23).

Apesar da possibilidade legal do escravo acumular pecúlio somente existir a partir da Lei do Ventre Livre (Lei n.º 2040, de 28 de setembro de 1871), não foram raros os cativos que conseguiram, de diferentes formas, acumular capital suficiente para comprar sua alforria ou a de um ente querido. Analisando quantitativamente as cartas de alforria de Gravataí temos os seguintes números quanto a sua obtenção:

Cartas de Alforria em Gravataí – 1850-1882

Condição	Quantidade
Comprada	38
Morte do senhor	50
Sem ônus ou condição	30
Prazo	2
Pagamento mensal até morte do senhor	1
Pagamento mais trabalho	1
Acompanhar filhos/outros	2
Morte do senhor e serviços	1
Morte do senhor e pagamento	1
Outros	5
TOTAL	131

Fonte: APERS, Tabelionatos, (Registros Diversos; Transmissão e Notas), 1850-1882.

Do total de alforrias, 58 (44,27%) foram concedidas mediante alguma condição, ou seja, foi imposto pelo senhor alguma obrigação que o escravo deveria cumprir antes de ter direito de gozar da plena liberdade: ter que servir ao senhor até sua morte, muitas vezes tendo ainda que pagar quantias mensais; ter que prestar serviços ao senhor por algum prazo de tempo; ter que servir aos filhos do senhor, etc.

Foi o caso do escravo Vicente, africano de nação Moçambique, 40 anos de idade, e que recebeu carta de alforria em 21/12/1850. Sua liberdade estava, porém, condicionada à morte de sua senhora Eugenia Antônia de Jesus (moradora no Barro Vermelho) e também a obrigação do escravo dar ao irmão e compadre de Eugênia (Antônio Dias Fialho) 100.000 réis destinados a mandar fazer 15 missas, sendo dez delas por intenção da alma da finada e cinco pelo purgatório. Posteriormente, Eugênia passou mais 4 cartas de liberdade a escravos seus, 3 das quais condicionadas a prestação de serviços, morte do senhor ou pagamento¹⁷⁷.

Verificamos também que 30 cartas de liberdade (22,90%) foram concedidas sem ônus ou condição alguma. Antes de representar um ato de benevolência dos senhores, estas alforrias podiam muitas vezes estar mascarando uma situação em que escravos velhos, doentes e pouco produtivos eram dispensados por seus senhores. Em 1862, por exemplo, a escrava Joana, africana de 70 anos, foi libertada sem ônus nem condição pelos herdeiros de João José de Vargas e Laureana Roza de Jesus devido sua idade avançada e serviços prestados aos finados e, conforme consta na carta de alforria, “*para que goze livremente de sua liberdade*”¹⁷⁸. Certamente, ao chegar aos 70 anos a escrava Joana já estava bastante desgastada fisicamente para poder continuar sendo produtiva para seus senhores. Ao ser alforriada sem ônus ou condição alguma, seus senhores desincumbiam-se das obrigações de sustentá-la, economizando com gastos relativos à alimentação, vestimenta e tratamento médico.

Em 38 casos verificados as alforrias foram compradas pelo próprio escravo ou familiares, o que soma 29% do total. Estes casos são interessantes, pois possibilitam apreender justamente o papel que os próprios escravos tiveram na conquista das alforrias¹⁷⁹. Nada sabemos sobre a origem do capital utilizado para tais transações, mas é possível que muitos escravos tenham se utilizado do acesso a alguma forma de “economia própria” (roças, pequenos furtos, remuneração por serviços prestados em momentos de descanso) para acumular pecúlio destinado à compra de suas liberdades, ou mesmo contado com a colaboração de membros da família (cônjuge, amásio, parceiro, filhos, pais) ou comunidade étnica (negros livres, libertos e outros escravos).

177 APERS, Tabelionato de Porto Alegre, Freguesia de N. S.a dos Anjos, Registros Diversos, Número 1, fl. 94v e 95v, Estante 23.

178 APERS, Tabelionato de Porto Alegre, Freguesia de N. S. dos Anjos, Registros Diversos, Número 1, Fl. 146r., Estante 23.

179 Se tomarmos os números das alforrias em Porto Alegre, município ao qual Gravataí era freguesia até 1880, sabemos que 41,1% das alforrias concedidas na segunda metade do século XIX foram mediante compra (MOREIRA, 2003:187).

Poderia, ainda, advir de terceiros, como entidades emancipadoras ou religiosas como a Irmandade do Rosário¹⁸⁰, ou ainda adiantamento monetário de terceiros mediante compromisso de prestação de serviço.

A escrava Maria, africana de 40 anos, pagou a Maria Corrêa, Clara Maria Corrêa, Joaquina Corrêa e Gertrudes Corrêa (moradoras no 2º Distrito) em 22/08/1857 o valor de 192.000 réis pela libertação de sua filha de seis anos. Alguns meses depois, Maria volta a comprar uma alforria, agora a sua própria, pelo valor de 400.000 réis. Já Francisco, de nação mina, pagou 100.000 réis por sua liberdade em 20/07/1854 a Agostinho Silveira Pastoris¹⁸¹.

Em 06/01/1854 o “crioulinho” Martinho, filho da escrava Vicência, recebe carta de alforria. Seu pai, o pardo liberto Joaquim José Barbosa, pagou 64.000 réis a José Pereira dos Santos para que Martinho fosse declarado livre no batismo¹⁸². Cerca de um ano depois, Vicência (escrava de Maria Antônia dos Santos) recebeu carta de alforria condicionada à morte da sua senhora. Neste documento informa que a escrava era criada da casa dos pais de Maria Antônia e lhe coube como herança anos antes, e que com licença da senhora vivia e morava “em casa a parte e casada com o cabra liberto de nome Joaquim José Barbosa, oficial de ferreiro”, porém sempre servindo como escrava à sua senhora”¹⁸³.

Abaixo, apresentamos alguns dados resultantes de análise quantitativa das cartas de alforrias em Gravataí, os quais fornecem dados interessantes sobre o perfil dos libertados:

180 Existiu uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Gravataí. Este era o espaço católico conhecido por congregar a população escrava e negra no mundo luso-brasileiro. A respeito desta instituição no mundo colonial português, ver Souza (2002). Porém, sobre a Irmandade do Rosário em Gravataí pouco sabemos, pois a documentação da mesma, segundo funcionários do Arquivo Histórico de Gravataí, foi perdida em um incêndio que atingiu esta instituição. Em meados do século XX foi fundada uma Capela de Nossa Senhora do Rosário em Canoas, como fruto da mobilização dos negros da região, em especial de Dona Castorina, lindeira da Chácara. A capela existe até hoje, e fica cerca de duas quadras da área da Comunidade Chácara das Rosas.

181 APERS, Tabelionato de Porto Alegre, Freguesia de N. S. dos Anjos, Registros Diversos, Número 1, Fl. 116r., Estante 23.

182 APERS, Tabelionato de Porto Alegre, Freguesia de N. S. dos Anjos, Registros Diversos, Número 1, Fl. 116r., Estante 23.

183 APERS, Tabelionato de Porto Alegre, Freguesia de N. S. dos Anjos, Registros Diversos, Número 1, Fl. 119r., Estante 23.

Sexo dos alforriados

Sexo	Quantidade	%
Homens	59	45,04
Mulheres	72	54,96

Idade dos alforriados

Idades	Quantidade	%
Entre 0 e 10 anos	19	14,50
Entre 11 e 20 anos	10	7,63
Entre 21 e 30 anos	10	7,63
Entre 31 e 40 anos	20	15,27
Entre 41 e 50 anos	12	9,16
Maiores de 50 anos	7	5,34
Não consta	53	40,46

Origem alforriados

Origem	Quantidade
Crioulos	51
Pardos	38
Africanos (sem nação especificada)	13
Mina	3
Moçambique	2
Mulato	2
Angola	1
Congo	2
Mina-Gegê	1
Uca	1
Rebolo	1
Pretos (sem nação especificada)	7
Não consta	9
Total	131

Cabe lembrar que os esforços individuais dos escravos para interferir em seus destinos nem sempre eram exitosos. No caso das tentativas de obter alforria podiam esbarrar na dificuldade em acumular pecúlio para tal aquisição, nas artimanhas e fraudes de herdeiros interessados em não perder escravos alforriados condicionalmente à morte do senhor, ou mesmo na contrariedade senhorial em concedê-la.

A bibliografia histórica de Gravataí refere-se com alguma recorrência à “abolição antecipada” que teria sido proclamada em 07 de novembro de 1884 pelo Presidente da Câmara Cel. Fonseca. Porém, o ato não teria sido realizado na Câmara Municipal, mas sim resultado da atuação de uma sociedade emancipadora que existia

com a finalidade de libertar escravos “em solidariedade a outros municípios como Pelotas e Rio Grande que já haviam feito o mesmo” (Fagundes, 1990: 190).

A análise da documentação histórica do período revela que estas libertações foram na realidade umas séries de alforrias condicionadas que levavam os libertandos a continuar vivendo na esfera de dependência dos antigos senhores, os quais tentavam fazer com que o ato da alforria fosse internalizado pelos ex-escravos como uma concessão senhorial, resultado de um favor ou doação para com isso reforçar sua ascensão moral e criar um corpo de dependentes¹⁸⁴.

Os projetos de conquista da liberdade através da manumissão poderiam passar também pela participação dos escravos em conflitos, como soldados que receberiam a alforria como soldo de guerra. Como já referido, os descendentes do negro Manoel Barbosa dos Santos – pai de Rosa – referem-se de forma unânime ao fato dele ter lutado na Guerra do Paraguai, porém não foi possível averiguar se ele ainda era escravo neste momento, e conseqüentemente sua libertação seria advinda deste engajamento, ou se ele já seria livre antes de juntar-se às fileiras do Império brasileiro que marchou para a Guerra da Tríplice Aliança¹⁸⁵.

3.1.3 - Negros no pós-abolição em Canoas: a resistência pela permanência

A construção da cidadania passava, para muitos ex-cativos, pelo acesso à terra como forma de obtenção de autonomia, ainda que relativa, frente aos antigos senhores e patrões (Castro, 1995). Isso aconteceu de forma acentuada nos anos finais da escravidão. A documentação histórica revela não ter sido rara a conformação de territorialidades negras ainda durante o período de vigência do sistema escravista em Gravataí.

É possível verificar, nos inventários dessa localidade, a descrição de propriedades que tinham como limite, por exemplo, “*as cercas de espinhos da preta*

184 Esta realidade pode ser averiguada tanto através de cartas de alforria, com por meio de alguns inventários *post-mortem* onde aparecem avaliados, ao invés dos escravos, os serviços destes. Ver exemplos em: APERS, Tabelaionato de Gravataí, Sede, 2º ao 5º distritos, Transmissão/Notas, Volume 1; APERS, Tabelaionato de Porto Alegre, Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, Transmissão/Notas, Livro 1 a 3; 1870-1885, Estante 23, Volume 1; APERS, Inventários, Gravataí, Cartório Cível, Auto 9, 1887.

185 Seja como for, abre-se outra frente de análise sobre a trajetória desta comunidade quilombola, a qual se funde com a história de parcelas mais amplas das populações afro descendentes no país: o imaginário do negro como bucha de canhão em conflitos. A esse respeito, ver os depoimentos de descendentes de escravos da região sul do Rio Grande do Sul (Dalla Vecchia, 1992).

liberta Florência”, ou ainda a avaliação de um terreno que fazia divisa com terras dos “herdeiros do finado preto Bento”¹⁸⁶. Em princípios do século XX ainda eram feitas referências à condição étnicas dos lindeiros, como no caso em que foram citadas as “terras do crioulo Pedro Dias”, em inventário do ano de 1905¹⁸⁷.

Também referências toponímicas aludem à presença de territórios negros: o Morro dos Pretos Forros¹⁸⁸, possível referência à área ocupada por negros libertos no período final da escravidão; Sanga do Quilombo localizada no 1º distrito¹⁸⁹; o local denominado Quilombo no 2º Distrito, conforme referência de 1907¹⁹⁰; o Passo do Macaquinho, denominação que segundo historiador local era decorrente da presença de uma família residente na região cujos integrantes eram chamados de *macaquinhos*, em uma possível alusão pejorativa a cor da pele dos mesmos (Rosa, 1987).

As maneiras pelas quais se constituíram estes territórios nem sempre são fáceis de reconstituir, mas estudos especializados têm demonstrado que podiam ser decorrentes de heranças dadas a escravos por seus senhores, da ocupação com consentimento dos proprietários de pequenos lotes de terras por escravos e libertos, posse de áreas devolutas, compra ou mesmo da permanência em áreas remotas ocupadas por escravos fugidos.

Com o término da escravidão jurídica em 1888 este processo de busca de acesso à terra por ex-escravos certamente recebeu novo impulso, já que não foi posto em prática nenhum mecanismo de inclusão social direcionado aos que saíam do cativeiro.

Entretanto, estudar a história do negro no período imediato à abolição da escravidão no Brasil – justamente quando Rosa e João Generício chegam a Canoas – é uma das temáticas que maiores desafios coloca ao pesquisador.

Análises pormenorizadas demonstram ter havido, a partir de meados do século XIX, um desaparecimento sistemático da menção à cor dos indivíduos livres – mesmo

186 APERS, Inventários, Gravataí, Maço 08, Auto 157, 1895 - APERS, Inventários, Gravataí, Vara Família Ex-órfãos, Maço 10, Auto 222, 1900 - APERS, Inventários, Gravataí, Vara Família Ex-Órfãos, Maço 11, Auto 254, 1903 - APERS, Inventários, Gravataí, Vara Família Ex-Órfãos, Maço 16, Auto 392.

187 APERS, Inventários, Gravataí, Cível, Maço 3, Auto 92, 1905.

188 A primeira referência a esta denominação que localizamos diz respeito ao ano de 1884, e a última a 1916. Fontes: APERS, Inventários, Gravataí, Cível, Maço: 01, Auto 3, 1884 – APERS, Inventários, Gravataí, Vara de Família Ex-Órfãos, Maço: 08, Auto n° 154, 1895. – APERS, Inventários, Gravataí, Vara de Família Ex-Órfãos, Maço 12, Auto n° 262, 1904. – APERS, Inventários, Gravataí, Vara de Família Ex-Órfãos, Maço: 16, Auto n° 409, 1913. – APERS, Inventários, Gravataí, Vara de Família Ex-Órfãos, Maço: 17, Auto n° 460, 1916.

189 APERS, Inventários, Gravataí, Cível, Maço 01, Auto 12, 1889

190 APERS, Inventários, Gravataí, Vara de Família Ex-Órfãos, Maço 14, Auto n° 319, 1907.

que negros – nos registros históricos produzidos pelo estado brasileiro (Castro, 1995), justamente em período que conheceu crescimento acentuado do número de negros livres.

A conjugação destas realidades dificultou progressivamente a análise da presença e atuação das pessoas livres de cor na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. Com a abolição da escravidão, esta possibilidade de encontrar referências aos negros nas fontes históricas se agravou, já que a designação jurídica “escravo”, que facilitava a identificação da população negra, deixara de existir.

A isto, soma-se, ainda, o fato de parcela da historiografia nacional ter disseminado precipitadamente a idéia de que a transição do trabalho escravo para o livre teria ocorrido unicamente pela via da substituição do trabalhador cativo pelo trabalhador livre assalariado – esse último visto como sinônimo de branco e imigrante europeu. Por detrás desta perspectiva, emergia a idéia de que os ex-escravos teriam “desaparecido” do cenário dos trabalhadores nacionais a partir do momento em que a chegada de grandes levas de imigrantes teria ocasionado a “substituição” da mão-de-obra cativa pela livre (Beiguelman, 1987).

Estudos recentes, como a tese de doutorado de Loner (1999) sobre a cidade de Pelotas, tem contribuído para relativizar esta interpretação, ao demonstrarem que grande parte do operariado urbano em princípios do século XX era composto por negros oriundos do cativo. O negro também continuou sendo trabalhador fundamental nas atividades ligadas ao campo, como atestam os inúmeros relatos de descendentes de escravos (Dalla Vecchia, 1992).

Outro exemplo desta realidade pode ser verificado na dissertação de mestrado de Gans (2004) sobre a presença teuta em Porto Alegre no século XIX, onde é possível verificar que em determinadas áreas do mercado de trabalho os imigrantes encontraram dificuldade de concorrer com os setores tradicionalmente ocupados por trabalhadores negros livres, libertos e até escravos de ganho, como foi o caso da construção civil.

Esta realidade – desaparecimento sistemático da menção à cor nas fontes documentais a partir do século XIX e o mito da substituição dos escravos por imigrantes brancos – contribuiu para o vazio historiográfico referente à questão do negro no período pós-abolição. O que não quer dizer que eles tenham simplesmente desaparecido, sido confinados do restante da sociedade ou totalmente “miscigenados”. Na atualidade, diversos estudos têm buscado, especialmente a partir do uso de relatos

orais de descendentes de escravos, suprir esta lacuna (Dalla Vecchia, 1992; Mattos, 2005).

A trajetória do casal Rosa e João Generício está inserida dentro desta realidade do negro no período pós-abolição da escravidão. Como já referido, eram ambos descendentes de escravos que viviam no Barro Vermelho, área rural de Gravataí, migrando para Canoas a partir da possibilidade de estabelecimento em terras próprias.

Outras territorialidades negras foram conformadas em Canoas no mesmo período, algumas situadas inclusive na mesma região da Chácara das Rosas. Foi o caso das terras de Dona Castorina Lima da Silveira, casada com Bertoldo Joaquim da Silveira, donos até a década de 1980 de um terreno exatamente ao lado da Chácara das Rosas, com entrada pela Rua Duque de Caxias.

As características da vida familiar de Dona Castorina lembram muito a da vizinha Chácara das Rosas. O neto Bertoldo informa que em suas terras plantavam-se diversos gêneros, e que a avó “tinha galinheiro, tinha forno na rua, de barro, ali ela fazia pão, fazia cuca. Ela tinha a parreira, ela fazia vinho”. Bertoldo informa ainda que outras famílias negras viviam nesta mesma região onde está situada a Chácara das Rosas:

Bertoldo – É, eu morava aqui, na São Felisbirno. O terreno dela era tudo isso aqui, primeira, segunda, terceira, na quarta casa aqui, que faz divisa com aqui, os fundos da minha casa era pro pátio deles [Chácara das Rosas].

Vera – Aqui nesse terreno do lado? [indicando em mapa]

Bertoldo – Morava a minha vó.

Vera – Morava só a tua avó e teu avô?

Bertoldo – Não, a minha vó na frente, aqui do lado morou uma prima minha, fizeram casa e depois desmancharam, aqui no meio morou uma tia minha, só. Aqui pro fundo era tudo uma chácara.

Vera – E tu com os teus pais?

Bertoldo – Aqui nessa outra rua aqui.

Vinicius – Esse terreno era da tua vó também?

Bertoldo – Não, esse aqui era de uma tia minha. Uma tia irmã do pai.

Vinicius – Então, tinha outras famílias negras que moravam?

Bertoldo – Tinha, tinha. Tinha o meu padrinho que morava aqui nos fundos da rua que faleceu no ano passado, o falecido Marcelino, São Felisbirno 164.

Vinicius – Quase esquina com a Dona Rafaela?

Bertoldo – É. Não tem um prédio? Não estão construindo um prédio grande ali? Do lado, do lado mora a minha madrinha e a filha. Era rodeado aqui.

Vera – Era rodeado. Lembra dos sobrenomes das famílias que moravam ali?

Bertoldo – Lembro, Machado de Assis, quem mais? Marcelino, o meu padrinho, deixa eu ver. É isso aí.

Vera – A Dona Castorina aqui [indicando em mapa], pra cá Machado de Assis.

Bertoldo – É, aqui Machado de Assis, aqui na rua, mais pro fundo aqui Marcelino, que era o meu padrinho.¹⁹¹

191 Entrevista realizada com Bertoldo Joaquim Silveira no dia 22/08/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.



Castorina Lima Silveira, cercada pelos netos. Fonte: Pfeil (1992)

Um outro exemplo de territorialidade negra na região fora chácara ocupada por Antônio Gameleiro, um dos negros que fabricou as canoas que teriam dado nome à cidade. Ele viveu, no período pós-abolição da escravidão, em uma propriedade situada na confluência das atuais rua Santos Ferreira e Av. Inconfidência, às margens do Arroio Araçá (ver mapa), posteriormente adquirida por Antônio Candido da Silveira¹⁹².

Dessa forma, temos um cenário em que diversas territorialidades negras foram sendo conformadas na virada do século XIX para o seguinte, realidade que encontra recorrência em diversas outras cidades do Rio Grande do Sul e estados do Brasil. Muitas das comunidades que ocupam estes territórios atualmente estão reivindicando direitos a partir do *status* de remanescente de quilombos. Estudos diversos, como o de Schmitt, Turatti e Carvalho (2002) identificam o abandono de uma visão cristalizada pela historiografia clássica de que os territórios denominados de quilombolas seriam unicamente aqueles conformados a partir de fugas e conseqüente isolamento, em prol de um conceito ampliado que alça o território e a identidade à condição de elementos fundamentais na determinação desse agrupamentos sociais. Este redimensionamento conceitual visa abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos

192 Álvaro Candido da Silveira, irmão desta pessoa que comprou a chácara de Antônio Gameleiro, confirma o fato (Silva, s/d:114).

negros e ultrapassar o binômio fuga/resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar estas conformações sociais.

Os grupos que hoje são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também heranças doadas por ex-senhores ou padrinhos, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, assim como a compra de terras durante e logo após a extinção do sistema escravocrata.

A despeito de uma visão unívoca de quilombo, os relatos e documentação levantada permite ver uma intensa vida social que dá novos significados a vida comunitária, não remendo diretamente à escravidão, mas reforçando os laços de solidariedade étnico-racial, fornecendo novos espaços de expressão identitária. Será um pouco desta ampla e diversificada realidade na região metropolitana de Porto Alegre que veremos a seguir.

3.2- Territórios Negros na Região Metropolitana de Porto Alegre

O final dos anos 80 do século XX nos traz o debate acerca da noção de pertencimento etno-racial e direito sócio-cultural advindo desse pertencimento. Estamos falando das demandas, interpretações e ações suscitadas pelo artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a regularização, titulação e reconhecimento de territórios quilombolas no país. As implicações são várias, desde aquela que aponta para o reconhecimento do Brasil como um país multiétnico, até a fusão entre direitos humanos e identidade étno-racial.

Na atualidade do Rio Grande do Sul, um estado composto por 10.845,087 habitantes, sendo deste total 15% representativo da população negra, segundo dados oficiais¹⁹³, os quilombos contemporâneos estão presentes no meio urbano e rural. Existem atualmente cerca de 220 comunidades¹⁹⁴, observando que este é um número crescente, sendo que a maioria ainda não possui reconhecimento oficial como comunidade quilombola e somente o Quilombo da Família Silva (Porto Alegre) – por

193 Dados elaborados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

194 Segundo levantamento do Projeto Geografia Afro-Brasileira da UNB em 2005.

sinal o primeiro quilombo urbano do país – está mais próximo de receber o título de posse em face do ato legal de desapropriação da área em favor da comunidade.

Entre as que já obtiveram o reconhecimento legal, mas ainda carecem do título definitivo de posse, estão comunidades tidas como referência nos pleitos sulinos, algumas delas situadas na região metropolitana de Porto Alegre como demonstra a tabela abaixo:

Cidade	Nome da Comunidade Quilombola	Certidão da FCP ¹⁹⁵	Possui estudo do INCRA
Gravataí	Manoel Barbosa	Sim	Sim
Gravataí/Taquara	Santa Cruz do Paredão	Não	Não
Viamão	Barragem/Anastácia	Não	Não
Viamão	Cantão das Lombas	Sim	Não
Viamão	Quilombo das Botinhas	Não	Não
Porto Alegre	Alpes	Sim	Previsto para 2007
Porto Alegre	Família Silva	Sim	Sim
Porto Alegre	Areal da Baronesa/ Luiz Guaranha	Sim	Em execução
Portão	Macaco Branco	Não	Não
Canoas	Chácara das Rosas	Sim	Em execução

É dentro deste cenário e enredo local que as comunidades reivindicam seus direitos e enfrentam interesses contrários, relativos a especulação imobiliária, expropriação de recursos naturais, bem como entraves e morosidade de órgãos do poder público, além do ainda incipiente acesso a políticas públicas de geração de renda, saúde, etc. Essas comunidades tem, assim, protagonizado trajetórias de luta e resistência pelo reconhecimento como territórios negros. Atualmente, diversas comunidades negras (urbanas e rurais) vêm sendo apontadas como territórios de remanescentes de escravos na região metropolitana de Porto Alegre, algumas delas são referendadas em estudos acadêmicos que visam dar conta dessa demanda social¹⁹⁶.

A constituição e permanência destas comunidades nas terras herdadas de avós e bisavós escravos atestam a importância desta etnia na formação histórica das localidades onde estão situadas. Pesquisas recentes, desenvolvidas especialmente na academia, tem buscado desvelar este passado, trazendo à tona histórias por muito tempo não contempladas nos livros de história.

195 Fundação Cultural Palmares, subordinada ao Ministério da Cultura (<http://www.palmares.gov.br/>).

196 Os antropólogos Carvalho (2003), Marques (2006) e Rodrigues (2006), estudaram, respectivamente, as comunidades Chácara das Rosas (Canoas), Areal da Baronesa (Porto Alegre) e Quilombo da Anastácia (Viamão).

Estes trabalhos revelam que os municípios que conformam as redondezas da cidade de Canoas – muitos dos quais possuem comunidades quilombolas atualmente – tiveram uma significativa presença de negros escravizados em suas formações históricas, como por exemplo São Sebastião do Caí, Portão, Montenegro, Esteio, Sapucaia, Cachoeirinha, São Leopoldo e Porto Alegre¹⁹⁷.

A esse respeito, o relato de Seu Antônio Barbosa sobre sua experiência de vida é revelador. Antônio residiu em Novo Hamburgo antes de se casar com Noemi e ir viver na Chácara das Rosas. Tendo participado de festas em clube voltado para a comunidade negra – o Cruzeiro do Sul – refere-se ao público destes momentos de sociabilidade:

Antônio – O que dava de preto ali em Novo Hamburgo, e tudo na volta, em Rolante, Taquara, Igrejinha, Sapiranga, o mais longe de lá era (?), o resto era tudo vizinho de Novo Hamburgo, São Leopoldo, ali da rodinha.

Este depoimento revela a articulação de uma comunidade negra que, mesmo vivendo em diferentes cidades, se organizava em função de interesses não só lúdicos – bailes, futebol – mas também a partir de laços de solidariedade referentes a outros aspectos da vida. É o que veremos adiante.

3.3- Redes de sociabilidade negra

O enfoque na perspectiva das relações tecidas no cotidiano nos traz os vínculos estreitados no espaço das relações familiares como uma rede relacional com representações coletivas que o caracterizam e atribuem-lhe significados e reconhecimento, tal como nos sugere D'Adesky (2001: 54).

Por isso, ao revisitarmos o que a memória coletiva aciona como fio condutor da dinâmica social do grupo, descortina-se lembranças, no sentido daquilo que marca e que para Halbwachs (1968) são as vivências representativas, ou seja, *uma reconstrução do*

197 Estas localidades citadas faziam limite territorial com Canoas no ano de sua emancipação, 1939 (Silva, 1978, p. 95). Alguns estudos acadêmicos desenvolvidos em diferentes programas de pós-graduação em História têm contribuído para desconstruir a invisibilidade histórica dos negros nestas áreas. A respeito da presença escrava no Vale do Caí temos a dissertação de mestrado de Cardoso (2005), abrangendo os atuais municípios de Portão, Montenegro, São Sebastião do Caí, Capela de Santana, Portão, São José do Hortêncio e Nova Santa Rita (antigo 4º Distrito de Canoas e, mais remotamente, 6º Distrito de São Sebastião do Caí). Sobre a presença negra em São Leopoldo, localidade que abrangia os municípios de Esteio e Sapucaia, existem os trabalhos de Oliveira (2006), Zubaran (1994), Charão (2002; 2004), Alves (2004) e Tramontini (2000). Entre os diversos trabalhos sobre escravidão em Porto Alegre, destaque para a tese de doutorado de Moreira (2003).

passado com a ajuda de dados emprestados do presente. O lembrar dos interlocutores evoca toda uma gama de exercícios de sociabilidade. Nesse sentido cumpre destacar o papel que esses eventos festivos consagram na construção da alteridade desse espaço:

(...) São as grandes festividades na comunidade que inscrevem a memória coletiva nos corpos. No ritual festivo, tanto nos profanos como nos religiosos, a cadência ritmada dos corpos compassa a liberdade de se possuir um território para percorrer, ocupar e dançar (...) É por essa história incorporada através dos rituais festivos que a unidade da comunidade se faz território. (Gomes dos Anjos & Almeida, 2003, p. 56).

Essas festividades e outras práticas cotidianas da população negra de Canoas, especialmente da Chácara das Rosas e seu entorno, constituem as redes de sociabilidade negra que envolve a participação em times de futebol, na igreja Nossa Senhora do Rosário, nas casas de religião de matriz afro-brasileira e nos clubes negros como entrelaçamentos do lúdico, da religiosidade e do pertencimento etno-racial.

3.3.1- Os Clubes Negros

Os relatos mais remotos dos quilombolas da Chácara das Rosas expressam uma sociabilidade intrafamiliar vivenciada pela comunidade, especialmente na casa de Dona Noemi, 55, neta de dona Rosa. Nos anos 60, ela residia com marido e filhos no bairro Chácara Barreto, sendo sua casa o local em que diversos membros da família costumavam se reunir todos os fins de semana para tocar e dançar, além de ser uma oportunidade que aproveitavam para vender caquis nos jogos de futebol realizados nas proximidades:

Noemi – O que eu mais lembro é quando a falecida vó, ela pegava um balaio de caqui, ela e o tio Tonho, no fim de semana e ia lá pra casa dançar.

Vera – Pra dançar?

Noemi – Tonho tocava cavaquinho, ela fazia bandinha, então o pai, meu pai (?) só pra fim de semana dar baile, era toda a zona, eu me lembro que (?) – risos –.

Vera – Isso lá Estância?

Noemi – Na Estância, ela saía daqui, depois já aproveitava e levavam um balaio de caqui pra vender no jogo – risos –.

Vera – Que jogo?

Noemi – num campo de futebol que tinha lá, então enchiam o balainho de caqui e levavam para vender e a vó todos fim de semana ia lá para dançar – risos-

Vera – Quem tocava?
 Noemi – Quando não era o tio Tonho com os rapazes, nós dançava sem.
 Vera – Quem eram os rapazes?
 Noemi – Era o Paulo, (?), o Valter, o (?), então tudo tinha instrumento, daí faziam bandinha.
 Vera – E eles eram de lá mesmo?
 Noemi – Eram tudo de lá, o tio Tonho tocava cavaquinho (?) todo fim de semana (?) e daí só vinham no domingo de noite, dançava...
 Vera – E era só vocês que participavam? E os vizinhos, como era?
 Noemi – Só nós.
 Vera – Só vocês?
 Noemi – Só nós.
 Vera – Só a família?
 Noemi – Só a família, minha vó ia todo sábado.¹⁹⁸

A esse respeito, o tio de Noemi, Antônio (Seu Tonho), recorda que:

Antônio – Era o Flor da Zona, era o galpão. Não, não porque naquela época ali eu me reunia com a turma, nós tava sempre, tipo um conjunto assim, uma banda.
 Vera – E onde vocês faziam isso, era lá na?
 Antônio – Na casa da Noemi, né?
 Vera – Na casa da Noemi, na Estância, e daí o salão de Flor da Zona.
 Antônio – Flor da Zona, quase todos os sábados nós tava lá. Era tipo um conjunto tinha violão, tinha pandeiro, tinha cavaco, tinha tudo, né? Tinha, até inclusive eu tenho o cavaco, (?), não, eu tenho, tenho, tenho, o cavaquinho às vezes eu toco.
 Vera – E isso era por causa do...
 Antônio – Eu tenho um banjo assim, tenho o banjo e tenho o cavaco, de vez em quando eu to fazendo um floreio, como diz o outro.

As reuniões familiares na casa de Dona Noemi originaram o salão Flor da Zona, o qual, apesar de não possuir o status de uma agremiação social, pode ser visto como um espaço de sociabilidade negra que os congregava na unidade familiar. Sobre Dona Noemi, um dado interessante é que esta foi, segundo suas palavras, “Rainha do Carnaval”, o que talvez também corrobore a sua fama de “festeira”. Ainda sobre o salão, nota-se a ligação simbólica expressa na nomeação como “Flor”, sendo o grupo de parentes pertencentes à Chácara das “Rosas”. Outros parentes, também se recordam das festas da família no salão Flor da Zona:

Glaci – (...) Eu e o meu marido a gente não era muito, de sair gostava mais de curtir festa com a família junto, e ainda minha cunhada (Noemi) era muito festeira gostava, então a gente ia pra lá fazer festa.
 Vera – Onde era essa festa da família?
 Glaci – Da minha cunhada (Noemi)? Em casa.
 Vera – Em casa?
 Glaci – Em casa, hãhã.

198 Entrevista realizada com Noemi Antunes Pinto e Antônio Barbosa, no dia 08/05/06, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Vera – Era festa de quê? De aniversário?

Glaci – Era aniversário, tudo a gente tava comemorando, tudo junto.¹⁹⁹

As falas sobre o salão Flor da Zona em que se estava “comemorando tudo junto”, ressaltam a importância desse espaço de vivência da interação familiar, o qual reforça os laços de identidade e parentesco. A partir do “Flor da Zona”, outros espaços de sociabilidade se configurarão na trajetória da comunidade.

Quando a sociabilidade extrapola o núcleo familiar e engloba a interação com o “outro”, evidenciam-se a fronteira que relativiza os papéis sociais, as normas, condutas e olhares de acordo com o pertencimento etno-racial, conforme se verifica em relação aos clubes negros e a vida social na cidade de Canoas.

A vida social da cidade de Canoas em meados do século XX refletia o segregacionismo racial vigente. Existia uma explícita discriminação racial no acesso aos espaços dos clubes, especialmente até a década de 1960 (Gayeski:79).

O *Clube Dezessete* era exclusivo para brancos. Fundado possivelmente na década de 1930, era um espaço de sociabilidade da elite. Os negros eram proibidos expressamente de adentrar as dependências da entidade, não sendo permitido “sequer que um homem negro tirasse uma mulher para danças, o ato era visto como uma afronta” (Gayeski:91). Segundo Bertoldo, neto de dona Castorina e vizinho por anos da Chácara das Rosas:

Bertoldo – Ali do lado dos bombeiros, naquele prédio ali era um salão, o apelido era: “Salão 17”, não me lembro bem porquê, mas era 17. E ali só entrava branco, preto não entrava e no salão do Máximo, só entrava preto, branco não entrava.

Vera – Isso o sr. acha lá pelos anos 60?

Bertoldo – Exatamente.

Vera – o sr. chegou a freqüentar alguma coisa?

B – O 17?

Vera – É.

Bertoldo – Sim, a gente passava na frente e olhava lá os bailes, mas não podia entrar.²⁰⁰

Já o *Esporte Clube Oriente*, recorrentemente citado na memória dos mais antigos canoenses, fora fundado na Chácara Barreto em 06/01/1932, sendo um dos clubes mais antigos da cidade. Era um clube social, com atividades voltadas para o esporte, especialmente o futebol masculino e o vôlei feminino.

199 Entrevista realizada com Glaci Goulart, no dia 03/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

200 Entrevista realizada com Bertoldo Joaquim Silveira no dia 22/08/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Apesar de alguns relatos indicarem que o clube era aberto tanto a brancos como a negros, e que os momentos esportivos eram uma rara oportunidade de convívio étnico na cidade, revelam também que esta situação se restringia unicamente à esfera futebolística. Enquanto os brancos presidiam as funções burocrático-administrativas, aos negros era reservado espaço unicamente no time de futebol (Gayeski, 2005: 80) como indica o relato de seu Tonho, o qual afirma ter sido jogador de futebol no Clube Oriente:

Vinicius – Como é que era a vida aqui quando o sr. era pequeno? O que o sr. lembra?

Antônio – Olha, era melhor.

Vinicius – É.

Antônio – Melhor modo de dizer, porque cada um tem a sua infância, né? A mesma coisa é vocês, hoje em dia vocês tão vivendo, vocês podem dizer pra mim, são mais novo do que eu: “Bah, a vida é melhor pra mim!” Claro, (?)graças a Deus. Mas, eu vou dizer:”Era bom!”. Era muito bom, **eu joguei futebol muito tempo.**

Vera – Tinha time de futebol aqui?

Antônio – Tinha, o (?) Futebol Clube, nós disputava a segunda divisão. Até na esquina, não sei se vocês viram ali, o bar?

Vinicius – O armazém ali?

Antônio – Ali era a sede, e aqui prá frente não viram um pátio sujo ali assim?

Vinicius – Sim.

Antônio – É daquele pátio prá lá ia assim quase na, no Cristo Redentor ali (?). Nós esperava time grande ali, o Canário de Viamão, joguemo até contra os Canários de Viamão. Canário de Viamão tinha, acho que ainda tem até hoje, não é? O Canário, Canarinho, o Canarinho de Viamão, um time muito bom, barbaridade! Até hoje ainda me lembro dele. O Quilombo você conhece? O Quilombo? Você é de Viamão também?

Vera – Eu queria perguntar pro sr. esse time de futebol, era um time de futebol do bairro que se reunia todo mundo ou era um time de futebol de vocês?

Antônio – Não, era do bairro.

Vera – Do bairro.

Antônio – das Graça... Futebol Clube.

Vera – Quem da família jogava no time?

Antônio – Eu jogava, joguei.

Vera – O sr. Jogou?

A – Joguei, muito tempo.

Vera – E o que mais o sr. lembra daquela época?

Antônio – **Eu lembro que eu passei pelo Oriente, joguei no Oriente, né? Clube do Oriente,** não sei se vocês viram um estádio?²⁰¹

201 Entrevista realizada com Glaci Goulart, no dia 03/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.



S. Clube Oriente em 1957. Fonte: Pfeil (1992)

Negros não podiam participar da direção do clube nem de bailes. Armando Würth, morador de Canoas que testemunhou momentos como esses, observa que uma situação dessas “vira ironia, o time de futebol pra ganhar podia jogar preto, mas se tivesse um baile do Cultural Canoense ou outros, não podia entrar”. O máximo permitido aos negros era assistir os bailes, sem dançar (Gayeski, 2005: 81-2).

Frente a este contexto de segregação racial, a comunidade negra da localidade se organizou na busca da construção de espaços de sociabilidade próprios²⁰².

Foi o caso do *Salão do Máximo Carvalho da Silva*²⁰³, também conhecido como *Sociedade Treze de Maio*. Este salão de baile congregava somente a etnia negra. A alusão em sua denominação à data de promulgação da abolição da escravidão é sugestiva o papel que esse espaço representava para os anseios de cidadania de seus membros. Máximo Carvalho era músico reconhecido na região, tocava não só para a comunidade negra, mas também para famílias e festas de brancos, bailes, casamentos, batizados, no cinema, etc. (Gayeski, 2005:84).

Não se sabe a data exata do seu surgimento deste salão, porém relatos apontam que suas atividades teriam começado na década de 1930 e atingido o ápice nas duas

202 No Rio Grande do Sul, estado com maior número de clubes de negros no Brasil segundo levantamento realizado pelo CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial), ocorreu o 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado na cidade de Santa Maria/RS. O encontro reuniu 53 (cinquenta e três) entidades sociais negras, dentre estas as sociedades Rui Barbosa e Castro Alves representando o município de Canoas/RS. Fonte: <http://clubesnegrosbr.blogspot.com/> acessado em 04/12/06.

203 É possível que este salão de baile tenha relação com o citado por Danilo Cogo em seu depoimento para livro sobre a história de Canoas. Cogo afirmou que na década de 1940 existia na atual rua Fioravante Milanez (antigo Beco do Pavão) “uma casa de diversão de um clube de morenos, que era baile quase todo fim de semana” (Penna, 2004, p. 28).

décadas seguintes. Considerado, por alguns, como o antecessor do Clube Castro Alves, estaria localizado na Chácara Barreto, na Rua XV de Novembro.

Dona Abrilina, moradora da Chácara das Rosas e filha do casal Rosa e João Generício, recorda ter sido freqüentadora destes bailes:

Vinicius – O seu esposo era aqui da região? A sra. conheceu ele aqui? Como foi? Em alguma festa, algum baile?
Abrilina – Não, foi num baile, num baile.
Vera – Olha o baile. E como foi esse baile?
Vinicius – Onde é que era esse baile?
Abrilina – Era pro lado aqui do Centro mesmo, era aqui pro lado do Centro mesmo o baile.
Vera – Era em algum salão, a sra. lembra?
Abrilina – Não era salão. Esses baile era até do Máximo.
Vera – Máximo?
Abrilina – É me lembro muito bem.
Vera – Como é que era?
Abrilina – Baile do Máximo, ele até já morreu.
Vera – A festa?
Abrilina – É.
Vera – E era baile, era baile só de moreno?
Abrilina – Era de moreno.
Vera – É? Só de moreno?
Abrilina – De moreno.²⁰⁴

Os bailes de “morenos” estão presentes na memória de diferentes gerações de famílias negras e vizinhas à Chácara das Rosas. É o caso dos descendentes de Dona Castorina, vizinha e amiga de Dona Rosa. Os relatos de seu neto, Bertoldo Joaquim Silveira, 50, reconstrói o panorama desses bailes de “morenos”:

Bertoldo – Ali do lado dos bombeiros, naquele prédio ali era um salão, o apelido era: “Salão Dezessete”, não me lembro bem porquê, mas era “Dezessete”. **E ali só entrava branco, preto não entrava e no salão do sr. Máximo, só entrava preto, branco não entrava.**
Vera – Isso o sr. acha lá pelos anos 60?
Bertoldo – Exatamente.
Vera – O sr. chegou a freqüentar alguma coisa?
Bertoldo – O “Dezessete”?
Vera – É.
Bertoldo – Sim, a gente passava na frente e olhava lá os bailes, mas não podia entrar.
Vera – Aí ia no Marcos?
Bertoldo – Os amigos da gente lá dentro, lá dançando, e vice-versa.²⁰⁵

204 Entrevista realizada com Maria Abrilina Generícia Pinto, no dia 09/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

205 Entrevista realizada com Bertoldo Joaquim Silveira no dia 22/08/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Bertoldo também recorda que a avó Castorina freqüentava estes espaços de sociabilidade:

Bertoldo – Isso, eles vinham, tanto a minha avó, quanto essa d. Abrilina vinham. Todo mundo ia lá no salão do Máximo.

Vinicius – onde é que era?

Bertoldo – Era aqui na 15 de Novembro, perto ali onde tem a Galeteria do Piatto Belo, Churrascaria ali.

Vera – Em que ano, o sr. tem idéia?

Bertoldo – O salão do Máximo eu acho que foi em 67, 65, por ai.

Vinicius – O sr. não chegou a pegar?

Bertoldo – Não, era muito pequeno.

Vinicius – Sabia que tinha?

Bertoldo – Sim, sabia que tinha. Até porque naquela época era rigoroso as coisas, menor não entrava, só de dia em baile infantil, carnaval essas coisas.

Já a *Sociedade Cultural e Beneficente Castro Alves*, conhecido como o mais antigo clube de negros da cidade ainda na ativa, foi fundada em 22/02/1959, também situada na Chácara Barreto. Com a criação deste espaço, parte dos negros vinculados ao Esporte Clube Oriente teriam migrado para o novo clube (Gayeski, 2005: 86). Originalmente, era proibida a participação de brancos em seus bailes:

Bertoldo – Sim, é fica próximo ao Castro Alves e próximo em direção ao salão que era do Máximo esse. Ali nesse salão só entrava preto na época, porque ali, a distinção, a separação racial existe, a gente não lembra disso porque não é nascido [...].

Vinicius – No Castro o sr. chegou a participar?

Bertoldo – Sim, no Castro, eu me criei ali, me criei no Castro Alves.



Clube Castro Alves

Foto: livro de autoria de Etevaldo Silveira

O Castro Alves teria surgido a partir do fortalecimento de um outro grupo, o *União*, responsável pela organização de festas. O Castro realizava festas de debutantes, festas de gala e rodas de samba (Gayeski, 2005: 87). Teve também escola de samba e organizava bailes de carnaval (grupo carnavalesco *Os Tártaros*).



Castro Alves em 2005 – Fonte: Gayeski (2005)

Um outro clube fundado pela comunidade negra e ainda na ativa é a *Sociedade Cultural e Beneficente Rui Barbosa*, criada em 1968. Tem como origem o Castro Alves e a Sociedade Recreativa União Canoense, esta última criada em 28/06/1956, com o objetivo de “congregar os elementos de cor” residentes em Canoas (Gayeski, 2005: 87-8). O Rui Barbosa não era oficialmente restrito a negros, conforme de verifica no estatuto, mas na prática era espaço freqüentado primordialmente por esta etnia.

Tanto o Castro Alves como o Rui Barbosa desenvolviam atividades beneficentes de auxílio a sócios com problemas ou dificuldades. O primeiro prestava “auxílio aos que precisavam (...) através de campanhas de alimentos e roupas”, enquanto o segundo “atendia os sócios com problemas de saúde e sem condições de financiar tratamentos médicos” (Gayeski: 87-88).



Rui Barbosa em 2005 – Fonte: Gayeski (2005)

Apesar dessa cultura da segregação – realidade que não se restringia ao município, como atesta a existência, por exemplo, de diversos centros de tradições gaúchas criados por negros impedidos de participar dos espaços já existentes²⁰⁶ – a presença da etnia negra se fazia presente em alguns momentos da sociabilidade branca de Canoas. Ao rememorem as festas do salão Waldhof, cujo proprietário era de origem alemã, alguns antigos moradores de Canoas afirmam que o músico negro Máximo Carvalho da Silva era o responsável pela animação, tocando seu “bandônion” (Gayeski, 2005: 75-77). Sua própria filha atestou que ele era o músico da época, animando diferentes eventos da cidade, inclusive os promovidos pela burguesia (Gayeski, 2005: 84).

Segundo Seu Tonho, filho de Rosa:

Antônio – Era racismo que eu vou te dizer uma coisa! Aqui no Castro Alves, não sei se vocês já ouviram falar do Castro Alves na Chácara Barreto? Era só de moreno, agora você vai ali, você olha lá chega na janela ou chega na porta é uma misturada.²⁰⁷

206 A título de exemplo, citamos o CTG Clareira na Mata, de Caçapava do Sul, e o CTG Negrinho do Pastoreio, de Piratini.

207 Entrevista realizada com Antônio de Jesus (Seu Tonho) e sua esposa Diolina Macedo de Jesus, no dia 09/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.



**O músico Máximo Carvalho (esquerda)
Década de 1940. Fonte: Gayeski (2005, p.66)**

Os moradores da Chácara das Rosas participavam também de outros momentos em que a comunidade negra da cidade estava congregada, como é o caso do carnaval:

Antônio – É, eu iniciei na Escola de Samba também, em 1964, 63, 64, quando eu saía na Escola de Samba também que eu era da Escola de Samba em 63, 64, 62, por aí, na época eu tinha uns 15 anos, 16, 17, 18 anos eu era da Escola de Samba. Naquela época não era, a Escola de Samba não era Castro Alves, era União da Zona, então a Escola de Samba era chamada, como é que se diz? Era os Boêmios da Madrugada.

Vera – Boêmios da Madrugada era o bloco ou era o nome da Escola?

Antônio – Era o nome da Escola de Samba do Castro Alves, antes, antes do Castro Alves.

Vera – União da Zona o quê que era?

Antônio – Era o salão.

Vera – Ah.

Antônio – O salão União da Zona, ainda tem até hoje ali o salão, na frente do super mercado pra cima assim, ainda passei, foi ontem, ontem eu sai e fui pra lá, não foi?

Diolinda – Acho que foi.

Antônio – Passei bem na frente e tava olhando: “ Mas que barbaridade!”. Era o União da Zona nesse salão.²⁰⁸

Muitos destes espaços sociais e eventos eram oportunidades para congregação não somente dos residentes em Canoas, mas também para a articulação de redes de sociabilidade mais amplas, envolvendo clubes e sociedades de outras cidades:

208 Entrevista realizada com Antônio de Jesus (Seu Tonho) e sua esposa Diolina Macedo de Jesus, no dia 09/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Vinicius – E esses desfiles, como é que era a Escola de Samba? Onde é que saía?

Antônio – Saía, vinha aqui na frente, seguidamente nós ia (?), ia pra Campo Bom, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio. A gente visitava tudo que era Sociedade, Viamão.

Vinicius – Visitava as outras Sociedades?

Antônio – As outras Sociedades, eu ia junto, sempre acompanhava.

Vinicius – Não te lembra o nome das outras Sociedades, alguma?

Antônio – Tinha *O Guarani* aqui em Canoas, Escola de Samba *O Guarani*, tinha *O Guarani*. Tu te lembra do Guarani, não te lembra?

Diolinda – Me lembro.

Antônio – Tinha o Itaí, o Itaí não tinha?

Diolinda – tinha o Itaí, o Guarani.

Vinicius – Era só de moreno também?

Antônio – Só de moreno. Tinha o Itaí o Guarani.

Vinicius – Em Esteio o sr. falou que tinha também.

Antônio – Esteio, eu não me lembro como é que era a Escola de Samba lá, a Sociedade de Esteio, eu só sei de São Leopoldo, parece que é em São Leopoldo, a Gauchinha, Salão Gauchinha, de São Leopoldo. Não sei se vocês já ouviram falar?

Vinicius – Já ouvi falar.

Antônio – To um pouco bem lembrado é Gauchinha.

Vinicius – E Cruzeiro, em Novo Hamburgo.

Antônio – Cruzeiro? Tem a Sociedade Cruzeiro?

Vinicius – Tem na, perto da BR 116, né? Na rua Osvaldo Cruz, eu acho.

Antônio – É em São Leopoldo ou Novo Hamburgo?

Vinicius – Em Novo Hamburgo.

Antônio – Em Novo Hamburgo, não, não. Não sei a gente passou por muitas, Gravataí nós ia também, na Sociedade de Gravataí [...]²⁰⁹

Uma diversidade de bailes de negros eram realizados em Gravataí pelo menos desde a década de 1930, quando Canoas ainda era distrito desta cidade. Um destes bailes era realizado no salão do preto Abílio Espíndola, localizado na região do Passo dos Ferreiros, próximo a atual Avenida Centenário. Abílio possuía “uma sala ampla e ali fazia bailes com a participação somente de negros; brancos podiam visitar, mas não dançar” (Costa, 1990: 197).

A mesma autora cita a ocorrência de bailes de negros nos fundos da Escola Dom Feliciano, onde hoje existem edifícios, os quais eram “famosos pela presença de bandas”. No bairro Passo das Pedras, ao lado de uma figueira, teria existido um salão que era alugado por famílias de negros para realização de bailes. Costa (1990) também se refere aos bailes no Maracanã (Baile do Zira), Rincão de São João (Baile do Juvenal, freqüentado principalmente pelos negros de Taquara e Santo Antônio da Patrulha), Glorinha (Sanção do João Rita), Passo da Caveira (Baile da Tia Biloca), Morungava.

209 Entrevista realizada com Antônio de Jesus (Seu Tonho) e sua esposa Diolina Macedo de Jesus, no dia 09/05/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Nas festas realizadas nas igrejas havia separação entre negros e brancos: os bailes para os negros ocorriam na sexta, e para os brancos no sábado. Posteriormente, “a mesma banda tocava para os negros e brancos, porém os salões eram separados por uma meia parede, ou por sarrafos” (Costa, 1990: 197).

Nos clubes negros vizinhos as regras de convívio social eram similares aos clubes negros de Canoas. Embora, “até branco” pudesse comparecer em algum deles, percebe-se que isto era um fato anormal, evidenciando assim a delimitação da sociabilidade pelo pertencimento etno-racial:

Vinicius – Esses Clubes: o Cruzeiro e os Marujos, o sr. chegou a participar?
Ou o sr. ia?
Antônio – Ia, de vez em quando eu ia.
Vinicius – O que o sr. fazia lá?
Antônio – Eu só não fui sócio.
Vinicius – Mas o que eles faziam? Era festa?
Antônio – Era festa, time de futebol.
Vinicius – Time de futebol?
Antônio – É, era baile, aniversário, casamento, era Clube, né?
Vinicius – Sim, sim.
Antônio – Era tudo da (?) ali.
Vinicius – Já ouvi falar.
Antônio – **Até os branco iam jogar um futebolzinho, se divertir.**
Vinicius – Sim. E lá em Novo Hamburgo, o sr. chegou a conhecer o Clube Cruzeiro?
Antônio – Cruzeiro, ah conheci.
Vinicius – Conheceu?
Antônio – Lá na Osvaldo Cruz, né?
Vinicius – Acho que é.
Antônio – É, tem o Cruzeiro, tem os Marujos, né?
Vinicius – Os Marujos eu não conhecia.
Antônio – É, tinha os Marujos.
Vinicius – Era Clube também só de preto, ou não?
Antônio – **No Cruzeiro não entrava branco**, era naquela rua vindo, no fim daquela rua que morava o meu mano, esse que me trouxe pra cá.²¹⁰

Para além dos bailes, outro momento festivo que ocorria todos os anos era a procissão em referência à abolição da escravidão. A esse respeito, a neta do músico Máximo Carvalho da Silva, de nome Marlene Bertoldo, relata que o envolvimento da Sociedade Treze de Maio com este evento, no qual comparecia inclusive uma banda de Novo Hamburgo:

210 Entrevista realizada com Antônio Barbosa, no dia 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

[...] para rezar missa para a Princesa Isabel. Para aquela missa vinha tudo que era negro e preto velho [...]. Vinha aquela procissão de negros, com o estandarte e a banda tocando”. (*apud* Gayeski, 2005:85).

Marlene continua seu relato afirmando que tal procissão:

[...] Parava o movimento da rua, paravam os carros, toda aquela burguesia da Santos Ferreira saía para ver a negrada passar. Mas era negro de tudo quanto era jeito, uns negros bem velhos do tempo dos escravos, todos acompanhados pela banda [...]. Era uma festa tradicional, levou anos essa festa.

À noite, após o término da cerimônia, todos participantes iam com seus familiares para o salão do Máximo dançar (Gayeski, 2005: 85). Marlene manifesta-se ainda quanto a invisibilidade do negro na história:

“Mas na realidade quem constrói a História, quem leva adiante o progresso que põe a sua força é operariado ou os escravos na época da escravidão... Para mim esses é que fazem a História, mas são os que nunca aparecem nela (...) o pobre, o operário, o escravo, o preto”.

Recentemente, ocorreu no Rio Grande do Sul “I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras do Brasil”. Um fator significativo para a escolha deste estado como sede do evento é o mesmo possuir historicamente a maior quantidade de sociedades com estas características no país. O Encontro “teve 67 Clubes Sociais Negros cadastrados - 53 clubes do Rio Grande do Sul e 14 clubes de outros estados (Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro)”. A *Sociedade Castro Alves* e a *Sociedade Rui Barbosa*, de Canoas, estiveram presentes²¹¹.

As redes de sociabilidade, expressas até aqui nas festividades dos clubes negros, vão trafegar do profano ao sagrado, por ocasião das manifestações de devoção à Nossa Senhora do Rosário, conforme veremos no tópico seguinte.

3.3.2- A Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Em relatos sobre sociabilidade e religiosidade negra em Canoas/Gravataí encontram-se referências sobre o culto a Nossa Senhora do Rosário, como no caso de

211 Fonte: <http://clubesnegrosbr.blogspot.com/>

uma moradora de 78 anos desta última localidade, que enfatiza na sua fala que somente nas festas do Rosário os negros participavam como festeiros, sendo que nas demais podiam estar apenas na qualidade de devotos comuns:

Vera – Então, dona Maria, a senhora estava falando sobre as festas no Barro Vermelho, onde? Era na casa de alguma família?
M^a Augustinha – Não, não foi baile. Era na festa da igreja do Barro Vermeio.
Vera – Que igreja era essa?
M^a Augustinha – São José.
Vera – Então, era uma festa em homenagem ao santo.
M^a Augustinha – É... São José. Acho que era São José, porque essa aqui do parque... é a do Morada Gaúcha, é Santo Antônio... São José, sim, é São José que sempre fazem a festa, às vezes cai no dia, outras não cai!
Vera – **E essa festa de São José, era uma festa que todos faziam e...?**
M^a Augustinha – **Não. Os morenos não metiam o bico!**
Vera – Não?
M^a Augustinha – Não. Era só os gringos.
Vera – Como vocês foram à festa, então?
M^a Augustinha – Não, festero era só os gringo. Agora, para ir a festa, **todo mundo ia... lá do Barro Vermeio, todo mundo ia, mas o festero era só os gringo.**
Vera – **O que era o festeiro? O que fazia? Era quem carregava o santo, organizava?**
M^a Augustinha – **Não, eles faziam a festa. Pra carregá o... carregá, assim, a bandeira, coisa assim, era os preto, era o falecido pai que carregava da igreja de Gravataí, a igreja do Barro Vermeio era ele que carregava, mas o festero era os outros.**
Vera – **E ele não podia ser festeiro se quisesse?**
M^a Augustinha – **No barro Vermeio, não. Ele só era festero no Gravataí.**
Vera – **Em Gravataí?**
M^a Augustinha – **Na Igreja do Rosário.**
Vera – Na Igreja do Rosário ele era festeiro?
M^a Augustinha – É. Ele era festero. Ele e meu padrinho.
Vera – Na de São José?
M^a Augustinha – Não. Na de São José era só os gringo
Vera – E quem não era festeiro era chamado de...
M^a Augustinha – É. Convidado, né... da festa.
(M^a Augustinha Fialho, 78 anos, Gravataí)²¹²

A festa religiosa aparece aqui recortada pelo lugar que cada um, “pretos” e “gringos”, ocupavam na vida social: ser “festeiro” ou “convidado”. Ainda que a devoção aos santos fosse única, há uma percepção da diferença que demarca simbolicamente a interdição racial.

Em relação a Canoas, a qual como vimos já foi distrito de Gravataí, essa interdição revela-se no silêncio, por desconhecimento ou irrelevância, sobre a

212 Entrevista realizada com Maria Augustinha Fialho, 78 anos, cuja família foi moradora vizinha da Comunidade de Manoel Barbosa, em 19/07/05 por Vera Rodrigues.

participação negra na construção da capela que deu origem a atual igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na rua Duque de Caxias, bem próxima da Chácara das Rosas.



**Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Canoas
Fotografia de Vera Regina da Silva – Outubro 2006.**

Na história desta Igreja registra-se que no terreno que hoje abriga o prédio de alvenaria, já existiu uma capela simples de madeira, que teve na devoção de Dona Rosa e Castorina uma interessante contribuição, conforme relatam os descendentes de Dona Castorina:

Etevaldo – Católicos. Eles eram católicos, inclusive a minha mãe, aquela igreja que tem ali na, no alto da [rua] Duque de Caxias, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. **Foi nessa época, quando eu era criança, eu me lembro, eram organizadas as festas de Nossa Senhora do Rosário e quem fazia, quem organizava as festas era a minha mãe [Dona Castorina].** O Pe. Leão que eu vim a conhecer, foi o Pe. que me casou até. Então por essa época, ela organizava as festas, então ela sempre teve vontade de ter uma capela, ela falava pro Pe. Leão: “Nós temos que construir uma capela pra Igreja.” Então sempre iam fazendo as festas, fazendo as festas e nunca que saía a igreja e ela sempre falava que o objetivo dela das festas era esse,

inclusive quando o Pe. Leão, que era época de organizar as festas ele procurava ela, ele procurava ela e “D. Castorina, temos que fazer a festa!”. **Que as festas eram organizadas por essas pessoas de cor, só pessoas de cor que organizavam as festas, era essa festa da Rosário.** Então a minha mãe que ficava encarregada de conseguir aqueles pretos amigo dela pra fazer parte, muitos até eram meio reservados, ficavam com vergonha, ela conseguia muitos para serem festeiros.

Vera – Festeiros.

Etevaldo – Ela conseguia. **E às vezes eu me lembro, isso aconteceu mais de uma vez, ela foi festeira várias vezes, ela e o meu pai.** Aconteceu uma vez, dela convidar um, conseguir um preto pra ser festeiro, ela arrumou e na hora o festeiro não quis ser, decerto se envergonhou, sei ou lá, o pessoal era muito tímido naquela época, principalmente pessoas de cor eram mais assim.

(Etevaldo Silveira, 71 anos, filho de Dona Castorina)²¹³

Bertoldo – Aniversário da minha vó [Castorina]. **No aniversário dela eram convidados toda a vizinhança. Ela mais tarde, próximo a 70, ali por 67, 68 ela começou a se organizar com outras mães da redondeza pra fazer uma capela, que é a capela Nossa Senhora do Rosário, que tem ali pertinho.**

Vera – Aaahh.

Bertoldo – Não tem uma Igreja ali?

Vera – Tem.

Bertoldo – É, aí a minha avó ela fazia parte da Igreja Matriz, lá do Centro com o falecido e conhecidíssimo Pe. Leão de Canoas e daí ela começou a se movimentar pra fazer a capela aqui, porque achava muito longe pro pessoal atravessar tudo aqui pra ir na Igreja. Ou iam lá, ou iam na Nossa Senhora das Graças, que fica aqui em cima perto do hospital.

Vinicius – Não tinha a do Rosário?

Bertoldo – Não, não existia. Daí ela começou, tinha um terreno ali onde é a Igreja, um terreno da Prefeitura, aí a Prefeitura doou pra Igreja e eles começaram a fazer festas, essas coisas todas pra fundar a capela ali. Primeiramente a capela ficou aqui no Rancho Crioulo, no CTG que tem aqui. Não sei se vocês conhecem, nessa rua aqui tem um CTG, vai reto ali, passando a sinaleira, na curvinha, passou o INSS, um galpão grande, ali é o CTG Rancho Crioulo, a Igreja primeiro foi ali, aí quando eles estavam construindo lá, eles rezavam a missa ali. **A minha vó que fazia as coisas, organizava, ela e mais outras senhoras do bairro.**

Vera – **A d. Rosa participou disso?**

Bertoldo – **Participou, participou.**

Vinicius – **O nome o sr. não sabe quem escolheu, como escolheram?**

Bertoldo – **Como é que escolheram?**

Vinicius – **O nome da igreja.**

Bertoldo – **Foi a minha vó.**

Vinicius – **A sua vó?**

Bertoldo – **Foi a minha vó e mais outras senhoras que moravam lá também, não recorde o nome agora, que escolheram o nome: Nossa Senhora do Rosário. Que a minha vó era devota de Nossa Senhora do Rosário, ela que escolheu.**

(Bertoldo J. Silveira, 50, neto de Dona Castorina)²¹⁴

213 Entrevista realizada com Antônio Barbosa, no dia 08/09/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

214 Entrevista realizada com Antônio Barbosa, no dia 22/08/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Esses relatos que abrangem duas gerações são indicativos de uma sociabilidade, a partir da religiosidade que encontra na figura dos “festeiros” protagonizada por Dona Castorina e Rosa um elo comum de agregar “as pessoas de cor”. As festas organizadas para arrecadar fundos para a construção da igreja, até a escolha da santa a ser homenageada, demonstram a participação efetiva da comunidade negra da Chácara e seu entorno. O envolvimento familiar com a igreja perdurou ainda nas gerações seguintes, através de batismos e comunhões:

Vinicius – Eu queria saber como é que era na época que a sra. veio pra cá, dos clubes, das festas, pra se divertir o quê o pessoal fazia. O que a sra. se lembra?

Glaci – Olha, eu não ia a festas.

Vinicius – É? Mas a sra. devia ouvir falar.

Glaci – O marido dela era da Igreja, na Igreja lá do Centro.

Vinicius – Na Igreja do Centro.

Glaci – Não tinha essa igreja aqui, na época.

Vinicius – Sim.

Vera – Qual igreja que a sra. ta falando?

Glaci – Nós só tinha a principal, a Matriz.

Vinicius – No Centro.

Glaci – Essa aqui nós temos. Quantos anos mais ou menos tem agora essa aqui? Quantos anos nós temos a nossa igreja aqui Paulinho?

Paulo – Olha, a bastante tempo.

Glaci – Não, mas não tanto porque tu não fez a comunhão aqui.

Paulo – Fiz.

Glaci – Nessa igreja aqui?

Paulo – Fiz, era de madeira antes.

Glaci – Era de madeira, isso mesmo. Ele fez a comunhão ali. É, mas não tem 50 anos essa igreja.

Vera – Essa do Rosário, aqui?

Glaci – É. Essa nossa aqui não, ele fez a comunhão com 10, 11 anos, fez agora 42 anos e era de madeira. Olha, veja só não me lembrar que ele fez a primeira comunhão aqui esse guri!

(Glaci, 63, nora de Dona Rosa)²¹⁵.

Edson – (...) Eu fui fazer minha primeira comunhão, entrei pro grupo de jovens da Igreja, eu vivia entocado na Igreja, então não, acredito que não.

Vera – Igreja aqui do Rosário?

Edson – Nossa Senhora do Rosário. Era todos os dias, não tinha catequese, mas eu tava lá tonteando na frente Igreja! Meu Deus do céu! Bah!

(Edson Genelicio, 40, neto de Dona Rosa)²¹⁶

Atentando para o fator tempo, vemos que a atual igreja tem cerca de cinquenta anos, sendo que a capela de madeira que a antecedeu é contemporânea da igreja matriz

215 Entrevista realizada com Glaci Goulart, no dia 03/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

216 Entrevista realizada com Edson Genelicio, no dia 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

São Luiz, cuja construção iniciou-se em 1926 e foi concluída em 1931. Portanto, a capela de Nossa Senhora do Rosário foi construída na primeira metade do século XX. Durante esse tempo outras expressões de sociabilidade negra em torno da igreja foram ocorrendo, como é o caso da trajetória de Sebastião Coelho, conhecido popularmente como Bastião.

Este negro viveu durante muitos anos em uma pequena morada aos fundos da Igreja Matriz de Canoas. Nascido em Torres, filho da escrava Serafina, Bastião morreu em 04/05/1958 com cerca de 100 anos de idade. Era descrito como um tipo místico e católico:

[...] o preto Bastião morreu com fama de santo, e um número considerável de pessoas atribuem a ele manifestações milagrosas, inclusive curas. Seu túmulo, no cemitério da Chácara Barreto, é local de atos piedosos e de fé. (Silva, 1978: 131)



Bastião - Fonte: Finkler (2006).

Não apenas de religiosidade cristã era constituída a sociabilidade negra da região, mas também temos nas chamadas “casas de religião” um outro foco de constituição de redes sociais, conforme veremos a seguir.

3.3.3 - As casas de religião

A partir dos relatos sobre a Casa de Nação comandada por Edson Genelicio (Liege de Ogum), fica-se sabendo da existência de outras casas tidas como referenciais antigos da religião de matriz afro-brasileira em Canoas:

Vera – onde se localizavam? Pra gente tentar entender onde estavam as casas de religião aqui em Canoas.

Edson – Geralmente eram em Niterói.

Vera – Niterói?

Edson – Depois que começou o bairro **Guajuviras**. Que tinha bastante ra no bairro Niterói, que eu me recordo, assim que a gente ia, era no **Niterói**.

Vera – Quais eram os pais e mãe de Santos daquelas casas, lembra alguns nomes?

Edson – Lembro, era a Pires da Iansã, que chamavam a, era o Pavão Sete Penas também. A gente ia pra essa da Pires, e lá onde é minha mãe de santo mesmo, a minha mãe Dora, que a (?) quer ir um dia na mãe Dora, não consegui ainda marcar com as gurias, que a mãe Dora ta com 88 anos, enfim ela faz serviço pra mim, em troca lá eu vou pro chão. Claro vir aqui matar pra mim ela não vem, mas daí as gurias vêm as filhas de santo dela, sobrinhas e filhas carnal, ficam me assessorando e eu faço. Eu governo a minha casa, mas não deixo nunca de ir lá na casa dela pra fazer um determinado trabalho, daí ela trabalha. Também era em Niterói a Mãe Dora.

Vera – Mãe Dora?

Edson – Dora de Ogum, essa que já é falecida a falecida Pires, tinha o Luisinho da Oxum que era aqui da Niterói, na entrada da Niterói, que eu freqüentava também na época.

Edson relata que começou a freqüentar as casas de religião juntamente com seus parentes, o que denota uma circularidade entre as casas localizadas nos bairros Niterói, Guajuviras, Chácara Barreto e Marechal Rondon. Essa circularidade se reflete nos fiéis que hoje freqüentam a casa de Nação na chácara das Rosas:

Vera – Como é o nome da tua Casa?

Edson – Reino do Pai Ogum.

Vera – E como tu é conhecido?

Edson – Liege de Ogum.

Vera – Liege de Ogum. Então, tu começa a ter a tua Casa aqui, a uns 18, 19 anos, a tua clientela é basicamente o pessoal aqui do bairro ou tu também atraí pessoas de outras?

Edson – Não, não são daqui. **Daqui de perto são muito poucos. É assim as pessoas, tem um que vem lá de vez em quando, tem gente que eu penso que nem tão mais vivo, de repente aparece, que eu tinha até me esquecido, quando vê aparecem. E têm aqueles fiéis aqueles que ficam mesmo, que tu pode contar pra toda hora.**

Outro dado interessante diz respeito ao fato de que Dona Rosa também mantinha relações de amizade com uma mãe-de-santo da Rua Santos Dumont, tendo inclusive ido visitá-la pouco antes de falecer:

Vera – Quando tu começaste, tu ia com parentes, né? Nas outras casas, tu te lembra quais eram essas casas aqui em Canoas que tu começou a ir?

Edson – Tinha bastante, nós ia naquela rua lá da base aérea, lá na Santos Dumont. Tinha uma amiga dela, até foi a última vez que ela visitou foi essa amiga, daí ela faleceu, depois que ela foi visitar essa amiga (...). Se tu vai aqui, todo mundo vai lembrar dela. É que muita gente agora é falecida, até que a gente foi a Sapucaia, na d. Vilma nós ia, não era a Vilma, era a mãe da Vilma ainda, ih!

Vera – Algumas dessas casas ainda existem?

Edson L – Existem mas não é mais das mesmas pessoas.

Vinicius – E casa de religião que tu ia aqui em Canoas visitar?

Edson – Antigamente? Não, já faleceu, já fechou. Já faleceu que o pessoal daqui ia já faleceu, a finada Pires, o Luisinho, tudo já faleceu, tudo já faleceu.

O conhecimento travado entre Dona Rosa e a amiga da casa de religião da Santos Dumont demonstra que, geracionalmente, foi sendo tecida uma sociabilidade entre a população negra local. A exemplo dos clubes negros e festas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em que se estreitavam os vínculos sociais, o mesmo ocorria também ao frequentarem as casas de religião:

Edson – **Tu vem a conhecer porque a gente visita as casas, quando tem esses batuques a gente conhece as pessoas e geralmente nesses batuques que têm muitos filhos que mudam de casa e mudam de Pai de Santo e assim vai indo.** Mas mudar é uma coisa, mas largar, ai eu acho bem, eles largam mesmo. Mas eu acredito que esses quilombolas, conheceram essas mesmas coisas, essas questões, porque a religião tem uma tradição, ela é muito bonita!

Embora as casas de religião mais antigas não existam mais, bem como seus pais e mães-de-santo, permanece atuante uma dinâmica social exercida na Casa de Nação “Reino do Pai Ogum” que se atualiza na resistência cotidiana de seus vínculos sócio-históricos e na organização social que analisaremos no capítulo seguinte.

Cap. 4 - A organização social: entre herdeiros e parentes

O objeto de nossa análise neste último capítulo é a organização social dos moradores da Chácara das Rosas, através das relações de parentesco que os constituem enquanto um grupo familiar. Essas relações se dão no plano da interação entre estes indivíduos unidos por laços de filiação (descendência consangüínea) e alianças (uniões conjugais) que assumem formas variadas como a distinção entre quem é **herdeiro** e quem é **parente**, trazendo implícito nessa lógica os direitos e deveres atribuídos a posição ocupada no território, bem como as dinâmicas de coesão social.

Ao falar em grupo familiar, estamos cientes de serem pessoas recriando seus vínculos e auto-atribuição que fazem de si, demonstrando situações heterogêneas em que, por exemplo, aliança e filiação podem não ser excludentes ou prevalecerem uma sobre a outra, mas estariam superpostas na teia das relações sociais que envolvem a Chácara. Isso ocorre, por exemplo, quando se verifica laços sociais fruto das uniões conjugais entre parentes da mesma família, especialmente primos, além das alianças com outras famílias negras da região.

O quadro familiar é visto assim, sob o prisma de trajetórias relacionais, ou seja, relações que ao perpassarem o componente étno-racial, são constituintes de laços comuns que dinamizam a organização social e existência dos grupos, os quais recriam tradições e fomentam coesão social, tal como nos aponta a abordagem de Jardim e Peters (2005) sobre casamento e recriação de tradições entre imigrantes palestinos no sul do Brasil.

São esses laços que, aparentemente, recriam lealdades que extrapolam limites conceituais de família para alcançarem uma expressão que abarca territórios como se revelam os laços de parentesco que une Barbosa (Gravataí) com Generício (Canoas), muito antes do atual pleito como comunidades quilombolas. Também, em relação à família dos “Bia”, como são conhecidos os membros do Quilombo Manuel Barbosa (Gravataí) há laços de conhecimento mútuo entre os mais velhos, bem como uniões conjugais entre as últimas gerações.

Nessa leitura da vida social, aproximam-se sujeitos e situações que vão dar o tom da lógica da organização social e familiar. Essa lógica comporta a noção de que a abordagem sobre família e parentesco deve ser significativa na exposição da construção dos laços sociais que engendram o processo de construção da identidade étnica. Para

isso, partimos de algumas genealogias que ilustram o parentesco e o entrelaçamento dos laços familiares e comunitários.

4.1- O parentesco: laços familiares e comunitários

A família é um grupo social regido pelo parentesco em que o binômio descendência e território engendra laços familiares e comunitários, ou como nos apontam Laburthe-Toira e Warnier (1997), uma solidariedade multifuncional, capaz de determinar casamentos, heranças, regulação de conflitos, cultos, etc.

Essa solidariedade, engendrada pelo parentesco, perdura na organização familiar, ainda que socioculturalmente a família em si modifique-se sem cessar ao longo do tempo. As modificações correntes podem ser compreendidas à luz da análise das diferentes realidades vividas por famílias diversas, como é o caso da que se originou na Chácara das Rosas.

O casal Rosa e João Generício formaram a dita família *nuclear*, a qual é composta por pai, mãe e filhos nascidos dessa união. Foi assim que na década de 1940 eles chegam a Canoas vindos da região do Barro Vermelho/Gravataí com os filhos: João (07), Maria do Carmo (09), Ignácia (11) e Maria Abrilina (14), estando dona Rosa grávida de um quarto filho. Sobre esse momento, dona Maria do Carmo, atualmente com 70 anos, nos relata:

Maria do Carmo – [...] Era uma Chácara boa mesmo! E quem conheceu, naquele tempo, como eu que vim com nove anos de Gravataí, eu me lembro de muitas coisas boas.

Vera – A senhora nasceu lá em Gravataí?

Maria do Carmo – Lá em Gravataí.

Vera - Barro Vermelho?

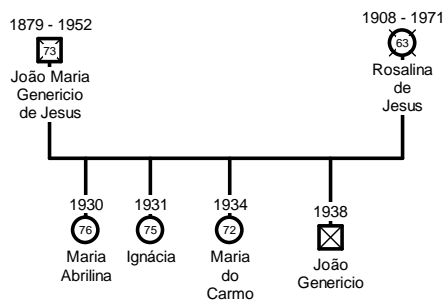
Maria do Carmo – Vim com nove anos morar aqui.

Vera – A senhora e seus irmãos nasceram lá no Barro Vermelho e vieram pra cá, ou só a senhora nasceu lá?

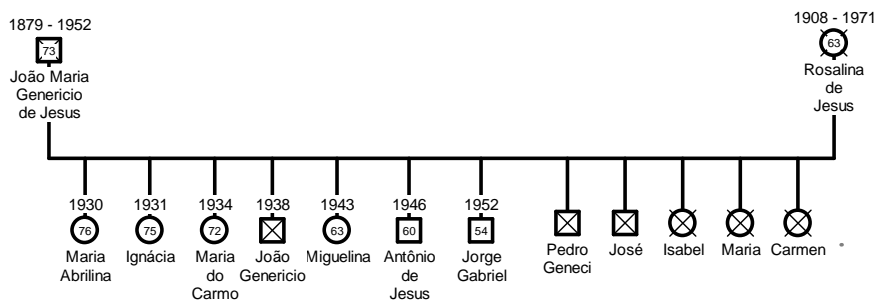
Maria do Carmo – Olha... a Abrilina, a Ignácia e eu nascemos lá em Gravataí. E os outros daqui. É... o Gabriel, a Miguelina e o Antoninho.²¹⁷

A genealogia abaixo nos demonstra a composição inicial da família por ocasião da vinda para Canoas:

217 Entrevista realizada com Maria do Carmo de Jesus, no dia 21/07/06 por Vera Rodrigues .

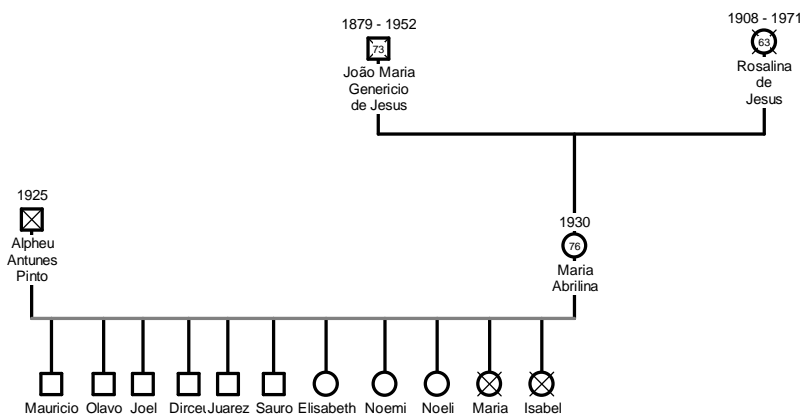


Os anos seguintes, na Chácara das Rosas, ampliam o núcleo familiar com o nascimento dos outros filhos do casal, em um total de doze crianças, sendo que atualmente seis já são falecidos.



A chegada da vida adulta para os filhos do casal fará com que, especialmente as mulheres, deixem momentaneamente o território em que nasceram e se criaram, para formar novos núcleos familiares, através do casamento.

Aqueles que permanecem, bem como aqueles que saem e retornam, marcam a constituição das alianças (uniões conjugais) que conformam uma família *extensa*, ou seja, uma rede familiar que interliga geracionalmente todos os indivíduos, conforme demonstram essas uniões. Apresentaremos a seguir a configuração dessas uniões. Iniciemos pelo casamento de Maria Abrilina e Alfheu A. Pinto, em 1948 na Igreja São Luiz em Canoas:



O jovem casal irá residir nas proximidades da Chácara das Rosas, em um local conhecido como Estância Velha, no bairro Chácara Barreto. Em relação ao Alfheu, sabe-se que este era negro, agricultor e morador de Canoas, sendo que os dois teriam se conhecido em um dos “bailes de morenos” ocorridos na região.

Dessa união resultam onze filhos, sendo que por ocasião do nascimento da filha Noemi, em 1951, o casal passa a residir na Chácara das Rosas, provavelmente motivados pela chegada dos primeiros filhos e a busca de apoio da rede familiar:



Maria Abrilina: Foto Vinicius Oliveira - 2006.

Atualmente, Dona Maria Abrilina, viúva, 76 anos, ainda vive na Chácara em companhia de alguns de seus filhos nascidos e criados no local:

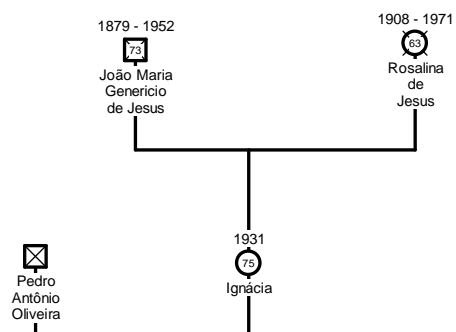
Noemi – Eu nasci aqui em Canoas, mas morava na Estância. O... não, foi com 2 mês, a minha mãe morava aqui perto, não morava na Chácara, morava aqui perto, quem morava na Chácara aqui era só a vó, depois que a mãe ganhou eu, aí a mãe veio pra cá, morar aqui. Aí depois eu fui crescendo, crescendo, aí casei, não aí arrumei um companheiro e me mudei, morei um

pouco na Estância, aí depois da Estância vim morar aqui, que é onde eu to até hoje.²¹⁸

Olavo – Eu nasci aqui, depois fui para Guafba aí voltei com vinte anos e não saí mais!²¹⁹

Nesta primeira união, nota-se que a organização social tem no vínculo familiar e territorial um elo que não deixa de existir, mesmo quando ocorrem afastamentos temporários como no caso de Maria Abrilina e seus filhos.

Essa marca da organização social também se faz presente no casamento seguinte, ocorrido naquele mesmo ano de 1948. Nesta ocasião, no mês de setembro, casa-se mais uma filha do casal João e Rosa. Trata-se de Ignácia Generício, a qual aos dezessete anos casa-se com o Pedro A. de Oliveira , operário, natural de Taquari.



Ignacia Genérico.

Reprodução de foto do acervo familiar.

218 Entrevista realizada com Noemi A. Pinto, no dia 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

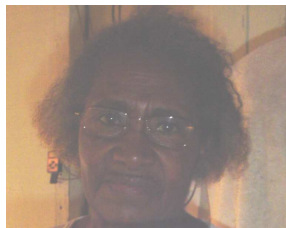
219 Entrevista realizada com Olavo A. Pinto, no dia 18/11/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Edson – (...) Foi quando essa minha tia de Viamão, que daí ela casou.
Vera – A d. Maria Inácia?
Edson – É, o marido dela tinha ali antigamente um negócio de café ali, café não sei o quê, trazer o café não sei do quê. E foi daí que ela começou a namorar ele, esse tio Pedro, daí ela casou e foi embora. Ai é o começo, mais ou menos o começo.
Vera – Começo do?
Edson – De eles terem, da Chácara aqui. Ela era grande quando veio pra cá, a mais velha, ela já era grande.
Vera – A d. Maria Inácia?
Edson – Hãhã. É que daí veio com 9 anos (Maria Abrilina) e a tia Inácia era mais velha, já tavam aqui quando ela foi namorar, decerto pra casar, antigamente era com 15, 16 anos, eles tavam aqui a 3, 4 anos a recém, acredito.²²⁰

No relato acima, verifica-se que este segundo casal se conhece nas proximidades da Chácara das Rosas. Inclusive, o “café” mencionado pelo depoente, provavelmente trate-se da empresa “Café Nacional”, na qual Rosa e os filhos trabalharam em serviços como limpeza e capina.

No entanto, o casal irá fixar residência na cidade de Viamão, pertencente a região metropolitana de Porto Alegre. Atualmente Ignácia está viúva e reside em Viamão com seus filhos. Já a terceira filha do casal João e Rosa, Maria do Carmo, une-se à Atílio Sanches, um uruguaio, que residia com seus familiares na vizinhança da Chácara:

Maria do Carmo – Olha, eu era uma menina, assim, de uns quatorze ano, comecei a gostar e aquele namorinho se foi, né! Aí depois, quando nós se encontramos mesmo, aí ele quis ir embora pra Santana do Livramento foi quando eu tive dezessete anos morando lá...²²¹



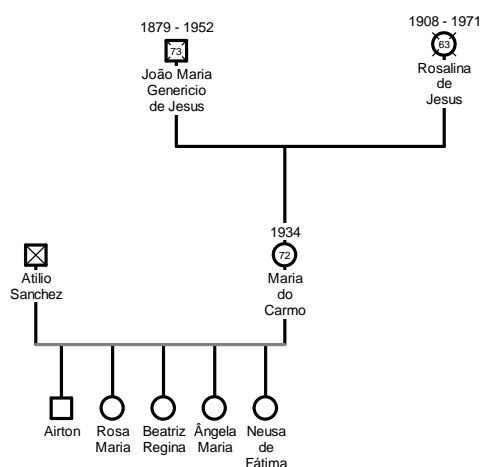
Maria do Carmo.

Foto: Vera Regina da Silva, 2006.

220 Entrevista realizada com Edson Generício, no dia 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

221 Entrevista realizada com Maria do Carmo de Jesus, no dia 21/07/06 por Vera Rodrigues.

O namoro que começa quando ela tinha quatorze anos irá perdurar até os vinte e cinco, quando então o casal decide-se pelo casamento e vai morar na cidade de Santana do Livramento, próximo à fronteira com o Uruguai e, portanto junto aos parentes do marido. Nota-se que neste e nas demais uniões, a motivação para deixar à Chácara das Rosas reside na formação das alianças conjugais que resultam em uma rede de ajuda mútua e cuidado com os parentes próximos resultantes desses arranjos matrimoniais.



Atualmente Dona Maria do Carmo, reside na Chácara das Rosas, ao lado das filhas Ângela, Beatriz e Neusa, bem como com a maior parte dos seus vinte e quatro netos e treze bisnetos. Depois do casamento das três filhas, Dona Rosa permanece na companhia de Miguelina, a qual, devido a queda em um poço, ainda na infância, fica com seqüelas neurológicas:



Miguelina Genericio.
Foto: Vera Rodrigues, 2006.

Bertoldo – A Miguelina, uma que é muda, ela ficou muda porque caiu no poço da minha vó.

Vera – Hummm.

Bertoldo – Era verão e parece que ela era pequena, ela se escorou num canto e tava meio seco o poço e ela se foi, e ela se segurou na corda e ela ficou muda, nunca mais falou.

Vera – E essa história, sabe quem tirou ela do poço?

Bertoldo – Eu não me lembro quem tirou, não me recordo. Sei que tiraram ela, um poço fundo.

Vera – Esse poço ainda existe?

Bertoldo – Existe.

Vera – Ta coberto, né?

Bertoldo – Existe, ta coberto.

Vera – Esse poço era perto da casa da?

Bertoldo – Era entre as duas casas.

Vera – Entre as duas casas?

Bertoldo – Entre a casa da minha vó (Castorina) e a casa da D. Abrilina.²²²

Edson - Ela [Rosa] fazia a vida dela normal, fazia comida, cuidava da tia Miguelina, desse meu tio que ta ai o tio Briel, que era mais novo, e a tia Miguelina tinha esses problemas. Claro a Capela, eu chamo ela de Capela, aprendeu bastante coisa com a mãe, a vó era daquele jeito: “Ah, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo.” A Miguelina hoje faz tudo, sabe? Tudo que a minha vó fazia por ela, na época.²²³

Glaci – A minha sogra participava de todas as procissões pela igreja. Agora eu não, ela ia.

Vera – Todas as procissões ela ia?

Glaci – Hãhã, ia.

Vera – Quem é que acompanhava era a D. Miguelina?

Glaci – É as duas, andavam sempre junto.

Vera – Sempre na procissão?

Glaci – Sempre andavam junto, enfiavam o braço as duas.²²⁴

O caso de Miguelina, 63 anos, ilustra que a rede familiar a inclui como um membro mesmo diante da adversidade que limitava suas possibilidades de inclusão no meio social externo. Na atualidade, ela convive na casa de sua cunhada, Glaci, na Chácara das Rosas, sendo cuidada por seus familiares e participando ativamente do cotidiano. Essa questão da acolhida é um marco importante na organização do grupo, pois veremos no tópico seguinte que é uma prática presente na formação dos laços familiares e comunitários.

Na continuidade dos fatos relativos ao parentesco, teremos dois momentos ocorridos no ano de 1952 em que os laços internos são simultaneamente fragilizados e

222 Entrevista realizada com Bertoldo J. da Silveira, no dia 08/09/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

223 Entrevista realizada com Edson Genericio, no dia 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

224 Entrevista realizada com Glaci Goulart, no dia 03/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

fortalecidos. A fragilidade se dá por ocasião da morte de João Generício, em abril daquele ano, relatada pelo seu filho Antonio de Jesus (Tonho):

Antônio – Ele saiu com a vaca “Baiana”, uma vaca bonita, holandesa, da Dona Carminha. A vaca correu, ele laçou a vaca, arrastou... Aí ele ficou cansado. Se sentou perto de um pé de cinamomo onde morreu... na rua. Ele estava caído, ensangüentado, o chapéu de lado...²²⁵

A família se reorganiza ao redor de Dona Rosa, a qual, por ocasião da morte do marido, tinha um filho recém-nascido, Jorge Gabriel. O tio “Briel” como os parentes o chamam, permanecerá na Chácara, mesmo depois de casado.

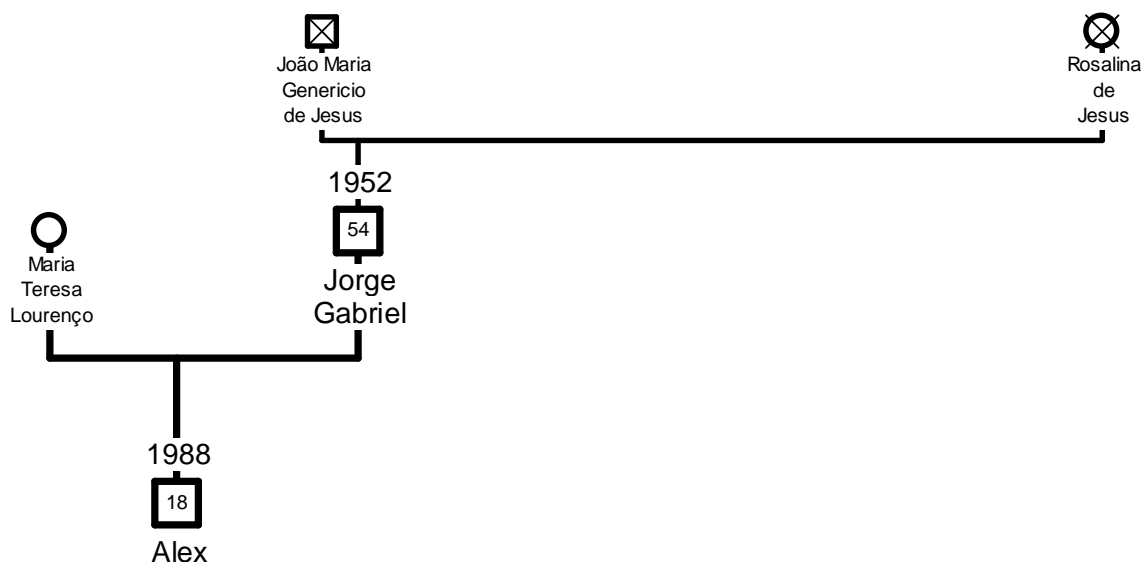
O casamento de Jorge Gabriel é interessante para a constituição dos arranjos familiares, pois ele casa com Maria Tereza Goulart, irmã de sua cunhada (Glaci Goulart) casada com seu irmão João dos Santos Generício²²⁶.



**Jorge Gabriel (esq.), Antônio (Tonho) e Sauro (dir.).
Foto: Vinicius Oliveira, 2006.**

225 Entrevista realizada com Antônio de Jesus, no dia 18/11/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

226 A grafia desse sobrenome alterna-se entre “Generício” e “Genelicio”, conforme documentos familiares.



Em 2004 Jorge Gabriel muda-se com a família para a cidade vizinha de Cachoeirinha, mas permanece ativamente presente na Chácara das Rosas, respeitado como um dos herdeiros e liderança local. Já seu irmão João Generício (falecido em 2004) irá permanecer na Chácara, conforme relata Edson Genelicio, sobrinho de Jorge Gabriel e filho de João Genelicio:

Vera – O que tu lembra da tua época de infância, por exemplo, daqui? Como é que era tua vida aqui com os teus pais?

Edson – Sempre muito bom, graças a Deus! Nós éramos, acredito que uma das famílias que os irmãos, não sei se porque era menos filhos, então a gente vivia melhor, eu acho. Que eu me lembro, ao meu ver era assim. Os outros eram muitos filhos, ai se tornava um pouco mais difícil do que pra nós. Mas, nós que nunca saímos daqui, porque os outros vieram depois, o único que não saiu daqui de perto da minha vó foi meu pai, e o tio Briel, que é o filho mais novo e a tia Miguêla que tem problema de cabeça. Os outros não, a minha infância era só nós e essa Chácara toda, depois que os filhos foram retornando.²²⁷

O caso de Antonio de Jesus (seu Tonho) enquadra-se naqueles que saíram, mas voltaram para a Chácara, em virtude do casamento. Em 1974, aos vinte oito anos, casa-se com Diolinda Macedo, natural de Rosário do Sul.

O casamento ocorre três anos após o falecimento de Dona Rosa, sendo que nesse período ele permanece na Chácara das Rosas ao lado da mãe e dos irmãos Jorge Gabriel, João Genelício e Miguêlina.

²²⁷ Entrevista realizada com Edson Genelicio, no dia 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.



Antonio de Jesus (Seu Tonho).

Foto: Vinicius Oliveira, 2006.

Após o casamento, o casal se muda para Santana do Livramento, onde residia Maria Abrilina (irmã do seu Tonho), sendo que depois migram para o país vizinho, Uruguai. O casal não teve filhos. No final dos anos 70 eles retornam à Chácara das Rosas, lá permanecendo até os dias de hoje.

Vera – O senhor se criou aqui?

Antonio – Me criei aqui.

Vera – O sr. nasceu aqui?

Antonio – É que eu sai, fui pro Uruguai, sai uns 4 anos, rapaz! Três anos, um pouco mais.

Vera – Que época foi isso?

Antonio - Foi em 71?

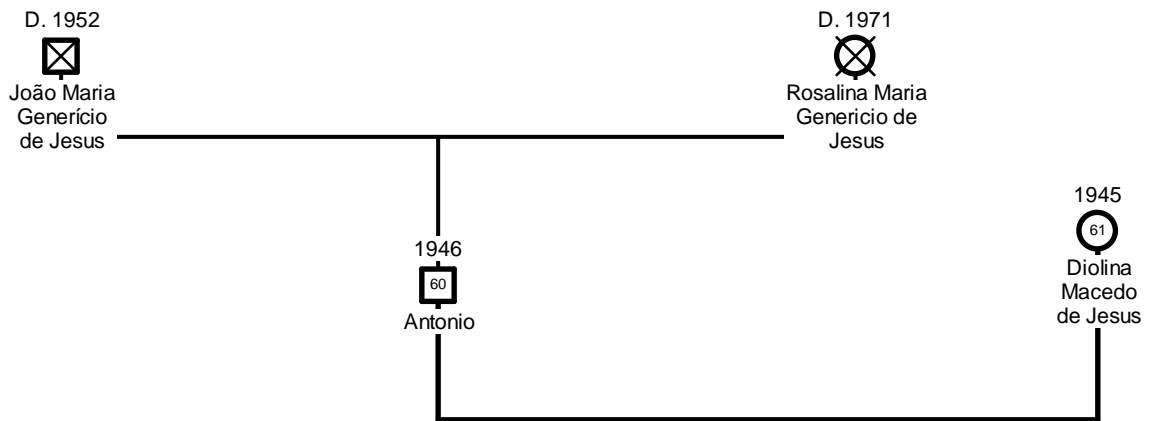
Diolinda – 71.

Antonio – 72? No fim de 71, 72, 73. É eu cheguei.

Diolinda – É, foi logo depois da morte da tua mãe.

Antonio – É, eu cheguei em 74. Quando eu vim nós tava lá na casa da Carminha, tava em Livramento no fim de, lá no no no, eu tava, parava sempre com ela lá em Livramento depois, depois eu (?)no Uruguai, né? No Uruguai trabalhando, trabalhava em lancheria no Uruguai.²²⁸

228 Entrevista realizada com Antonio de Jesus e Diolinda M. de Jesus, no dia 09/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.



Nessa segunda geração composta pelos filhos(as) do casal Rosa e João Generício e seus cônjuges, temos o parentesco definido pela primeiras alianças conjugais da Chácara das Rosas. Na terceira geração encontramos o cruzamento entre o parentesco por filiação e alianças redefinindo o status na organização social do grupo. Assim, os “herdeiros” definem-se pela condição de **filhos /ou netos de**, já os parentes pela noção de **marido e/ou esposa de**, o que vem a demarcar suas posições sociais. Além disso, se encontramos nas alianças conjugais a motivação para a ida/saída do território, ainda que por vezes temporária, nos cabe explorar a motivação para o retorno, a viagem da volta.

4.1.1 - A viagem da volta: herdeiros e parentes

Na organização social da Chácara das Rosas observa-se que os primeiros moradores protagonizaram um movimento de saída e retorno ao território. Este movimento tem nos casamentos uma motivação comum para a saída. Já a volta/retorno possui um demarcador cronológico relevante para entendermos a reconfiguração social da Chácara em *herdeiros* e *parentes*. Trata-se do falecimento de Dona Rosa, em agosto de 1971. Os relatos abaixo explicitam esse momento:

Noemi – Começou a mudar (...). Daí mudou tudo depois que a falecida faleceu, daí começou o brejão aparecer!²²⁹

²²⁹ Entrevista realizada com Noemi A. Pinto, no dia 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

Maria do Carmo – Depois de cinco ano que eu soube que a minha mãe tinha faltado. Cinco ano! E eu não sabia lá (Santana do Livramento) né! Não entraram em contato comigo, aí, quando eu soube que ela não existia mais, aí eu me desesperei e vim embora com o meu filho e aqui terminei a minha vida, criando eles e agora tô com os neto e o filho, e tô firme ainda, e quero continuar assim e tocá pra frente né!²³⁰

Se o falecimento de Dona Rosa marca cronologicamente a viagem da volta, também o sentimento de pertencimento àquele território aliado a vontade de resguardar direitos de herança marcam esse retorno, como expressa esse relato:

Edson – Olha, nós, como eu falo da mãe que vai atrás dos antigos, a gente eu não sei, ou é a nossa família ou é nós que somos assim, o falecido pai já faleceu, a gente sempre quis sair, mas como ele queria tanto e gostava tanto, agora a gente quer ficar porque ele gostava. Eu pelo menos, na minha cabeça é assim, eu gosto! Não vou dizer que eu não gosto, eu gosto! Mas dizer que sair daqui pra mim tudo bem agora pro falecido pai, aquele só saiu daqui morto! A Miguela, eu tenho medo da tia Miguela porque ela nunca saiu daqui de **dentro, nunca, nunca! Eu já saí, mas ela nunca! Não sei como o tio Briel vive todos esses anos lá em Cachoeirinha, porque a Abrilina é outra, têm o umbigo plantado aqui dentro! Mas eu to com o umbigo plantado aqui dentro, porque eu nasci aqui dentro!** Eu, o tio Briel, a tia Miguela nem fomos pro hospital, nós nascemos aqui!

Vi – Enterrava o umbigo mesmo? Tinha esse costume?

Edson – Enterrava, atirava em cima da casa, amarrava numa árvore aquele umbigo e ficava ali amarrado, enterravam.²³¹

Tomando emprestado o que nos diz Pacheco de Oliveira (1999) em relação a migrantes e comunidades indígenas, a metáfora dos umbigos enterrados nos leva a perceber a motivação da viagem da volta:

Desde que saí de casa, trouxe a viagem da volta gravada na minha mão, *enterrada no umbigo*, dentro e fora assim comigo, minha própria condução. (Pacheco de Oliveira *apud* Torquato Neto 1999: 30)

A motivação reside em uma identidade étnica coletiva que pressupõe uma trajetória e origem comum na Chácara das Rosas. Essa experiência remete ao que o autor explica como uma *poderosa conexão entre o sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico, onde o indivíduo e seus componentes mágicos se unem e identificam com a própria terra, passando a integrar um destino comum.*

230 Entrevista realizada com Maria do Carmo de Jesus, no dia 21/07/06 por Vera Rodrigues.

231 Entrevista realizada com Edson Genericio, no dia 04/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

Essa conexão é um elo comum de intercruzamento de relações de parentesco (filiação e alianças), redes de solidariedade (acolhida de parentes e amigos) e territorialidade (noções espaciais) na consolidação da organização social como herdeiro ou parente. A organização social configura-se como uma rede de parentes consangüíneos e outras famílias negras que estabelecem vínculos, especialmente através das redes de solidariedade.

Por redes de solidariedade estamos compreendendo os mecanismos de inclusão ao grupo, motivados pelo que as falas nativas nomeiam como “precisão” ou “necessidade” de alguém, parente ou não. Podemos ilustrar essa perspectiva com alguns acontecimentos de “acolhida”. Na década de 1960, houve uma enchente na cidade de Canoas, que atingiu locais como a Vila Mathias Velho, mas não chegou a atingir a região da Chácara das Rosas, como relata Antonio Barbosa, 70, morador da Chácara:

Antonio – A minha tia veio me trazer aqui, aí eu fui pra uma, a tia (?) morreu em 51, 61, por aí 58. 61, 62, por aí deu uma enchente que arrasou a Matias Velho. E eu morava com o meu irmão em Novo Hamburgo, daí de lá eu falei pra ele: “Ta, Sadi, vamo procurar a tia, vamo ver como ela ta lá, nós temos que ir, metade de Canoas ficou embaixo d’água lá.” Aí, nós conseguimos chegar na faixa, na entrada, mas não deu pra entrar lá dentro, a água tava batendo na beirada da calçada, na faixa ali. Voltamos pra casa: “E agora?”, decerto ela foi pra algum parente. Daí esperamos baixar tudo, quando baixou nós fomos procurar ela, aí ela não tava morando naquela casinha, tinha ido pra outra casa.²³²



Bairro Matias Velho durante a cheia de 1963.

Fonte: PFEIL(1992).

232 Entrevista realizada com Antonio Barbosa e Noemi A. Pinto, no dia 08/05/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

No bairro Mathias Velho residia Júlia, tia de Antônio, a qual durante os três meses que perdurou a enchente foi acolhida por Glaci, esposa de um dos herdeiros da Chácara, João Generício. No relato seguinte Antônio declara que Júlia e Glaci já se conheciam, pois afinal Canoas “era um interior”:

Vinicius – O sr. falou que a sua tia na época da enchente...

Antônio – Ela foi abrigada aqui.

Vinicius – Foi abrigada aqui?

Antônio – Aqui na casa, bem na primeira casa, lá na Glaci, é na casa da Glaci. Ficou uns 3 meses aí, até que baixasse tudo lá, depois.

Vinicius – Aqui não foi atingido pela enchente?

Antônio – Aqui não, aqui não pegou enchente, daí ela veio pra cá, a amiga dela a Juraci, a conhecida dela ou amiga, sei lá.

Vinicius – Já se conheciam antes?

Antônio – Hã?

Vinicius – A Glaci já conhecia a sua tia antes?

Antônio – Já, já conhecia, como é? Era um interior aqui em Canoas, como é que se diz? Se relacionaram uma com a outra.²³³

O acolhimento de Júlia motiva, tempos depois, uma visita de agradecimento à Glaci. Nessa ocasião seu Antonio que acompanhava a tia, conheceu Noemi, sobrinha de Glaci e filha de Maria Abrilina, uma das herdeiras. Depois disso passam a constituir mais uma família na Chácara, sendo que Noemi já tinha sete filhos de um casamento anterior, sendo que atualmente 2 filhas e suas famílias residem com o casal na Chácara:

Antonio - Aí um dia eu convidei a tia: “Vamo ver aquele lugar, a família que a sra. parou na época da enchente.” -“Ta, vou te levar lá!”. Daí viemo aqui.

Vinicius – Que é aqui?

Antonio – É, aí a mulher [referindo-se a esposa Noemi] chegou (?): “O que tu é na vida?” Eu disse: “Eu sou tu ta vendo, não é muito”. Eu disse: “Olha, eu sou separado, (?), to trabalhando pela minha luta aí, to morando com a minha velha aí.” E ela disse: “Eu sou viúva, tal, tal.”

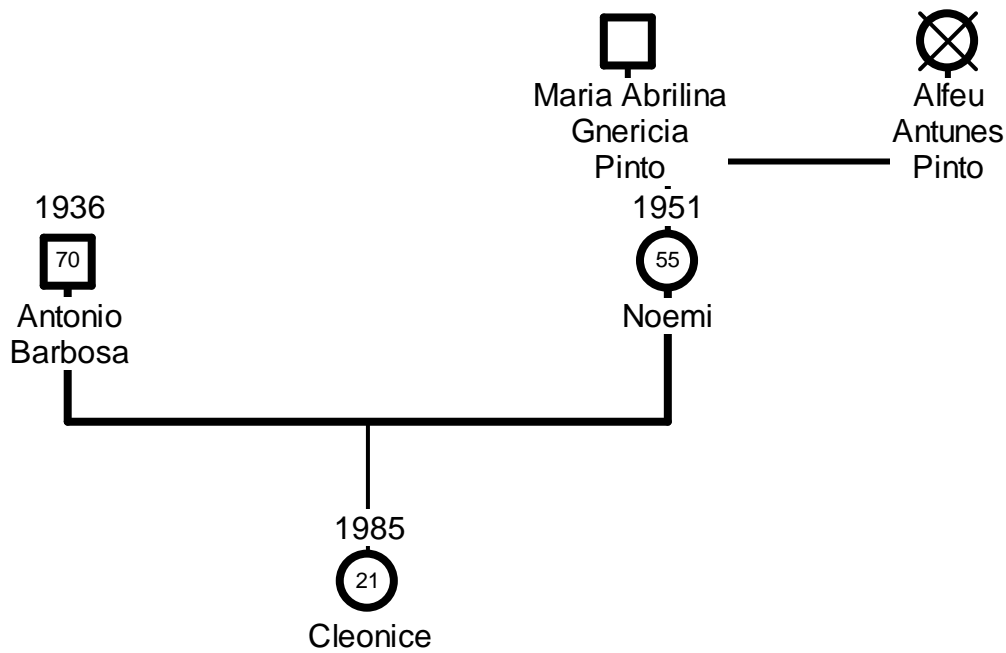
Vinicius – Daí fechou?

Antônio – No meu entendimento, já faz 21, 22 anos... ela (a filha do casal) ta com 21 anos.

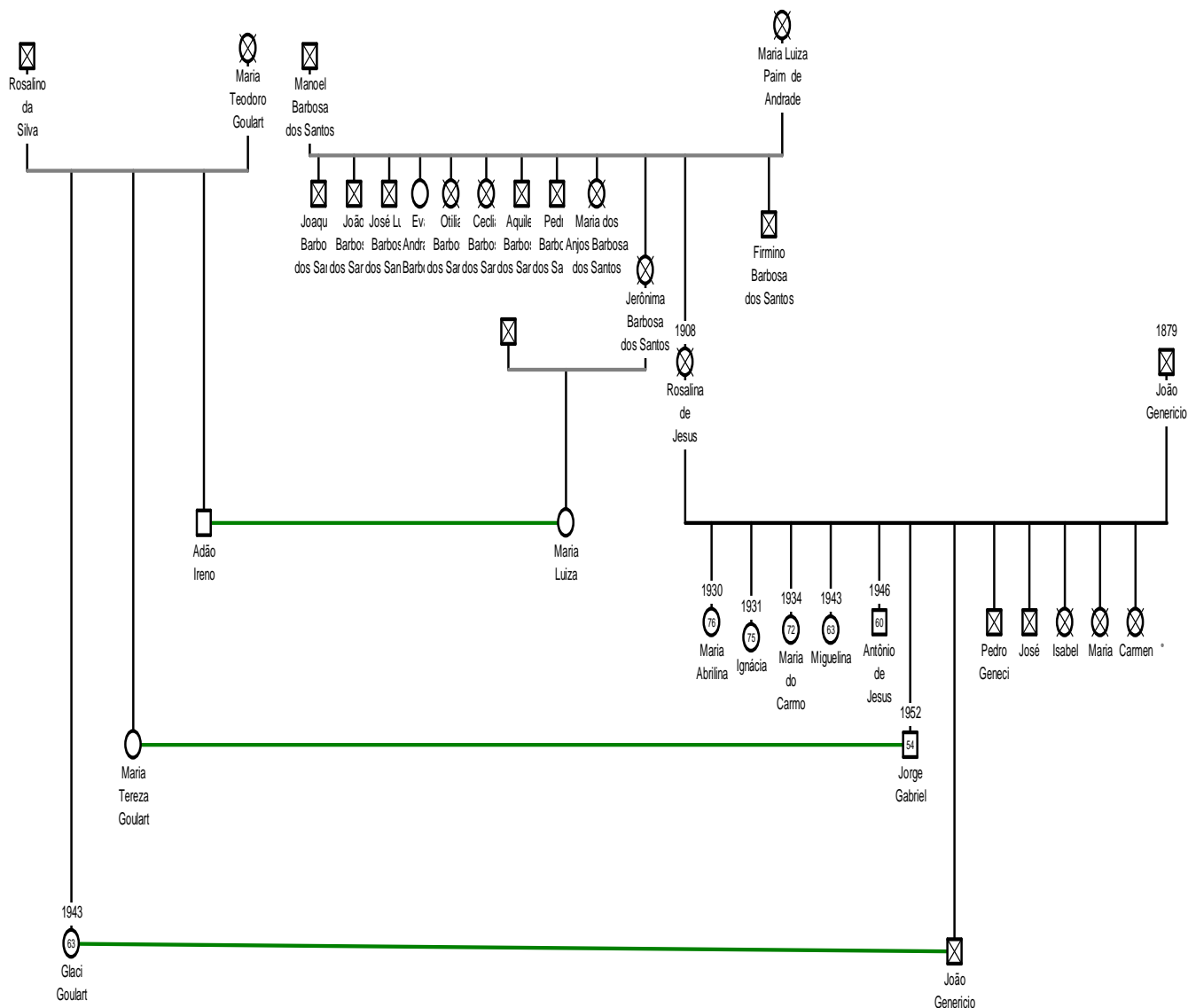
Noemi – É, daí deu uma enchente, daí ela veio morar com a tia Glaci. As águas baixaram tudo né, daí ela retornou pra casa dela. Daí o Antônio veio visitar a falecida Júlia, daí ela disse: “Ah, vamos lá passear na casa da tia Glaci, pra eu te mostrar a casa que me abrigaram na enchente (?)” Então ta, daí o Antônio vem com a Dona Júlia e bate na casa da tia Glaci.²³⁴

233 Idem.

234 Idem.



Em relação ao parentesco é interessante notar que seu Antonio é oriundo do Quilombo Manuel Barbosa, portanto um parente que pela aliança conjugal reforça seus laços de pertencimento. Outro caso que segue essa dinâmica é referente à família Goulart, de onde provêm as irmãs Glaci e Maria Tereza, as quais irão unir-se, respectivamente, aos irmãos João Generício e Jorge Gabriel (filhos de Rosa e João Generício). O irmão delas, Adão Ireneo, casa-se com Maria Luiza (sobrinha de Rosa e João Generício).



Essa dinâmica de casamentos preferenciais, em que prevalecem as uniões dentro do próprio grupo de parentesco e de pertencimento etno-racial, remontam a primeira geração, bem como ocorrem com as gerações seguintes como é o caso de Isabel, filha de Glaci e João, a qual irá se casar com o primo João Carlos (filho do primeiro casamento de Maria Tereza). No relato de Dona Glaci, uma visão desse parentesco:



Glaci Goulart – 2006.

Foto: Vinicius Oliveira

Glaci – E aí eu vim pra cá. E tem um grau de parentesco, a minha cunhada que casou com o meu irmão, tem um grau de parentesco com a minha sogra, sabe? Eu conheci o meu marido através da minha cunhada.

Vera – Qual o nome da sua cunhada?

Glaci – Maria Luiza, a minha cunhada é.

Vera – Maria Luiza? Sobrenome?

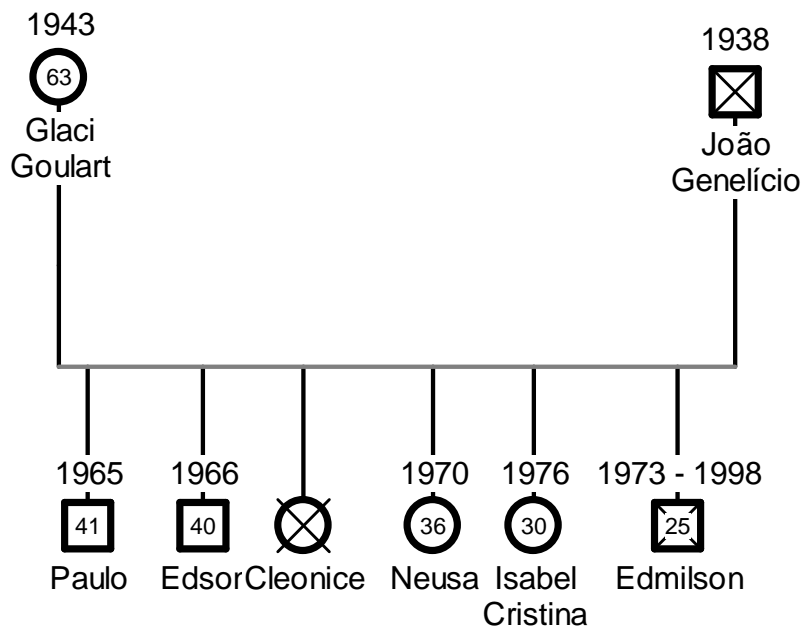
Glaci – E agora o sobrenome! Ela era dos Barbosa.

Vinicius – Lá do Barro Vermelho?

Glaci – É. Ela era filha da Jerônima, filha da Rosa, ela é, olha! É um grau de parentesco.

Vera – Isso é interessante.

Glaci – É um grau de parentesco assim ó, não é fácil contar. A minha sogra era irmã da mãe da minha cunhada, que era a Jerônima, a falecida Jerônima, e o Crispim é do meu sogro e os Barbosa é a minha sogra.²³⁵



235 Entrevista realizada com Glaci Goulart, no dia 03/07/06 por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira



**Neusa, Isabel e Edmilson – Chácara das Rosas no final da década de 1970.
Acervo familiar Glaci goulart.**

Retomando a questão do acolhimento, sabe-se que as irmãs Glaci e Maria Tereza ficaram órfãs, ainda na infância, sendo então criadas pelo irmão Adão Ireno e sua esposa Maria Luiza no Quilombo Manoel Barbosa. Fato similar se deu com as irmãs Rosângela e Isaura, sobrinhas de Dona Glaci, pois ambas residem na Chácara com seus filhos, há quase duas décadas, em virtude de também serem órfãs²³⁶.

Rosângela e Isaura são consideradas parentas, mas não herdeiras. No entanto elas legitimam seu pertencimento diante dos demais pela “licença para morar” dada pelos herdeiros João Gabriel e João Generício:

Isaura – Aí como deu uma anemia muito forte nele [o filho], foi ficando, ficando no hospital, aí eles cederam pra eu ficar aqui. Eles aqui de baixo, nada com os lá de cima, os daqui de baixo.

Vera – Os aqui de baixo são quem?

Isaura – A Glaci... os herdero, herdero mesmo. Seriam, então o tio Briel e o tio João, né que faleceu, mas eu conto com a tia Glaci, porque é esposa né! E ela também pediu para eu ficar. Aí fui ficando, ficando... aí não tinha pra onde ir mesmo. Aí saí dali, passei pra cá. Fiz uma cerquinha aqui e até hoje eu to aqui né!²³⁷

Nesse sentido, também as noções espaciais de onde está localizada a casa de cada um – se próxima ou não de um dos herdeiros – também é fator relevante. Na

236 Elas são filhas de uma outra irmã de Dona Glaci que entregou as meninas para a adoção, sendo então criadas até os dezoito anos nas Aldeias SOS.

237 Entrevista realizada com Isaura da Silva Lourenço, no dia 25/07/06 por Vera Rodrigues.

disposição das casas, verifica-se que após o falecimento de Dona Rosa são os herdeiros, seus filhos diretos, que vão ou residir na casa que lhe pertencia ou construir suas casas no entorno próximo, como é o caso, respectivamente de Maria do Carmo e Tonho. Já Rosângela e Isaura, quando questionadas, pontuam que estão nos fundos da casa que era do seu Briel (um “herdeiro”) e da tia Glaci (viúva de “herdeiro”).

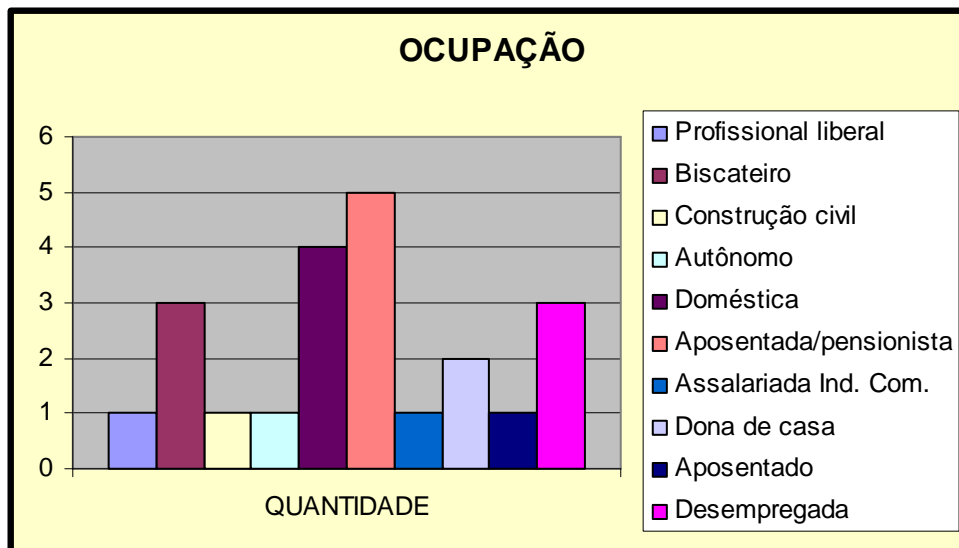
Antes delas, foi relatado que uma família branca foi acolhida por alguns anos na Chácara das Rosas, pois não tinham onde morar e enfrentavam problemas de desemprego. Segundo relatos, o acolhimento partiu de um herdeiro, o falecido João Generício (filho do casal fundador).

Por fim, tem-se que as categorias “herdeiro” e “parente” são parte fundamental do quadro de organização social comunitária, bem como os vínculos que as constroem. A seguir trazemos os dados do perfil sócio-econômico da comunidade, também relevantes para fins de parâmetros de políticas públicas a serem desenvolvidas na Chácara das Rosas.

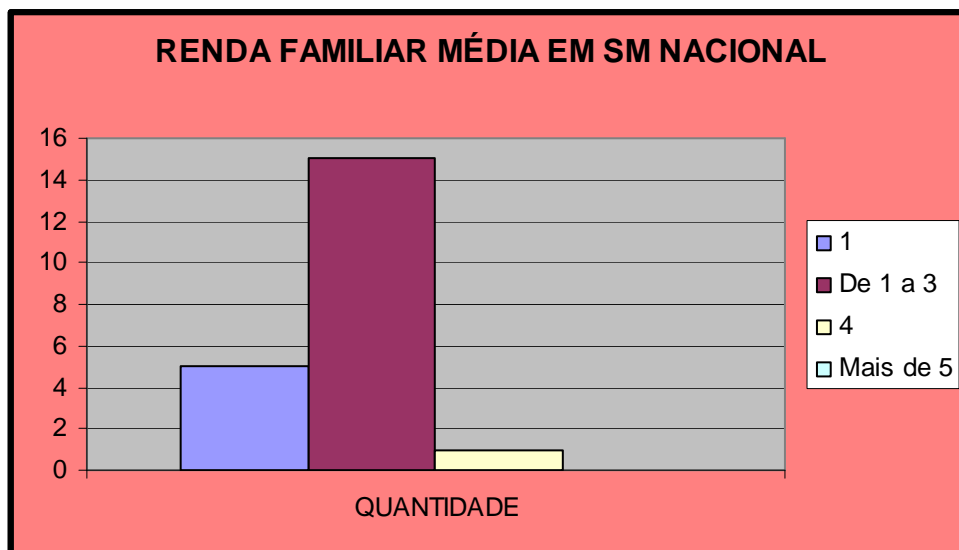
O herdeiro é figura central da parentela, aquele que confere legitimidade para a permanência dos parentes no território, mas que detém obrigações de acolher e fornecer a ajuda aos parentes. Tal solidariedade assentada na figura de herdeiros e parentes fornece uma das formas de resistência histórica e social de situações “endógenas” (falecimentos, cuidados com crianças) ou exógenas ao grupo (como flutuações da oferta de trabalho, deslocamentos em busca de trabalho, enchentes) que exigem uma solidariedade da parentela

4.2 - Perfil sócio-econômico

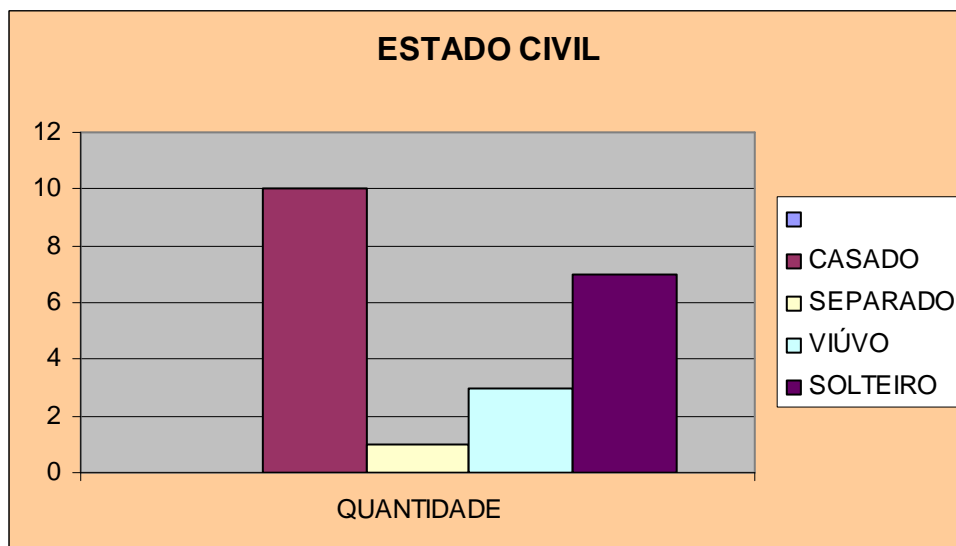
O perfil sócio-econômico dos moradores da Chácara das Rosas revela um quadro em que a maioria dos recursos econômicos provém de atividades de baixa remuneração como serviços domésticos (no caso das mulheres) e os “biscates” (o caso masculino), o que os insere no mercado informal de trabalho. Nota-se, também, um expressivo número de desempregados(as) e aposentadorias motivadas por tempo de serviço, idade e benefícios por doenças entre pessoas da faixa etária entre quinze e trinta anos, sendo que há o caso de uma pessoa idosa (63 anos) e com problemas de saúde que não recebe nenhum tipo de benefício.



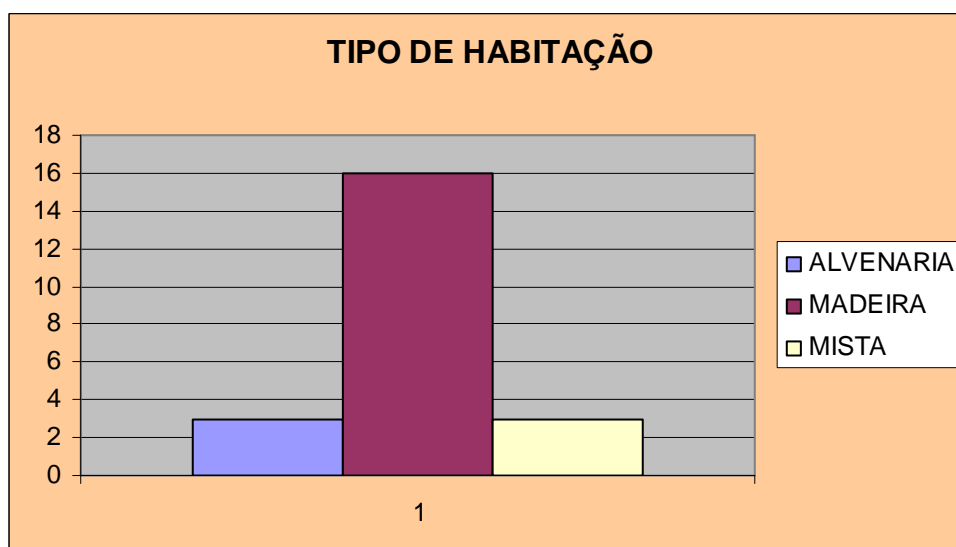
A renda média familiar situa-se no patamar entre 1 (um) e 3 (três) salários mínimos nacionais, o que acarreta um limitado acesso a bens e serviços. Isso se dá, por exemplo, quanto ao abastecimento de água e luz, o qual é regularizado para alguns e os demais acessam via mecanismos alternativos como o “empréstimo” a quem não pode pagar pelo serviço. O saneamento básico aparece como primeira reivindicação na ordem de necessidades expressas pela comunidade.



Na categoria “estado civil”, prevalecem as uniões conjugais formais ou não, mas que conferem a maioria dos indivíduos o status de casados.



O fato da maioria das 22 (vinte duas) casas construídas no local serem de madeira reflete no desejo coletivo de melhoria nas habitações, já manifestado na elaboração em parceria com uma ONG, de um projeto de construção de novas residências a ser encaminhado ao governo federal, porém ainda não concretizado.



Em relação à escolaridade os dados demonstram que dos 88 (oitenta e oito) indivíduos, entre crianças e jovens na faixa etária do 0 (zero) aos 20 (vinte anos), a maior parte possui o ensino fundamental incompleto ou em andamento. Poucos com o ensino médio completo ou incompleto (3), e um relativo número crianças menores em creches. Entre os 21 (vinte um) adultos na faixa etária entre os 30 (trinta) e 60 (sessenta) anos, também se reflete uma maioria com ensino fundamental e médio incompletos.

A Comunidade faz uso das seguintes escolas, ambas no bairro Marechal Rondon: Escola Municipal de Ensino Fundamental Edgar Fontoura, situado na Rua São Pedro nº 55; e Colégio Estadual Marechal Rondon médio (educação infantil, ensino fundamental, médio e técnico), situado na Rua Santini Longoni nº 147.

No item “saúde” observa-se problemas diversos, tais como: epilepsia, hipertensão arterial, problemas respiratórios e neurológicos. O sistema único de saúde, bem como entidades assistenciais, tem sido acionados nestes casos, sendo que há pendências em casos de exames complementares e cirurgias, sendo que a comunidade enfatiza possuir recursos financeiros limitados para aquisição de medicamentos e tratamento médico continuado.

Quanto ao acesso a serviços de saúde, utilizam-se do Hospital Nossa Sra. Graças, localizado na Avenida Santos Ferreira nº 1864, bem como de um posto de saúde localizada na Praça Santos Dumont, também conhecida como Praça do Avião.

Quanto ao acesso a serviço de transporte público não parece haver maiores problemas. As linhas de ônibus que assistem a comunidade são as seguintes: para o centro da cidade de Canoas, as linhas Igara, Moinhos de Vento, e Linha 3/Boqueirão. Para região metropolitana as linhas Igara/Porto Alegre, Igara/Cachoeirinha e Igara/Gravataí. Cabe observar que a comunidade está localizada cerca de 30 minutos de caminhada do centro da cidade.

4.3- De “Planeta dos Macacos” a “Chácara das Rosas”: lutando por direitos

Reportamos-nos ao olhar de Goffmann (1988) para tratarmos do processo de estigmatização racial sofrido pelos moradores da comunidade Chácara das Rosas, através da atribuição externa pela qual são em grande medida conhecidos em Canoas: “Planeta dos Macacos”. Inicialmente, precisamos nos apropriar do conceito de estigma, a fim de por em evidência a correlação analítica com a realidade social aqui exposta.

Segundo, o autor existe duas concepções distintas, mas interligadas nessa problemática. A primeira é a concepção histórica que se remete à Grécia Antiga:

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma

pessoa marcada, ritualmente poluída que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. (Goffmann 1988: 11)

A segunda concepção é sociológica, e define-se pela inabilitação do indivíduo para a plena aceitação social:

O termo estigma, portanto será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. (...) Um estigma é, então na realidade, um tipo de relação entre atributo e estereótipo. (Goffmann 1988: 13).

As dimensões propostas – histórica e sociológica – permitem entrever que estamos falando de algo que se projeta ao longo do tempo, através das relações sociais e que visa categorizar indivíduos em um status e/ou identidade social depreciativa e inferiorizante. Por essa via, temos como tipos de estigma as abominações do corpo (deformidades físicas), culpas de caráter individual (vícios) e as de fundo racial (cor da pele).

O estigma racial impõe uma transmissão que contamina por igual a todos os membros de uma família ou grupo social. É isso que vemos em relação à Chácara das Rosas. Não se trata de um estereótipo atribuído a um ou outro indivíduo, mas ao coletivo. Eles são os “macacos” que moram no “planeta”, uma visão exterior e ahistórica de insulamento que, como mostramos, não corresponde a experiência atual, ou histórica levantada nas narrativas sobre a vida social relatada pelos próprios moradores da Chácara.

A categoria “macacos” traz em si um princípio básico da ideologia racista que é negar a humanidade do outro, ou seja, eles não são humanos, logo não pertencem à sociedade ou são portadores de direitos sociais. Ou ainda, dentro de uma visão da evolução das espécies, seriam mais primitivos, ocupando um ponto inferior na escala evolutiva dos homínídeos. A vinculação com a idéia de “planeta” conjuga-se com uma visão folclorizada de “quilombo”, pois ambos podem vistos como equivalentes ao distante, desconhecido, inacessível, perigoso e exótico.

Esse breve olhar analítico, torna-se mais contundente nos depoimentos dos moradores da Chácara das Rosas:

Isabel – Onde é que tem macaco aqui dentro? Ninguém é macaco aqui! Aqui todo mundo é gente!²³⁸

Neusa – Odeio esse apelido! Agora é a Chácara das Rosas, não é mais “Planeta dos Macacos”. Nós estamos conseguindo esse reconhecimento, alguns vizinhos até dão parabéns.²³⁹

Edson – Uma vez um senhor, muito querido até... Me chamou na casa dele pra atendê-lo. Então, quando eu cheguei lá ele falou assim pra família e pros amigos dele que tavam lá: “Agora eu to bem. To com o pai-de-santo do Planeta dos Macacos!”²⁴⁰

Esses depoimentos nos levam a perceber o quanto o estigma de “planeta” se faz presente na vida de todos, a partir da geração dos netos da Dona Rosa. Um exemplo disso, já na geração seguinte, nos foi dado por uma jovem de 13 anos que, ao ser questionada se esse problema chegava na escola, respondeu afirmativamente de olhos cabisbaixos e voz quase inaudível pelo constrangimento.

Considerando que isto repercute nas demais crianças e jovens que estudam nas escolas públicas do bairro, se têm um alcance considerável a influenciar na auto-estima e aprendizado. Sobre isso, uma ex-professora de uma dessas escolas comentou-nos que sempre ouvira falar do “planeta”. Que todos na escola, alunos e professores, sabiam disso, mas que nunca se pensou no que isto acarretava para as crianças, pois era visto como uma brincadeira “normal”.

Essa “brincadeira” tem início nos anos setenta, no pós morte da Dona Rosa, coincidindo com a “viagem da volta” dos filhos casados que retornam com suas famílias para um bairro que começa a sofrer as mudanças advindas da urbanização e da caracterização como área de classe média, cujo perfil etno-racial dos moradores é branco.

Do ponto de vista dos contemporâneos do bairro, esses são “novos moradores” pois não havia o conhecimento dos vínculos históricos e sociais travados na parentela. Aos olhos “dos outros”, eles aparecem repentinamente, mas como mostramos o “ir e vir” e as redes amplas e conexas sempre foram uma constante para as comunidades negras dessa vasta região.

238 Entrevista realizada com Isabel Cristina Genelício no dia 11/11/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira.

239 Entrevista realizada com Neusa M^a Genelício no dia 18/11/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

240 Entrevista realizada com Edson Genelício no dia 04/07/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

Dentro desse quadro, o território da Chácara das Rosas configura-se como um território negro onde “branco é visita” como aparece neste depoimento recolhido por Carvalho (2003): “Todo mundo chama de planeta porque só tem nego aqui, branco é visita!”²⁴¹.

A origem da atribuição “planeta dos macacos” seria em alusão a um seriado da TV norte-americana exibido na década de 1970 no Brasil. Bertoldo, vizinho da Chácara até a década de oitenta, fala a respeito desta designação:

Vera – Certo. Em relação, sabe que existe um apelido pro pessoal lá da Chácara?

Bertoldo – Existe.

Vera – O que tu sabes dessa história?

Bertoldo – Começou quando teve aquela série na televisão do “Planeta dos Macacos”. Não sei se vocês acompanharam? E aí, sabe como é que é pegação de vila e são preto ali e coisa e tal: “Ah, os neguinhos do planeta!” E foi pegando e hoje vai longe, já ouvi pessoas mencionarem isso em Porto Alegre: “Onde tu morava?” “Eu morava lá perto...” “Lá perto do Planeta!”, sabe? Então ficou, na época aquilo era gozação e foi ficando, ficando o apelido.

Segundo uma vizinha residente desde seu nascimento na região, a designação seria advinda deste programa de TV, e teria sido utilizada pela primeira vez na seguinte situação:

“Começou assim: era uma história de um gurizinho aqui da São José, da São Felisbino, o Jader. Eles eram uns alemãozinho. Daí ele que boto assim o apelido ali, que a mãe dele disse assim: - Ah, vou te manda embora, não sei o que. - Ah, então eu vou mora lá no Planeta dos Macacos”. (*apud* Carvalho, 2003, p. 86)

Esta é, porém, uma designação externa, não utilizada pelos membros da comunidade, antes contestada devido a seu caráter pejorativo, como revelam os depoimentos anteriores. Um agravante desta nomeação externa é que ela age ainda como fator inibidor de acesso ao trabalho, pois segundo depoimentos ser “do Planeta” é motivo para desconfianças:

Isaura – Às vezes tu vai numa casa, aí eles chamam “planeta dos macacos”, né, aí tu vai num lugar que é pra arrumá um serviço, eles diz: – “Ah, onde é que tu mora?” e tu – “Ah, eu moro no planeta dos macacos”. Deu! Não arruma mais serviço. (...) É por causa da fama aqui de dentro. Pra gente arruma serviço aqui é uma briga. É uma briga! A gente às vezes tem que mentir. Eu uma vez peguei uma faxina, lá do outro lado da faixa, uma casa

241 Entrevista realizada com Isaura da S. Lourenço, em 2001, por Ana Paula Comin Carvalho.

que era pra cuidar dum senhor doente, né. Aí até foi uma senhora evangélica que em arrumou e ela pediu pra mim: – **“Pelo amor de Deus tu não diz pra mulher que tu mora aqui, porque se tu disser que tu mora aqui a mulher te bota pra rua na mesma hora!”**. Tem que ta desdobrando a mulher, né...²⁴²

Em outro depoimento, Isabel Genelício também enfatiza as dificuldades de obtenção de trabalho, por conta da estigmatização como “planeta”, porém entende que isso recai mais fortemente sobre os homens da família, especialmente os mais jovens, que tem sua conduta associada a marginalidade em termos como “vagabundos” e “marginais”, já as mulheres seriam mais aceitas por encarnarem a figura de “guerreiras”:

Isabel – Outros roubam e dizem que é da Chácara. Tem violência, vandalismo, saque nas casas... Segue que as pessoas se mudam. Uma coisa que entristece! Atrapalha os meninos que vão procurar trabalho. Ao ver de fora, as mulheres são guerreiras e os homens não valem nada. O preconceito, a resistência é contra eles. As guerreiras da Chácara são as mulheres.²⁴³

Essa posição de “guerreiras” – a começar por dona Rosa, a qual é tida como exemplo de mãe e mulher trabalhadora por seus descendentes – abre a possibilidade para entendermos a trajetória de ruptura com o estigma de planeta e auto-atribuição como Chácara das Rosas protagonizada pelas mulheres da geração atual.

Essa ruptura formal tem início conjunto em 2004 com a vinculação à mobilização pelo reconhecimento como comunidade quilombola desenvolvida pelos parentes moradores do Quilombo Manoel Barbosa, em Gravataí, e outro grupo de parentes, residentes no bairro Niterói em Canoas, sendo que atualmente os parentes de Niterói reivindicam-se autonomamente como núcleo urbano do Quilombo Manoel Barbosa.

Em relação a esses parentes de Niterói, cabe ressaltar que no início o pleito coletivo visava abarcar os dois grupos de Canoas em um único grupo, a fim de como na lógica da acolhida de parentes não haver divisão familiar, conforme relatou Isabel Genelício.

Por essa razão, no requerimento de abertura de processo, junto ao INCRA/RS, optou-se pela nomeação como “Chácara Barreto”, já que o nome Barreto remeteria ao

242 Entrevista realizada com Isaura da S. Lourenço, 44 anos, no dia 25/07/2006, por Vera Rodrigues.

243 Entrevista realizada com Isabel Genelício no dia 18/11/2006, por Vera Rodrigues e Vinicius Pereira de Oliveira

nome antigo da região que engloba os bairros Mal. Rondon (onde se localiza a Chácara das Rosas) e Niterói, onde estão outros parentes.

Na trajetória do pleito ocorrem desdobramentos familiares e políticos que reconfiguram essa demanda, fazendo com que a reafirmação identitária como Chácara das Rosas se tornasse uma realidade em oposição a atribuição externa como “planeta dos Macacos” e a invisibilidade social e simbólica como território negro em Canoas.

Em vista disso, em 2006 foi emitida pela Fundação Cultural Palmares a Certidão de Auto-reconhecimento como comunidade quilombola para a Chácara das Rosas, conforme Decreto 4887/2003, sendo tal registro publicado no Diário oficial da União em 12 de maio do mesmo ano²⁴⁴, oficializando a organização desta coletividade em torno de seus direitos como comunidade quilombola.

A citada certidão de auto-reconhecimento foi solicitada junto à Fundação Cultural Palmares, órgão federal subordinado ao Ministério da Cultura e responsável pela certificação e registro da auto-definição da comunidade quilombola no cadastro geral de remanescentes de comunidades de quilombos, conforme expresso nos termos do parágrafo quarto, artigo 3º do Decreto 4.887/2003.

Através dos primeiros contatos dos moradores da Chácara das Rosas com o pleito quilombola desencadeado pelo artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988²⁴⁵, iniciou-se um processo de mobilização junto a Superintendência Regional do INCRA no Rio Grande do Sul, a qual instaurou processo de regularização fundiária²⁴⁶, cujo presente relatório sócio-histórico-antropológico é originário e inclui-se na etapa de identificação e delimitação do território.

Este novo contexto desencadeia um processo de reversão do estigma negativo associado à comunidade. Se até o momento a localidade e sua coletividade eram vista como o “Planeta dos Macacos”, como um reduto de negros potencialmente perigosos e socialmente indesejados no contexto imobiliário que ocupa, a partir deste momento esta postura começa a ser relativizada e revertida pela mobilização comunitária.

244 Ver <http://www.palmares.gov.br>

245 “Aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.” CF 1988 – Art. 68 ADCT.

246 Para maiores detalhes quanto às etapas do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas, ver Instrução Normativa INCRA 20/2005.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Chácara Barreto**, localizada no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 005, Registro n. 497, f. 06, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**.

Declarante(s): Jorge Gabriel de Jesus – CPF nº 211.753.220-91
Edison Genelício – CPF nº 669.230.420-20
Isabel Cristina Genelício – CPF nº 907.791.850-72

Processo nº 01420.000367/2006-49

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 20 de março de 2006.

O referido é verdade e dou fé

Ubiratan Castro de Araújo
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0108 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

Cópia da Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura)

Estudos acadêmicos passam a ser desenvolvidos junto à comunidade, como foi o caso da dissertação de mestrado em Antropologia Social de Carvalho (2003), e das pesquisas elaboradas pela historiadora Elsa Avancini, professora em uma universidade sediada em Canoas²⁴⁷.

A mídia local publica, eventualmente, matérias sobre este território negro, agora descrito como uma comunidade descendente de escravos com nome “Chácara das Rosas”, e não mais com a alcunha pejorativa de “Planeta dos Macacos”.

8 | O TIMONEIRO | GERAL | CANOAS, 11 A 14 DE AGOSTO DE 2006

Chácara das Rosas é reconhecida como quilombo

Área que abriga famílias descendentes de escravos é reconhecida como área quilombola

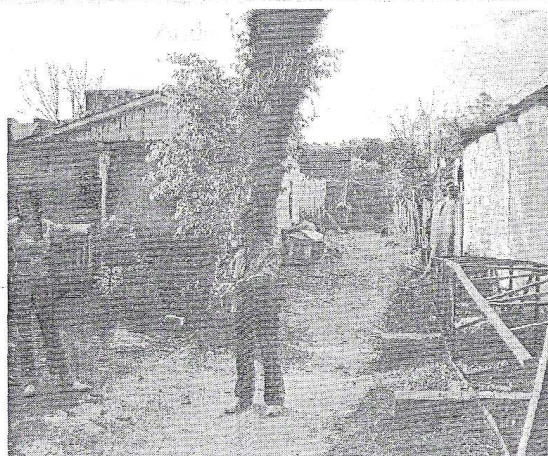
O único reduto das comunidades remanescentes de quilombos da cidade foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, ligada ao Governo Federal, como área quilombola. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, está trabalhando no processo de regularização da área.

O local, chamado pelos moradores por “Chácara das Rosas”, fica localizado entre as ruas Duque de Caxias e Dona Rafaela, próximo ao Parque Getúlio Vargas, e possui uma área de aproximadamente 22m x 140m. Nele está abrigada a comunidade remanescente do Quilombo Manoel Barbosa, que é composta por 15 famílias que moram lá desde 1940.

Conforme a antropóloga Ana Paula Comin de Carvalho, que realizou trabalhos de graduação e mestrado sobre o assunto, para chegar à definição de que se tratava de um quilombo, foi feito um estudo antropológico. “É preciso esclarecer que o termo quilombo é muito mais amplo do que aprendemos na escola. Não é ape-

nas um local para onde os escravos fugiam, mas sim um símbolo de resistência. Não significa que ali foi um quilombo. Estamos tratando como um local de resistência. Essa comunidade que mora há quase 70 anos convivendo com as diferenças sociais do local, por se tratar de uma área nobre, é um exemplo de resistência”, argumenta.

Segundo o assistente técnico de planejamentos especiais do Incra, Sebastião Henrique Lima, o processo de regularização é dividido em etapas. A primeira foi o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, baseado no artigo 68 da Constituição Federal. No momento está sendo realizado o processo de identificação desses moradores. O grupo da Chácara das Rosas é constituído por famílias negras aparentadas entre si que descendem de escravos que viveram na região que hoje compõem os municípios de Canoas e Gravataí. “No final de todo o processo, a comunidade receberá da União o título de reconhecimento de propriedade. Não são títulos in-



15 famílias descendentes de escravos moram no local há mais de 70

anos individuais e sim coletivo, que não permite venda nem arrendamento do local”, explica.

Para Isabel Cristina Genelício, bisneta de escravos que mora há 30 anos no local, essa regularização é importante para garantir os direitos que eles têm.

“Minha família está aqui há mais de 70 anos. Desde os tempos do meu avô, que era filho de escravos, moramos aqui. Essa definição de área quilombola nos protege das construtoras, que já tentaram nos tirar daqui várias vezes”, afirma.

Fonte: *Jornal O Timoneiro*. Canoas, 11-14/08/2006.

247 Ver: <http://www.pesquisa.unilasalle.edu.br/index.php?page=projetos/humanas> - acessado em 07/12/2006.



Incra regulariza quilombo de Canoas

PÁGINA 8.

Fonte: Jornal *O Timoneiro*. Canoas, 11-14/08/2006.

Estes estudos e textos jornalísticos contribuíram para a construção de uma positividade associada à Chácara das Rosas. Na continuidade desta construção destaca-se o Projeto Brasil Quilombola, desenvolvido pelo Governo Federal através de diversos órgãos, o qual vai ao encontro dos interesses da comunidade que busca acessar direitos relativos à moradia, saneamento, geração de renda, alimentação e outros, junto a órgãos governamentais e entidades da sociedade civil.



Reunião coletiva da comunidade com a equipe de pesquisa contratada pelo INCRA/RS. Canoas, 09/07/2006. Foto: Vinicius Oliveira.

Outro projeto denominado como “Projeto Quilomboaxé da Petrobrás”, realizado no Rio Grande do Sul entre os dias 24 e 26/11/2006, objetivou “divulgar o modo de vida e a riqueza sociocultural das comunidades quilombolas”. Iniciativa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Governo Federal, contou com apoio do INCRA e patrocínio da Petrobras, no sentido de “promover o intercâmbio artístico e cultural entre a população urbana e rural, resgatar valores e dar visibilidade às condições de vida atuais das comunidades quilombolas”²⁴⁸.



Projeto Quilomboaxé na Chácara das Rosas – 24/11/2006
Foto: Marcos César Acosta

248 Fonte: <http://www.mda.gov.br/aegre/index.php?ctuid=10885&scid=622> – acessado em 07/12/2006.



Maria do Carmo, Maria Abrilina, Miguelina (filhas de Rosa e João Generício), e a cunhada Glaci Goulart, durante a realização do Projeto Quilomboaxé na Chácara das Rosas. 24/11/2006. Foto: Marcos César Acosta.



Jovens participando de oficina de música durante o Projeto Quilomboaxé na Chácara das Rosas. 24/11/2006 - Foto: Marcos César Acosta

Foram realizadas atividades em quilombos de três cidades da região metropolitana de Porto Alegre: Luiz Guaranha/Areal da Baronesa (quilombo urbano em Porto Alegre), Manoel Barbosa (quilombo rural em Gravataí), e Chácara das Rosas

(quilombo urbano em Canoas). Especificamente nesta última comunidade, o projeto contou com a participação de artistas negros como os cantores Netinho, Sandra de Sá e a atriz Zezé Motta, sendo promovidas oficinas e outras atividades culturais interativas.



Notícia sobre o Projeto Quilomboaxé em Canoas
Jornal Diário de Canoas – novembro 2006.

Ainda em novembro de 2006, Ângela Maria de Jesus Sanchez, filha de Maria do Carmo e quilombola da Chácara das Rosas, foi contemplada com “menção honrosa” no concurso “Territórios Quilombolas – Edição 2006”, na categoria *Experiências e Memórias*. Este concurso, promovido pela Associação Brasileira de Antropologia e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, objetiva divulgar a produção de pesquisas e estudos acadêmicos nas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Agrárias e afins, direcionados aos temas dos territórios quilombolas no Brasil.

A presente edição abriu espaço para que quilombolas compusessem textos relatando experiências e memórias relativas à trajetória de suas comunidades. Ângela foi à Brasília receber o prêmio diretamente do Ministro do Desenvolvimento Agrário Guilherme Cassel, durante evento alusivo à Semana da Consciência Negra realizado no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta oportunidade, foram entregues também títulos posse a nove comunidades quilombolas nos estados do Maranhão e do Piauí²⁴⁹.

249 Ver: <http://www.mda.gov.br/aegre/index.php?sccid=622&ctuid=11048>, bem como <http://www.mda.gov.br/aegre/arquivos/0990812494.pdf> (acessados em 07/12/2006).



Participação de Ângela Maria de Jesus Sanchez na cerimônia de entrega do Prêmio Territórios Quilombolas 2006 – Brasília, 28/11/2006. Foto: Paula Melo.

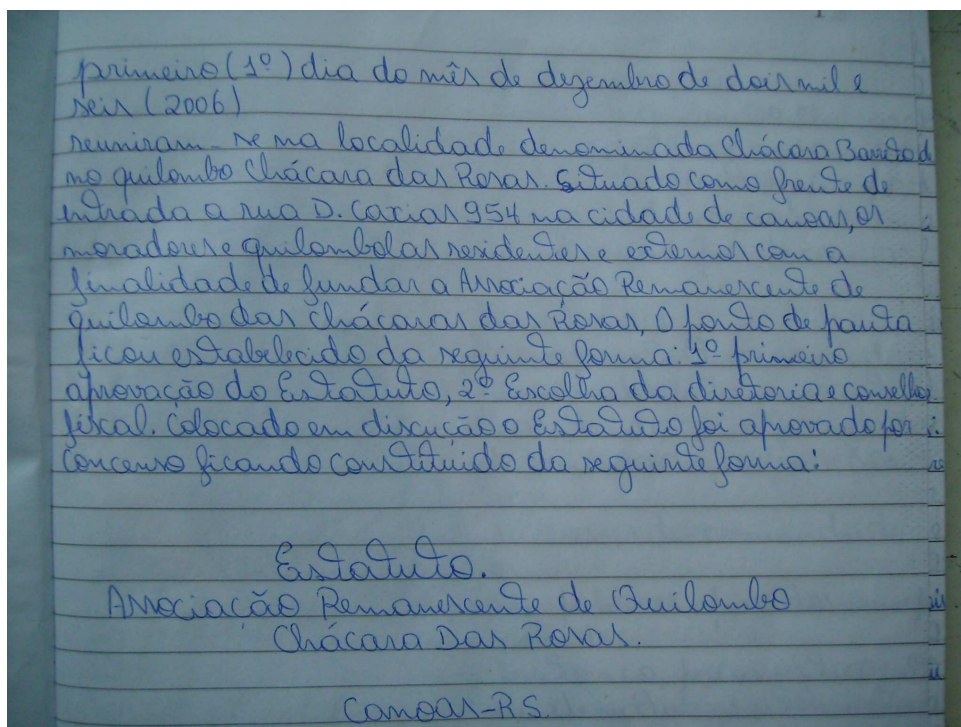


Participação de Ângela Maria de Jesus Sanchez na cerimônia de entrega do Prêmio Territórios Quilombolas 2006 – Brasília, 28/11/2006. Foto: Vinicius Oliveira.



Ângela Maria de Jesus Sanchez recebendo do Ministro do Desenvolvimento Agrário o prêmio de menção honrosa no concurso Territórios Quilombolas 2006/Categoria “Experiências e Memórias”. Brasília, 28/11/2006. Foto: Vinicius Oliveira

Recentemente, em 01 de dezembro de 2006, durante reunião de formalização da “Associação Remanescente de Quilombo Chácara das Rosas”, Ângela integrou-se à associação, bem como Isabel Genelício foi eleita coordenadora, sendo seu tio, Jorge Gabriel, eleito como vice-coordenador:



Trecho da Ata de Fundação da Associação Remanescente de Quilombo Chácara das Rosas (Acervo da Associação)

Outra ação importante para a comunidade, e que revela a construção de uma positividade associada à mesma, foi a doação, pela Comissão Municipal de Políticas Afirmativas dos Afro-brasileiros (COPAAB) com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Canoas (SMEC), de 30 camisetas às lideranças da comunidade quilombola com o nome da mesma grafado. Segundo os representantes da COPAAB, o objetivo desta ação é auxiliar identificação da comunidade na cidade.



**Maria do Carmo com as camisetas oferecidas pela COPAAB.
Dezembro 2006 - Foto: Vinicius Oliveira**

Neste evento ocorrido no dia 12/12/2006, a integrante da COPAAB e funcionária da SMEC, Hungria dos Reis, balizou a importância desta parceria com a comunidade da Chácara por acreditar que a mesma irá proporcionar a união do povo negro de Canoas: “Com este novo parceiro, poderemos integrar toda a comunidade negra de Canoas, o que antes não acontecia”²⁵⁰.

250 Fonte: <http://www.canoas.rs.gov.br/Site/Noticias/Noticia.asp?notId=2489&pesquisa=quilombo>

A própria execução dos estudos de implantação do novo Plano Diretor Urbano Ambiental (PDUA) de Canoas está considerando a existência da comunidade quilombola como patrimônio:

Reunião discute estudos sobre patrimônio ambiental e cultural de Canoas
<p style="text-align: right;">18:30 - terça-feira, 19 de setembro de 2006</p> <p>Os estudos sobre o patrimônio ambiental e cultural do município foram apresentados na tarde desta terça-feira (19/9) aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Os casos foram identificados nos estudos de implantação do novo Plano Diretor Urbano Ambiental (PDUA) de Canoas. A reunião aconteceu na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas e faz parte da série de encontros técnicos que a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU) realiza para debater com técnicos e comunidade, as diretrizes do Plano Diretor.</p> <p>Durante o encontro, técnicos da Magna Engenharia, empresa responsável pelos estudos do PDUA, apresentaram uma radiografia da atual situação dos espaços públicos de preservação e conservação ambiental. O uso dos cursos d'água e das margens dos rios, que delimitam o município também foram citados. Em seguida, as áreas de preservação histórica e cultural de Canoas foram enumeradas, com destaque para a região recentemente identificada como quilombola, no bairro Marechal Rondon. A identificação desse patrimônio foi feita a partir de um inventário disponibilizado pela diretoria de Cultura municipal.</p> <p>Os estudos apresentados servem para compor as novas diretrizes do Plano Diretor. Depois de analisados, os casos servirão de referência para pontos de preservação, tanto ambiental, quanto cultural. A próxima reunião técnica da SMPU acontece nesta sexta-feira (22/9) às 14h, no auditório do Conjunto Comercial Canoas. O tema abordado será 'Energia, iluminação pública e comunicação'. Todos os encontros são abertos à participação da comunidade.</p>

Notícia publicada no site da Prefeitura Municipal de Canoas
<http://www.canoas.rs.gov.br/Site/Noticias/Noticia.asp?notId=2113&pesquisa=quilombo>
Acessado em 18/12/2006

Em conversa com técnicos envolvidos na elaboração deste projeto para o Plano Diretor, fomos informados que a área será grafada como de interesse cultural, e que serão propostas ações como, por exemplo, o estabelecimento de limites volumétricos e de altura para as edificações nos arredores da área quilombola, como forma de minimizar os impactos sobre os modos de vida (por exemplo, a diminuição da insolação nas hortas). Ações com este perfil são vistas como essencial para a preservação do local e de suas características, pois, como estabelece a Constituição, um bem não pode ser tombado por si só, mas sim na sua articulação com a identidade local, seja ela cultural ou histórica e, portanto, imprescindível para a identidade da comunidade que vive nela.

Este quadro assinala a crescente importância que assume o referencial de quilombos nas diversas esferas sociais envolvidas. Na visão contemporânea de quilombos, este assume a perspectiva, também, de se pensar na identidade quilombola.

Nos sujeitos que emergem do “passado histórico”, ou “das reminiscências” de um “planeta” para fazerem a sua história, opondo-se a visões estáticas e estereotipadas que conferem estritos limites ao exercício de seus direitos.

Essa luta por direitos constitui um aporte significativo na consolidação da identidade étnica, já que a coletividade (re) inscreve a sua historicidade, dialogando com a memória social e projetando ações sociais no futuro como evidencia a trajetória da comunidade chácara das Rosas.

Considerações finais

1) *Por que a Chácara é uma comunidade quilombola?*

A resposta a um possível questionamento, feito nestes termos, não deve ser entendida como um atestado oficial de autenticidade e/ou veracidade, mas o reconhecimento de uma realidade intrínseca às comunidades quilombolas, na qual a chácara das Rosas se insere. Isto porque, entendemos que o papel da ciência não é o de hierarquizar saberes e legitimar discursos em que esta prepondera absoluta, mas sim de colocar-se a serviço da sociedade, através do seu instrumental teórico e metodológico. Dito isto, reiteramos e cumprimos com o objetivo proposto de trazer à luz o cruzamento dos dados advindos do campo com o viés histórico-antropológico que considera a trajetória da comunidade chácara das Rosas, em paralelo com o que os demais estudos técnicos e acadêmicos têm concluído em relação às comunidades quilombolas:

- Origem do núcleo familiar fundador diretamente relacionado com o período escravista da região, mais especificamente com os parentes do Quilombo Manoel Barbosa, localizado no Barro Vermelho (Gravataí/RS);
- Histórico de ocupação territorial em que a memória e origem do grupo remetem-se a laços fundados por personagens e eventos marcantes da contextualização quilombola, tal como se apresenta a interface com o Quilombo Manoel Barbosa, evidenciada na trajetória da família formada pelos descendentes de escravos Rosa (filha de Manoel Barbosa) e João Generício de Jesus;
- É um território reconhecido pelos membros do grupo como um lugar de permanência, de auto-sustentação, de ajuda mútua e de “retorno” simbólico às origens.
- Ocorrência de marcos territoriais e relacionais (plantio de rosas, cultivo de hortas, a Casa de Nação) que identificam e caracterizam referenciais da identidade étnica racial do grupo, bem como do seu pertencimento àquele território;
- Vínculos sócio-históricos com outros territórios negros na região, bem como redes de sociabilidade e reciprocidade (clubes negros, manifestações religiosas,

etc.) estabelecidas com o contexto local, no caso a presença negra na cidade de Canoas/RS no período escravocrata e pós-abolição;

- Organização social singular, orientada por critérios do pertencimento e fronteiras sociais do grupo (herdeiros e parentes), em que se identificam essas categorias de parentesco e sua operacionalização na estrutura social e na apropriação do território.
- Território marcado no “ontem” e no “hoje” por processos de espoliação e impactos sofridos pelo grupo em questão, os quais são promovidos por diferentes agentes sociais a nível local e regional, como os que atingiram a Chácara das Rosas: urbanização abrupta, especulação imobiliária, estigmatização etno-racial e perdas territoriais que conformam o território reivindicado;

2) *Recomendações de políticas públicas:*

De acordo com o perfil sócio-econômico e as demandas manifestas pelo grupo quilombola durante a pesquisa de campo, recomenda-se ênfase de políticas públicas nas seguintes áreas:

- Como primeira necessidade, a comunidade apontou o problema da ausência de saneamento básico, sendo que esta é uma reivindicação já encaminhada para a Prefeitura Municipal, mas até o momento não atendida.



Chácara das Rosas em 2006 – Foto: Vinicius Oliveira.

- Saúde: a comunidade apontou o acesso a tratamento médico como deficitário e demorado, situação que se acentua nos casos de doenças mais graves e que exigem tratamento especializado. Alguns problemas identificados durante a pesquisa foram: epilepsia, hipertensão, amidalite sebácea, hepatite, problemas respiratórios.
- Atendimento a portadores de necessidades especiais: pessoas de diferentes idades apresentam problemas neurológicos os quais necessitam de diagnóstico e tratamento especializado.
- Geração de renda e capacitação profissional: diversos moradores apontam a dificuldade de inserção regular e estável no mercado de trabalho devido a baixa qualificação profissional especializada, apontando a necessidade de capacitação profissional.
- Educação e cultura: Em vista do quadro de baixa escolaridade entre jovens e adultos, tem-se como indicativo o desenvolvimento de políticas públicas de fomento e incentivo à educação formal, bem como à práticas culturais que valorizem a auto estima, especialmente políticas com recorte para a juventude, face ao expressivo número de jovens na comunidade, sendo que alguns já desenvolvem atividades culturais (hip hop, grafite, etc.) que deveriam ser valorizadas e estimuladas
- Previdência social: verificou-se a ausência deste benefício para pessoas que preenchem os pré-requisitos necessários para obtê-lo (idade, invalidez). Nesse sentido, faz-se necessária orientação e acompanhamento junto aos órgãos competentes.

As áreas apontadas constituem-se em parâmetros direcionados a sustentabilidade do território da comunidade chácara das Rosas, tendo em vista a reprodução física, social e cultural do grupo segundo seus usos, costumes, aquisições, limitações e atualizações. Por essa via, nossas recomendações visam balizar futuras intervenções do poder público.

Ponderamos ainda, que essas intervenções necessitam estar em simetria com a lógica das especificidades da relação do grupo com seu território. Portanto, sugere-se atenção para com potencialidades a serem desenvolvidas e estimuladas, tais como o plantio de flores, o cultivo de hortas e práticas de economia solidária, as quais por já

estarem incorporadas no ethos do grupo, constituem-se em prováveis indicativos no contexto das atividades produtivas.

Outro foco de atenção é o entorno do território da comunidade chácara das Rosas, pois de acordo com os estudos sobre áreas de preservação histórica e cultural de Canoas para fins de elaboração do plano diretor da cidade, deve-se ter em conta os limites volumétricos, de altura, construções nos arredores e atividades que não comprometam aspectos como acessibilidade ao local, incidência de luz solar, etc.

Por fim, projeta-se que as políticas públicas ocorram interconectadas e em diálogo constante com as demandas da comunidade Chácara das Rosas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os Quilombos e as Novas Etnias*. In: Quilombos – Identidade Étnica e Territorialidade. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). RJ, Editora FGV, 2002, pp. 43-81.

ALVES, Eliege Moura. *Presentes e invisíveis - Escravos em terras de alemães: São Leopoldo 1850-1870*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. Dissertação (Mestrado em História).

ANJOS, José Carlos Gomes dos (Org.); SILVA, Sérgio Baptista da (Org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: Ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No Território da Linha Cruzada: A cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006, 126 p.

ARRUDA, Rinaldo. *Territórios Indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais*. Varsóvia, Estudos Latino-Americanos, p. 39-55, 2001.

ARRUTI, José Mauricio Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o Diálogo entre Indígenas e Quilombolas. In: *Mana – Estudos de Antropologia Social*, PPGAS UFRJ, 1997, (pp. 7-38).

_____. *O Quilombo Conceitual – Para uma Sociologia do “Artigo 68”*. [2003] Disponível em www.koinonia.org.br acessado em 11/05/2005.

ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. Porto Alegre: PUCRS, 1995. Dissertação (Mestrado em História).

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema et al (Orgs.). *O livro da Saúde das Mulheres Negras: Nossos Passos vêm de Longe*. Rio de Janeiro: Pallas:Criola, 2000, pp. 42-61.

BAKOS, Margaret M. RS: *escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BANTON, Michael. Etnogênese. In: *A Idéia de Raça*. São Paulo, SP. Edições 70, Martins Fontes, 1977. (pp.153-173).

BAPTISTA DA SILVA. O Território Negro do Rincão dos Martimianos. In: GOMES DOS ANJOS, José Carlos et al (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: Ancestralidade Negra e Direitos Territoriais*. Porto Alegre, editora da Ufrgs, 2004, p. 203-217 .

_____; BITTENCOURT JR. Iosvaldyr C. *Memória e Identidade: Fronteiras Simbólicas e Étnicas*. In: GOMES DOS ANJOS, José Carlos et al (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: Ancestralidade Negra e Direitos Territoriais*. Porto Alegre, editora da Ufrgs, 2004, pp. 165-202.

BARCELLOS, Daisy Macedo de (et. al.). *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. Série Comunidades Tradicionais.

_____. *Relatórios Técnicos de Identificação Étnica e Territórios Tradicionais – O Caso do Morro Alto, Maquine/RS*. In: *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*. Leite, Ilka Boaventura (Org.), Florianópolis, SC, Co-edição NUER/ABA, pp. 81-88, 2005.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Gravataí no processo de municipalização do RS*. In: *Anais Gravataí do êxodo a composição étnica. II Simpósio Estadual sobre a cultura Gravataiense*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras (1969)*. In: POUTIGNAT PHILIPPE; STREIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *Temáticas Permanentes e Emergentes na Análise da Etnicidade*. In *Antropologia da Etnicidade. Para além de “Ethnic Groups and Boundaries”*. Lisboa, Ed. Fim de Século & Edições Lisboa, 2003 pp. 19-44.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 4ª Edição.

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: *Usos e Abusos da História Oral*. FERREIRA, Marieta de Moraes e FIGUEIREDO, Janaina P. A. B. (Org.), Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp. 183- 191.

BRIDI, Teresinha (org). *Gravataí: história e cultura*. Gravataí: Stécia, 2000. 2ª. Ed.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Marcos A. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2002, 240 p.

CARDOSO, Raul Róis Schefer. *Capítulos de Formação de um Território Negro – A escravidão rural no Vale do Caí (RS - 1870/1888)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2005.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. *Antropologia do Brasil – Mito, História, Etnicidade*. São Paulo, SP, Brasiliense, 1986.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. *O "planeta" dos negros no mundo dos brancos: estudo sobre a manutenção e atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra na cidade de Canoas/RS*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2003

CARVALHO, Ana Paula Comin de; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Família Silva: resistência negra no Bairro de Três Figueiras. Laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo para cumprimento do art.68/ADCT*. Porto Alegre, 2004

CARVALHO, Ana Paula Comin de; FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde Moura; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; SILVA, Vera Regina Rodrigues da. *A resistência através da permanência: relatório antropológico, histórico e geográfico sobre a comunidade negra de Manoel Barbosa*. Porto Alegre: UFRGS/INCRA-RS, 2006.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.) *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHARÃO, Ricardo Brasil. *Negros escravos em brancas e protestantes comunidades. Anais do VI Encontro Estadual de História*. Passo Fundo: ANPUH/RS, 2002, CD-ROM.

_____. Os livros de registros eclesiásticos como fonte para estudo da relação entre imigrantes evangélicos e escravidão em São Leopoldo. In: DREHER, Martin N. (org.) *Imigração & Imprensa* Porto Alegre: EST, São Leopoldo: IHSL, 2004.

COSTA, Eloeti Maria. *Atuação da etnia negra em Gravataí*. In: Anais Gravataí do êxodo a composição étnica. II Simpósio Estadual sobre a cultura Gravataiense. Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

COSTA, Luciano Souza. *Barragem: Casamento, Família e Etnicidade em uma Comunidade Negra Rural de Viamão/RS*. Trabalho De Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo Étnico e Multi-Culturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil*. RIO DE Janeiro: Pallas, 2001.

DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. *Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravos da região meridional do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1992.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Os saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. SP, Fevereiro de 2000, NUPAUB/USP/MMA, 211 p.

DOMINGUES, Moacyr. Primeiras Sesmarias gravataienses. In: *Anais Gravataí do êxodo a composição étnica. II Simpósio Estadual sobre a cultura Gravataiense*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

FAGUNDES, Célia. *A participação da etnia negra na sociedade gravataiense: presença negra em Gravataí*. In: *Anais Gravataí do êxodo a composição étnica. II Simpósio Estadual sobre a cultura Gravataiense*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

FERNANDES, Mariana Balem. *Ritual do Maçambique: Religiosidade e Atualização da Identidade Étnica na Comunidade Negra do Morro Alto/RS*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005, 124 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, s.d.

FINKLER, Iolanda M. (coord.). *Nossas ruas contam histórias*. Prefeitura Municipal de Canoas: Kroma, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Modelos explicativos da economia escravista no Brasil*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.) *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GAYESKI, Miguel (et al). *Canoas: para lembrar quem somos - Nossa Senhora das Graças*. Porto Alegre: MR3, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988, 4ª ed.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____ ; REIS, João José (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES DA CUNHA, Olivia Maria. Depois da Festa – Movimentos Negros e “Políticas de Identidade” no Brasil. In: ESCOBAR, Arturo et al (Orgs). *Cultura e*

Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, p. 333-380.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra tem História: Imagens de Lélia Gonzalez. In: *Revista Eparrei*, Santos, ano II, nº 4, 1º semestre de 2003, pp. 6-10.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul: geografia social, geografia da história, psicologia social e sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1933.

GOVERS, C. & VERMEULEN, Hans (org). *Antropologia da Etnicidade. Para além de "Ethnic Groups and Boundaries"*. Lisboa, Ed. Fim de Século & Edições Lisboa, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Intelectuais Negros e Modernidade no Brasil*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 52, Out/Dez de 2003, 64 p.

GUTFREIND, Ieda. *O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico*. In: Estudos ibero-americanos: Anais do I Simpósio gaúcho sobre a escravidão negra. Porto Alegre: EDIPUCS, 1990.

HALBWACHS, Maurice (1968). *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JARDIM, Denise Fagundes e PETERS, Roberta. *Os casamentos árabes: a recriação de tradições entre imigrantes palestinos no sul do Brasil*. In: Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História UFRGS, Porto Alegre, Vol. 12, n. 21/22 (jan./dez. 2005), p. 173-225.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Tradução de Ruy Jungmann. RJ, Jorge Zahar Ed., 1997.

LABURTHE-TOIRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia – Antropologia*. Tradução de Anna Hartmann Cavalcanti et all. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LEITE, Ilka Boaventura. *Terras e territórios de Negros no Brasil*. . Caderno de textos e debates do NUER. no 1 Florianópolis: NUER/UFSC, 1990.

_____. *Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas*. Caderno de textos e debates do NUER nº 7. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

_____ e MOMBELLI, Raquel. *As perícias antropológicas realizadas pelo NUER e as lutas por reconhecimento e titulação das terras de quilombos*. In: Boletim Informativo NUER- v.2, nº 2- Florianópolis, NUER/UFSC, 2005.

LONER, Beatriz. *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre/RS, 1999.

MAESTRI, Mário J. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas*. POA/Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.

_____. *O escravo no RS: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

_____. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984b.

_____. Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, J. J.; GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 291-330.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Série Descobrimos o Brasil.

MARQUES, Olavo Ramalho. *Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2006

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Série Descobrimos o Brasil.

_____; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa, Edições 70, 1950, 209 p.

MEDEIROS, Rosa Maria V. As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural. *Agrária*, São Paulo, Nº 2, pp. 69-92, 2005. http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/2/meheiros_rmv.pdf

MERTZ, Marli Marlena. Breve retrospectiva histórica da agricultura na região metropolitana de Porto Alegre. In: GRANDO, Marines Zandavali; MIGUEL, Lovois de Andrade. *Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº 3, 2003, pp. 557-577

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *A liberdade fardada: escravidão e alforria na Guerra do Paraguai*. In: Anais do VI Encontro Estadual de História. Passo Fundo: ANPUH/RS, 2002. CD-ROM.

_____. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. *Feiticeiros, Venenos e Batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre - século XIX)*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 2004, p. 147-177.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. Série Fundamentos. Ed. Ática, São Paulo, SP, 1988, 250 p.

_____. *Rebeliões da Senzala*. Ed. Ciências Humanas, 3 ed., São Paulo, SP, 1981, 282 p.

NASCIMENTO, Beatriz. O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: *Revista Afrodiáspora*, ano 3, nº 6 e 7, abril/dezembro de 1985, pp. 41-49.

NASCIMENTO, Abdias & Elisa Larkin. *Reflexões sobre o Movimento Negro no Brail, 1938-1997*. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (Org.). *Tirando a Máscara – Ensaio sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 203-233.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 268 p.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. *O Mulato: Um Obstáculo Epistemológico*. SP, S/Ed, 1974.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Esta é mais uma prova brilhante de que a onda abolicionista vai crescendo e fazendo adeptos: a ação de curadores e magistrados abolicionistas através de alguns casos de arbitramento para compra de alforria (Gravataí/RS - década de 1880). In: *Anais do VIII Encontro Estadual de História: História e Violência*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2006.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

PACHECO de OLIVEIRA, João. (Org.) *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Contracapa Livraria, RJ, 1999 .

PENNA, Rejane (Coord.) *Canoas - Para Lembrar quem somos: Centro*. Prefeitura Municipal de Canoas. Canoas: La Salle, 2004. v. 3.

PETIZ, Silmei de S. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)* Passo Fundo: UPF Editora, 2006.

PFEIL, Antônio Jesus. *Canoas: anatomia de uma cidade*. Volumes 1 e 2. Canoas: Ponto e Vírgula Assessoria de Comunicação Ltda, 1992.

PICCOLO, Helga Iracema L. *A resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Caderno de Estudo. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em História, 1992.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Vivências Cotidianas de Parteiras e “Experientes” do Tocantins. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 2º semestre de 2002, p. 441-448.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998, 250 p.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comercio: propostas e experiências no final do trafico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

RODRIGUES, Vera Regina. *"De gente da Barragem" a "Quilombo da Anastácia": um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2006.

ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Gravataí: Departamento de Pesquisa, Folclore e Informação, 1987.

SANTOS, Rui Leandro da Silva. *Festa de Nossa Senhora Imaculada da Conceição*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, RS, 2001, 109 p.

SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Cecília Manzoli e CARVALHO, Maria Celina Pereira de. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. In: Revista Ambiente e Sociedade nº 10. Campinas, jan/jun 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCUSSEL, Maria C. Barletta. O rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana. In: GRANDO, Marines Zandavali; MIGUEL, Lovois de Andrade. *Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813.

SILVA, João Palma da. *Pequena História de Canoas. Cronologia*. Canoas, 1978.

_____. *As origens de canoas. Conquista, povoamento, evolução*. Editora La Salle, s./d., 3a. Edição.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: Identidade, Povo e Mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1996.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista - História da Festa de Coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TAMBARA, Elomar. *RS: modernização & crise na agricultura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. PUC/RS. Porto Alegre, 2000, CD-ROM.

VIANNA, Francisco José Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. São Paulo: Nacional, 1933.

WEBER, Max. Relações Comunitárias étnicas. In: *Economia e Sociedade*. V. I: Brasília, Editora da Universidade de Brasília. 2ª parte, capítulo IV, 1922, (pp.267-277).

WIRTH, Louis – *Le ghetto* – Presse Universitaire de Grenoble, 1980.

WITTER, Nikelen Acosta. Curar como arte e ofício: Contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Tempo*, RJ, nº 19, pp. 13-25.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.


ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

Anexos

Anexos 1 ao 9



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS - RS
REGISTRO DE IMÓVEIS
BEL. JOÃO CESAR
Oficial - CPF 081.384.270-00

Certifico, que nas fls. 77, do Livro n° 3-B, foi hoje 28 de março de 1947, transcrita sob n° 2.881, a Compra e Venda, Escriturada pelo então Escrivão desta Cidade, L° 6, fls. 82v, em 30 de dezembro de 1925, referente a UM TERRENO, no 1° Distrito deste Município, com 11m de frente, na Rua D. Raphaela e 70m, mais ou menos, de extensão da frente ao fundo; a entestar e dividindo-se por um lado, com terras de Ozório F. da Silva, e, pelo outro lado, com terras de Senhorinha Ferreira. Sem benfeitorias. Adquirente: OCTÁVIO CORREA DOS SANTOS, residente nesta cidade. Transmitentes: JOÃO MARIA GENELICIA DE JESUS, residentes nesta Cidade. Valor: Trezentos cruzeiros. Cr\$300,00. Origem: L° 3 em 1914. (isento). Condições do Contrato: As do estilo. Averbações: AV-1- O imóvel em frente foi vendido em 05 de março de 1930. Registro, 2.882, L° 3-B. Canoas, 28 de março de 1947. Nada mais. (Escrivente, Ivete Aparecida Zardo). Dou fé.  Bel. João César, Oficial. Canoas, 02 de maio de 2006.

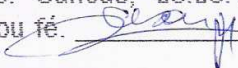
Em:R\$7,90.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS	
Canoas-RS	02 MAIO 2006
	
<input checked="" type="checkbox"/>	Bel. JOAO CESAR - Oficial
<input type="checkbox"/>	IVALDINA BOTTEGA CESAR - 1º Substituta
<input type="checkbox"/>	NILOA D. S. ORTIGARA - 2º Substituta
<input type="checkbox"/>	ANGÉLICA ABILENE MOREIRA - 3º Substituta

END.: AV. VICTOR BARRETO, 3056/407 - ED. IPICUÊ - CEP 92010-000 -CANOAS - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS - RS
REGISTRO DE IMÓVEIS
BEL. JOÃO CESAR
Oficial - CPF 081.384.270-00

Certifico, que nas fls. 131, do Livro n° 3-B, foi hoje 30 de julho de 1947, transcrita sob n° 3.194, a **Compra e Venda**, Escriturada pelo Notário desta Cidade, L° 8, fls. 130, n° 164, em 27 de junho de 1947, referente a **UM TERRENO, nesta Cidade**, constituído de dois pedaços; o 1° com 11m de frente, na Rua D. Raphaela, por 82m de frente ao fundo; a entestar com terras que são ou foram de Ozorio F. da Silva, com quem também se divide por um lado, e, pelo outro lado, com o terreno a seguir descrito: 2° - **UM TERRENO** com 11m de frente na Rua D. Raphaela, por 70m, mais ou menos, de extensão da frente ao fundo, a entestar com terras de Ozorio F. da Silva, dividindo-se por um lado, com terras que são ou foram de Senhorinha Ferreira, e, pelo outro lado, com o terreno descrito em 1° lugar, com **uma casa de táboas**. **Adquirente:** ERNA ELY MAYER, viúva, residente em Porto Alegre. **Transmitentes:** OCTÁVIO NUNES DE MESQUITA e sua mulher AMÉLIA I. MESQUITA,, agricultores, residentes nesta Cidade. **Valor:** Sete mil cruzeiros. Cr\$7.000,00. **Origem:** L° 3-A n° 2.116 e 3-B n° 2.882 . **Condições do Contrato:** As do estilo. **Averbações:** AV-1- Em 02/05/1955, vendeu os terrenos. Registro n° 11.958. Canoas, 03.08.1955. Nada mais. (Escrevente, Ivete Aparecida Zardo). Dou fé.  Bel. João César, Oficial. Canoas, 02 de maio de 2006.

Em:R\$7,90.



END.: AV. VICTOR BARRETO, 3056/407 - ED. IPICUÊ - CEP 92010-000 -CANOAS - RS

55.709
MATRÍCULA

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS - RS

Livro Nº 2 — Registro Geral

Canoas 20 de maio

de 19 98.

FLS.

01

MATRÍCULA

55.709

PRÉDIO DE MADEIRA Nº 653, NA RUA DONA RAFAELA, e o terreno na zona urbana da cidade de Canoas, localizado no quarteirão formado pelas ruas: Dona Rafaela, Irmão Guilherme, Duque de Caxias e São Pedro, possuindo a área superficial de (1.716,00m²), confrontando: ao norte, onde faz frente, na extensão de (22,00m) no alinhamento da rua Doan Rafaela, ao sul, onde faz fundo, na extensão de (22,00m) com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva e de Emilio Otto Zimmermann, por um lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com terras que são ou foram de Osório F. da Silva, e pelo outro lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades da sucessão de Roberto Reinhold Kickmann. O referido terreno fica no lado ímpar, e dista em sua extremidade oeste (66,25m) da esquina da rua Irmão Guilherme. **Proprietários:** MAURO DALLA VALLE, brasileiro, engenheiro, casado com ANA MARIA MEJOLARO DALLA VALLE, CPF nº 221.788.050-00, residente e domiciliado na rua Alameda Vicente Carvalho nº 20, apartamento 402, na cidade de Porto Alegre; e AIRTON DALLA VALLE, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, CPF nº 447.660.920-15, residente e domiciliado na rua Guararapes nº 127, na cidade de Canoas. **Origem:** AV-6-32.860 Lº 2, deste Ofício, em 03.01.1997. (Ps. nºs 143.603 Lº 1-K de 15.05.1998, 143.690 e 143.691 Lº 1-K de 20.05.1998). **EM.4,70(0,50 URE).** Canoas, 20 de maio de 1998. Dou fé. (Escrevente Marlene da Silva Ott). Bel. João César, Oficial.

R-1-55.709. . . Compra e Venda - **Transmitentes:** Mauro Dalla Valle, engenheiro eletricitista, CPF nº 178.667.310-04, e sua esposa Ana Maria Mejolaro Dalla Valle, do lar, CPF nº 221.788.050-00, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, residentes e domiciliados na rua Dona Rafaela nº 667, na cidade de Canoas; e, Airton Dalla Valle, brasileiro, comerciante, solteiro, maior, CPF nº 447.660.920-15, residente e domiciliado na rua Dona Rafaela nº 677, na cidade de Canoas/RS, alienam todo o imóvel constante da matrícula acima. **Adquirente:** ADEMIR DALLA VALLE, brasileiro, administrador de empresa, solteiro, maior, CPF nº 210.945.270-68, residente e domiciliado na rua Liberdade nº 612, na cidade de Canoas/RS. **Título:** Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 170B, fls. 042 à 043, sob nº 43.617-028, em 03.02.1997; Escritura Pública de Compra e Venda de Parte Ideal, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 170-B, fls. 043 à 044, sob nº 43.620-029, em 03.02.1997 re-ratificadas pela Escritura Pública de Retificação e Ratificação, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 74-A, fls. 044v à 046v, sob nº 16.933-055, em 23.04.1998. **Valor:** R\$14.500,00(Quatorze mil e quinhentos reais). **Avaliação Fiscal:** R\$45.000,00. Guia IT nº 119. Pasta 1-0-1997. (Ps. nºs 143.603 Lº 1-K de 15.05.1998, 143.690 e 143.691 Lº 1-K de 20.05.1998). **EM.169,40(19,42 URE).** Canoas, 20 de maio de 1998. Dou fé. (Escrevente, Marlene da Silva Ott). Bel. João César, Oficial.

EM. 7,90

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS
Certifico que o imóvel constante desta matrícula nº 55.709 está livre de quaisquer ônus que não estejam nela consignados, inclusive Ações Pessoais, ou Reais Repersecutórias. Dou fé.

CANOAS-RS 02 MAIO 2006

Bel. JOÃO CÉSAR - Oficial
 IVALDINA BOTTEGA CÉSAR - 1ª Substituta
 NILDA D S ORTIGARA - 2ª Substituta
 ANGÉLICA ABILENE MOREIRA - 3ª Substituta

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS
AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento CONTIHA NO VERSO dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.

Canoas, 02 MAIO 2006

Bel. João César - Oficial
 Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta
 Nilda D. S. Ortigara - 2ª Substituta
 Angélica Abilene Moreira - 3ª Substituta

51.412
MATRÍCULA



REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS - RS

Livro Nº 2 Registro Geral

Canoas 03 de janeiro

de 19 97.

FLS.

01

MATRÍCULA

51.412

PRÉDIO DE MADEIRA Nº 653, NA RUA DONA RAFAELA, e o terreno na zona urbana da cidade de Canoas, localizado no quarteirão formado pelas ruas: Dona Rafaela, Irmão Guilherme, Duque de Caxias e São Pedro, possuindo a área superficial de (1.716,00m²), confrontando: ao norte, onde faz frente, na extensão de (22,00m) no alinhamento da rua Doan Rafaela, ao sul, onde faz fundo, na extensão de (22,00m) com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva e de Emilio Otto Zimmermann, por um lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com terras que são ou foram de Osório F. da Silva, e pelo outro lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades da sucessão de Roberto Reinhold Kickmann. O referido terreno fica no lado ímpar, e dista em sua extremidade oeste (66,25m) da esquina da rua Irmão Guilherme. **Proprietários:** MAURO DALLA VALLE, brasileiro, engenheiro, casado com ANA MARIA MEJOLARO DALLA VALLE, CPF nº 221.788.050-00, residente e domiciliado na rua Alameda Vicente Carvalho nº 20, apartamento 402, na cidade de Porto Alegre; e AIRTON DALLE VALLE, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, CPF nº 447.660.920-15, residente e domiciliado na rua Guararapes nº 127, na cidade de Canoas. **Origem:** AV-6-32.860 Lº 2, deste Ofício, em 03.01.1997. (P. nº 134.148 Lº 1-J de 18.12.1996). **EM.4,40(0,50 URE)**. Canoas, 03 de janeiro de 1997. Dou fé. (Escrevente Marlene da Silva Ott) *[assinatura]*
Bel. João César, Oficial.

R-1-51.412. . . Compra e Venda - **Transmitente:** Airton Dalla Valle, brasileiro, comerciante, solteiro, maior, CPF nº 447.660.920-15, residente e domiciliado na rua Dona Rafaela nº 677, na cidade de Canoas, aliena do imóvel constante da matrícula acima somente a parte ideal correspondente de 50%. **Adquirente:** MAURO DALLA VALLE, brasileiro, engenheiro-eletricista, CPF nº 178.667.310-04, casado pelo regime da comunhão de bens, com ANA MARIA MEJOLARO DALLA VALLE, CPF nº 221.788.050-00, residentes e domiciliados na rua Dona Rafaela nº 667, na cidade de Canoas. **Título:** Escritura Pública de Compra e Venda de Parte Ideal, lavrada nas notas do 1º Tabelionato na cidade de Canoas, Lv. 170-B, fls. 043 a 044v, sob o nº 43.620-029 em 03.02.1997. **Valor:** R\$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais). **Avaliação fiscal:** R\$45.000,00 Guia IT nº 119. PASTA 1-0-97. (P. nº 134.868 Lv. 1-J de 19.02.1997). EM:169,40 (19,42 URE). Canoas, 20 de fevereiro de 1997. Dou fé. (escrevente Carla Adriane Bartz) *[assinatura]*. Bel. João César, Oficial.

AV-2-51.412. . . Certifico, conforme requerimento constante na Escritura Pública de Retificação e Ratificação, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 74-A, fls. 044v à 046v, sob nº 16.933-055, em 23.04.1998 e Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 170B, fls. 042 à 043, sob nº 43.617-028, em 03.02.1997 e Escritura Pública de Compra e Venda de Parte Ideal, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 170B, fls. 043 à 044v, sob nº 43.620-029, em 03.02.1997, que nesta data fica cancelada a presente matrícula em razão de retificação. Vide matrículas nºs 55.709 e 55.710 Lº 2, deste Ofício. (Ps. nºs 143.603 Lº 1-K de 15.05.1998, 143.690 e 143.691

CONTINUA NO VERSO

EM: 12,00

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS	
AUTENTICAÇÃO	
CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.	
Canoas, 02 MAIO 2006	
<i>[assinatura]</i>	
<input type="checkbox"/>	Bel. João César - Oficial
<input checked="" type="checkbox"/>	Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta
<input type="checkbox"/>	Nilda D. S. Ortigara - 2ª Substituta
<input type="checkbox"/>	Angélica Abilene Moreira - 3ª Substituta



REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS - RS

Livro Nº 2 — Registro Geral

Canoas, 20 de maio de 1998.

FLS.

MATRÍCULA

01v

51.412

Continuação da AV-2-51.412. . . e 143.691 Lº 1-K de 20.05.1998). EM.9,40(1 URE). Canoas, 20 de maio de 1998. Dou fé. (Escrevente, Marlene da Silva Ott). *Su* Bel. João César, Oficial.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS
AUTENTICAÇÃO
 CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.
 Canoas, **02 MAIO 2006**
ceza

- Bel. João César - Oficial
- Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta
- Nilda D. S. Ortigara - 2ª Substituta
- Angélica Abilene Moreira - 3ª Substituta

CONTINUA NA FICHA Nº

51.413
MATRÍCULA

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS - RS

Livro Nº 2 — Registro Geral

Canoas 03 de janeiro de 19 97. 01 51.413

UM TERRENO, NA RUA DONA RAFAELA, na zona urbana da cidade de Canoas, localizado no quarteirão formado pelas ruas: Dona Rafaela, Irmão Guilherme, Duque de Caxias e São Pedro, possuindo a área superficial de (1.716,00m²), confrontando: ao norte, onde faz frente, na extensão de (22,00m) no alinhamento da rua Dona Rafaela, ao sul, onde faz fundo, na extensão de (22,00m) com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva e de Emilio Otto Zimmermann, por um lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva, e pelo outro lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades da sucessão de Roberto Reinhold Hickmann. O referido terreno fica no lado ímpar, e dista em sua extremidade oeste (88,25m) da esquina com a rua Irmão Guilherme.

Proprietários: MAURO DALLA VALLE, brasileiro, engenheiro, casado com ANA MARIA MEJOLARO DALLA VALLE, CPF nº 221.788.050-00, residente e domiciliado na rua Alameda Vicente Carvalho nº 20, apartamento 402, na cidade de Porto Alegre; e AIRTON DALLE VALLE, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, CPF nº 447.660.920-15, residente e domiciliado na rua Guararapes nº 127, na cidade de Canoas. **Origem:** AV-6-32.860 Iº 2, deste Ofício, em 03.01.1997. (P. nº 134.148 Iº 1-J de 18.12.1996). **EM.4,40(0,50 URE)**, Canoas, 03 de janeiro de 1997. Dou fé. (Escrevente Marlene da Silva Ott) Bel. João César, Oficial.

R-1-51.413. . . . Compra e Venda - **Transmitentes:** Mauro Dalla Valle, brasileiro, engenheiro-eletrecista, CPF nº 178.667.310-04, casados pelo regime da comunhão de bens, com Ana Maria Mejolard Dalla Valle, do lar, brasileira, CPF nº 221.788.050-00, residentes e domiciliados na rua Dona Rafaela nº 667, na cidade de Canoas e Airton Dalla Valle, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, CPF nº 447.660.920-15, residente e domiciliado na rua Dona Rafaela nº 677, na cidade de Canoas, alienam todo o imóvel constante da matrícula acima. **Adquirente:** ADEMIR DALLA VALLE, brasileiro, administrador de empresa, solteiro, maior, CPF nº 210.945.270-68, residente e domiciliado na rua Liberdade nº 612, na cidade de Canoas. **Título:** Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do 1º Tabelionato na cidade de Canoas, Lv. 170-B, fls. 042 a 043v, sob nº 43.617-028, em 03.02.1997. **Valor:** R\$29.000,00 (vinte e nove mil reais). **Avaliação fiscal:** R\$90.000,00 Guia IT nº 109. PASTA 1-0-97. (P.nº 134.867 Lv.1-J de 19.02.1997). **EM:304,40 (34,90 URE)**. Canoas, 20 de fevereiro de 1997. Dou fé. (escrevente Carla Adriane Bartz) Bel. João César, Oficial.

AV-2-51.413. . . . Certifico, conforme requerimento constante na Escritura Pública de Retificação e Ratificação, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 74-A, fls. 044v à 046v, sob nº 16.933-055, em 23.04.1998 e Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 170B, fls. 042 à 043, sob nº 43.617-028, em 03.02.1997 e Escritura Pública de Compra e Venda de Parte Ideal, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 170B, fls. 043 à 044v, sob nº 43.620-029, em 03.02.1997, que nesta data fica cancelada a presente

CONTINUA NO VERSO

EM: 12.00

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS	
AUTENTICAÇÃO	
CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.	
Canoas, 02 MAIO 2006	
	
<input type="checkbox"/>	Bel. João César - Oficial
<input checked="" type="checkbox"/>	Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta
<input type="checkbox"/>	Nilda D. S. Ortigara - 2ª Substituta
<input type="checkbox"/>	Angélica Abilene Moreira - 3ª Substituta



REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS - RS

Livro Nº 2 — Registro Geral

Canoas, 20 de maio de 1998.

FLS.
01v

MATRÍCULA
51.413

Continuação da **AV-2-51.413**. . . a presente matrícula em razão de retificação. Vide matrículas nºs 55.709 e 55.710 Lº 2, deste Ofício. (Ps. nºs 143.603 Lº 1-K de 15.05.1998, 143.690 e 143.691 Lº 1-K de 20.05.1998). **EM.9,40(1 URE)**. Canoas, 20 de maio de 1998. Dou fé. (Escrevente, Marlene da Silva Ott). *See* Bel. João César, Oficial.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS
AUTENTICAÇÃO
 CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.
 Canoas, 02 MAIO 2006
[Signature]
 Bel. João César - Oficial
 Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta
 Nilda D. S. Ortigara - 2ª Substituta
 Angélica Abilene Moreira - 3ª Substituta

CONTINUA NA FICHA Nº

32.860
MATRÍCULA



REGISTRO DE IMOVEIS DE CANOAS - RS
Livro N.º 2 — Registro Geral

Canoas 10 de janeiro de 1992

FLS.
02

MATRÍCULA
32.860

Continuação do R-4-32.860. . . Pasta 1-R-92. C.58.493,00. Canoas, 10 de janeiro de 1992. Dou fe. (escrevente, Cristiane Medeiros Lima). Bel. João Cesar, Oficial.

AV-5-32.860. . . .Certifico, conforme requerimento datado de 03.01.1997 e apresentação do memorial descritivo, certidões de propriedade passadas pela Prefeitura Municipal de Canoas, sob nºs 2056 e nº (não consta), datadas de 02.12.1996 e 26.11.1996, e mapa devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Canoas, para ficar constando que o terreno constante da matrícula acima, mede pelo lado oeste, (78,00m) e não como constou (82,00m). (P. nº 134.148 Lº 1-J de 18.12.1996). **Pasta 1-L-1997. EM.8,80(1 URE).** Canoas, 03 de janeiro de 1997. Dou fé. (Escrevente Marlene da Silva Ott). Bel. João César, Oficial.

AV-6-32.860. . . .Certifico, conforme requerimento datado de 03.01.1997 e apresentação do memorial descritivo, certidões de propriedade passadas pela Prefeitura Municipal de Canoas, sob nºs 2056 e nº (não consta), datadas de 02.12.1996 e 26.11.1996, e mapa devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Canoas, que o imóvel constante da matrícula acima, foi desmembrado em 02 lotes a saber: 1) **PRÉDIO DE MADEIRA Nº 653, NA RUA DONA RAFAELA,** e o terreno na zona urbana da cidade de Canoas, localizado no quarteirão formado pelas ruas: Dona Rafaela, Irmão Guilherme, Duque de Caxias e São Pedro, possuindo a área superficial de (1.716,00m²), confrontando: ao norte, onde faz frente, na extensão de (22,00m) no alinhamento da rua Doan Rafaela, ao sul, onde faz fundo, na extensão de (22,00m) com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva e de Emilio Otto Zimmermann, por um lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com terras que são ou foram de Osório F. da Silva, e pelo outro lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades da sucessão de Roberto Reinhold Kickmann. O referido terreno fica no lado ímpar, e dista em sua extremidade oeste (66,25m) da esquina da rua Irmão Guilherme. 2) **UM TERRENO, NA RUA DONA RAFAELA,** na zona urbana da cidade de Canoas, localizado no quarteirão formado pelas ruas: Dona Rafaela, Irmão Guilherme, Duque de Caxias e São Pedro, possuindo a área superficial de (1.716,00m²), confrontando: ao norte, onde faz frente, na extensão de (22,00m) no alinhamento da rua Dona Rafaela, ao sul, onde faz fundo, na extensão de (22,00m) com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva e de Emilio Otto Zimmermann, por um lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva, e pelo outro lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades da sucessão de Roberto Reinhold Hickmann. O referido terreno fica no lado ímpar, e dista em sua extremidade oeste (88,25m) da esquina com a rua Irmão Guilherme. (P. nº 134.148 Lº 1-J de 18.12.1996). **Pasta 1L-1997. EM.8,80(1 URE).** Canoas, 03 de janeiro de 1997. Dou fé. (Escrevente Marlene da Silva Ott). Bel. João César, Oficial.

CONTINUA NO VERSO

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.
Canoas, 02 MAIO 2006

Bel. João César - Oficial
 Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta
 Nilda D. S. Ortigara - 2ª Substituta
 Angélica Abilene Moreira - 3ª Substituta



REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS - RS

Livro N.º 2 — Registro Geral

Canoas, 03 de janeiro de 1997.

FLSI

MATRICULA

02v

32.860

Continuação da matrícula nº 32.860.....
AV-7-32.860. .Certifico, conforme requerimento datado de 03.01.1997 e apresentação do memorial descritivo, certidões de propriedade passadas pela Prefeitura Municipal de Canoas, sob nºs 2056 e nº (não consta), datadas de 02.12.1996 e 26.11.1996, e mapa devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Canoas, que nesta data fica cancelada a presente matrícula em razão de desmembramento. Vide matrículas nºs 51.412 e 51.413 Lº 2, deste Ofício. (P. nº 134.148 1º 1-J de 18.12.1996). **Pasta 1-I-1997. EM.8,80(1 URE).** Canoas, 03 de janeiro de 1997. Dou fé. (Escrevente Marlene da Silva Ott) ~~Bel. João César~~, Oficial. **OBS.:** Vide matrículas nºs - 55.709 e 55.710 Lº 2, deste Ofício.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.

Canoas, **02 MAIO 2006**

- Bel. João César - Oficial
- Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta
- Nilda D. S. Ortigara - 2ª Substituta
- Angélica Abifene Moreira - 3ª Substituta

CONTINUA NA FICHA Nº

55.710
MATRÍCULA



REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS - RS

Livro Nº 2 — Registro Geral

Canoas 20 de maio

de 19 98.

FLS.

01

MATRÍCULA

55.710

UM TERRENO, NA RUA DONA RAFAELA, na zona urbana da cidade de Canoas, localizado no quarteirão formado pelas ruas: Dona Rafaela, Irmão Guilherme, Duque de Caxias e São Pedro, possuindo a área superficial de (1.716,00m²), confrontando: ao norte, onde faz frente, na extensão de (22,00m) no alinhamento da rua Dona Rafaela, ao sul, onde faz fundo, na extensão de (22,00m) com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva e de Emílio Otto Zimmermann, por um lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades que são ou foram de Osório F. da Silva, e pelo outro lado, na extensão de (78,00m) de frente ao fundo, com propriedades da sucessão de Roberto Reinhold Hickmann. O referido terreno fica no lado ímpar, e dista em sua extremidade oeste (88,25m) da esquina com a rua Irmão Guilherme. **Proprietários:** MAURO DALLA VALLE, brasileiro, engenheiro, casado com ANA MARIA MEJOLARO DALLA VALLE, CPF nº 221.788.050-00, residente e domiciliado na rua Alameda Vicente Carvalho nº 20, apartamento 402, na cidade de Porto Alegre; e AIRTON DALLA VALLE, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, CPF nº 447.660.920-15, residente e domiciliado na rua Guararapes nº 127, na cidade de Canoas. **Origem:** AV-6-32.860 Lº 2, deste Ofício, em 03.01.1997. (Ps. nºs 143.603 Lº 1-K de 15.05.1998, 143.690 e 143.691 Lº 1-K de 20.05.1998). **EM.4,70(0,50 URE)**, Canoas, 20 de maio de 1998. Dou fé. (Escrevente Marlene da Silva Ott). Bel. João César, Oficial.

R-1-55.710. . . Compra e Venda - **Transmitente:** Airton Dalla Valle, brasileiro, comerciante, solteiro, maior, CPF nº 447.660.920-15, residente e domiciliado na rua Dona Rafaela nº 677, na cidade de Canoas, aliena do imóvel constante da matrícula acima a sua parte ideal correspondente a 50%. **Adquirentes:** MAURO DALLA VALLE, engenheiro eletricista, CPF nº 178.667.310-04, e sua esposa ANA MARIA MEJOLARO DALLA VALLE, do lar, CPF nº 221.788.050-00, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, residentes e domiciliados na rua Dona Rafaela nº 667, na cidade de Canoas/RS. **Título:** Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 170B, fls. 042 à 043, sob nº 43.617-028, em 03.02.1997; Escritura Pública de Compra e Venda de Parte Ideal, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 170-B, fls. 043 à 044, sob nº 43.620-029, em 03.02.1997 re-ratificadas pela Escritura Pública de Retificação e Ratificação, lavrada nas notas do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, Lº 74-A, fls. 044v à 046v, sob nº 16.933-055, em 23.04.1998. **Valor:** R\$29.000,00 (Vinte e nove mil reais). **Avaliação Fiscal:** R\$90.000,00. Guia IT nº 109. Pasta 1-0-1997. (Ps. nºs 143.603 Lº 1-K de 15.05.1998, 143.690 e 143.691 Lº 1-K de 20.05.1998). **EM.304,40(34,90 URE)**. Canoas, 20 de maio de 1998. Dou fé. (Escrevente, Marlene da Silva Ott). Bel. João César, Oficial.

AV-2-55.710. . . Certifico, conforme requerimento assinado por MAURO DALLA VALLE, datado de 24.10.2000 e apresentação da certidão de propriedade, passada pela Prefeitura Municipal de Canoas, sob nº 1429, datada de 24.10.2000, que

CONTINUA NO VERSO

EM: 32.00

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.

Canoas,

02 MAIO 2006

Bel. João César - Oficial



REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS - RS

Livro Nº 2 — Registro Geral

Canoas, 27 de outubro de 2000.

FLS.

01v

MATRÍCULA

55.710

Continuação da AV-2-55.710. . .que sobre o terreno constante da matrícula acima, foi construído um prédio de alvenaria, com a área de (430m²), lançado em 07.12.1990, sob nº 667 da rua Dona Rafaela. Valor da construção: R\$30.000,00. Deixa de ser apresentada CND INSS referente a construção acima averbada, tendo em vista os Termos V. Acórdão, 3ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça, processo nº 592085443 de 07.10.1992. (P. nº 160.660 Lº 1-L de 26.10.2000). EM.66,50(6,11 URE). Canoas, 27 de outubro de 2000. Dou fé. (Escrevente, Marlene da Silva Ott). Bel. João César, Oficial.
Pasta A-2000.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS
Certifico que o imóvel constante desta matrícula nº 55.710 está livre de quaisquer ônus que não estejam nela consignados, inclusive Ações Pessoais, ou Reais Reipersecutórias. Dou fé.

CANOAS-RS 02 MAIO 2006

- Bel. JOÃO CÉSAR - Oficial
- IVALDINA BOTTEGA CÉSAR - 1ª Substituta
- NILDA D S ORTIGARA - 2ª Substituta
- ANGÉLICA ABILENE MOREIRA - 3ª Substituta

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.


Canoas, **02 MAIO 2006**

- Bel. João César - Oficial
- Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta
- Nilda D. S. Ortigara - 2ª Substituta
- Angélica Abilene Moreira - 3ª Substituta

CONTINUA NA FICHA Nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS - RS
REGISTRO DE IMÓVEIS
BEL. JOÃO CESAR
Oficial - CPF 081.384.270-00

CERTIFICO, que nas fls. 130, do livro n° 3-G, foi hoje 03 de agosto de 1955, transcrita sob n° 11.958, a **Compra e Venda**, escriturada pelo Notário Machado, L° 23, fls. 62, n° 85, em 02 de maio de 1955, referente a **UM TERRENO**, nesta **Cidade**, com 22m de frente, na Rua D. Raphaela, ao Norte; e 82m de extensão da frente ao fundo, por um lado; e 70m, mais ou menos, do outro lado; entesta com terras de Ozorio F. da Silva. Tem como de um lado, e pelo outro, com terras de Senhorinha Ferreira. **Sem benfeitorias**. **Adquirente**: REINHOLD HICKMANN, casado, alemão, industrialista, residente em Porto Alegre. **Transmitentes**: ERNA ELY MAYER, viúva, residente em Porto Alegre. **Valor**: Cr\$45.000,00. **Origem**: 3.194 deste Cartório. **Condições do Contrato**: As do estilo. **Averbações**: **AV-1**- Certifico, a vista de requerimento de 10.02.1981, inclusas Certidões da Prefeitura de 05.01.1981 e Carta de Habite-se n° 18.572, de 03.12.1980, protocolado sob n° 29.065, arquivado na pasta 2-A-1981, que sobre o terreno foi construído um prédio de alvenaria com 60,72m², que tomou o n° 689. Não foi apresentado o IAPAS. Dou fé. Canoas, 24.02.1981. **AV-2**- Certifico, que nesta data, foi apresentada a Certidão Negativa de Débito do IAPAS de n° 300462, de 11.04.1986, referente ao prédio da AV-1 acima, acompanhada de requerimento datado de 11.04.1986. Protocolo, 73.689, L° 1-F. Pasta 3-A-86. Canoas, 15 de abril de 1986. **AV-3**- Certifico, que nesta data, fica cancelada a presente transcrição, eis que o imóvel foi matriculado sob n° 31.941, L°2, por inventário. Canoas, 15 de abril de 1986. Nada mais. (Escrevente, Ivete Aparecida Zardo). Dou fé. . Bel. João César, Oficial. Canoas, 02 de maio de 2006.

Em.:R\$7,90.



31.941.

MATRÍCULA -



REGISTRO DE IMOVEIS DE CANOAS - RS

Livro N.º 2 — Registro Geral

Canoas, 15 de abril de 1986

FLS.

01

MATRÍCULA

31.941

Imóvel - UM PRÉDIO DE ALVENARIA nº689, sito na rua Dona Raphaela, e o respectivo terreno, que está localizado na zona urbana de Canoas, e confronta: ao Norte, onde faz frente, na extensão de (22m) com a rua Dona Raphaela; nos fundos, na extensão de--- (não consta), com propriedades de Osório F. da Silva; medindo--- de um lado (82m) e pelo outro lado (70m), mais ou menos; dividindo-se por um lado com ditas de Osório F. da Silva, e pelo outro lado com ditas de Senhorinha Ferreira. Proprietário: REINHOLD HICKMANN, casado, alemão, industrialista, residente em Porto Alegre, RS. Origem: Transcrição nº11.958, fls.130, do lv.3-G,--- deste Ofício, em 03.08.1955. P.73277, lv.1-F. Canoas, 15 de abril de 1986. Dou fé. (Escrevente, Laura Terezinha Tedesco).---
Bel. João Cesar. Oficial.

R-1-31.941. . . Herança - Transmitente: Os Espólios de Catharina Lucena Hickmann e Reinhold Hickmann, representados pelo inventariante, Roberto Reinhold Hickmann, adiante qualificado,--- transmitem todo o imóvel acima matriculado. Adquirente: ROBERTO REINHOLDO HICKMANN, brasileiro, corretor de imóveis, casado com Magda Lara Hickmann, domiciliados em Canoas. Título: Formal de Partilha extraído dos Autos de Inventário dos Bens ficados por falecimento de Catharina Lucena Hickmann e Reinhold Hickmann,--- assinado pelo Dr. João Pedro Rodrigues Reis, Juiz de Direito da 6ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Porto Alegre, RS,--- em 28.11.1985, Sentença de 27.11.1985. Valor: Cr\$139.000.000--- (cento e trinta e nove milhões de cruzeiros). P.73277, lv.1-F. Canoas, 15 de abril de 1986. Obs.: o nº do CPF do adquirente é: 160.609.540-49. Dou fé. (Escrevente, Laura Terezinha Tedesco).---
Bel. João Cesar. Oficial.

AV-2-31.941. . . Certifico, conforme Escritura Pública de Compra e venda, do 1º Tabelionato da cidade de Canoas, nº33.420/--- IIIa, em 22.08.1986, e apresentação do Mapa devidamente aprovada pela Prefeitura Municipal da Cidade de Canoas, que nesta data fica cancelada a presente matrícula em razão de alienação.--- Vide M-32.860 Lº 2, deste Ofício. P. nº76986 Lº 1-F. C.10,50.--- Canoas, 02 de setembro de 1986. Dou fé. (escrevente Nilda Dirce Scarpelini Ortigara).---
Bel. João Cesar, Oficial.

EM: 7.90.

CONTINUA NO VERSO

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOAS-RS
AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste Cartório. Dou fé.

Canoas, 02 MAIO 2006

 Bel. João César - Oficial
 Ivaldina Bottega César - 1ª Substituta

Anexo 10

Inserir Mapa da cidade de Canoas

(imprimir arquivo pdf em formato grande e dobrar)

medida para plotagem: aproximadamente 1 metro